Pâmela Cristina de Lima

Farrapos, bandeirantes e beduínos

uma interpretação da historiografia sul-rio-grandense do século XX

ACERVUS

Pâmela Cristina de Lima

Farrapos, bandeirantes e beduínos

uma interpretação da historiografia sul-rio-grandense do século XX

ACERVUS

Passo Fundo
2020

© 2020, Pâmela Cristina de Lima
Todos os direitos reservados à autora

Editoração e Capa
Alex Antônio Vanin

Projeto Gráfico
Acervus

Originais enviados pela autora em:
outubro de 2020.

Aprovação pelo Conselho Editorial em:
novembro de 2020.

Finalização da obra:
Dezembro de 2020

Revisão
Ana Valéria de Carli Müller

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade o autor.

As ilustrações de abertura de capítulo são de autoria de Alessandra da Silva

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

Créditos das imagens da capa, na ordem em que aparecem

Alegoria da Revolução [1846-1848]. Óleo sobre papel sobre cartão, de Johann Moritz Rugendas. Dimensões: 43 cm x 27.5 cm. ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021.

Padre Antonio Vieira, 1841. Litografia de Charles Legrand. Domínio Público.

Domingos Jorge Velho e o Loco-tenente Antônio F. de Jesus, 1903. Óleo sobre tela de Benedito Calixto de Abreu. Museu Paulista da USP. Domínio Público.

Fogo no pasto. Óleo sobre tela de Guido Mondin (1912 - 2000). Dimensão da tela: 73 x 60 cm. Acervo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Mappa do Theatro da Guerra na Provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1839. Nicolau Dreys. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

El Lazo, 1865. Óleo sobre tela de Juan Manuel Blanes (1830-1901). Dimensões: 30 x 36 cm. Domínio Público.

El gaucho y sus armas, 1841. Litografia, de Carlos Morel. Dimensões: 31,6 x 48,5 cm. Museo Nacional de Bellas Artes. Domínio Público.

Sauvages civilisés soldats indiens de la province de la Coritiba, ramenant des sauvages prisonnières, 1834. Gravura de Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Bedouins in the desert. Óleo sobre tela de Eugène Alexis Girardet (1853 -1907). Domínio Público.

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L732f Lima, Pâmela Cristina de
Farrapos, bandeirantes e beduínos [recurso eletrônico] : uma interpretação da historiografia sul-rio-grandense do século XX / Pâmela Cristina de Lima. – Passo Fundo: Acervus, 2020.
1MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-48-1.

1. Historiografia - Rio Grande do Sul, Séc. XX. 2. Beduínos. 3. Bandeirantes. 4. Rio Grande do Sul - História - Guerra dos Farrapos, 1835-1845. I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Acervus Editora

Av. Aspirante Jenner, 1274

Lucas Araújo - 99074-360

Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Prefácio

Interpretar a escrita da história. É esse o empreendimento intelectual que Pâmela Cristina de Lima nos oferece com seu livro. Entretanto, seu tema é a intepretação de uma escrita da história em particular: a historiografia sul-rio-grandense. Como se escreveu a história do e no Rio Grande do Sul, é essa a interrogação e o convite com que a historiadora nos interpela e, também, nos convida a embarcar com ela em uma viagem (histórica e provavelmente a cavalo) de quase duzentos anos.

Analisar a escrita sobre o passado produzida pela historiografia exige entender a operação historiográfica que constrói o passado exposto em um texto para o leitor. O historiador produz o mundo da vida do passado em um mundo do texto a partir das evidências do passado que chegam até o presente. Pâmela assume o desafio de nos mostrar então, não a história do Rio Grande do Sul, mas como e porque os letrados, intelectuais, historiadores e historiadoras escreveram sobre o passado, isto é, como o texto do(a) historiador(a) foi construído para explicar o passado, em outras palavras, uma história da escrita da história. Portanto, a nossa historiadora, como um detetive do passado, está no encalço das evidências para interpretar como foi a escrita a história do e no Rio Grande do Sul.

Podemos remontar a uma história da historiografia não acadêmica ou (in)disciplinar desde Assis Brasil com *A História da República Rio-Grandense* de 1882 quando analisa, mesmo

que de forma rápida, as obras produzidas antes dele e em especial o livro de Tristão Araripe. Depois, tanto Alfredo Rodrigues quanto Alfredo Varela fazem o mesmo. A seguir, com a fundação do IHGRGS há alguns trabalhos que perpassam pela história da historiografia, mas sem tê-la como abordagem particular do passado ou um programa de pesquisa.

Contudo, com a historiografia acadêmica e principalmente com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em História no Rio Grande do Sul, a história da historiografia em geral e sul-rio-grandense, em particular, nasce como um campo de pesquisa no Estado. Sobre a historiografia sul-rio-grandense há dois trabalhos precursores na década de 1980: o primeiro, a dissertação de mestrado de Medaglia de 1983 e, após, a tese de doutorado de Gutfreind em 1989.

Na transição do século XIX para o XX duas pesquisadoras inovam teórica e metodologicamente no campo da pesquisa da história da historiografia e da história intelectual sobre a historiografia, a intelectualidade e os lugares de produção do passado sul-rio-grandense: 1) a tese de doutorado de Letícia Nedel de 2005 e 2) a tese de Mara Rodrigues de 2006. Nesse contexto historiográfico inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a história da historiografia e sobre história intelectual do Rio Grande do Sul surgiram em quantidade e em qualidade[1].

Dentro desse contexto de produção acadêmica e seguindo sua trilha, Pâmela Cristina de Lima nos apresenta um quadro amplo e geral da historiografia sul-rio-grandense em *Farrapos, Bandeirantes e Beduínos*. No primeiro capítulo, a historiadora analisa o aspecto institucional na escrita da história sul-rio-grandense e, assim, investiga a performance dos Institutos Históricos na construção das narrativas sobre o passado

[1] Boeira (2013), Antoniolli (2017), Silveira (2013), Silva (2010), Gabriela Silva (2014), Thesing (2015), Martins (2015) e Soares (2016). Ver também, (SOARES, MARTINS, 2019)

sulino. No segundo capítulo, de maneira didática e introdutória analisa a narrativa historiográfica sobre a Farroupilha. No terceiro capítulo, ela aborda um dos principais historiadores sul-rio-grandenses, Alfredo Varela. Dele, ela destaca o caráter epopeico de sua narrativa historiadora. No quarto capítulo, analisa o abrasileiramento da Farroupilha na obra do historiador Souza Docca. No quinto capítulo, investiga a escrita da história de Manoelito de Ornellas enquanto uma possibilidade de ampliação do discurso historiográfico sobre a formação do Rio Grande do Sul e do *gaúcho*. Por fim, no último capítulo, o livro *Capitania d'El Rey* de Moysés Velhinho e, como, este historiador constrói a história da formação do Rio Grande do Sul de uma perspectiva lusitanista.

Com uma narrativa fácil e agradável, Pâmela Cristina de Lima, de maneira introdutória, analisa temas importantes da historiografia sul-rio-grandense. Essa jovem historiadora em formação (como somos todos nós) entrega, para o público, um livro em que em cada linha, parágrafo e página há um esforço genuíno de jogar luz em como se escreveu o passado do e no Rio Grande do Sul. E Pâmela cumpriu com seu objetivo. Por fim, nessa viagem em que ela nos convida, há - como em Jules Michelet – um zelo e um carinho com o passado que ela faz ressurgir (aos nossos olhos) em sua obra.

Fabrício Antônio Antunes Soares

Criciúma, Santa Catarina
Outubro de 2020

Referências

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. (1882). **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: ERUS, 1981.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao estudo da historiografia Sul-rio-grandense**: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935). Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. 2017. "**Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar"**: a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882). Tese (Doutorado em História). PPG em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense:** a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2013. Tese (Doutorado em História).

GUTFREIND, Ieda. **A construção de uma identidade**: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 1989.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais:** trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). 2015. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise:** regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2005.

RODRIGUES. Alfredo Ferreira. **Vultos e fatos da Revolução Farroupilha**. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.

RODRIGUES, Mara Cristina. **Da crítica à história**: Moysés Vellinho e a trama entre a Província e a nação. 1925 a 1964. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2006.

SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopéia dos titãs do pampa:** historiografia e narrativa épica da grande revolução, de Alfredo Varella. Dissertação (mestrado) UFRGS, IFCH, PPG-História, Porto

Alegre, 2010.

Silva, Gabriela Correa da. **A representação do passado nos estudos históricos de Athos Damasceno:** a história do Rio Grande do Sul escrita a partir da cidade (1940-1970). Dissertação (mestrado) UFRGS/IFCH/PPGH, 2014.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Tudo é novo sob o sol:** modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 340 p.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **Farrapos de estórias:** romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999). Tese (Doutorado em História). PPG em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

VARELA, Alfredo. **Revoluções cisplatinas**: A República Riograndense. Porto: Livraria Chardron, 1915. 2v.

Sumário

Apresentação 11

1. A atuação dos Institutos Históricos:
rumo à escrita de uma história oficial 15

2. De tabu a carro-chefe:
a Farroupilha na historiografia sul-rio-grandense 53

3. Alfredo Varela:
o intuito de secessão e a "epopeia farrapa" 83

4. *Abrasileirando* a Farroupilha:
o caso de Souza Docca 109

5. Do beduíno ao gaúcho:
a escrita da história de Manoelito de Ornellas 135

6. Entre polêmicas e contrastes:
Capitania d'El Rey, de Moysés Vellinho 177

Considerações finais
Uma escrita da história 237

Referências bibliográficas 241

Apresentação

Este livro que chega às suas mãos, querido(a) leitor(a), foi escrito com muito carinho. As páginas que você está folheando, neste exato momento, são fruto de um trabalho de muita leitura e pesquisa, entremeadas por muitas cuias de chimarrão e xícaras de café. Neste momento, enquanto escrevo estas palavras, me vêm à mente inúmeros momentos, inúmeras obras e inúmeros autores que fazem parte deste todo que apresento agora. Cada parte deste livro, cada fonte consultada e cada frase escrita foram pensadas e revistas inúmeras vezes, buscando proporcionar a você uma leitura aprazível. Espero, de coração, que este intuito tenha se concretizado e que você desfrute de uma leitura prazerosa em cada página que folhear.

Esta obra é o resultado de dois anos de pesquisa, nos quais me dediquei ao estudo da historiografia sul-rio-grandense. Durante parte desse período, participei de um projeto de pesquisa intitulado *Os sentidos da Farroupilha*: *entre a poética, a epistemologia e o agir*, no qual tive o privilégio de ser orientada pelo professor Fabrício Antônio Antunes Soares, prefaciador deste livro. Sou extremamente grata pelo apoio do professor, que foi incansável nas leituras e releituras de cada texto produzido, e que esteve sempre disponível quando precisei de auxílio. No decorrer da caminhada, os "ventos do acaso" conduziram-me à orientação da Professora Gizele Zanotto, cuja leitura atenta, conversas afáveis e considerações

pertinentes agregam muito às pesquisas, reflexões e trocas de experiência. Aos orientadores, pessoas/profissionais pelos quais nutro carinho e admiração imensos, dedico este livro.

No primeiro capítulo, intitulado "A atuação dos Institutos Históricos: rumo à escrita de uma história oficial", analiso como se deu a consolidação da escrita de uma história oficial e como tal processo se relacionou à produção historiográfica e ao passado locais. Para tanto, é apresentado o contexto historiográfico de fundação de cada um dos Institutos Históricos que contribuíram para a produção historiográfica brasileira e sul-rio-grandense, seus vieses de orientação e sua relação com a arena política.

O capítulo denominado "De tabu a carro-chefe: a Farroupilha na historiografia sul-rio-grandense" busca compreender como a memória da Farroupilha foi utilizada de acordo com as conveniências de cada contexto. Analiso a maneira como a temática foi abordada nas diferentes conjunturas, de seu silenciamento à construção do mito farrapo e, ainda, como o conflito foi instrumentalizado para servir como legitimador do advento do republicanismo no Brasil.

A terceira parte deste livro intitula-se "Alfredo Varela – a 'epopeia farrapa' e o intuito de secessão". Nesse capítulo, busquei demonstrar alguns dos aspectos da escrita da história do autor, como a admissão de intercâmbios do Rio Grande com o Prata e, sobretudo, a tese separatista em relação à Farroupilha. Além disso, é analisado o aspecto epopeico que sua escrita da história adquire, percebendo-se como os embates e personagens foram apresentados e caracterizados em sua narrativa.

No quarto capítulo, dedico-me a analisar a historiografia produzida por Emílio Fernandes de Souza Docca, um dos sócios-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

Grande do Sul (IHGRGS). Intitulado "*Abrasileirando* a Farroupilha: o caso de Souza Docca", esse capítulo apresenta os principais aspectos que permearam a escrita da história do autor, seu espaço social de produção e, ainda, os embates intelectuais que travara com Alfredo Varela. Apresentando as nuances e matizes deste antagonismo, sobretudo quando da proximidade do centenário farrapo, busco demonstrar as críticas ferrenhas dispendidas mutuamente entre os autores.

"Do beduíno ao *gaúcho*: a escrita da história de Manoelito de Ornellas" é como se intitula o quinto capítulo deste livro. Nele, analiso as implicações que a conjuntura da historiografia dos anos 1940 propiciou à escrita da história do autor, seus objetos e suas abordagens. É enfatizada a trama da formação do sistema de propriedades do Rio Grande do Sul, descrita pelo autor, e, ainda, a forma como este compara os *gaúchos* e os beduínos, afirmando-os como semelhantes, uma vez que o primeiro seria descendente indireto do segundo.

O sexto (e último) capítulo desta obra denomina-se "Entre polêmicas e contrastes: *Capitania d'El Rey*, de Moysés Vellinho". Nele, analiso como o autor se reportou aos diversos temas que envolveram o passado sul-rio-grandense, observando os contrastes que estabelece em sua escrita da história. Atentando aos temas polêmicos que o autor abordou e, ainda, verificando como distinguiu os diferentes tipos sociais envolvidos na formação histórica sul-rio-grandense, extraem-se algumas conclusões acerca de sua escrita da história e de suas concepções.

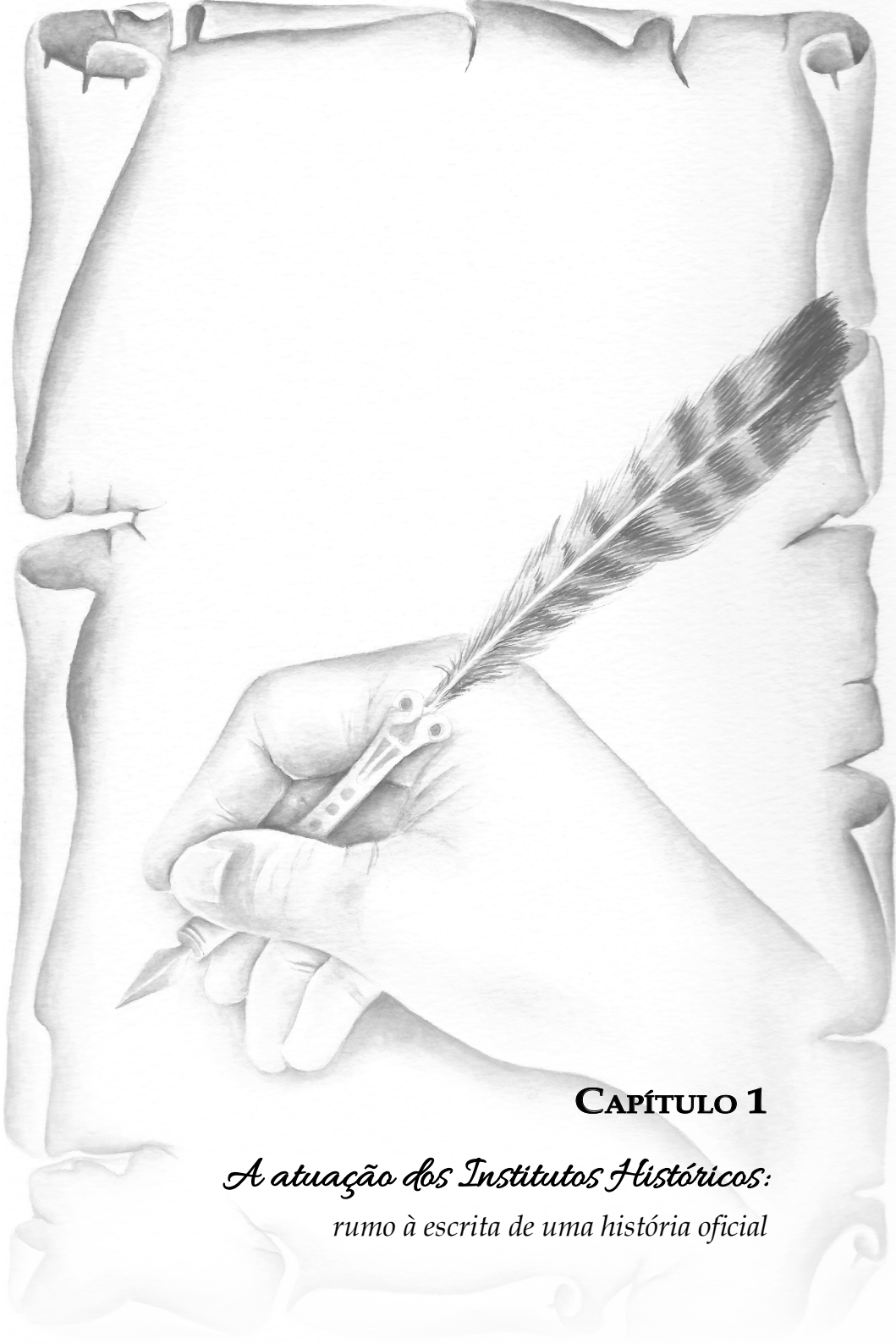
Ao fim, esboço algumas considerações finais a respeito do livro e da experiência de escrita.

Aos leitores, desejo uma leitura prazerosa. Agradeço, de coração, por fazerem parte da realização deste sonho. Espero que, nestas páginas, vocês percebam as doses de carinho e

amor que tenho pela ciência histórica e, sobretudo, pelo tema que escolhi estudar. Que cada palavra toque em vocês como tocou a mim. Boa leitura!

Com ternura,
A autora

Sarandi, 08 de fevereiro de 2020.



Capítulo 1

A atuação dos Institutos Históricos:

rumo à escrita de uma história oficial

Quando você, caro leitor, ouve falar em "História do Brasil", o que vem à sua mente? Ao ouvir falar em "História do Rio Grande do Sul", lembra-se de uma indumentária rebuscada, ou, ainda, de guerras e tensões? De quais episódios, fatos ou conjunturas você se recorda?

Talvez, você nunca tenha se questionado a respeito de lembrar-se de alguns fatos em detrimento a outros quando se fala da história brasileira ou sul-rio-grandense. Talvez, nunca tenha pensado na razão de a Farroupilha ser tão *epicamente* memorada e comemorada no Rio Grande do Sul, ou de eventos ligados à colonização portuguesa serem tão enfatizados no ensino de História tradicional. Já parou para pensar em quem escreveu essa história?

Nós, historiadores, não conseguimos reconstruir o passado em nossos estudos. O que conseguimos é, no máximo, compreendê-lo de acordo com as fontes que nos possibilitam estudá-lo, mas sempre trabalhando com lacunas e questões que ficam em aberto. Ao narrarmos sobre o passado, estamos construindo, dando forma aos ocorridos. Nesse processo de escrita da história, entram em jogo os caracteres subjetivos de cada historiador, suas visões de mundo, os objetivos por trás de sua escrita e inúmeros outros aspectos. Ao escrever a história, não somos neutros. Estamos construindo uma imagem desse passado, que nos é distante e presente, palpável e intocável.

A escrita da História, no Brasil, iniciou-se oficialmente

no século XIX, quando o país passou a contar com um espaço social e intelectual dedicado a tal fim. A criação de uma agremiação encarregada de escrever a história da jovem nação, por meio da atuação de seus intelectuais, marcou o *historiar* no país. É sobre esse Instituto e suas filiais[1] no Rio Grande do Sul, sobretudo, que versa a primeira parte deste livro. Por meio dela, objetivo explicitar o contexto historiográfico do século XX, partindo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e percebendo sua atuação enquanto meio social e intelectual privilegiado. Pretendo, ainda, explanar como se deu a fundação de institutos históricos a nível regional, e quais os aspectos da escrita da história neles produzida.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

No século XIX, o Brasil conheceu um importante processo, cujo evento-marco fora o ano de 1822. A independência em relação a Portugal e a formação de uma monarquia em solo brasileiro, liderada por um representante da linhagem monárquica portuguesa, se deram em um contexto marcado pela ocorrência de inúmeras rebeliões locais, nas mais variadas províncias. A Balaiada, a Sabinada e a Farroupilha, entre outras, foram algumas das revoltas ocorridas no período[2].

[1] Não se trata de "determinar" os institutos históricos sulinos enquanto meras filiais do nacional. Pelo contrário: trata-se de evidenciar que possuem suas particularidades de ação, escrita e veiculação de ideias e, neste âmago, se alicerçam ao nacional em função de possuírem um intuito comum, ou seja, de buscarem versões oficiais ao passado brasileiro em geral, e sul-rio-grandense em particular. Sobre o tema, ver SANCHEZ (2003).

[2] Muitas foram as revoltas que ocorreram após a independência brasileira. Muitas delas deram prosseguimento às críticas dirigidas anteriormente ao poder centralizador. A Farroupilha, à qual dedico-me no segundo capítulo deste livro, ocorreu em 1835 e foi findada dez anos depois, chegando a fundar uma República em solo sul-rio-grandense. A Sabinada, ocorrida em 1837 na Bahia, foi um

Deste modo, a incipiente monarquia teria de lidar com dois problemas principais, já em seu advento. Primeiramente, a existência de uma gama de rebeliões espalhadas pelo território, que tornava mais trabalhosa a instituição de um governo unificado, uma vez que algumas das revoltas ocorreram contra o próprio governo. O segundo empecilho diz respeito a aspectos mais subjetivos do que físicos. Em outras palavras, a monarquia brasileira recém-independente era possuidora dos territórios que compunham as províncias, sendo estas partes integrantes do todo. Porém, subjetivamente, isso não queria dizer que todos os habitantes do território que compunham o Brasil se sentissem coesos entre si, ou seja, pertencentes ao todo unificado. Desse modo, a jovem monarquia precisou contornar o problema das rebeliões locais, o que fez à base da diplomacia e das armas. Mas, e quanto ao segundo problema? Como os *retalhos* poderiam se tornar uma *colcha*?

Deixemos de lado, por um momento, o contexto brasileiro do século XIX. Consideremos, porém, a Europa do mesmo período. Foi na segunda metade deste século que, em solo alemão, se consolidou uma corrente historiográfica de suma importância, o Historicismo[3]. A consolidação de tal corrente se faz importante à nossa análise pela semelhança entre o contexto onde se formou e o contexto brasileiro de criação

dos movimentos que visava à separação do território, em muito relacionada aos problemas sociais e econômicos do período, como a carestia de alimentos e a inflação. A Balaiada, iniciada no Maranhão, em 1838, fora um levante contra a alta dos impostos e a crise da venda de produtos no mercado interno, recheado de produtos externos. Sobre o tema, ver SCHWARCZ; STARLING, 2015.

[3] O historicismo alemão teve relação direta com o contexto de afirmação dos Estados Nacionais, bem como com a burocracia estatal. A unificação alemã e a tentativa de modernizar o emergente país sem que ocorresse revolução são fatores que compuseram a matriz historicista. As inovações desta corrente, do ponto de vista historiográfico, estiveram na documentação, no método e na admissão da relatividade de sujeito e objeto. A corrente teve como precursora a Escola Histórica Alemã, que contou com Leopold Von Ranke como principal expoente. Sobre o tema do Historicismo, consultar BARROS (2016).

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838), no Rio de Janeiro. A corrente historicista não só se formou no Estado Nacional alemão, como também fez da história do *país* seu principal objeto. O IHGB, por sua vez, fora fundado dezesseis anos após a independência brasileira, na capital da Monarquia e, assim como a corrente historicista, fez da história nacional seu objeto por excelência[4]. Por meio da fundação do Instituto, teve início o processo de escrita da história oficial brasileira, com seus grandes nomes, grandes eventos e peculiaridades.

Conforme já mencionado, as instabilidades sociais nas mais variadas regiões do país faziam com que o Brasil possuísse um território conciso, mas não uma população que se sentisse brasileira. O IHGB fora, assim, a materialização de um empreendimento que viria a dar frutos, uma vez que, dentro da Instituição, ganharia espaço uma escrita da história voltada justamente à tentativa de construção da "Nação brasileira". Os intelectuais[5] que fizeram parte deste empreendimento e que dispenderam esforços para alcançar tal propósito escreveram uma história calcada na ideia de "desvendar" o que havia por trás da Nação, ou seja, seu processo de formação. Deste modo, foi

[4] Porém, há uma divergência entre o projeto europeu e o brasileiro: "Enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estavam se efetuando fundamentalmente no espaço universitário, entre nós esta tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais" (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

[5] Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em 1816, fora um dos letrados importantes ao processo de institucionalização e produção historiográfica do IHGB. Ingressado na agremiação em 1840, participou de muitas pesquisas em busca de documentos que se relacionassem à história do Brasil. Produziu inúmeras obras de fôlego, dentre as quais podemos mencionar *História Geral do Brasil*, de 1907, na qual valoriza o processo global no qual o Brasil se constituiu, em um esforço historiográfico de consolidação identitária brasileira. Sobre o tema, ver GUIMARÃES (1988).

> à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entrega[ra]m os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do lHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

O Instituto Brasileiro, assim, passou a atuar como espaço privilegiado de produção historiográfica a nível nacional[6] e, aos poucos, foi abrangendo assuntos relacionados às mais variadas províncias, sempre aliando a história local com a nacional[7]. Escrever a história da "Nação", além disso, implicava a construção de um passado comum ao todo, que funcionou como um processo de "aproximação", cujo objetivo era forjar uma identidade comum a todos os brasileiros. Deste modo, no IHGB,

> a história e a geografia, que passavam por profundas e importantes alterações epistemológicas [...], buscavam não apenas singularizar essa *retórica da nacionalidade*, ou seja, conter a dispersão do discurso e a ela resistir, mas também procuravam se constituir em campos do saber que explicassem a existência, ao longo do tempo, de uma nação formada por *brasileiros*. A historiografia e a literatura seriam as modalidades de escrita privilegiadas para a construção do patrimônio identitário a ser partilhado, no qual se projetaria uma imagem sem rasuras da nação, capaz de neutralizar todos os impasses na integração dos respectivos súditos em

[6] Destaque-se os numerosos e bem-sucedidos intentos dos letrados do IHGB de aproximação com outros ambientes de produção intelectual, como o *Institut Historique* de Paris, agremiação que teria inspirado sua organização. Muitas foram as correspondências trocadas entre os membros dos Institutos, com elogios e recomendações tecidos entre os "pares" (SANCHEZ, 2003).

[7] Voltarei a este tema posteriormente, explanando o caso sulino.

> uma consciência nacional e histórica (CEZAR *apud* BOEIRA, 2019, p. 55-56).

Por outro lado, os intelectuais do Instituto desencadearam outro processo por meio de seus textos: o de "diferenciação". Se o objetivo era aproximar os brasileiros, atribuindo-lhes uma identidade comum, própria da Nação,

> externamente define-se o "outro" desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie. Assegurava-se desta forma a possibilidade de continuidade com Portugal e da construção das metáforas de parentesco para caracterizar as relações entre o Brasil e a antiga metrópole. Por outro lado, esta definição do nacional brasileiro em oposição às repúblicas do continente trouxe consequências políticas visíveis, por exemplo, na formulação da política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Não haveria, assim, um sentimento de aborrecimento para com a antiga metrópole, mas sim laços de continuidade entre esta e a jovem Nação que se formava. A valorização do contingente português, na escrita da história dada dentro do IHGB, viria a ser uma constante, sendo, inclusive, estendida aos ideais defendidos pelas agremiações que viriam a ser fundadas posteriormente[8]. Além disso, as demais áreas latino-a-

[8] Em 1854 teria ocorrido uma tentativa de fundar um Instituto histórico no Rio Grande, mas sem êxito (SANCHEZ, 2003). O estado, porém, contou com agremiações históricas efetivas. A primeira delas, fundada em 1860, recebeu o nome de Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), com curta duração. A segunda, fundada em 1920 e atuante até a atualidade, denominada Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ambas serão abor-

mericanas foram tornadas opostas ao Brasil, ou seja, tornaram-se o "outro" na escrita da história brasileira, o que ecoou, também, na forma como as relações de fronteira viriam a ser concebidas na produção historiográfica sul-rio-grandense, posteriormente.

A questão de como o espaço platino fora concebido dentro do IHGB merece destaque. No Instituto brasileiro, conforme já mencionado, esta região fora tornada o "outro" em relação ao Brasil. Tal fato se explica em função de as preocupações do IHGB não estarem centradas apenas na defesa da indivisibilidade territorial do todo por motivos internos, regionais, mas também na proteção contra um possível separatismo proveniente das influências da conjuntura platina do século XIX[9]. Deste modo,

> era necessário fazer o elogio da administração central do País, simultaneamente relegando as províncias a meras circunscrições territoriais que não eram capazes de funcionar por si mesmas e que somente teriam importância dentro do todo chamado Brasil, todas dele dependendo e, sem ele, impossibilitadas de existir (BOEIRA, 2019, p. 57).

O discurso que estava em voga, portanto, era centralizador, tornando desacreditadas e menosprezando as ações regionais de cunho político, de modo a enfatizar a administração central como aglutinadora e representante de todos os interesses da nação. Durante vinte e dois anos seria esta a vertente predominante de escrita da história. Desde 1838, fora o IHGB a instituição responsável por escrever o passado do país. Este quadro, porém, fora alterado a partir de 1860.

---

dadas com maiores detalhes no decorrer do capítulo.

[9] A respeito da conjuntura platina do século XIX e sua ligação com o espaço sul-rio-grandense, ver GUAZZELLI (1997).

Do centro à periferia: o Instituto Histórico da Província de São Pedro

Conforme referido anteriormente, a fundação do IHGB se deu no contexto de consolidação da jovem monarquia brasileira. Através da instituição, foram lançadas as bases da escrita de uma história oficial à Nação. A partir da segunda metade do século XIX, porém, o empreendimento de escrever a história brasileira conheceu um "reforço" a nível provincial[10]: em 1860, fora fundado o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), no atual Rio Grande do Sul[11].

A criação de um Instituto fora dos domínios do governo central fora uma experiência inédita, ocorrida em solo sul-rio-grandense (BOEIRA, 2019). O IHGPSP buscou inserção na perspectiva de abordagem histórica que o IHGB possuía desde sua fundação, objetivando, deste modo, a inserção da história e da identidade do Rio Grande do Sul à história brasileira, escrita pelo Instituto nacional. Sua criação, portanto, consistiu em uma questão de ordem política, uma vez que os homens da Província de São Pedro desejavam escrever a história de sua região. Assim, o Instituto provincial solicitou

[10] Cabe destacar que não partiu do IHGB a iniciativa de fundar agremiações históricas a nível regional. A aceitação ao IHGPSP demorou, e exigiu muitos esforços de seus letrados para que se desse, esforços estes que iam da formulação dos estatutos aos temas tratados em sua "agenda histórica". O Instituto nacional não se posicionava contrário a tal empreitada; por outro lado, não era dele que partia o incentivo (SANCHEZ, 2003).

[11] Na década de 1860, o Brasil era governado por D. Pedro II, no chamado "Segundo Reinado". O café se consolidava como o principal produto da economia brasileira, escravista e exportadora. A década veria explodir um conflito internacional: a Guerra contra o Paraguai, que traria um pesado soldo ao Brasil (SCHWARCZ, STARLING, 2015). No Rio Grande do Sul, haviam sido iniciados os fluxos imigratórios de europeus, e algumas colônias de imigrantes alemães e italianos já se fixavam, como é o caso de São Leopoldo. As grandes estâncias pecuaristas e as charqueadas, sob o poder dos grandes proprietários, faziam-se presentes (BOEIRA; GOLIN, 2007).

filiação ao nacional, pedido este que foi recebido de maneira pouco entusiasmada:

> a anuência do IHGB demorou deveras e foi necessária a realização de todo um processo de reformulação nos estatutos que regiam a associação nacional (e que, até então, não previam regulamentos que versassem sobre filiais locais) para que a solicitação de filiação pudesse ser atendida. Cabe salientar que, aqui, o imbróglio ocorreu por questões ideológicas antagônicas: a posição política do quadro de dirigentes do IHGB não se identificava com o discurso liberal progressista proclamado pelos letrados do IHGPSP. Ao contrário, as demandas dos progressistas, baseadas na defesa de uma maior autonomia administrativa para o Rio Grande, colidiam com o discurso centralizador que sempre fora defendido pela agremiação imperial (BOEIRA, 2019, p. 63).

Havia, deste modo, um impasse entre os Institutos. Desde 1838, a escrita da história do Brasil era realizada pelo IHGB. Com o surgimento do IHGPSP, a partir de 1860, esta função teria que ser "dividida", uma vez que os encargos de registrar o passado local ficaram com os intelectuais da Província. Assim, com a criação de uma agremiação congênere ao IHGB, fora necessário a este último uma reflexão acerca de como lidar com a situação, uma vez que o passado do Rio Grande estava, a partir dali, em disputa por duas instituições, com demandas e orientações diferentes[12].

[12] Em meio a este impasse entre as duas agremiações, constitui-se tanto uma ideia de Brasil, quanto de região (BOEIRA, 2019). A nível nacional, houve a cristalização de uma elite dominante que, sob seus interesses, construiu um imaginário identitário brasileiro. A nível local, teve início a valorização dos "traços típicos", tanto do homem, quanto da terra. O que é perceptível, no entanto, é que as duas instituições passaram a atuar como *construtoras* de identidades comuns, protagonizando a *trama entre a província e a nação* (RODRIGUES, 2006), que viria a ser uma constante entre o local e o nacional dali em diante.

O jovem Instituto provincial contou com revista própria, de periodicidade trimestral, onde eram publicados ensaios de intelectuais sul-rio-grandenses. A introdução do primeiro volume do periódico demonstra a criação do Instituto da Província como uma "necessidade do estudo das coisas pátrias", que se fazia presente "há muito tempo a esta parte" (REVISTA DO IHGPSP, 1860, p. 1). Além disso, é lembrado o passado de guerras e embates do Rio Grande do Sul, afirmando-se que

> esta província [São Pedro] viu mais de um herói, escrevendo com seu gládio sucessos memoráveis que deviam ser narrados no livro da pátria; viu mais de um fato levantar-se para dizer a todo o Império uma ou outra tremenda lição de política, que foram algumas vezes aproveitadas com grande vantagem da comunidade; viu, enfim, triunfar a indústria do homem dos elementos destruidores que o pleito das armas espalhava sobre o seu horizonte, enriquecendo-a com novas descobertas (REVISTA DO IHGPSP, 1860, p. 1).

A Província de São Pedro, assim, teria vivenciado um passado onde o estado de guerra teria sido reinante. Além disso, o periódico apresenta este passado como heroico e decisivo, digno, portanto, de estar incluso na história da Nação. A introdução apresenta o povo da província como importante ao passado, por seus atos de bravura, mas, também, coloca-o em posição de "sentinela do futuro":

> Regada de soberbos e majestosos rios, [...] ela [a terra da Província] promete ser o berço de uma geração vigorosa, que destinada a suceder as passadas na defesa das fronteiras do Império como baluarte vivo dele, nem por isso deixará de figurar muito salientemente nas vitórias pacíficas da inteligência e da indústria que o país tem de alcançar no futuro (REVISTA DO IHGPSP, 1860, p. 1).

Deste modo, é evocado não só um passado de sentinela e defensor do todo, como também é previsto um futuro de *avanços*, tornando a Província parte de ambos. Não só nas armas, portanto, os provincianos seriam exitosos, sendo capazes, também, de conquistar "vitórias pacíficas", em nome do avanço tecnológico futuro, a nível nacional. Por seu passado e por seu futuro, a história do que foi e do que viria a ser, na Província de São Pedro,

> não será um monumento de exclusivo interesse para ela; não, os sucessos mais notáveis aqui passados estão intimamente ligados à vida do Império, que não haverá brasileiro que não os leia como uma narrativa da história geral do país. Os bravos que derramaram seu sangue [...] empenharam-se por lutas nacionais, os sucessos acontecidos nela eram ou deviam ser registrados na história geral do país. O que há de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente (REVISTA DO IHGPSP, 1860, p. 1).

O IHGPSP figuraria como uma espécie de filial do IHGB, colaborando por meio de seus ensaios para a escrita da história oficial brasileira. O que se busca alcançar pela introdução do primeiro periódico do Instituto da Província é a legitimação e a justificação da inserção da história local em meio aos "grandes feitos" narrados a respeito da nacional. Demonstrar a Província como um agente em função do todo, no passado, seria útil a ela, em função de suas lutas e "heróis" constarem como atuantes em prol da Nação, e não apenas do âmbito local. Por outro lado, apresentar a história da Província como ligada à do todo seria proveitoso ao IHGB, uma vez que poderia contribuir para seu intuito de forjar uma identidade comum a todos os habitantes do Brasil. Na escrita da história

deste período, portanto, estiveram presentes interesses de cunho identitário e de reconhecimento frente ao todo.

No fragmento anterior, o periódico torna clara a peculiaridade que a "guerra civil" representaria à Província. Ela, conforme a introdução da revista, não seria posta junto à história nacional. No IHGPSP, o tema da Farroupilha não recebeu tanto destaque, dada a curta duração do Instituto, que permaneceu atuante até a metade da década de 1860[13]. Ele chegaria aos holofotes da historiografia a partir da década de 1920, com a fundação do "novo" Instituto no Rio Grande do Sul.

O século XX e o "novo" Instituto do Rio Grande

O IHGPSP, mesmo contando com a publicação de periódico próprio e com a atuação de intelectuais da província, acabou "fechando as portas". O IHGPSP fora "reconhecido" pelo IHGB tardiamente, em 1863. Um ano depois, ocorrera a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, e muitos de seus letrados atuaram no conflito, enfraquecendo a cúpula e a quantidade de produções do Instituto provincial. Além desse fator, o fim do IHGPSP esteve ligado, também, às dissidências com o Instituto nacional. No entanto, os letrados da Província não sufocaram seu intuito de possuir, na região, uma agremiação congênere à desintegrada anteriormente. No âmago deste esforço, foi fundada a Sociedade Partenon Literário, que não constituiu uma agremiação histórica, mas em muito contribuiu para a produção de livros e ensaios acerca do passado

[13] "O advento da Guerra do Paraguai, com a invasão da Província pelas hostes inimigas, reclamando o concurso de todos na sagrada defesa da pátria comum e acarretando a absorção necessária das atividades pelas coisas da guerra foi provavelmente a causa precípua da extinção do Instituto, pela dispersão inevitável dos seus membros" (ABREU E SILVA, 1921, p. 125). Este excerto foi extraído da primeira edição da Revista do IHGRGS. Florêncio Carlos de Abreu e Silva, no período, era presidente da agremiação histórica (SILVEIRA, 2008).

sul-rio-grandense[14]. Por um período de mais de meio século, a Província de São Pedro não conheceu a fundação de um novo instituto. Este quadro alterou-se no ano de 1920, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)[15]. O "novo" Instituto contou com a publicação de revista própria, assim como o anterior, e ligou-se de maneira íntima aos ideais que o IHGB defendia, já mencionados anteriormente. A fundação do IHGRGS, porém, deve ser percebida em um quadro mais amplo,

> que começa no final do século XIX, e que pode ser notado através da criação de estruturas objetivas no âmbito da cultura no estado que, ao mesmo tempo, evidenciam e fortalecem a configuração de um espaço social dos homens de cultura dentro do espaço de poder. Estas estruturas objetivas são, por exemplo, uma imprensa vigorosa, com certo nível de concorrência, instituições respeitadas e consolidadas de ensino superior, propagação de difusores do saber e da literatura (livrarias e gráficas), mercado consumidor (limitado), relativa

[14] O Partenon Literário foi um agrupamento de letrados fundado no ano de 1868 em Porto Alegre, cuja atividade perdurou até meados da década de 1880. Neste período, vários eventos sociais foram promovidos, como saraus literários, bailes e palestras. Além disso, a Sociedade manteve um museu, uma biblioteca e um instrumento de divulgação e circulação de suas produções e atividades, a saber, a *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*. Este periódico teve ampla circulação, seja na capital sul-rio-grandense, seja em cidades do interior do estado. A Sociedade figurou, ainda, como um *lugar social* (CERTEAU, 1982) no qual foram forjados muitos dos aspectos que permeariam a escrita da história sobre o *gaúcho*, bem como o *panteão* de heróis sul-rio-grandenses. Em relação ao tema, consultar BOEIRA (2009).

[15] Em se tratando dos anos 1920, observamos que o Brasil se organizava de acordo com o regime republicano, instaurado em 1889 (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nesta conjuntura imperava a chamada "política do café com leite", na qual as oligarquias rurais dominavam o cenário político nacional, sobretudo as famílias de São Paulo e Minas Gerais, grandes centros produtores de lácteos e café. No Rio Grande do Sul também vigorava o sistema republicano. Passados alguns anos do fim do governo de Júlio de Castilhos, marcadamente autoritário (RODRIGUEZ, 2007), ainda eram notáveis os efeitos do Positivismo na Constituição que regia o estado, sobretudo em termos das legitimações do poder por meio desta ideologia.

> elevação dos níveis de instrução primária e secundária, criação de instituições públicas da cultura e a urbanização (MARTINS, 2015, p. 28).

Para além das transformações no âmbito cultural, evidenciando a existência de um "espaço sociocultural" no Rio Grande, ao qual estiveram ligados os letrados, se faziam necessários outros tipos de transformações, relativos ao "papel" dos intelectuais no cenário sul-rio-grandense, uma vez que

> Ao longo das primeiras décadas do século XX, o descompasso entre o Rio Grande do Sul e o Brasil no aspecto político e cultural foi ficando cada vez mais evidente, até o ponto do Rio Grande do Sul ser considerado "um corpo estranho à nação". Politicamente, os rio-grandenses foram perdendo (ou se dando conta da perda de) espaços no campo central de poder. Culturalmente, o Rio Grande do Sul tinha dificuldades de ser representado como parte do Brasil pela ênfase nas características regionais e de sua identidade, que o assemelhava mais aos países platinos do que ao Brasil, fato que, por sua vez, reforçava a perda de espaço político (MARTINS, 2015, p. 29-30).

Deste modo, em meio a uma "dupla dificuldade" frente ao todo, se tornou urgente aos letrados sul-rio-grandenses demonstrar a identificação do Rio Grande com o Brasil (âmbito cultural) e, ainda, buscar legitimação a esse discurso. Esta, por sua vez, se daria por meio da criação de um espaço social específico, institucionalizado, que aglutinasse os intelectuais em torno dele.

> Entendendo desta forma, a criação do IHGRGS foi resultado da conjugação de fatores internos e externos à intelectualidade local, e foi produto

> das relações e tensões, dentro das estruturas de poder, entre agentes sociais e entre instituições fundadas sobre interesses e coações intelectuais, sociais e políticos, na intersecção entre o regional e o nacional. Neste processo complexo, a legitimidade do discurso sobre a "identidade rio-grandense" dependia e, ao mesmo tempo, reforçava a legitimidade institucional do IHGRGS. A elaboração do discurso sobre a identidade regional e a construção da própria identidade dos intelectuais ligados ao IHGRGS comungavam essa origem e esse sentido, e se relacionavam com a tensão e acomodação entre o discurso regional e o nacional. (MARTINS, 2015, p. 30).

O Instituto Histórico Sul-rio-grandense congregou em seu entorno uma gama de letrados que, até então, encontrava-se disperso, sem um espaço social que lhes fosse próprio[16]. A partir de sua formação, os letrados conheceram um espaço onde puderam trabalhar em prol de uma redefinição/atualização do meio intelectual/cultural do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, o Instituto consolidou a imagem e a visibilidade que os letrados do Rio Grande desejavam, e pela qual ansiavam em função do descompasso político-intelectual em relação ao todo.

A formação de um núcleo intelectual no IHGRGS, no entanto, não deve ser compreendida como a união de um grupo homogêneo social e politicamente. Ao contrário, os próceres da escrita da história sul-rio-grandense compunham um grupo heterogêneo, uma vez que não compartilhavam posicionamentos e pressupostos teóricos em relação aos temas que viriam a compor os sumários dos periódicos e livros publicados no âmago do Instituto. Mas, como se dava sua coesão

[16] O quadro de agremiados do IHGRGS era diverso, sendo composto por militares, advogados, médicos, professores e jornalistas, entre outros (SILVEIRA, 2008). A ocupação principal destes, assim, não era o *historiar*.

em torno do IHGRGS? Havia, entre o grupo, um "sentimento comum de falta de espaços políticos para o Rio Grande do Sul e de que os 'estigmas' que pesavam sobre o Rio Grande também os afetavam como intelectuais" (MARTINS, 2015, p. 33). Tal "carência" de espaços sociais e a existência de pré-conceitos acerca do Rio Grande seria prejudicial aos letrados em função de relegá-los à margem dos espaços de poder, deixando-os à sombra dos meios intelectuais e políticos e, ainda, sem o reconhecimento e admiração dos pares, a nível nacional.

É deste contexto mais amplo, que vai do descompasso dos intelectuais sul-rio-grandenses em relação ao todo às "ações" dos intelectuais frente ao duplo empecilho (político e cultural), que são lançadas as bases para a consolidação do IHGRGS como um espaço social de produção do conhecimento histórico, pautado na busca por reconhecimento intelectual e, ainda, por espaço na arena política. Haveria, em meio aos letrados da agremiação, "sentimentos comuns", que tornavam sua coesão ainda mais sólida. Tais sentimentos

> reflete[m] o pensamento mais geral dos intelectuais gaúchos: 1) de que o Rio Grande do Sul estava predestinado a ser uma liderança "moral" para o Brasil; 2) a percepção de que se diziam "inverdades" e "calúnias" sobre o Rio Grande do Sul, que precisavam ser revistas e desmentidas; 3) o sentimento de que havia certa "prevenção" para aquilo que se gerava no Rio Grande do Sul em termos de produção cultural (MARTINS, 2015, p. 33).

Em meio a estes três "sentimentos comuns" à intelectualidade constituinte do IHGRGS, seria necessária uma ação efetiva da Instituição para combater os estigmas acerca do Rio Grande e seus letrados. Tal ação esteve calcada na mobilização coletiva dos intelectuais, em prol do desmantelamento de visões consideradas errôneas e superficiais. De-

monstrar o "Rio Grande por ele mesmo" seria a "missão" dos intelectuais do IHGRGS.

A introdução da primeira edição do periódico do Instituto sulino, publicada em 1921, é reveladora quanto aos intuitos da fundação da agremiação. Com o título "A história e o Instituto Histórico", o texto nos diz que "uma sociedade que não cultiva a sua própria história não tem consciência de si mesma" e justifica a necessidade de um estudo a respeito do passado em função de este "preparar o futuro", sendo necessário entender os diferentes tempos em uma ordem diferente do habitual: "o passado, o futuro e o presente, pois o presente nada mais é do que um ponto entre o que passou e o que passará" (REVISTA DO IHGRGS, 1921, p. 3). É justamente sobre o argumento de uma história *magistra vitae*, ou seja, de caráter pedagógico e moralizante, que o Instituto passa a funcionar[17]. Os intelectuais da agremiação, deste modo, passam a produzir uma historiografia fortemente relacionada aos "feitos" do passado sul-rio-grandense e à suposta bravura de seus homens (sim, homens), com vistas a preservar a história do Estado sulino na memória das gerações vindouras. Além disso, e sobretudo, é buscada a revitalização da imagem do Rio Grande, demonstrando um passado heroico, o qual deveria servir de exemplo ao restante dos brasileiros. É o caso dos estudos sobre a Farroupilha, tema ao qual nos ateremos mais adiante.

Conforme mencionado anteriormente, foi no século XIX,

[17] Durante muito tempo, desde Cícero em Roma, a história foi tomada como uma escola da vida, que contaria com um arsenal de exemplos importantes. A História, assim, serviria como base para legitimar, julgar ou refutar, de acordo com o espaço de experiências nela contido. (KOSELLECK, 2006). Isto, porém, negligencia a própria historicidade dos processos históricos, uma vez que é necessário que cada qual seja considerado em seu contexto e em suas especificidades. Desde o final do século XIX a *história magistra vitae* perdeu seu valor historiográfico, embora ainda hoje sua conotação pedagógica exista. Escrever sobre a história não é apenas narrar "o que aconteceu", mas sim compreender o passado e suas conexões com o presente com o aporte de metodologias e teorias que forneçam embasamento.

com a fundação do IHGB e IHGPSP, que se iniciou a forja de uma identidade comum, tanto para a nação, quanto para a região, ou seja, para os *brasileiros* e para os *gaúchos*[18]. Afirmamos, ainda, a existência de divergências entre o Instituto nacional, que visava à construção de uma imagem forte da administração central e buscava demonstrar as províncias como espaços a ela dependentes, e o regional, que intuía forjar uma identificação entre os sul-rio-grandenses enquanto *gaúchos*. Porém, para tal, o IHGPSP acabou aproximando o Rio Grande mais ao Prata do que ao Brasil, o que gerou "faíscas" com o IHGB. Tal distanciamento cultural (construído pelos intelectuais do IHGPSP) entre o Brasil e o Sul, cujas raízes remontam ao século XIX, refletiram de maneira significativa no século XX, já no período de atuação do IHGRGS. Se, no século anterior, a forja de uma identidade regional com parecenças em relação ao Prata fora útil em função da política local, no contexto do século XX, acabara por dificultar a relação Rio Grande-Brasil em função da representatividade do primeiro frente ao último, em termos culturais. Tal quadro repercutiu no cenário político, tornando rarefeitos os sul-rio-grandenses na arena nacional[19].

---

[18] Quando utilizo o conceito de "sul-rio-grandense", refiro-me ao habitante do extremo meridional brasileiro, ou seja, ao que nasceu no Rio Grande do Sul. Quando emprego o termo "gaúcho", aludo ao caráter construído deste sujeito, ou seja, das legitimações, generalizações e simplificações por detrás do constructo que comporta o *ser* gaúcho.

[19] Vale lembrar que, neste contexto, muitos dos letrados do Instituto eram políticos, advogados, militares e etc., participando de atividades ligadas ao âmbito cultural em tempo vago. Os historiadores deste período, portanto, não eram historiadores como conhecemos hoje, onde se exige especialização em instituições de ensino, por exemplo. "Nesse contexto, em que a história era construída fora dos quadros acadêmicos, alguns indivíduos sentiam-se desafiados ou simplesmente eram tomados pelo desejo de trazer ao seu presente os fatos e as circunstâncias do passado, *tornando-se* historiadores" (SILVA, 2019). É justamente por esse motivo que assuntos políticos eram de grande valia para os letrados da agremiação sulina, e andavam lado a lado com o âmbito cultural, uma vez que os *homens das letras* eram, também, *homens públicos*.

Um meio eficaz para conseguir o reconhecimento dos pares a nível nacional seria cindir a identidade regional com a nacional. Deste modo, a intelectualidade sul-rio-grandense poderia ser aceita e legitimada perante o todo. Porém, o Rio Grande ocupava uma posição de espaço periférico, o que

> acentuava a dependência e subordinação da esfera intelectual local aos critérios de legitimidade ditados pelo centro, entre os quais o nacionalismo emergia como principal baliza de legitimidade. Além disso, a esfera local não possuía mecanismos próprios de consagração. Assim, era necessário, para o intelectual local da época, ser lido e reconhecido no meio intelectual nacional, tanto pelos escritores consagrados quanto por aqueles que representavam instituições legítimas do mundo intelectual, e, também, pelas diversas instâncias de produção e difusão da cultura, como os jornais e as revistas do centro do país. A tarefa de definir a identidade nacional assumida pelos intelectuais brasileiros, por sua vez, acabava por expor a problemática das identidades regionais como questões que precisavam ser articuladas e harmonizadas com o ideal nacionalista. Esta questão tornava-se nodal para intelectuais de um espaço regional periférico como o Rio Grande do Sul. Assim, os fundadores do IHGRGS definiram como sua a atribuição de (re)formular a identidade regional (MARTINS, 2015, p. 54).

Portanto, aquela identidade regional forjada no século XIX pelo IHGPSP não mais convinha. Os laços que aproximavam o Rio Grande ao Prata deviam ser cortados, e, a partir de então, deviam ser construídas amarras que ligassem o Sul ao Brasil. Nacionalismo e regionalismo, assim, deveriam estar lado a lado, como se fossem intrínsecos, naturais[20]. Rede-

[20] Nacionalismo alude à identificação com uma nação, ou seja, com um todo que compartilharia um território, uma língua e características culturais semelhantes

finir a identidade regional, pautando-se nos ideais do IHGB, e aproximando o regional do todo seria a missão dos letrados da agremiação sulina. No entanto, surgem algumas questões: como redefinir a identidade? Que atributos priorizar? Quais os elementos representativos dos *gaúchos*? São perguntas complexas, uma vez que a própria identidade nacional estava em aberto e conhecia certa "concorrência" entre várias "identidades regionais", que buscavam proeminência frente às outras, buscando consolidar seus aspectos como componentes do todo.

> Este estado de concorrência se dava em primeiro plano no nível intra-regional, pela definição dos "porta-vozes" e produtos coletivos da cultura regional. No nível extra regional, e no largo prazo, a literatura foi mais eficiente para fixar a imagem do Rio Grande. Duas instituições que se destacam nesse processo são o IHGRGS e a Livraria do Globo. Aquele, por ser a primeira "corporação intelectual" a encampar a missão de reformular a identidade regional, utilizando a história como móvel e objeto. Esta, por ser a "casa" editora que dava visibilidade aos intelectuais gaúchos, local e nacionalmente (MARTINS, 2015, p. 55)

Em síntese, é possível afirmar que a ideia de regionalismo foi norteadora na atividade de se *pensar a história* do Rio Grande, no século XX. Seja por interesses políticos, culturais, ou por ambos, redefinir o que se entendia por *regional* em relação ao Rio Grande fora a *operação historiográfica* (CERTEAU, 1982) fundamental dos intelectuais do IHGRGS. Assim, "o re-

(SOBRAL, 2003). No caso do Brasil, fora preciso construí-la, forjá-la, buscando-se homogeneizar as diferenças existentes nas várias regiões. O regionalismo também parte de um viés de identificação, mas se trata pontualmente de perceber os traços típicos de um dado grupo social, por exemplo (NEDEL, 2005). No caso do Rio Grande do Sul, estava-se definindo quais caracteres eram inerentes a seu povo, e como poderiam ser relacionados àqueles tomados como nacionais.

gionalismo assumiria a função de eixo estruturante da agenda intelectual, como 'campo do pensável' ou 'problemática legítima' de longa duração, no meio intelectual rio-grandense" (MARTINS, 2015, p. 55). Ainda conforme o autor, tal "eixo" fora estruturado em dois sentidos, sendo o regionalismo utilizado tanto como instrumento de lutas políticas das elites regionais, quanto afastado da ideia de "missão política" e aproximado da noção de "missão cultural"[21]. Em ambos, porém, se faz presente a tensão entre a necessidade interna de redefinição e a busca pela inserção no meio intelectual nacional.

A intenção de demonstrar um "novo regionalismo", ou seja, de redefini-lo, fica clara no texto que o primeiro presidente do IHGRGS, Florêncio de Abreu e Silva (1882-1969), publica na edição inaugural do periódico da revista[22]. Silva inicia argumentando que "diante do estado de cultura a que atingiu o Rio Grande do Sul" (REVISTA DO IHGRGS, p. 120), se fez necessária a existência de uma agremiação como o IHGRGS. O presidente afirma, mais adiante, que não houvera intenção de fundar um "Instituto de Ciências", embora reconheça a importância das "ciências auxiliares" para o estudo da História[23]. Ao longo do texto, Silva deixa clara a importância de haver um Instituto Histórico do cunho do IHGRGS, para que se possa escrever sobre o passado do Rio Grande, legando à posteridade os feitos deste passado, possibilitando que

[21] Missão política, neste sentido, tange ao intento da intelectualidade sul-rio-grandense de legitimar o cenário político por meio da escrita da história ou, ainda, de inserir-se nele. Missão cultural, por outro lado, alude à intenção de inserir-se nos estudos sociológicos que estavam em voga, valorizando aspectos relacionados ao cotidiano, mentalidades e cultura popular. Ver NEDEL (2005).

[22] Florêncio Carlos de Abreu e Silva foi um advogado nascido no Rio de Janeiro. Após diplomar-se, retornou ao Rio Grande do Sul onde edificou sua carreira de magistrado. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi eleito presidente da primeira diretoria do Instituto (1920-1934).

[23] Durante muito tempo, muitas das ciências que conhecemos atualmente como "humanas" foram tomadas como *auxiliares* da história, sendo esta última apresentada como "principal".

compreendam quão patriotas teriam sido seus antepassados, uma vez que "não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e da verdade histórica" (REVISTA DO IHGRGS, p. 125). Assim, o presidente evidencia que: a) o compromisso do IHGRGS era com a *verdade* e, assim, o que fosse publicado por seus intelectuais acerca do Rio Grande do Sul seria com ela condizente; e b) todos os escritos dos intelectuais estavam interessados no "patriotismo", ou seja, no *sentir-se brasileiro*, aliando a história local à nacional, e demonstrando-a como integrante desta última. Assim, "desestigmatizando" o Rio Grande pelo "compromisso com a verdade" e aliando sua história à do Brasil, tem-se uma nova definição do que se entende por regional: as tradições de um Rio Grande que se sente brasileiro, e cujo passado se liga ao do todo nacional.

A historiografia sul-rio-grandense dos anos 1920-30 e o descompasso em relação aos "outros regionalismos" do Brasil

A "missão" à qual se dedicaram os intelectuais do IHGRGS, a partir de sua fundação em 1920, fora a de forjar uma identidade regional que coadunasse com a nacional, nos moldes da produção historiográfica da agremiação nacional, o IHGB. As narrativas das décadas de 1920 e 1930 foram compostas por um excessivo número de heróis, grandes fatos e grandes datas. A construção da identidade regional implicou a citação de quem atuou pelo Rio Grande, o que fez por ele e, ainda, como e porque fez. De fato, a historiografia dos anos 1920-30 fora produzida no intuito de demonstrar como o Rio Grande vivenciou um passado de guerras, instabilidades e tensões e, sobretudo, como defendera seu território por si e pelo todo, e como suas empreitadas se ligavam ao passado e aos objetivos do todo. Em síntese,

> o IHGRGS exerceu o papel de espaço legítimo da produção do conhecimento histórico no estado. Sua produção histórica com fins patrióticos foi marcada pela busca da vinculação dos próceres rio-grandenses ao projeto de construção do Brasil, pela inclusão dos heróis gaúchos no panteão dos heróis nacionais, pela ênfase na história política, militar e diplomática. [...] Essa narrativa histórica patriótica e nobilitante não perdia de vista o regionalismo como unidade de referência, nem abria mão da missão de estatuir uma identidade regional (MARTINS, 2015, p. 228).

Se, no passado, o Rio Grande do Sul teve de lidar com instabilidades fronteiriças, invasões e guerras, o problema existente no início do século XX era o de "consumo cultural" (RODRIGUES, 2010). O Rio Grande, conforme já mencionado, buscava conquistar novos mercados para sua produção intelectual, o que tornava necessário o rompimento do descompasso com a intelectualidade do restante do país. Tal descompasso se referia aos temas, abordagens e aportes teóricos utilizados pelos intelectuais *daqui* e *de lá* em suas obras. Vejamos o seguinte fragmento, extraído de uma obra dos anos 1930:

> A República Rio-grandense foi proclamada em 11 de setembro de 1836, por Antônio de Souza Neto, por instâncias de Joaquim Pedro Soares e Manoel Lucas de Oliveira, à revelia de Bento Gonçalves e sem que se cogitasse a existência de Zambeccari (DOCCA, 1935, p. 124)

O fragmento acima foi retirado de *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, publicado em 1935 por Emílio Fernandes de Souza Docca, militar de carreira e um dos sócios fundadores do IHGRGS. Atente-se ao fato de que o autor narra o episódio da proclamação da República Rio-grandense, ocorrida durante a Farroupilha, citando os indivíduos nela

envolvidos e sua data de ocorrência: generais, autoridades e "grandes figuras". O restante do texto de Docca é similar ao que se apresenta no fragmento: um emaranhado de palavras que explicam o passado a partir de uma narrativa cronológica e heroicizante. Ou seja, uma escrita da história *recheada* de grandes feitos e heróis, buscando *ensinar* aos leitores como fora o passado, os grandes homens e os feitos do Rio Grande do Sul[24]. O fragmento é um exemplo para elucidar o que afirmamos anteriormente a respeito das características da escrita da história nas décadas de 1920-30.

O regionalismo *revisto* pelos intelectuais do IHGRGS, nos primeiros anos de sua fundação, estava associado à política. A demonstração de um Rio Grande bravo e pujante tinha a ver com o contexto dos anos 1920-30, quando da promoção de Getúlio Vargas, *gaúcho*, a cargos de expressão política a nível estadual e nacional. Enquanto isso, outras produções historiográficas locais, como as do Nordeste, impulsionavam uma abordagem regional calcada na cultura popular, nos hábitos e nos costumes. Vejamos outro fragmento, do mesmo período do anterior, mas de uma obra escrita em outra região do Brasil:

> [...] O relatório do chefe de polícia da província da Bahia, por ocasião da revolta, o Dr. Francisco Gonçalves Martins, salienta o fato de quase todos os revoltosos saberem ler e escrever em caracteres desconhecidos [...] "se assemelham ao árabe", acrescenta o bacharel, pasmado, naturalmente, de tanto manuscrito redigido por escravo. [...] É que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior

[24] A obra supracitada e as orientações de Docca se relacionam, neste contexto, com a comemoração do centenário da Farroupilha, no qual a apresentação de sua imagem enquanto um episódio importante e a rememoração positiva dos sujeitos nela envolvidos foram aspectos notáveis. No capítulo 2, adentramos estas questões com maiores detalhes.

> número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das Casas-Grandes (FREYRE, 1933, p. 382).

O trecho acima foi retirado da obra *Casa grande & senzala*, publicada em 1933, por Gilberto Freyre. A obra versa a respeito da formação sociocultural brasileira, demonstrando vários processos, como o de miscigenação entre europeus, nativos e africanos provenientes das mais variadas etnias. No fragmento acima, que relata um episódio da Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, o autor se preocupa muito mais com aspectos culturais e sociais do que políticos e episódicos.

Tomando-se para a análise os dois trechos supracitados, da obra de Docca e Freyre, podemos extrair algumas conclusões: a) mesmo tendo sido escritas em temporalidades próximas, as obras apresentam abordagens diferentes, embora ambas tratem de um eixo temático similar, que é a descrição sobre um episódio ocorrido numa rebelião local; b) enquanto Docca escreveu enfatizando datas e indivíduos, Freyre optou por versar a respeito dos revoltosos e do fato de muitos serem letrados, por exemplo; e c) o tema central da obra de Docca é explanar como a Farroupilha teve um sentido brasileiro, sendo, portanto, uma obra histórica ligada fortemente a interesses de inserção nacional do Rio Grande do Sul. A de Freyre, por sua vez, busca entender a relação entre a estrutura da casa grande, lugar dos brancos, e da senzala, local dos escravizados, bem como os processos que as envolvem, dando a seus escritos um contorno sociocultural. Ambas as obras, portanto, abrangem questões regionalistas, que são abordadas por diferentes vieses em cada uma.

Por meio dos fragmentos anteriores, e da análise comparativa entre eles, percebemos o descompasso entre a historiografia produzida no Rio Grande e na Bahia, por exemplo. Enquanto a primeira permanecia corroborando com a forma-

ção de um "panteão de heróis", ligada ao âmbito político, a segunda se destacava pelas abordagens ligadas à sociologia, antropologia e cultura. O regionalismo nordestino, assim, estava à *frente* do sulino em função das abordagens que propunha, dos temas que estudava e dos enfoques com os quais trabalhava. Tal situação exigiria uma mudança de postura por parte dos intelectuais sul-rio-grandenses ligados ao IHGRGS, *mudança* esta que se daria a partir da década seguinte.

Os anos 1940 e a (re)conceituação do regionalismo

Entre os letrados do IHGRGS estava latente a necessidade de buscar uma solução frente ao distanciamento existente entre sua produção intelectual e a de outras regiões, como a do Nordeste. Tal disparidade se tornava mais preocupante aos letrados à medida que percebiam que estavam, deste modo, à margem tanto do reconhecimento dos pares, quanto da inserção das características de sua região na identidade nacional em formação. Portanto, era caro aos intelectuais buscar uma estratégia de inserção neste contexto mais amplo, a fim de adquirir reconhecimento intelectual e, sobretudo, inserir o passado e as características do Rio Grande na história e na identidade nacionais, respectivamente.

Se, nas décadas de 1920 e 1930, a produção historiográfica do IHGRGS fora pautada na ligação entre história e política partidária, uma vez que os letrados atuavam também como políticos, a historiografia, a partir da década de 1940, passou a buscar certo distanciamento da arena política, aproximando-se a temas ligados à cultura popular e ao estudo do Folclore. Os intelectuais, em muito influenciados pelas exitosas literatura e historiografia nordestinas do período, como o caso de Freyre, buscaram novos objetos e abordagens à sua escrita da história.

O conceito de regionalismo foi muito importante para a *reviravolta* que a produção historiográfica sulina conheceu a partir da década de 1940. Houve um esforço para redefini-lo, buscando-se reabilitar tanto a imagem cultural do estado, quanto a própria credibilidade dos letrados do IHGRGS (NEDEL, 2005). Deste modo, fora objetivada uma nova definição ao conceito de regionalismo, que

> não deveria estar mais diretamente associada à mobilização política, ao contrário, se dava como reação ao antigo regionalismo estreitamente vinculado à política, e, também, como reação às novas condições nas relações "centro-periferia", através da atualização do repertório que possibilitasse a competição com outros regionalismos (MARTINS, 2015, p. 230).

A partir de então, fora buscada pelos intelectuais a "fuga" de uma escrita da história que se relacionasse ao campo político. A produção historiográfica, dali em diante, se caracterizou pela busca de temáticas que envolvessem aspectos ligados à cultura, e atuando como crítica à produzida anteriormente. Não mais convinha aos intelectuais a elaboração de trabalhos que contassem com exaustivas citações a grandes personagens e feitos, mas sim, ao contrário, que tratassem de demonstrar aspectos *típicos* do Rio Grande e do gaúcho, sua *psique*, seus costumes, etc.

A necessidade de uma revisão ao que era entendido como regionalismo era evidente aos letrados. Um dos intelectuais do IHGRGS, Moysés Vellinho, atuou de maneira essencial na difusão e circulação de textos ligados à "nova forma de *historiar*" que se iniciou no Instituto sulino a partir dos anos 1940. O autor fundou a Revista *Província de São Pedro* (1945), na qual passou a atuar como antagonista da homogeneida-

de cultural proposta pela agenda do Estado Novo, buscando um lugar de destaque ao regional. O periódico se torna de extrema importância à aquisição de visibilidade intelectual e cultural aos letrados do Rio Grande, atuando como espaço privilegiado de publicação de ensaios, artigos e pesquisas (MARTINS, 2015).

O interesse de reabilitar a imagem cultural e intelectual do Rio Grande do Sul perante o Brasil era comum entre os intelectuais do IHGRGS. A coletividade de letrados reconhecia a necessidade de estatuir mudanças no seu modo de escrever a história, o que implicava alterações diversas, tanto em seu aparato teórico, quanto epistemológico. O viés sociológico das obras de Gilberto Freyre[25] serviu de inspiração à reorganização dos pressupostos historiográficos dentro do Instituto sulino, por exemplo. Porém, mesmo concordando em relação à necessidade de alterações no *historiar* que realizava, o grande grupo de intelectuais diferiu quanto ao *como* mudar. Em outras palavras, o método de mudança não foi homogêneo, o que resultou na fragmentação do todo em pelo menos dois grupos distintos dentro do IHGRGS e, consequentemente, do grupo de intelectuais que compunham a *Província de São Pedro*:

> um grupo defendia a atualização da imagem profissional dos intelectuais rio-grandenses, mas, permanecendo fiel aos recortes da hagiografia política e militar; outro grupo defendia a ampliação dos campos de investigação para o domínio popular, na esteira do movimento folclórico. Ambos os grupos se faziam representar na empresa intelectual que foi a revista Província de São Pedro (MARTINS, 2015, p. 232).

[25] Esta adjetivação às obras de Freyre se dá em função de o autor valorizar estudos relacionados à sociedade, como na já mencionada *Casa Grande & Senzala*, de 1933, na qual aponta que o determinismo racial ou climático não é suficiente para influir no desenvolvimento de um país.

O IHGRGS, na década de 1940, além de abrigar a dissidência de grupos com interesses diferentes em meio à necessidade de mudanças na historiografia da agremiação, conheceu, ainda, o início de uma crise institucional. Sua ala dirigente pertencia ao grupo que defendia um corte parcial dos laços com a historiografia da década anterior. Ou seja, a cúpula da agremiação concordava em manter os grandes homens e grandes eventos militares como proeminentes na escrita da história do Rio Grande do Sul. Os intelectuais do segundo grupo, cuja tentativa de mudança na escrita da história se deu pelo viés cultural,

> fizeram da cultura popular um instrumento de reabilitação das letras locais na disputa com intelectuais de outras regiões – sobretudo nordestinos – que desde o início da era Vargas, e mais ainda no decorrer do Estado Novo, estiveram à frente sobre as reflexões sobre o "autêntico" nacional (NEDEL, 2005, p. 32).

A busca por reabilitar a imagem intelectual sul-rio-grandense funcionou como uma estratégia para romper com o estigma que a assolava havia décadas. Ao intentar o distanciamento da historiografia das décadas anteriores, sobretudo pela admissão de novos objetos e enfoques, os intelectuais da *vertente regionalista* de reabilitação buscaram atualizar o seu próprio fazer, recorrendo a conceitos e métodos empregados nas Ciências Sociais. Há, assim, uma ampliação do repertório de objetos, abordagens e da própria identidade profissional destes intelectuais, fator que desempenhou um papel de suma importância à intelectualidade sul-rio-grandense, servindo como um

> instrumento de luta por legitimidade profissional para os historiadores-folcloristas que discorda-

> vam da opinião do grupo dirigente do IHGRGS, através da legitimação disciplinar do Folclore. Esse grupo "dissidente" percebeu que a História, bem como o espaço legítimo de sua produção no estado – o IHGRGS –, tornou-se um campo dentro do qual havia pouco espaço para vozes discordantes, pois achava-se dominado por um grupo de historiadores conservadores [...]. Aquela reconversão implicava a luta para dar ao Folclore o status de "ciência", tornando-o apto a competir com a História pela atribuição de definir os critérios legítimos do regionalismo. Ao passo que era, também, a luta pela autoridade e competência "científica" dos estudiosos do Folclore. Estava subjacente a esse processo a atualização e reabilitação da imagem profissional dos intelectuais rio-grandenses, munidos de ferramentas "mais modernas" que as da História (tal como praticada no Rio Grande do Sul), emprestadas pelas Ciências Sociais (MARTINS, 2015, p. 233).

O "grupo folclorista"[26], deste modo, via na incorporação de temas ligados à cultura e, ainda, no recurso a métodos e aparatos conceituais importados das Ciências Sociais uma forma de se destacar e buscar o rompimento com o "silêncio" imposto pelo grupo dominante dentro do Instituto[27]. Para buscar legitimidade à área de estudos à qual estavam se dedicando (o Folclore) e para sua própria atividade, os historiadores deste grupo buscaram atribuir um caráter científico aos estudos folclóricos, o que reabilitaria sua imagem profis-

[26] Folclore remete a um conjunto de costumes, lendas e manifestações artísticas preservados por um grupo social no decorrer do tempo. Estudá-lo, assim, proporcionaria aos letrados demonstrar as *permanências* culturais de outras conjunturas do Rio Grande do Sul. A este grupo pertenciam muitos letrados, não sendo plausível compreendê-lo como "homogêneo" (NEDEL, 2005).

[27] Quando me refiro a "grupo dominante", digo respeito àqueles intelectuais que mantiveram, de certa maneira, o modo de escrever a história das décadas anteriores, ou seja, a historiografia marcadamente ligada à política e à "missão" de inserir a história do Rio Grande no panteão da história nacional, forjando um sentimento de nacionalidade entre os sul-rio-grandenses.

sional. Para tal, foram incorporados novos objetos à escrita da história, objetos estes que eram ignorados e menosprezados pelo outro grupo, aquele que compunha a cúpula do IHGRGS: linguajar, ditos populares, costumes, indumentária e tradição oral foram alguns dos objetos incrementados aos estudos da história sul-rio-grandense. O estudo do Folclore, assim, esteve ligado à revitalização do reconhecimento da produção intelectual sul-rio-grandense, de seus intelectuais e, ainda, do que era *típico* do Rio Grande.

Mas, o que o conceito de regionalismo tem a ver com essa *reviravolta* no modo de escrever a história dentro do Instituto Histórico sulino?

Recorde-se que, no período de vigência do IHGPSP, o conceito de regionalismo esteve atrelado a características guerreiras, campesinas e de lides pastoris, relacionadas ao modo de vida na região do Prata (BOEIRA, 2019). Nas décadas de 1920-30, esteve ligado à ideia de demonstrar o Rio Grande como *parecido* com o restante do Brasil e a ele pertencente (GUTFREIND, 1992; NEDEL, 2005). Cada um dos contextos, assim, definiu o regionalismo como lhe convinha, por meio da atuação dos Institutos Históricos, do nacional ao regional. Com a "guinada folclórica" da década de 1940, os intelectuais do IHGRGS forjaram uma nova significação para o conceito de regionalismo. Os estudos sobre o Folclore e sobre a cultura popular como um todo contribuíram para que se adentrasse mais fundo em termos de costumes, hábitos, religiosidade, etc. Em outras palavras, os estudos folclóricos contribuíram tanto para a dinamização dos objetos estudados pela historiografia, quanto para a definição do "que era típico do *gaúcho*": o que ele comia? Como se vestia? Como vivia? Quais aspectos teria legado à posteridade?

Os intelectuais do IHGRGS, do "grupo folclórico", pas-

saram a dar ênfase em seus estudos ao que era *tradicional*: os alimentos, as vestimentas, as danças, as cantigas... tudo o que tangia à cultura popular poderia ser objeto da História. Assim, definindo o que era *tradicional* na "cultura gaúcha", o conceito de regionalismo fora redefinido: o regional passou a dizer respeito aos hábitos *típicos*, ao modo de vida no pampa, às lides do *gaúcho*, à rotina guerreira do passado, a temas de formação étnico-social... Em síntese, o regionalismo passou a abranger os elementos da cultura popular, suas crendices e seus costumes. É neste contexto que as bases do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) começam a se formar e solidificar. Em meio à valorização dos aspectos "populares", do Folclore e da cultura, na historiografia, o Movimento Tradicionalista ganha força no Rio Grande do Sul. Um dos expoentes do empreendimento foi Manoelito de Ornellas, atuante tanto no MTG, quanto no "grupo folclórico" do IHGRGS.

Não só na história se manifestou a necessidade de redefinir o regional. A literatura regionalista, a partir da década de 1940, passou a consagrar a imagem do "centauro dos pampas", ou seja, do homem a cavalo, nele interpenetrado. Deste modo, houve certa ampliação no repertório regionalista, e as narrativas literárias se mesclaram aos aspectos históricos (THESING, 2015). Muitos dos escritos eram fruto de observações que seus autores faziam e registravam.

Considerações Finais

Ao introduzir este capítulo, que tratou da importância da atuação dos Institutos Históricos a nível nacional e local, indaguei a respeito do que vinha à mente do leitor quando pensava em "História do Brasil" ou "História do Rio Gran-

de do Sul". Possivelmente, cara(o) leitora(o), você tenha se lembrado de guerras, escravidão, latifúndio, monarcas... Indaguei, ainda, sobre quem poderia ter escrito a história que estudamos, conhecemos e memoramos. Quem, enfim, teria sido "construtor" do passado brasileiro, sul-rio-grandense, porto-alegrense, e assim por diante?

Compreender o contexto de formação, consolidação e atuação do Instituto Histórico nacional, o IHGB, é de suma importância para entender o porquê de nosso passado ter sido representado priorizando alguns de seus episódios e indivíduos. É importante, ainda, para percebermos a variedade de interesses existentes em relação à historiografia que estava sendo produzida. Ora, em um contexto marcado por inúmeras rebeliões e levantes, se fazia necessário à jovem monarquia brasileira demonstrar sua capacidade de ser forte e una. Tal objetivo fora logrado por meio do forjamento de uma "Nação brasileira", cuja coesão se daria, fundamentalmente, pela construção de uma identidade comum a todos os povos, de todas as regiões. O instrumento utilizado para alcançar a unidade em termos de território e *sentimento* fora a história, escrita por meio de constructos e homogeneizações, com vistas a demonstrar um passado comum a todas as províncias.

Para consolidar um governo forte e pujante, o papel das províncias e sua capacidade de autonomia foram menosprezados pela arena política central do Brasil. Politicamente, a ideia era demonstrar as províncias como ramificações do governo central, incapazes de atuar por si mesmas. Historicamente, a escrita da história corroborou para a cristalização de tal imagem. Assim, o intuito da historiografia produzida no século XIX, pelo IHGB, era articular as províncias ao todo e demonstrá-las como sendo dependentes dele, buscando evitar o retorno do quadro de instabilidades regionais vivencia-

do no início do século. Tal empreendimento, que cindia história e política, fora concretizado, sobretudo, ao alicerçar-se a identidade nacional à colonização portuguesa. A Jovem Monarquia fora apresentada como não ressentida para com o passado de colonização e exploração; pelo contrário, sua elite sentia-se como continuadora do projeto português. Assim, na historiografia produzida pela agremiação nacional, os elementos de origem portuguesa, legados à posteridade, foram sobrepostos aos demais, sendo valorizados em detrimento a outros. Por outro lado, é negligenciado e afastado do quadro cultural brasileiro o repertório de possíveis influências espanholas, o que acaba por rescindir grande parte dos laços amistosos entre o Brasil e a Região Platina, influindo diretamente na política externa do Segundo Reinado.

Os letrados da Província de São Pedro, cuja história vinha sendo escrita exclusivamente pelos letrados cariocas do IHGB, desde 1838, queriam atuar na escrita da história de sua região. Neste intento, fora fundado o IHGPSP, em 1860, cuja filiação com o IHGB viera tardiamente, três anos depois, e cuja duração fora efêmera, até 1864, quando a campanha externa brasileira levou muitos de seus intelectuais aos campos de batalha. A atuação do Instituto provincial, no entanto, rendeu frutos, uma vez que corroborou para a definição do conceito de regionalismo, frente à identidade nacional, que estava em processo de consolidação. Em síntese, fora decidido, mas não de maneira definitiva, *o que* caracterizava o regional: os traços típicos da terra e do homem, marcados, no passado, pela guerra e pela luta como "sentinela".

Do fim do século XIX, quando do fechamento da agremiação provincial, ao início do século XX, o passado do Rio Grande fora estudado (e representado) pelos intelectuais do Instituto Histórico nacional. A partir de 1920, com a funda-

ção do IHGRGS, os intelectuais do Estado sulino voltariam a participar da historiografia a respeito de sua região. As duas primeiras décadas de atuação da agremiação, porém, foram marcadas por uma produção historiográfica voltada à política. Muitos dos intelectuais atuavam na arena política de maneira ativa, o que implicou que esta estivesse presente nas entrelinhas de sua escrita da história. O caso típico é a relação entre a busca por legitimação do governo Vargas e a afirmação da Farroupilha como sendo uma revolta de interesses republicanos, e não separatistas.

A década de 1940, no IHGRGS, marcou uma *reviravolta* no modo como se escrevia e concebia a história e, ainda, em como se apresentava o gaúcho na literatura. O próprio fazer dos historiadores sofreu mudanças e revisões. A historiografia sul-rio-grandense do período, ligada ao campo político, descompassava com a produzida em outras regiões, cujas abordagens aliavam pressupostos teóricos da História e das Ciências Sociais, promovendo uma renovação epistemológica importante. Buscando "fugir" da vinculação à política, os autores deste "novo momento" do IHGRGS passaram a incluir temas ligados à cultura popular e ao Folclore na escrita da história. Intentando obter reconhecimento à sua profissão e legitimidade à ciência que produziam e inspirados na produção regional do Nordeste, estes letrados objetivavam definir o que era "típico" do Rio Grande, pela valorização da indumentária, hábitos e costumes.

Nem todos os historiadores da agremiação sulina passaram a abordar os temas culturais em sua escrita da história. Dentro do Instituto, continuou a existir uma vertente de intelectuais mais "conservadora", que reconhecia a necessidade de reformular seus métodos e aportes teóricos, mas que o faria mantendo certa ligação à política e à "hagiografia militar",

ou seja, àquela escrita da história repleta de episódios e *heróis*. Este grupo formava a cúpula da instituição, o que marcou de maneira decisiva a escrita da história produzida neste período. Cabe mencionar que, mesmo "conservando" traços da historiografia das décadas de 1920-30, este grupo não deixou de *historiar* com vistas ao regionalismo, abordando temas de formação, *psique* do *gaúcho,* etc.

Em síntese, as noções de identidade nacional e regional estiveram sendo moldadas desde o século XIX com a criação do IHGB e, posteriormente, do IHGPSP. Mesmo com todas as revisões e redefinições do que viria a ser o regionalismo *gaúcho*, cabe perceber que esse conceito esteve sempre presente na escrita da história, nas três agremiações estudadas e, ainda, na produção historiográfica das mais variadas regiões do Brasil. O que afirmo, deste modo, é a existência de certa concorrência entre as partes do todo, para inserir o *seu* regionalismo, ou traços dele, na agenda da identidade nacional, em processo de formação e afirmação nos séculos XIX e XX.

Capítulo 2

De tabu a carro-chefe:

a Farroupilha na historiografia sul-rio-grandense

O tema da (Revolução? Guerra Civil?) Farroupilha ocupou posição de destaque na historiografia sul-rio-grandense, sobretudo na produção historiográfica do século XX, levada a cabo pelos intelectuais componentes do IHGRGS. Porém, a temática não foi concebida e estudada de maneira homogênea, conhecendo diferentes vieses de interpretação acerca dos intuitos de seus idealizadores, desdobramentos e repercussões. Indago a respeito do caráter da Farroupilha, se foi guerra ou revolução, por exemplo. Teria sido esta uma das preocupações dos historiadores da "geração crítica" (RODRIGUES; NEDEL, 2005). Soares (2016) enfatiza a importância de compreender historiograficamente as mudanças de interpretação acerca da Farroupilha em cada *geração* de historiadores, reconhecendo seus contextos sociais, políticos e institucionais.

De maneira sintética, a Farroupilha fora um movimento ocorrido de 1835 a 1845, iniciado em solo sul-rio-grandense, mas com repercussões para além dele. A historiografia tradicional a respeito do "decênio farrapo" aponta fatores econômicos como sendo os que geraram maior insatisfação nos revoltosos. A facilidade de entrada do charque uruguaio, concorrente do produzido no Rio Grande, teria deixado os estancieiros insatisfeitos com o governo central (PESAVENTO, 1985), fazendo com que fosse proclamada a República Rio-Grandense, no ano de 1836. Porém, outras questões podem e devem ser consideradas no estudo da Farroupilha[28].

O objetivo do presente capítulo não é colaborar com o

estudo da Farroupilha enquanto rebelião provincial, mas sim a respeito de como ela foi escrita e concebida na historiografia sul-rio-grandense, sobretudo a do século XX[29]. Dialogando com variados intelectuais que se debruçaram sobre o tema, busco perceber como a Farroupilha foi concebida na historiografia, os interesses relacionados à forma como foi narrada e, ainda, os contornos das intrigas acerca de seu intuito, se separatista ou federativo. Ao fim do capítulo, analiso o emprego do conceito "revolução" para definir a Farroupilha, mesmo entre autores com diferentes orientações e vieses de interpretação. Apresento, ainda, uma breve síntese da historiografia produzida acerca da temática farroupilha.

A "fantasmagórica" presença farrapa

A Farroupilha, desde o contexto de sua ocorrência, esteve presente em variadas obras, cartas pessoais, folhetins e jornais. A escrita sobre o episódio iniciado em 1835 conheceu seu advento no dia 25 de setembro do mesmo ano, cinco dias

[29] O artigo das professoras Mara Rodrigues e Letícia Nedel (2005) é de suma importância para a compreensão dos aspectos gerais da temática que abordaremos. Conforme as autoras, a escrita da história que se deu no período inicial de atuação do IHGRGS se caracterizou pela ligação entre os campos intelectual e político e, a partir dos anos 1940, pela abordagem de temas ligados à cultura popular, sobretudo a questões folclóricas, que buscavam redefinir o *historiar* produzido por intelectuais sul-rio-grandenses. As autoras ressaltam, ainda, um terceiro processo, que é o surgimento de programas de pós-graduação nas universidades do Rio Grande, destacando o caso da UFRGS. É após esse processo que a escrita da história, no Rio Grande, passa a se dar de maneira mais abrangente, com novos métodos e abordagens, abrindo espaço ao que as autoras denominam "geração crítica", uma vez que os estudiosos passaram a contestar certas teses de autores ligados ao Instituto histórico, percebendo nelas um caráter linear e ideológico. Passa-se a estudar a história do Rio Grande pelo viés marxista, por exemplo. Este trabalho, porém, se enquadra em um momento diferente, que ouso referir como uma "quarta fase": assim como outros autores da "nova geração", procuro entender os textos dos letrados do IHGRGS por vieses variados, que abrangem abordagens diversas e, ainda, que permitem a interpretação do texto em seus aspectos mais específicos e subjetivos.

após a deposição do presidente da província de São Pedro, em um manifesto no qual Bento Gonçalves explicou os motivos do ocorrido (SOARES, 2019). Na literatura, o conflito conheceu amplo destaque, sendo escritas várias histórias de romance sob a tensão das guerras e lutas armadas[30]. A Farroupilha, portanto, converteu-se tanto em tema literário, quanto historiográfico (BOEIRA, 2019).

No itinerário da escrita da história sul-rio-grandense, desde a fundação do IHGB, a Farroupilha se fez presente de diferentes maneiras, sendo vista e conceituada de acordo com cada conjuntura. No século XIX, período de atuação inicial dos Institutos Históricos Brasileiro e da Província de São Pedro, o tema da Farroupilha fora uma espécie de "assunto tabu", passando a funcionar, mais para o fim do século, como "objeto de contestação" à história oficial, escrita pelos letrados do IHGB (ZALLA; MENEGAT, 2011). No século XX, por sua vez, a temática da Farroupilha se tornou uma "obsessão da historiografia institucionalizada", figurando como o principal tema sobre o qual se debruçaram os letrados do IHGRGS nas duas primeiras décadas da fundação da agremiação sulina (RODRIGUES, 2019). Em função de ter composto a agenda historiográfica sul-rio-grandense e nacional, por meio da atuação dos Institutos Históricos, a presença da Farroupilha na escrita da história dos séculos XIX e XX, sobretudo este último, fora "fantasmagórica", ou seja, atuara como uma ameaça simbólica à coesão do *edifício* nacional, tão cara e almejada pelo governo central (BOEIRA, 2019).

Conforme visto no capítulo anterior, ao IHGB cabia

[30] Um exemplo de romance escrito tendo a Farroupilha como pano de fundo é a obra *O gaúcho*, de José de Alencar. O personagem principal, denominado Manuel Canho, participa da Farroupilha e vive um intenso romance em meio ao contexto do conflito. É uma história repleta de emoções, tensões e disputas. Ver SOARES (2016).

construir um passado comum a todo o Brasil, num contexto marcado pelas singularidades existentes em cada província, mesmo que existissem entre elas traços comuns. A escrita da história, como já referido, serviu de instrumento para tornar o todo *identificado* entre si, no intento de evitar e suprimir possíveis levantes de caráter regional, que pudessem ser prejudiciais à coesão da incipiente "Nação" brasileira. Tal conjuntura é importante para que se compreenda o porquê de a Farroupilha *assombrar* de tal maneira o Instituto Histórico nacional: uma vez relacionada ao contexto bélico do Prata, e admitida como sendo de caráter separatista em relação ao Brasil, o conflito seria um potencial indício contra a utopia de uma nação una e coesa, forjada pelo IHGB. Por esse motivo, entre outros, ocorrera a admissão tardia do IHGPSP pelo IHGB, bem como a tensão entre ambas as instituições, uma vez que o passado do Rio Grande do Sul estava para ser escrito[31] e, sobretudo, estava em disputa entre as duas agremiações: ao IHGB convinha *sufocar* o assunto e, posteriormente, consolidar a Farroupilha enquanto um ato ligado à Nação, e não relacionado ao contexto platino[32]. No IHGRGS, conforme veremos adiante, as opiniões acerca do tema estiveram divididas em dois polos principais: o primeiro deles afirmava a intenção de secessão por parte dos Farrapos. O segundo, predominante, consagrava a Farroupilha como um evento contra a forma de governo vigente, não contra o todo.

[31] Muitos familiares de combatentes que participaram da Farroupilha possuíam documentações e arquivos da época do conflito, fontes estas que estavam mais facilmente ao dispor dos intelectuais da agremiação sulina do que da nacional. Alfredo Varela, um dos intelectuais cuja escrita da história será analisada, participou ativamente do processo de reunião de fontes e documentos de época, utilizando-os em prol de sua tese de separatismo farrapo. Ver ZALLA e MENEGAT (2011) e ARCE (2015).

[32] No IHGPSP, a agenda da temática farroupilha fora muito menos intensa do que viria a ser no "novo instituto" sulino, a partir dos anos 1920, na qual o tema ligou-se de maneira intensa ao quadro político do período.

A genealogia do mito farroupilha

A Farroupilha figurou como um episódio *assombroso* ao intento do IHGB e do governo central de forjar uma Nação brasileira coesa e identificada. Narrado de maneira épica e enaltecedora, o conflito acabou por consolidar-se na memória nacional e, sobretudo, regional. Porém, a ideia do "heroísmo farrapo" abriga múltiplos interesses, discursos e constructos. Desde seu contexto de ocorrência, e sobretudo no século XX, as análises acerca da Farroupilha comportam aspectos variados, convenientes conforme o contexto de análise (ZALLA; MENEGAT, 2011). Na contemporaneidade do movimento, por exemplo, conheceu-se um jogo de batalhas discursivas, comportadas nas relações entre a província e o Império:

> A própria noção de que fora o Império que falhara com a província, como numa relação em que o centro administra os anseios de todos os entes, tem se prestado a inúmeros usos, garantindo que outra noção trazida nesse mesmo conjunto se perpetue, a de que o papel que cabe aos sul-rio-grandenses é o do protagonismo no contexto da nação. Ao falhar, a nação obrigava sua parte a se manifestar (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 51).

Partindo do pressuposto de que o governo central teria atuado de maneira injusta frente à província, os próprios farroupilhas (sujeitos que lutaram na guerra de mesmo nome) alegavam a necessidade de um levante que pudesse tornar mais justas as relações entre centro e periferia. Deste modo, os sul-rio-grandenses teriam sido protagonistas frente à nação, uma vez que tiveram a coragem de erguer-se contra o que não lhes agradava.

Para além da alegação de negligência do governo central para com a Província de São Pedro, outros aspectos se

fizeram presentes neste discurso sobre a Farroupilha. O conflito é apresentado como se fosse uma manifestação da província ecoando em uníssono, como se todos os provincianos estivessem cientes e ativos no processo de levante contra as "injustiças" do poder central. Além disso, entre os próprios revoltosos havia dissidências de interesses:

> O discurso público, especialmente o ligado à imprensa da República Rio-Grandense, disputava com outras formas de debate político os rumos da revolta. O caso dos escritos do mazziniano Luigi Rossetti é emblemático. Com a defesa do fim da escravidão e da República como única forma legítima de governo, o jornalista gerou tanto atrito entre os líderes da revolta que teve de abandonar a redação do jornal. Porém, sua saída não encerrou o uso do instrumento em disputas internas. Como é possível perceber na formação da inconclusa Assembleia Constituinte, os farrapos também tinham de se preocupar com sua heterogeneidade, e com os distintos projetos que concorriam sobre os rumos do Estado em formação (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 51-52).

Deste modo, o discurso acerca da Farroupilha ignora três fatores principais: a) as conturbadas relações entre Estado e Província, que teriam acabado por desencadear o levante farrapo, mas que seriam justificadas como uma negligência do primeiro para com a segunda, o que teria obrigado uma reação efetiva de uma das partes, legitimando a revolta farrapa e a ideia do protagonismo sul-rio-grandense; b) a adesão de uma parte pequena dos sul-rio-grandenses ao conflito, sobretudo militares e grandes proprietários[33]; e c) a divergência de

[33] Muitos africanos escravizados lutaram nas frentes de batalha, sobretudo com lanceiros, sob a promessa de serem libertados após o desfecho do conflito. Embora muitos tenham sido os acordos e cláusulas de "anistia" aos sul-rio-grandenses participantes da Farroupilha, por meio do Tratado de Ponche Verde (1845),

interesses entre os próprios revoltosos, que tinham em suas mãos uma nova república, mas que precisavam decidir quais seriam seus rumos a partir de então.

Com a Paz de Ponche Verde (1845), acordo que selou o conflito, os revoltosos foram reintegrados ao império, tarefa simultaneamente árdua e necessária, uma vez que os indivíduos que haviam se levantado contra o Império eram tanto membros da elite provincial, quanto hábeis militares (ZALLA E MENEGAT, 2011). No contexto pós-Farroupilha, portanto, foram tomadas as providências para reincorporá-los ao Brasil, buscando evitar um novo levante do calão do ocorrido em 1835. Neste âmago, discurso político sobre a Farroupilha, após seu encerramento nos campos de batalha, conheceu dois movimentos diferentes:

> o silêncio e a suspeita. O primeiro produziu uma memória subterrânea, acompanhada de expressões de arrependimento e justificativas. O segundo, um estado de alerta acompanhado de constantes reprimendas ao que começava a constituir-se como uma identidade regional pejorativa, ao que se acrescentava a própria suspeita levantada pela evidenciação das diferenças geográficas e sociais da província em relação ao restante do Império (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 52).

O silêncio a respeito do ocorrido fora acompanhado por recriminações. Muitos autores acabaram por acusar a Farroupilha como um evento de gravidade, uma *falta* para com a nacionalidade. O discurso acerca do episódio conheceu tons depreciativos, acusando-o de ter sido pautado em motivos ilusórios. A identidade regional construída no período ime-

os escravizados foram emboscados no chamado Massacre de Porongos, no qual muitos foram mortos ou aprisionados no Rio de Janeiro. Além disso, muitas das representações sobre a Farroupilha *embranquecem* seus participantes. Sobre o tema, ver MENEGAT (2020).

diatamente posterior, assim, fora tornada pejorativa, abrigando uma dualidade a respeito do que os provincianos poderiam representar dali por diante: deveriam ser admirados por sua coragem ou temidos por suas habilidades bélicas?

> Uma observação atenta dos discursos dos presidentes da província em seus pronunciamentos mostra que sua imagem característica era ao mesmo tempo motivo de apreço e apreensão. Valores como a habilidade guerreira, adquirida nos muitos anos de guerras, tanto podiam, num mesmo comunicado, ser louvadas como parte de um conjunto que permitia à província defender o Império das ameaças provenientes dos países vizinhos, quanto ser o eixo central de uma acusação da incapacidade de estabelecer ordem e civilização, impelindo os cidadãos a cometerem crimes. (ZALLA e MENEGAT, p. 53).

Ficava evidente a preocupação imperial acerca da possibilidade de haver algum novo levante. Tal fator explica, por exemplo, o quadro amistoso no qual os homens que se ergueram contra o poder central foram reincorporados a ele ao fim do conflito, voltando a ocupar seus cargos no exército, por exemplo. A preocupação, assim, era silenciar a dissociação da província em relação ao império.

> Acompanhando essas digressões sobre o caráter dos rio-grandenses, estavam sempre presentes o desaconselhamento à revolta, a lembrança da misericórdia imperial que permitira o retorno pacífico à pátria e, claro, a necessidade de manter a paz. Pareceres que aconselhavam o esquecimento e o silêncio sobre os anos em que aqueles homens não aceitaram que o Rio Grande fosse governado desde a Corte (ZALLA E MENEGAT, 2011, p. 53).

A partir da década de 1880, os ânimos acerca da Farrou-

pilha parecem ter amainado consideravelmente. A história regional passou a ser documentada e estudada, fator este que se liga de modo direto ao projeto republicano, que alcançaria êxito ao fim da década supracitada. Dentre os temas que estiveram em voga figurou a Farroupilha, reinterpretada, e removida de baixo do tapete da história. Este "novo momento" fora marcado pelos esforços de autores como Alcides Lima e Assis Brasil, que publicaram *História Popular do Rio Grande do Sul* e *História da República Rio-Grandense*, nos anos 1880 (GUTFREIND, 1992). Os escritos

> são textos construídos sob a pretensão de atenderem a pressupostos científicos, ao apresentarem a história da formação social da província. Buscando as bases para um federalismo por via republicana, os autores constituíram sua versão sobre os acontecimentos consolidando a imagem de homogeneidade dos farroupilhas em torno de ideais como o republicanismo e a descentralização do Estado (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 55).

A partir de então, é acentuada a negligência sobre a existência de divergências de interesses entre os farroupilhas, considerando-os próceres de causas em comum, como o fim da escravatura e do sistema monárquico, cujo substituto seria o federativo. Tal homogeneização de objetivos se dá no contexto de afirmação republicana, e os intelectuais que versam a seu respeito são defensores deste sistema em detrimento ao imperial. Assim, em fins do século XIX, a reabilitação positiva da memória da Farroupilha corroborava com os interesses políticos do grupo ligado ao republicanismo, tanto em nível regional, quanto nacional. História, política e historiografia, assim, estiveram intimamente relacionadas, mais uma vez. A nova geração política, marcada pelo advento do ideal republicano, apropriou-se da Farroupilha, fazendo-a instrumento

de legitimação para sua causa[34]. Por meio da reabilitação da memória do conflito,

> Os farrapos passavam a ser considerados exemplos a serem seguidos, nomes a serem laureados e monumentalizados. Suas ações durante a rebelião contra o Império eram consideradas como embrião da causa dos republicanos e não mais como, no discurso de arrependimento de duas décadas antes, resultados funestos das contingências impostas numa lógica de guerra. O protagonismo da província voltava a ser conclamado e passava a ser explicado não mais por uma simples índole guerreira. Partindo de uma leitura específica do positivismo, os autores passaram a considerar a constituição peculiar da província, sua diversidade em relação às demais, e a necessidade de que essa disparidade fosse compreendida pelo todo (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 55).

Portanto, a Farroupilha fora revista, tendo seu significado invertido. Se nos anos imediatamente posteriores a seu encerramento a memória do evento causava assombro ao projeto de construção do "edifício nacional", nos anos 1880 sua memória fora reabilitada, apresentando o conflito como o *gene* inicial do republicanismo, não exitoso na conjuntura de ocorrência do conflito, mas em voga no fim do século XIX. Era a oscilação entre a república o sonho se apresentando entre os letrados sul-rio-grandenses[35]. A Farroupilha, assim, conheceu

[34] Esta apropriação se relaciona intimamente ao contexto de legitimação do governo republicano: passado e futuro, tradição e ação, se unem: os próceres, os homens contemporâneos. O regime republicano trazia consigo a marca de futuro: democracia e ciência. A tradição, evocada, traria confiabilidade. O devir já estaria desenhado no passado, que dava estabilidade ao futuro. Então, este devia iluminar o passado, mostrando-o como caduco, obsoleto. Manter o arcaico seria um problema: a propaganda republicana afirmava isto. Havia, assim, a insistência em buscar uma tradição no sangue dos mártires, sacralizando, moralizando as virtudes e o caráter nacional: o sangue das veias, e o sangue derramado (MELLO, 2011).

[35] A discrepância entre o que se esperava da república e a dinâmica que se ins-

uma espécie de "revisionismo", cujos esforços se davam em prol da legitimação da República, às vésperas de sua instauração. Ficara evidente, neste processo,

> A necessidade de manter o país unido reconhecendo as especificidades regionais existentes [...]. A percepção de que a união das diferentes províncias, respeitadas em uma autonomia real, permitiria o engrandecimento da nação, sua maior unidade, e daria suporte a uma política que possibilitaria o desenvolvimento natural de cada região, estava profundamente fundada numa concepção cientificista. Para tanto, o discurso desses primeiros escritos descreve a revolta encobrindo qualquer caráter separatista. Os farroupilhas seriam leais à nação, teriam apenas exigido mudanças na forma como a relação entre centro e província era fundada, incluindo a transformação do sistema político e produtivo (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 56).

A historiografia predominante, portanto, passaria a abordar a Farroupilha como um tema de destaque na história regional e, ainda, na nacional, uma vez que não teria havido qualquer tipo de intento separatista por parte dos farrapos, mas, ao contrário, a manifestação de sua insatisfação perante o governo central e seu trato à Província de São Pedro. Dali por diante, a temática farroupilha seria narrada de maneira *abrasileirada*, demonstrando-se os farrapos como apegados à nação e pioneiros na causa republicana que, mais tarde, viria a vigorar no Brasil. O próprio IHGRGS, fundado cerca de quatro décadas após o contexto de reabilitação da memória farrapa, compartilharia dessa abordagem.

Na historiografia acerca da Farroupilha, produzida pelos intelectuais do IHGRGS, dois foram os impasses princi-

taurou pode ser melhor compreendida em MELLO (2011).

pais (SCHEIDT, 2006). Primeiramente, a questão da admissão ou não da influência platina sobre o ocorrido, e também sobre a cultura e o *ser* gaúcho, isto é, sobre quem *ele* era, como era, como se "formou"...[36] O outro impasse vem a ser o caráter separatista do conflito, levantado por alguns autores do tema, enquanto outros afirmaram ferrenhamente a *brasilidade* da Farroupilha e do *gaúcho*, sendo esta última a vertente mais aceita (e oficializada) na agremiação (RODRIGUES, 2006). Mas, mesmo divergindo em relação às influências e objetivos que teriam assolado o conflito, todos os letrados estiveram

> numa vala comum, almejando para esse momento histórico [contexto de 1930 e posteridade imediata] a integridade nacional; aí fundiam-se todos, sejam defensores da brasilidade farroupilha ou das pretensões separatistas, quer federalistas ou unitários (GUTFREIND, 1992, p. 124).

Neste sentido, pode-se extrair algumas considerações: primeiramente, a constatação da ampla influência que o contexto político exerceu sobre a historiografia, uma vez que, conforme já afirmado, o campo político e o historiográfico estiveram relacionados nos séculos XIX e XX, sobretudo. Além disso, note-se que tal relação não se deu apenas de "um lado" das interpretações, ou seja, mesmo com diferentes orientações de estudo acerca da Farroupilha, a arena política e seus interesses se fizeram presentes na escrita da história.

[36] A exclusão de influências platinas na escrita da história sul-rio-grandense se relaciona ao processo de formação da identidade nacional, iniciado no século XIX. Conforme vimos anteriormente, a jovem monarquia brasileira se auto definiu como continuadora do empreendimento *preconizado* pelos portugueses nos tempos de colônia. Para tal, as possíveis influências espanholas foram minimizadas e negligenciadas, buscando afastar o Rio Grande e o Brasil do contexto platino. Tal quadro perdurou até o século XX, formando um dos impasses em relação ao passado sul-rio-grandense.

A temática farroupilha na historiografia do IHGRGS

Para Gutfreind (1992), a produção historiográfica do início do século XX estava imersa na/de literatura. Por outro lado, divergindo daquela autora, Soares (2016) argumenta que a literatura esteve imersa na historiografia e na memória. Conforme já mencionado, o tema da Farroupilha ocupou posição de destaque nas produções intelectuais deste período, que foram majoritariamente literárias[37] até o advento do IHGRGS, em 1920, cujos letrados tiveram como "missão" escrever a história do Rio Grande. A produção historiográfica desta conjuntura fora substancialmente influenciada pelo cientificismo, com a predominância do positivismo. Em relação ao segundo, o que se evidencia é a presença de "grandes homens" e "grandes feitos" nos textos, cuja intenção é legá-los à posteridade (ARENDT, 2002), no intuito de manter "vivo" um suposto passado heroico e digno de se tornar uma espécie de "modelo" a ser seguido (GAGNEBIN, 1999).

De obras literárias a historiográficas, de escritos sobre revoluções a biografias, a historiografia dos séculos XIX e XX, no Rio Grande do Sul, foi marcada por uma preocupação comum: a definição da natureza e das origens da sociedade *gaúcha*, mesmo com diferentes orientações (GUTFREIND, 1992). A análise das *origens gaúchas* se deu, na maioria das vezes, pela contraposição de obras que viam (ou não) a influência das sociedades platinas na formação do Rio Grande do Sul no que diz respeito a costumes e tradições, por exemplo. No tocante ao início da divergência de opiniões na busca das origens, que remonta ao século XIX, tivemos controvérsias quan-

[37] Em relação ao tema, Ieda Gutfreind (1992) salienta que duas obras de literatura se sobressaem: *História da Literatura no Rio Grande do Sul*, de João Pinto da Silva (1924) e *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes da história rio-grandense, acompanhando vários textos*, de Guilhermino César. Sobre as discussões de cada autor, ver GUTFREIND (1992).

to à admissão, ou não, da influência platina. Enquanto alguns autores destacavam apenas a participação portuguesa (como José Feliciano Fernandes Pinheiro, nos *Anais da Província de São Pedro*, de 1822), outros aceitavam e defendiam a existência de intercâmbios com a área do Prata (a exemplo de Alcides Lima, em sua *História Popular do Rio Grande do Sul*, de 1883). Aos primeiros, atribuiu-se o uso da *matriz lusa* e, aos últimos, a adoção da *matriz platina* (GUTFREIND, 1992), a nosso entendimento uma divisão um tanto genérica e simplificadora, se considerarmos a diversidade de perspectivas e abordagens passíveis de serem usadas na análise.

A preocupação com o tema das origens foi comum a uma gama de intelectuais e recaiu nas interpretações sobre a Farroupilha. O conflito de 1835 teria contado com uma liderança em prol da "união brasileira" ou da autonomia sul-rio-grandense? Os autores, cada qual a seu modo, entre discordâncias e pontos em comum, escreveram a história do conflito. O espaço social privilegiado da produção historiográfica do período foi o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que corroborava com os intuitos de seu "irmão maior", o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Esses "intuitos" se relacionavam à atribuição de um passado comum ao todo, de vertente lusitana, buscando forjar uma identidade a todos os brasileiros. A agremiação sulina, neste sentido, atuaria de modo a atribuir ao Rio Grande "sentimentos patrióticos" e, ainda, inseri-lo no panteão historiográfico nacional. Por isso, a temática farroupilha se tornou cara ao IHGRGS: ao narrar o episódio como sendo fruto de uma mobilização em prol da federação e contra os abusos monárquicos, poder-se-ia consolidar a imagem de um Rio Grande coeso e pertencente ao todo. Além disso, considerando que a identidade nacional estava em pleno processo de consoli-

dação (diga-se construção), era almejada pela agremiação sulina a inserção de caracteres *tipicamente* sul-rio-grandenses nos traços comuns do todo. Nesse processo, portanto, estava se dando a consolidação de uma "escrita oficial da história" (ARMANI, 2012), de caráter legitimador:

> Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguindo com a Revolução de [19]30, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND, 1992, p. 22).

O processo de escrita da história, no IHGRGS das décadas de 1920-30, se relaciona intimamente à arena política nacional, conforme já mencionado. Vimos, ainda, que os políticos sul-rio-grandenses (que também eram os letrados do Instituto, em grande parte) estiveram, por muito tempo, relegados à margem. Fora nessa conjuntura que ocorrera a chegada de um *gaúcho* ao poder, por meio da "Revolução de 30"[38], na qual Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil. O processo pelo qual o político chegou ao cargo máximo da arena nacional gerou uma série de questionamentos e burburinhos entre a população civil e, sobretudo, entre os demais políticos do país. Era preciso, portanto, legitimar sua chegada ao poder, demonstrando-o como capaz de estar à frente do todo de maneira eficiente. Mais uma vez, o instrumento ao qual se recorreu foi a escrita da história. Os membros do Instituto Histórico sulino passaram, assim, a incluir em sua

[38] A chamada "Revolução de 30" foi o episódio da história brasileira que levou Getúlio Vargas ao poder. Este, sul-rio-grandense, foi o primeiro presidente não mineiro ou paulista após décadas da chamada "República Oligárquica". Sobre estas discussões, ver SCHWARCZ; STARLING (2015).

agenda a necessidade de demonstrar o Rio Grande e seu povo como fortes e pujantes, o que, por consequência, se aplicava também a Getúlio Vargas. Legitimar o quadro político instaurado em 1930, com um *gaúcho* no poder nacional, fora o intuito dos agremiados do IHGRGS, e a temática farroupilha fora a escolhida para demonstrar como o Rio Grande pertencia e se sentia pertencente ao todo, desde tempos longínquos. Tal vertente fora predominante na agremiação, mas não a única, uma vez que existiram interpretações que alegavam o intuito separatista dos farrapos[39].

A Farroupilha conceituada como revolução

Mesmo em meio a dissidências no que tange à interpretação sobre a Farroupilha, os intelectuais pertencentes à agremiação sulina apresentaram, ao menos, um ponto de convergência: o emprego do conceito de revolução para defini-la. Analisaremos, brevemente, o significado que tal fato toma em meio à escrita da história dos autores.

Mas, o que é um conceito? O que o difere de "simples" palavras? Podemos dizer que se trata de um conceito quando uma palavra do vocabulário cotidiano é empregada de maneira operacional dentro de uma ciência (BARROS, 2016). Desse modo, uma palavra que conhecemos hoje e que usamos em nosso cotidiano pode vir a ser instrumentalizada dentro de um campo do saber e, ao ser "conceitualizada", passa a fazer parte do arcabouço teórico daquele campo.

O conceito de Revolução passou por ressignificações ao longo de seu emprego. Se, de início, era um vocábulo da astronomia, aos poucos passou a ser utilizado para aludir a

[39] É o caso da tese de separatismo defendida por Alfredo Varela, que será analisada no próximo capítulo.

ocorrências terrenas, em diálogo com a ideia de que os astros seguem caminhos predeterminados em seu firmamento (BARROS, 2016). O conceito moderno de Revolução, por sua vez, apresentou algumas características (KOSELLECK, 2006), que apresentamos muito brevemente: a ideia de "coletivo-social" ao comportar em si as experiências sociais de convulsão, a experiência de aceleração do tempo, a dinamização dos movimentos políticos, a aceleração na perspectiva sobre o passado, a ideia de "revolução social" agregada ao conceito e, ainda, o caráter universal e permanente do "revolucionar". Para nossa análise, tomaremos como referência a quarta característica, ou seja, a questão da perspectiva sobre o passado que se acelera. Neste sentido,

> A revolução, desde então, transformou-se para todos em um conceito perspectivista dentro da história da filosofia, que apontava para uma direção irreversível. É possível que houvesse ainda discussão sobre um "antes" e um "depois", sobre retardamento ou aceleração, mas a direção do movimento parecia definitivamente determinada (KOSELLECK, 2006, p. 71).

A ideia moderna de revolução abrange, ainda, a noção de liberdade, de transformação. Conforme indica Hannah Arendt (2011, p. 62), o conceito passa a tratar da "experiência da capacidade humana de dar início a algo novo", ou seja, carrega tons de liberdade, de ruptura com o "antigo" por meio das realizações de homens e mulheres. Nesse viés, o caráter transformador da revolução também é destacado por Koselleck (2006, p. 67), assim como a amplitude de âmbitos que o conceito tomou, uma vez que

> tudo aquilo que se via e se descrevia era compreendido a partir da perspectiva da transformação, da

> comoção. A revolução abarcava os costumes, o direito, a religião, economia, nações, Estados e continentes, enfim todo o globo terrestre.

Deste modo, com base nos autores supracitados, podemos traçar algumas características do conceito moderno de revolução: 1) a ideia de mudança e transformação que passou a significar, 2) a ligação com os mais variados âmbitos, seja político, social, etc. e 3) a aglutinação das duas premissas anteriores para entender o conceito num sentido mais amplo. Partindo das questões teóricas que englobam o conceito de revolução, analisaremos o porquê de seu emprego, tanto por parte dos *separatistas*, quanto dos que defendiam a Farroupilha como um conflito *brasileiro*.

O fato de os autores separatistas relacionarem a Farroupilha ao contexto de revoluções se justifica por meio das condições de autonomia do Rio Grande afirmadas pelos letrados, visando à independência, o que se aproxima da definição que Arendt nos apresenta, ou seja, de liberdade e transformação. A Farroupilha se converteria, assim, no símbolo da busca farrapa por se desintegrar do restante do Brasil, visando justamente à liberdade que a transformação do ponto de vista político proporcionaria aos demais âmbitos. Assim, conclui-se que o conceito é empregado no sentido de evocar as transformações ocorridas a partir da Farroupilha, sobretudo o ideal de separatismo que se instaurou entre os farrapos, que culminaria com a independência.

Para os autores cujos trabalhos afirmavam o não-separatismo da Farroupilha, o significado do conceito de revolução evocaria transformações, mas não no sentido de independência, e sim por meio da instauração de um novo sistema, o federativo, cujo precursor seria o Rio Grande. Desse modo, os intelectuais inscrevem o estado sulino como suscitador do

sistema federativo, que viria a vigorar mais tarde em todo o Brasil. Se houve um momento de separação frente ao todo imperial, significa a insatisfação dos farrapos frente ao sistema monárquico, e não frente à unidade "brasileira". Assim, mesmo sendo precursor do ideal federativo e precisando separar-se por um momento, os farrapos teriam sido *brasileiros*, não havendo, assim, intuito separatista entre eles.

Em síntese, mesmo divergindo sobre o significado e o intuito da Farroupilha, ambos os grupos empregam o conceito de revolução para defini-la. Em ambas as concepções se faz presente a ideia de transformação e liberdade: para os *separatistas*, tal ideia se dava em relação ao império, por meio da busca do separatismo; para os *não-separatistas*, uma transformação relacionada ao sistema de governo do todo, que era a monarquia, visando à instauração do sistema federativo, mas dentro do contexto brasileiro.

As narrativas sobre a Farroupilha – do Instituto à Academia

Conforme vimos, foram os historiadores pertencentes às agremiações históricas dos séculos XIX e XX os responsáveis pela escrita da história brasileira e sulina. Esses profissionais, recordamos, eram intelectuais interessados nos "assuntos históricos" e não indivíduos formados nas universidades, visto que os primeiros programas de pós-graduação na área surgiram apenas a partir da metade do século passado (SOARES, 2019). No entanto, não se deve menosprezar seu papel no campo historiográfico, uma vez que

> Agrupados em torno do IHGRGS, esses autores contribuíram para a incipiente especialização da

> História no estado. Permanentemente concentrada sobre o tema das "origens", a erudição documentária posta em prática pela disciplina que ajudaram a fundar pressupunha o entendimento do objeto como uma realidade externa a qualquer problemática levantada pelo analista. Submetido a esse pressuposto, o documento aparecia como fiel depositário da verdade, a quem os estudiosos delegavam toda a objetividade reclamada por um saber que, na realidade, apenas conciliava o necessário teor "verídico" das narrativas às funções seletiva e afetiva – não crítica – da memória, enquanto instância de sacralização do passado. Seguindo à risca esses preceitos caros à cultura histórica oitocentista, as pesquisas do IHGRGS fizeram recair o título de "fundadores do Rio Grande" aos agentes da conquista lusitana e aos próceres farroupilhas (NEDEL e RODRIGUES, 2005, p. 166).

Desse modo, mesmo tendo produzido uma historiografia recheada de constructos e marcada pelos "grandes personagens", numa incessante busca pelas origens e pela "verdade" tangente aos processos de formação sul-rio-grandense, os historiadores do IHGRGS devem ser vistos, também, enquanto "antecessores" de uma geração de historiadores formados em âmbito acadêmico[40]. Essa "nova geração", no entanto, buscava uma ruptura frente à "antiga", intuindo romper com a tradição historicista dos agremiados. Porém, esses historiadores teriam explicado menos a legitimidade que o discurso farroupilha e *aportuguesador* alcançara do que buscado desvelar a "realidade" por detrás dos escritos analisados (NEDEL e RODRIGUES, 2005). Em outras palavras,

[40] Alfredo Varela, por exemplo, dispunha de um rico acervo documental a respeito das "coisas do Rio Grande do Sul", amplamente utilizado para escrever a *História da Grande Revolução*, de 1933. Sobre a formação do acervo, seu *corpus* e afins, ver ARCE (2015).

> a geração universitária de 1980 criticaria a historiografia e a literatura da geração predecessora, pois entendia que aquela se fundamentaria como uma ferramenta de hegemonia da classe dominante sobre a sociedade. Portanto, a narrativa sobre o passado do Rio Grande do Sul foi analisada com uma natureza de "falsa consciência", além de seus membros serem integrantes da – ou terem sido cooptados pela – classe hegemônica (SOARES, 2019, p. 35).

Um dos exemplos clássicos acerca das análises sobre a Farroupilha produzidas pela "geração crítica" é a interpretação de Sandra Jatahy Pesavento acerca do conflito. Em artigo de 1985, intitulado *Uma ideologia em farrapos*, a autora busca compreender como os intelectuais se ligavam, em sua escrita da história, à classe social que representavam, apresentando os primeiros como elementos que elaboram e difundem a ideologia. Assim, o intelectual atuaria como criador e mantenedor das ideias da classe dominante:

> Refletir sobre este processo [repercussão e cristalização da memória farrapa como heroica] é algo que remete à questão dos intelectuais, da história enquanto produção do conhecimento científico, da ideologia e do poder... [...] O intelectual torna-se, neste sentido, o elemento que elabora e difunde a ideologia, legitimando e solidificando a posição hegemônica de um grupo e dando coesão ao corpo social. Parte-se, ainda, do pressuposto que a ciência não é neutra, e que, sendo fruto da atividade humana inserida num contexto social determinado, tem por finalidade contribuir para a estabilidade dessa situação histórica (PESAVENTO, 1985, p. 76).

O intelectual, na concepção da autora, estaria "a serviço" dos interesses de dado grupo social, ou seja, estaria atuando

em sua escrita da história no intuito de enobrecer o passado da classe dominante, que se tornaria herdeira desse passado bravio e continuadora de tais feitos. O intuito, neste processo, seria o de demonstrar tal classe como representante de todos os interesses da sociedade, atrelando-a ao passado heroico sul-rio-grandense. A escrita da história, assim, seria "uma forma particular de difusão da ideologia" (PESAVENTO, 1985, p. 77), instrumentalizada para servir aos interesses de uma elite.

Pesavento prossegue sua argumentação analisando a figura do *gaúcho*. A autora argumenta que, no contexto pampiano, teria ocorrido um processo de concentração de terras nas mãos de poucos, os estancieiros, sendo "difícil deixar de pensar neste gaúcho como um elemento subalterno, dominado e despossuído", uma vez que estaria inserido num "contexto histórico forjado no confronto permanente entre grupos armados". Desse modo, expulso da terra, o *gaúcho* teria buscado refúgio em áreas periféricas, tornando-se o "pária do pampa" (PESAVENTO, 1985, p. 78). Neste processo, a escrita sobre o passado, pelos intelectuais, viria a contribuir para a negligência destes detalhes:

> A ideologia, no caso, oculta a dominação, nega o conflito e restaura do passado uma figura idealizada que não corresponde ao *processo histórico real*. Na historiografia oficial, senhores de terra e gado e peões se mesclam numa só personagem: o gaúcho – heroico, altivo e honrado – que generaliza essas virtudes para o homem rio-grandense em geral (PESAVENTO, 1985, p.78. Grifos meus).

Percebe-se, assim, que a autora critica a produção historiográfica predominante por homogeneizar o passado sul-rio-grandense. Note-se, porém, que ela argumenta que esse processo velaria o processo histórico *real*, como se algum his-

toriador pudesse conhecer a fundo o passado *como ele ocorreu*. Nesse sentido, extraímos nossa primeira consideração: a escrita da história desse período buscou conhecer o "real" existente por *detrás* dos textos.

No trato ao tema da Farroupilha, Pesavento critica a memória que se tem acerca do evento, apontando-a como um instrumento dos interesses da classe dominante, seja ela em prol da causa federalista, seja a favor da construção do "edifício nacional". Assim, para a autora, a rememoração e construção do significado do conflito

> obedeceu a uma função orgânica muito precisa, de legitimar o poder de um grupo na sociedade e "sacralizar" o seu mando, pela imposição de um passado dignificante, do qual não só a elite governante mas todo o povo rio-grandense seria herdeiro. Difundida nas escolas, esta visão da história representou uma forma não crítica de estudar o passado, mesclando a influência positivista do relato linear, cronológico e sequencial com a postura idealista de resgatar os grandes feitos dos heróis (PESAVENTO, 1985, p. 81).

Reiterando a função legitimadora das interpretações acerca da Farroupilha e criticando o fato de as decisões tomadas no passado parecerem ter ficado a cargo apenas dos "grandes homens", a autora, ao encerrar o artigo, parece posicionar-se a respeito das emergências de seu presente, em termos historiográficos, como que buscando demonstrar o caminho que a produção historiográfica deveria tomar dali por diante:

> a história deve assumir um sentido crítico, e a Revolução Farroupilha pode se apresentar como um momento privilegiado de análise no qual o Rio Grande teve condição de enfrentar e barga-

> nhar com o centro. Vista desta ótica, a questão tem grande atualidade, pois se impõe nos dias atuais, mais do que nunca, a necessidade de tentar alterar as relações entre o Rio Grande do Sul e o centro, encontrando novas formas de influir nas decisões da política nacional e obter ganhos para o estado (PESAVENTO, 1985, p. 83).

No fechamento de seu texto, a autora apresenta a Farroupilha como uma espécie de "momento áureo", no qual ocorrera a possibilidade de negociação entre o centro e a periferia. Parece-me que Pesavento quase que utiliza esse ponto da memória farrapa como um "exemplo", em termos da necessidade de um novo meio que possa impor o Rio Grande frente ao centro. Tal fator pode ser entendido por meio da consideração da orientação marxista da autora: criticar o estado de dominação da classe dominante por meio da historiografia e levantar os dominados (Rio Grande) perante os dominantes (governo central) parecem ser os objetivos insinuados na argumentação de Pesavento.

A análise da autora conhece limitações, que se dão principalmente por dois motivos: primeiramente, a escrita da história é determinada pelo contexto da luta de classes, ou seja, o campo econômico é prevalente na análise. Além disso, haveria uma forma de abranger uma explicação total da realidade, que seria conhecedora da verdade. Desse modo, "o texto e os sujeitos da história seriam apenas reflexos de uma base econômica, conhecida sem as aparências ideológicas graças a um tipo de teoria marxista da história" (SOARES, 2019, p. 39).

Uma "nova geração" de historiadores

A chamada "geração crítica", em seus aportes teórico-metodológicos de interpretação, acabou por objetivar o encontro

do *real* existente nas entrelinhas dos textos. A maioria desses autores possuía orientação marxista, sobretudo gramsciana (NEDEL; RODRIGUES, 2005). Tal quadro intelectual, porém, começa a se alterar ao fim do século XX. Uma "nova geração" de historiadores se debruça sobre a questão das representações, do imaginário e da compreensão narrativa, não mais objetivando o desvelamento do *real*, mas sim a compreensão do "mundo da vida" que o texto abriga (SOARES, 2019).

Um "novo" viés de análise se estabeleceu. A questão do mito que envolve a Farroupilha, por exemplo, não fora mais interpretada como o oposto da verdade, e sim como uma representação que justificaria os elementos e as causas que os intelectuais defendiam (ZALLA e MENEGAT). O mito, assim, representa, também, uma forma de enxergar o mundo, de torná-lo mais aprazível e, ainda, de legitimar conjunturas, conforme já visto. Assim,

> Em lugar de desvendar a realidade por meio da análise econômica, procurou-se esclarecê-la, expô-la por meio da busca de uma gramática que definiria as possibilidades de fala/escrita ou a ação dos personagens. Nesse caso, a maneira de interpretar as narrativas sobre a Farroupilha foi a do endurecimento da verdade na forma de mito desde o seu começo (SOARES, 2019, p. 45).

A limitação de tais análises míticas, porém, seria a "consequência" que tal maneira de interpretar proporciona: dominar a história exigiria, deste modo, o domínio dos outros e de si. Os próprios pressupostos das análises as imobilizaram (SOARES, 2019).

No campo historiográfico, surgira outro viés de interpretação: o da reconstrução das narrativas sobre a Farroupilha por meio da intriga, ou seja, a partir de suas temáticas,

contradições e enredos (SOARES, 2016). Nesse sentido, temos desde produções que buscam demonstrar as intrigas que permearam a constituição das obras dos autores até abordagens diversificadas, que relacionam história e literatura. No primeiro caso, temos como expoente a tese de doutorado de Cesar Guazzelli (1998), que considera as narrativas sobre a Farroupilha produzidas no século XX (no primeiro capítulo do trabalho). Em relação ao segundo caso, temos a tese de doutorado de Fabrício Soares (2016), que relaciona história e literatura no trato ao tema da Farroupilha. Este é um recorte em meio a trabalhos de fôlego desenvolvidos neste campo da história.

Considerações finais

O trajeto percorrido pela "agenda da Farroupilha" na historiografia sul-rio-grandense passou tanto por caminhos de silenciamento, quanto por estradas de holofotes. Se o tema fora silenciado em função da necessidade de apagamento da memória "secessionista", em prol da construção da coesão brasileira, no século XIX, os agremiados do IHGRGS trataram de pô-la em voga, a partir da segunda década do século XX, sobretudo. A partir daí, mesmo com diferentes vieses de análise e interpretação, permeados por diferentes interesses, o conflito passaria a ocupar o lugar de "carro-chefe" na historiografia, tendo sido instrumentalizado de acordo com as necessidades de cada conjuntura.

A trama farroupilha conheceu diferentes "versões". Vários foram os discursos acerca do mesmo episódio. Se, nos anos imediatamente posteriores a seu desfecho, a memória farrapa fora velada e silenciada frente a um sentimento de "vergonha", o fim do século XIX, sobretudo a partir da

década de 1880, puseram o tema novamente em voga, reinterpretando a Farroupilha. A partir de então, o conflito fora demonstrado como um episódio de suma importância, cujos participantes teriam preconizado a causa republicana, levantando-se contra o governo imperial, não contra a unidade brasileira. Desse modo, fora exaltado o caráter bravio dos farroupilhas, cujo exemplo deveria ser seguido. O tema, assim, ganhara destaque na historiografia no contexto de emergência da causa republicana.

A apresentação da Farroupilha como tendo sido uma revolução foi uma constante dentre os intelectuais do IHGRGS. A utilização de tal conceito para definir o conflito evoca a consciência de mudança que seus teóricos tinham a respeito do movimento. Para os que defendiam a tese separatista, a mudança diria respeito à secessão. Para os que afirmavam o não-separatismo, a ruptura viria com a decadência do sistema monárquico e implantação do federativo. Em ambos os casos, porém, as narrativas e a memória da Farroupilha serviriam de instrumento à política, seja a estado-novista, seja a castilhista.

A historiografia sobre a Farroupilha "dividiu-se" em três grandes momentos[41]: primeiramente, a produção intelectual efetivada pelos letrados dos Institutos Históricos; em segundo lugar, a produção da "geração crítica", a partir das décadas de 1970-80, que buscou romper com os pressupostos da geração historiadora anterior, mas que sobredeterminou sua análise pelo contexto econômico. Em terceiro, uma "nova historiografia" que busca não ser condicionada ou sobredeterminada, mas, ao contrário, compreender os textos por eles mesmos, considerando seus contextos, seus espaços de produção e seus autores, por exemplo. Este livro busca alcançar

[41] Soares (2016) propôs a existência de 8 momentos da historiografia sul-rio-grandense em relação à Farroupilha, pensando-os a partir das diferentes conjunturas da história brasileira em geral e sul-rio-grandense em particular.

tais objetivos, propiciando uma escrita da história voltada a compreender, não a desvelar algo ou forjar mitos. E não para por aqui: a dinamicidade da história, dos sujeitos envolvidos e do conhecimento, certamente, tratará de adequar, rever ou (re)significar os estudos já existentes.

Particularmente, entendo que a Farroupilha significou um evento importante, não somente para a Província de São Pedro, como também para o então Brasil Imperial. Seja entendida como uma revolta da elite contra as taxações e impostos centrais, seja percebida como uma tentativa de autonomia em meio ao todo, acredito que ambas as possibilidades podem ser pensadas de maneira dialética, acrescentando-se outros vieses na percepção do evento, como questões políticas, interesses locais, etc. Sem dúvidas, as interpretações já existentes e os vieses de análise já propostos servem muito mais como estímulo a novos estudos do que como certezas a respeito do decênio farrapo.

Capítulo 3

Alfredo Varela:

o intuito de secessão e a "epopeia farrapa"

Vimos que a história e a memória da Farroupilha foram reabilitadas e instrumentalizadas pelo grupo defensor da instauração do republicanismo no Brasil, na década de 1880. Verificamos, ainda, que se deu a apropriação simbólica[42] do evento como forma de demonstrá-lo como prócere do movimento republicano, apontando-se os farrapos como exemplos a serem seguidos, e não como revoltosos que lutaram por uma causa vã, ilegítima. A intenção de tal narrativa, conforme referido, era manter a unidade entre as províncias, respeitando suas peculiaridades e tornando-as importantes ao "progresso" na Nação. Para consolidar esse processo, era preciso encobrir o caráter separatista da Farroupilha e afirmar seus participantes como fiéis aos "sentimentos nacionais", ou seja, demonstrá-los como identificados com o todo, e não desejosos de secessão. Tal quadro refletiu diretamente na escrita da história, que passou a *abrasileirar* a Farroupilha e seus *farrapos*. Mesmo sendo a mais influente, tal concepção não foi única. Vozes dissidentes também ecoaram.

Um dos casos de divergência em relação ao *abrasileiramento* da Farroupilha foi a tese separatista do conflito, lançada por Alfredo Varela. O autor nasceu em 1874, na cidade sul-rio-grandense de Jaguarão. Desde cedo, esteve em contato com o contexto fronteiriço e, a partir de sua vivência nesse espaço social, constata-se a

[42] O simbólico é aqui concebido como uma ordem, uma estrutura que se inscreve sobre o real, por meio da qual é possível conceber o mundo e os aspectos que dele fazem parte.

> admiração que o historiador nutriu, desde criança, pelos movimentos das tropas sempre a varrer a região fronteiriça, fossem estas de soldados brasileiros, fossem de "castelhanos". As imagens desses homens de armas, verdadeiros heróis que povoaram a imaginação de Varela em seus tempos de menino, parecem jamais ter abandonado o [...] historiador (SILVA, 2010, p. 23).

O fato de o autor ter nascido e vivido no contexto de fronteira, lado a lado às inúmeras movimentações e contatos entre o Rio Grande e região platina, teria influenciado sua escrita da história de maneira significativa (SILVA, 2010). A historiografia produzida por Varela admitia a existência de influências e intercâmbios entre o Rio Grande e o Prata, aspecto negligenciado pela historiografia do período (anos 1920-30), sobretudo após a institucionalização do IHGRGS, em conjunto com a atuação do IHGB.

No campo político, Varela participou como militante nos momentos iniciais do que viria a ser a gênese do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), no início do século passado. Leitor assíduo, iniciou-se nos ensaios históricos em 1897, através de *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica*. Escritor de variadas obras, as quais incluíam a temática sul-rio-grandense, Varela recebeu críticas e obteve pouco espaço no contexto historiográfico vigente, uma vez que suas obras iam à contramão das *tendências* do primeiro quartel do século XX[43].

No que tange à história "geral" do Rio Grande do Sul, várias foram as ênfases. Varela compôs escritos carregados de carga simbólica, percebida na questão da natureza, que

[43] Faço uso do vocábulo *tendências* para ressaltar a historiografia predominante do período dos escritos de Varela, ou seja, aquela produzida com fins de legitimação e afirmação da *brasilidade* do gaúcho, da máxima de negação de influências platinas, da diferenciação entre *castelhanos* e *gaúchos* no tocante ao modo de ser e, ainda, àquela afirmação de "independência ideológica" sul-rio-grandense quanto a influências externas no tocante à Farroupilha.

era apresentada de forma harmônica com seus habitantes. Em outras palavras, suas obras contavam com uma alta carga de determinismo geográfico[44], chegando inclusive a estabelecer uma dialética entre homem e natureza, onde o habitat seria um instrumento à evolução (FUÃO, 2009). Além do mais, apontava o estado sulino como portador de especificidades que o tornavam único[45]. A exaltação da relação entre *homem* e natureza, bem como a peculiaridade do meio, são notadamente inseridas por Varela em seus escritos. O Rio Grande, para o autor, era

> um país[46] muito bem-dotado. Sem ter a feracidade dos Estados do norte do Brasil, de riqueza pasmosa, mas inconveniente, porque enerva o homem e dispõe-no à preguiça; nem a rudeza das regiões muito frias, este fecundo torrão convida e incita à atividade, não oferecendo ao braço humano embaraços insuperáveis e pagando generosamente o esforço empregado em labutá-lo. Não há aqui montanhas que impeçam as comunicações, não há rios invadeáveis, não há desertos; pelo contrário, os naturais percorrem o país em todos os sentidos, quase até há pouco sem necessitar de estradas feitas pelas mãos dos homens: agora, é que as múltiplas condições da vida moderna exigiram a abertura de algumas e a construção de outras. Não há o sol abrasador dos trópicos, que elanguesce o

[44] O determinismo geográfico se configura como uma teoria que relaciona a maneira como uma sociedade se organiza e o meio onde ela vive, sendo este último influente na primeira. Assim, se acreditou que a história humana poderia ser explicada a partir das relações de causa e efeito entre dado grupo de seres humanos e seu meio.

[45] O autor explicitava o território fronteiriço e as formas como este estaria destacadamente relacionado ao Prata. A especificidade sul-rio-grandense residia, portanto, na defesa dos laços existentes entre o todo, mas, como já se afirmou, sem negar laços com os platinos (VARELA, 1933).

[46] O emprego de "país" para se referir ao Rio Grande do Sul se relaciona com a concepção do autor acerca deste, pensando-o enquanto voltado a si mesmo e com total capacidade de autonomia, de autogoverno e de gestão de recursos (VARELA, 1897).

> trabalhador, entorpecendo-o quando não o fulmina; nem o frio gelado das zonas mais próximas do polo, que entanguece o peão, prostrando-o muitas vezes regelado e morto. Não há a exuberância do Pará ou do Amazonas, que estraga as populações do Norte; nem os minguados recursos que dão os terrenos da Europa. Aqui, a natureza como que se mostra esquiva ao homem, para seu próprio ensinamento, e, depois de educá-lo na lei do trabalho, se lhe ostenta generosa, como antes poupada (VARELA, 1897, p. 2).

O que Varela busca demonstrar é uma ligação íntima entre a natureza e o habitante do Rio Grande. O autor não só exalta as características do estado sulino de maneira poética, como também as destaca em detrimento a outras, tanto em função de seus recursos, como em relação aos benefícios que apresentaria a seus habitantes. Na descrição do meio, ainda, percebe-se que o autor lança as bases de um Rio Grande peculiar, exuberante e único, ao qual os outros lugares não seriam comparáveis.

O principal aspecto presente nas obras de Varela[47], no entanto, é a tese de separatismo da Farroupilha. Em função disso e do fato de alegar a existência de relações amistosas entre o Rio Grande e o Prata, o autor não foi um dos historiadores mais atuantes dentro do IHGRGS, mesmo tendo sido um dos sócios fundadores da agremiação (SILVA, 2010)[48]. A

[47] Entre as principais obras de Varella, temos *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica* (1897), *Revoluções Cisplatinas* (1915), *Política Brasileira: Interna e Externa* (1929) e *História da Grande Revolução* (1933). Estas, em maior ou menor escala, tratam das controvérsias acerca da interpretação da Farroupilha, da brasilidade do movimento e do *gaúcho* em si e, ainda, da semelhança ou não semelhança com os *gaúchos platinos*, sejam elas físicas, psíquicas ou culturais.

[48] Acerca da "impopularidade" do autor frente à agremiação, SILVA (2010, p. 28) afirma que "O contexto que remonta à década de [19]20 foi tradicionalmente tratado pelos historiadores da historiografia sul-rio-grandense como o período de construção da visão nacionalista da história sulina, quando o grupo dos mais destacados historiadores gaúchos, congregado em torno do instituto, dedicou-se

obra que clarifica sua tese foi publicada num contexto delicado e simbólico da história sul-rio-grandense: os preparativos para celebrar o centenário da Farroupilha. Eis a controvérsia: num contexto afirmador da brasilidade farrapa, surge um estudo complexo que nega esta premissa. O estudo em questão é a *História da Grande Revolução*, que conta com seis tomos e foi publicada em 1933. A tese de separatismo, naquele contexto, funcionou como uma afirmação que destoava da tese de nacionalidade da Farroupilha, que data do fim do século XIX. Portanto, a argumentação sobre o tema do separatismo se deu em meio aos tempos de redenção patriótica (SILVA, 2019), num

> momento peculiar porque Varela, no contexto de 1935, era uma espécie de opinião destoante que constrangia o viés de representação historiográfica nacionalista vigente na época, um viés marcado pelo advento do nacionalismo institucional do primeiro governo Vargas. Entretanto, essa contradição não lhe retirou o mérito de ter ocupado o lugar da grande representação da "epopeia farroupilha". Foi lida por diferentes ângulos, mas, para a sorte de um autor que abominava a indiferença, não passou despercebida (SILVA, 2019, p. 144-145).

Porém, antes mesmo de publicar a obra de 1933, o autor, por meio de suas teses, destoou da produção historiográfica que predominava. No fim do século XIX, quando iniciou sua atuação como historiador, Varela afirmava o caráter separa-

---

a pesquisas que viriam a afirmar a brasilidade dos farroupilhas, a raiz fundamentalmente lusitana do gaúcho e a consequente predisposição do estado para a integração nacional. Essa tendência, em boa parte controversa às linhas interpretativas defendidas por Varela, afastou-lhe da entidade e possibilitou que o historiador protagonizasse uma contenda aberta com aqueles que se opunham a suas obras, [...]". Um destes autores com os quais Varela acabou trocando *faíscas* intelectuais foi Souza Docca, cuja escrita da história será analisada posteriormente.

tista da Farroupilha, instrumentalizando-a para fins políticos. Em obra publicada no ano de 1897, a já referida *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, a história do passado sul-rio-grandense foi evocada como uma espécie de *historia magistra vitae*[49], voltada à arena política. Ou seja,

> Alfredo Varela identificou um potencial político instrumental na evocação da revolta. Num contexto em que a autonomia realmente alcançada dentro da República não satisfazia a elite sul-rio-grandense, Varela atentava ao fato de que a secessão já seria uma alternativa viável, e o sacrifício da pátria poderia ser o predecessor de um momento de glórias. A memória da [...] Farroupilha era transformada em ameaça velada, como um aviso de que a separação do restante do Brasil poderia ser a solução eleita quando o federalismo não fosse respeitado (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 56).

Desse modo, o autor evoca o caráter separatista do conflito de 1835, alegando-o como um levante contra o governo central. Assim, afirmando a intenção de secessão dos revoltosos, Varela demonstra o episódio como um "exemplo", com o qual se deveria aprender: se o Rio Grande já havia se *erguido* contra o centro e demonstrado condições de ser autônomo, por que não o faria novamente? Assim, a memória farroupilha constituiu-se como um "alerta" de uma "nova separação", que poderia ocorrer no caso de o sistema republicano não ser devidamente respeitado.

A arena política local também influiu na instrumentalização da Farroupilha, porém mais tardiamente. A publicação de *História da Grande Revolução*, em 1933, se relaciona ao apoio político que Varela prestara a Júlio de Castilhos, presiden-

[49] Os escritos de Varela não foram os únicos que evocaram a Farroupilha a partir da noção de "história mestra da vida". Sobre o tema, ver SOARES (2020).

te do Rio Grande do Sul durante o período no qual Varela esteve desenvolvendo seus estudos e, também, membro do PRR (FUÃO, 2009; SILVA, 2010). Mais tarde, porém, o autor se desvencilharia do partido e demonstraria certo arrependimento em ter apoiado a causa castilhista[50]. O fato, porém, é que sua escrita da história e sua orientação política estiveram fortemente relacionadas entre si.

Alfredo Varela considera o Rio Grande do Sul como um "país", uma "pátria" mediadora entre a família e a humanidade, ou seja, entre o plano particular e o público (FUÃO, 2009), devendo seu tamanho ser suficiente para que houvesse contato e convivência entre seus membros, características estas que, para ele, o estado sulino possuía. Deste modo,

> Varela propõe um território idealizado, em estado de perfeição e próximo ao que se pode denominar de paraíso terrestre. De acordo com suas palavras, os mais diversos males que afligem variados lugares do mundo, no Sul não se fariam presentes. O autor foi responsável por uma criação de uma atmosfera onde tudo parece estar na mais perfeita sintonia, amplamente propício à gestação de uma população em harmonia e em grau de prosperidade (FUÃO, 2009, p. 59-60).

Por meio das características naturais e da interação do sul-rio-grandense com elas, o autor enfatizava as especificidades do Rio Grande, apontando para um estado autônomo, que sobreviveria por meio de suas potencialidades. Em suma: via o Rio Grande do Sul como voltado a si mesmo, não para o Brasil.

[50] O sentimento que Varela manifestou acerca do apoio que prestara à política de Júlio de Castilhos, se converteu em desilusão: o autor reconhece seu "desacerto" ao ter apoiado o político, verificando que sua atuação fora importante à legitimação daquele governo. Varela afirma, ainda, a existência de excessos no governo castilhista, demonstrando arrependimento e apontando o governo forte e rígido de Castilhos como um prejuízo aos sul-rio-grandenses em geral (FUÃO, 2009).

Em meio à harmonia entre homem e meio, o belicismo se fazia presente. O autor reconhecia a existência de muitos conflitos no passado sul-rio-grandense, demonstrando os habitantes do Rio Grande enquanto indivíduos educados numa "escola de guerra", o que teria feito com que assumissem qualidades guerreiras, mas sem perder de vista os estudos e a cultura, presentes em grau elevado entre esta população. Assim, além da harmonia com o meio, o que teria havido entre os sul-rio-grandenses fora a constituição de uma população de "soldados letrados"[51] (FUÃO, 2009). Varela apresenta, ainda, uma eminente vontade de "demonstrar a verdade", característica esta que o próprio autor enfatiza:

> Ao meu Rio Grande
>
> Há mais de três décadas, um rapazito de 14 anos, inflamado no culto das tradições pátrias, jurou a si mesmo dedicar-se à comprovação do que negava a crônica interesseira, para a qual eram homens destituídos em absoluto de toda e qualquer fé política, os rebeldes de 1835. O adolescente criara-se no âmbito da primitiva conspiração, presumia ter apanhado o que nela se tramava, grata confiança lhe segredando que era o verdadeiro ideal dos combinados, o que se propunha fixar (VARELA, 1915, p. 9).

Na passagem acima, percebemos características marcantes da obra de Alfredo Varela. Em primeiro lugar, o autor destaca uma espécie de "juramento", uma promessa a si mesmo, de escrever de forma comprobatória, ou seja, exalta seu compromisso com a verdade ao escrever a história. Perceba-se, no

[51] É importante destacar que a maioria da população sul-rio-grandense do período abordado por Varela não tinha acesso a meios educacionais, o que contraria a afirmação do autor em relação aos "soldados letrados". Grande parte dos sujeitos que engrossavam as fileiras militares não possuíam a habilidade de ler e escrever a eles atribuída pelo autor.

entanto, os limites disto. Escrever a verdade, conforme sabemos hoje, não é possível. O que fazemos enquanto historiadores, no entanto, são representações plausíveis do ocorrido, com base em rigor metodológico (BLOCH, 2001). Em segundo lugar, Varela dirige uma crítica à "crônica interesseira", ou seja, à forma como o autor concebia a maneira predominante de escrita da história, cerceada por pretensões e permeada de parcialidade. Somado a isso, um terceiro ponto chama atenção: há a preocupação em ter autores que escrevam sem estar imbuídos por ideais políticos que possam influenciar seus escritos. Contraditoriamente, o próprio autor escrevia imbuído por sua vertente política e as necessidades de justificação e legitimação desta, conforme visto acima.

Torna-se perceptível que a historiografia de Varela destoaria daquela oficializada, cujas influências da região platina sobre o Rio Grande não são aceitas, e a Farroupilha é tratada como uma causa ligada ao todo, e não desejosa de secessão. A relação que o autor estabelece entre o meio e o habitante do Rio Grande também merece destaque, uma vez que seria o primeiro, com seus recursos e belicosidade, que moldaria o segundo e o faria bravo e destemido, mas sem perder de vista a cultura e os estudos. Todos esses aspectos de sua escrita da história, porém, estiveram relacionados à sua adesão ao governo castilhista e, sobretudo, à causa republicana, o que conferiu a seus escritos certas características de uma *historia magistra vitae* (história mestra da vida): instrumentalizando a Farroupilha em favor de seus ideais políticos, Varela a demonstrou como um exemplo que poderia ser seguido caso o republicanismo causasse desagrado. Assim, a Farroupilha fora transformada numa espécie de "alerta" à possível ocorrência de uma nova secessão, reafirmando-se seu caráter se-

paratista[52]. Vejamos como tal característica se manifestou em suas obras.

A epopeia pampiana: *Nova Troya* e a *Farrapíada*

Na escrita da história de Alfredo Varela, o passado sul-rio-grandense foi narrado de maneira heroica e bravia. A narrativa do autor dedica-se a demonstrar como teria se dado o processo de formação sul-rio-grandense, ocorrido num tempo e espaço amplos. O povo, o meio e as características do Rio Grande são representados epicamente na obra mais vultosa e completa do autor, a *História da Grande Revolução* (1933). Nos seis tomos que a compõem,

> é possível perceber a estruturação da matéria épica de sua narrativa: em primeiro lugar desponta a "raça dourada extremenha", epíteto que ultrapassa a mera formulação da trajetória de uma formação étnica para mostrar um povo extraordinário, apto a realizar até mesmo o que pode parecer sobre-humano, e que se funde à própria pátria para se tornar um quase-personagem da saga; em segundo, surge a apresentação heroica enquanto tal, no empenho da construção detalhada de algumas das figuras centrais da revolução, personalidades que foram capazes de interpretar todas as aspirações coletivas, encarnar o espírito de um tempo e de um povo para realizar o seu destino, ainda que isso não significasse dizer que sua ação era inteiramente espontânea (SILVA, 2010, p. 112).

Os escritos de Varela tomam, assim, a forma de uma *epo-*

[52] Para além da tese de separatismo, o autor diverge com a historiografia predominante em relação ao contexto no qual a Farroupilha teria sido gestada, afirmando-a como parte da onda de revoluções ocorridas na região platina, e não como um levante *brasileiro* (VARELA, 1915).

peia pampiana, ou seja, se dedicam a narrar os feitos dos sul-rio-grandenses, mesclando mito e historicidade. Os fatos narrados, sobretudo acerca da Farroupilha, conhecem uma mescla entre o tempo histórico e a conjuntura na qual ocorreram a, ainda, o tom poético do qual o autor faz uso em seu texto. A *História da Grande Revolução* de Varela, portanto, se caracteriza como pertencente tanto ao gênero histórico, quanto ao épico (SILVA, 2010). Abordando as batalhas, os personagens e os desdobramentos do conflito, o autor torna-o a manifestação da bravura do sul-rio-grandense e afirma sua intenção de secessão frente ao Brasil, tornando clara a sua convicção de que teriam existido intensas relações do Rio Grande com a região platina. O caráter épico dos escritos, por outro lado, se manifesta na forma como Varela escreve a história, enfatizando o "herói", o território, as dificuldades pelas quais ele passaria e, sobretudo, destacando que suas ações não se dariam almejando objetivos individuais, mas sim em favor do todo, ou seja, do Rio Grande.

Ao afirmarmos a escrita da história de Varela como *dual*, ou seja, histórica e épica, nos embasamos nas reflexões de Georg Lukács em *A teoria do romance*, nas quais o autor explica quais são as características que compõem uma obra do estilo épico:

> O herói da epopeia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre, considerou-se traço essencial da epopeia que seu objeto não é um destino pessoal, mas o de uma comunidade. E com razão, pois a perfeição e a completude do sistema de valores que determina o cosmos épico cria todo um demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se tão isolada em si mesma, tão fortemente voltada a si mesma, a ponto de tornar-se individualidade. [...] Quando a vida, como a vida, encontra em si um sentido imanente, as categorias

> da organicidade são as que tudo determinam: estrutura e fisionomia individuais nascem do equilíbrio no condicionamento recíproco entre parte e todo, e não da reflexão polêmica voltada sobre si própria, da personalidade solitária e errante. Portanto, o significado que um acontecimento pode assumir num mundo de tal completude é sempre quantitativo: a série de aventuras na qual o acontecimento é simbolizado adquire seu peso pela importância que possui para a fortuna de um grande complexo vital orgânico, de um povo ou de uma estirpe (LUKÁCS, 2000, p. 67).

Com base nas reflexões supracitadas, tecemos algumas considerações acerca do caráter épico da escrita da história de Alfredo Varela. Para o autor, o sul-rio-grandense sublevado contra o todo não o fizera por si mesmo, mas sim para defender o Rio Grande dos "abusos" do governo central. Além disso, o fato de Varela enfatizar as condições de autonomia e as qualidades "incomparáveis" do Rio Grande corroboram com o preceito de autonomia do estado, tão caro ao autor. Considera-se, ainda, que a importância da *trama farrapa* para Varela consiste no fato de o autor representá-la e concebê-la como uma *aventura* de suma importância ao momento no qual ocorrera, ou seja, à conjuntura do século XIX e à campanha republicanista à qual o intelectual esteve filiado. A Farroupilha teria sido, portanto, a materialização de um conflito contra o Império, a favor de um Rio Grande autônomo e capaz de o ser. O tom épico serviria, assim, para *embelezar* e criar sentido ao fato que o autor narrava e, ainda, para enfatizar as qualidades do Rio Grande e do *gaúcho* em si, onde

> o estilo parece ser uma ferramenta deliberadamente usada como um jogo de imagens capaz de modelar os sentidos dos acontecimentos narrados como história. Nesse extenso manancial de narra-

> tivas, a forma e a matéria são elementos que não apenas convivem, mas se combinam na estruturação de uma obra (SILVA, 2019, p. 143).

Nesse sentido, a utilização do tom poético, ao narrar a Farroupilha, pode ser percebido como uma estratégia para *tocar* o leitor no momento do contato com os escritos. É como se o autor intentasse chegar ao subjetivo de quem o lê, uma vez que sua escrita da história comporta ricas descrições a respeito do cenário que narra. Assim, "ele narrou a Farroupilha como a 'Guerra da Nova Troya' costurando uma história recheada de detalhes documentais com um repertório de tonalidades épicas" (SILVA, 2019, p. 143).

Ao narrar o Rio Grande como sendo uma *nova Troia*, Varela parece atribuir a si mesmo o título de "Homero da epopeia sulina" (SILVA, 2010). Ao estabelecer tal paralelo entre a história grega e a sul-rio-grandense, busca deixar claro que a comparação não seria "injusta" para com a *antiga Troia*, uma vez que

> a "nova Troia" não desmereceu o nome da antiga, na nobreza do pugnar. Os plainos em que assentavam os muros de Priamo, se não prestam ao emprego da emboscada, como sistema de agressão favorito, e por igual, já se notou, os que se desdobram da renascida Ílio. Abriam-se lá as portas, voavam os carros de combate, empenhava-se a refrega, como a mutação da cena do teatro aberto: no Rio Grande a mesma coisa se presenciava. Se a encosta, além de uma coxilha, escondia, por minutos, os esquadrões, na abalada ofensiva; o terreno, decaindo em longas ondulações aquém, deixava-os logo a descoberto, dentro no tempo suficiente para a ordenação da contracarga: e afrontavam-se, peito a peito, nas hastes contrárias. [...] os olhares, no âmbito da história; transferi-os ao Rio Grande, entre guerreiros de bigode e guerreiros que o ba-

> niram, para gravar na face o signo dos idealismos políticos que a timidez ou o interesse recatam e a hipocrisia mascara; transferi os olhares ao Continente e se vos depara com o mesmo ímpeto aventuroso (VARELA, 1933, p. 111-112).

Ao apontar o Rio Grande como a *nova Troia*, Varela procura deixar claro que tal afirmação não seria fajuta e, ainda, que não iria ferir a história daquele lugar, cuja memória remonta aos tempos de guerras e embates entre gregos e troianos. A situação de tensão constante, de embates entre frentes rivais e, ainda, a rotina de busca por esconderijos e proteção frente ao inimigo teriam sido presenciadas tanto em Troia, quanto no Rio Grande, cuja história teria sido marcada pelo belicismo constante. Varela atenta, ainda, à necessidade de o leitor perceber tal similitude, e "voltar seus olhos" ao que teria ocorrido em solo sul-rio-grandense, percebendo sua *grandiosidade*.

Além de apontar traços de parecença entre Troia e o Rio Grande em termos de território e presença de conflitos, Varela equipara, também, os guerreiros *daqui* e *de lá*. Não se trata de apontar um ou outro sujeito, mas sim de buscar a consolidação da imagem bravia do *gaúcho*. Não era a afirmação de um indivíduo em particular, mas sim do "sujeito coletivo", do *ser gaúcho*. A vocação guerreira, assim, teria composto os caracteres de toda comunidade, sendo inerente a ela.

O caráter guerreiro do *gaúcho* não o teria tornado rústico, desapegado ou inconsequente frente à própria vida cotidiana, mas sim o convertido em um sujeito afeito a seu território, dotado de simplicidade e hospitalidade. Os próprios estancieiros e generais, por exemplo, cujo poder era significativo, foram comparados às características dos poderosos gregos:

> Os íncolas [habitantes] da Grécia primitiva não

> eram nem mais polidos, nem de aparências mais ternas ou mais doces. Toscos os rebanhos; toscos os seus guias. Os reis, antes de se apoiarem num áureo cetro com finas cinzeladuras, traziam ao punho um grosseiro, nodoso cajado, e as filhas deles iam ao lavadouro, com as humildes ancilas (VARELA, 1933, p. 90).

Note-se que o território sul-rio-grandense é comparado à Troia em função de lá ter ocorrido um conflito de notável dimensão. O *gaúcho*, enquanto sujeito coletivo, é relacionado ao povo grego e a suas características. Os gregos, diga-se de passagem, teriam sido os vencedores do conflito, utilizando-se de sua astúcia e inteligência, bem como do aparato bélico[53]. A Varela, assim, conveio apresentar o Rio Grande como um território no qual ocorreram significativas batalhas, como é o caso da Farroupilha e, ainda, comparar seu povo ao contingente vencedor em Troia (SILVA, 2010). Em minha interpretação, o fato de o autor comparar o *gaúcho* ao grupo vencedor alude à suposta "vitória" alcançada pelos revoltosos, ao fundar a República Rio-Grandense: para Varela, a vitória temporária significara o triunfo do federalismo e a concretização do projeto de secessão dos farroupilhas.

A escrita da história de Varela, assim, compara a história do Rio Grande, sobretudo os capítulos ligados à guerra (como é o caso da Farroupilha), às epopeias homéricas e a momentos de importância à *história antiga*. Tal estratégia, no entanto, não é apenas uma simples comparação, ou uma estratégia de *embelezamento* da narrativa. A comparação da *epopeia pampia-*

[53] A vitória grega teria se dado por meio do "grande presente" que os gregos teriam dedicado os troianos: um grande cavalo de madeira, que adentrou os muros troianos sem dificuldade. À noite, após um banquete, os troianos, embriagados, teriam sido atacados por um batalhão de soldados gregos, que estavam escondidos dentro do cavalo. Assim, por meio de uma estratégia, os gregos conseguiram ultrapassar as antes intransponíveis muralhas troianas, liquidando a cidade. É desse episódio que vem a expressão "presente de grego".

na aos contos homéricos significa, também, uma escolha que marca a estrutura de explicação e compreensão da obra, imputando um sentido mais exuberante aos ocorridos, além de fundir mito e história, numa relação que torna complexa a dissociação entre os dois campos em sua escrita da história. Deste modo,

> A grandiosidade dos personagens, a magnitude das ações do povo sulino, a coragem e a inquebrantável sede de liberdade despontam em proporções que um breve relato descritivo não conseguiria erigir. O mesmo vale para a proeminência do fio atemporal que sobrevive ao fortuito, a fibra moral que vem de tempos áureos e se projeta, ainda que em vários momentos cambaleante, ao futuro. E tudo isso através de um tom imponente, com inúmeras passagens em que a licença poética extravasa qualquer prescrição objetivista ao criar paisagens idílicas, heróis semideuses, diálogos completos e nutridos de sensibilidade lírica, criados muitas vezes a partir de indícios tênues. Os épicos não apenas subordinam a revolução sulina com suas belíssimas façanhas, como se servissem de adorno estilístico; a revolução é, em vários instantes de divagação do autor, uma verdadeira "*Farrapíada*" (SILVA, 2010, p. 137-138).

A utilização do tom poético e épico, portanto, se engajaria ao objetivo de demonstrar o passado sulino "heroico", atrelando-o às lutas políticas contra os supostos *abusos* imperiais de poder e, ainda, apontando-se a Farroupilha como a materialização do reconhecimento das capacidades de autonomia do Rio Grande. O autor chega, inclusive, a discorrer a respeito da importância da epopeia aos povos, salientando que "sôfregas pela audição dos contos se mostram as crianças" e, ainda, que "morrem por eles os povos que conservam a ingenuidade da infância". No caso do povo-sul-rio-gran-

dense, "tinha embelezos de acendrado amor, quando escutava os mais prediletos, os do período guerreiro, a epopeia a que os prendia uma orgulhosa tradição familiar" (VARELA *apud* SILVA, 2010, p. 138). Assim, a epopeia serviria como entretenimento, despertaria curiosidade e, ainda, se relacionaria ao caráter subjetivo do *gaúcho*, uma vez que as histórias de guerra que ouviam faziam parte de seu passado. A narrativa épica, assim, conhecia a função de manter fortes os laços entre a geração de ouvintes e a de guerreiros, despertando nos primeiros os sentimentos de pertencimento e orgulho de seus antepassados.

Na empreitada de apresentar o Rio Grande como a *nova Troia*, Varela não atribui destaque apenas ao sujeito coletivo do *gaúcho*, elencando, também, similitudes entre indivíduos. É o caso da equiparação que faz entre a ação de Bento Gonçalves e a do herói dos tempos da Guerra de Troia:

> O generalíssimo farroupilha, que, com o seu estado-maior se havia postado no coração da localidade, aí conservando-se até o derradeiro minuto da terrível pugna, enviou, ato contínuo, ao chefe da praça, uma solene intimativa para que se rendesse à discrição, com a promessa de recambia, ás suas respectivas províncias, todas as praças que fossem alheias ao Rio Grande, também notificando que, em caso de negativa, "arrasaria toda a população". Nela mergulhara o herói continentino, "à guisa de uma noite intrépida", veloz como Heitor, ao invadir triunfante nos muros do campo argivo, onde penetra "formidável no aspecto, a resplandecer com o metal das armas". Como este, "ordenara à multidão dos troianos que franqueassem a trincheira, no que foi obedecido, subindo à escalada uns, rompendo os baluartes os outros, enquanto os gregos, em meio de imenso tumulto, ganham lestos a banda onde pairam as naves". "Só um dos imortais habitantes do Olimpo fora capaz de o de-

> ter"! Só um dos supremos entes, a cujo braço poderoso, no conceito homérico, tudo se move sobre a terra. Avante seguia Bento Gonçalves com o seu cortejo de semideuses, quando um daqueles intervêm no pleito, como tantas vezes relata o maior dos poemas. Maligna, impiedosa, intervém a Fortuna, que o desadora e que lhe trava os passos, interrompendo-se, de súbito, a majestosa torrente da esplêndida Vitória! (VARELA, 1933, p. 129-130).

A conceituação do Rio Grande como uma *nova Troia*, a apresentação do *ser gaúcho* como similar ao *ser* dos gregos e, ainda, a comparação de líderes de destaque em Troia com indivíduos proeminentes na Farroupilha, em síntese, convergem para a transformação do conflito ocorrido no Rio Grande do Sul à forma de uma *Farrapíada* (SILVA, 2010), ou seja, à construção da história e memória do conflito pelos caminhos da trama épica.

Repercussões dos escritos varelianos entre os pares do IHGRGS

A *História da Grande Revolução* fora publicada no âmbito do IHGRGS, mesmo em meio às divergências que a tese de Varela expressava frente à historiografia predominante na agremiação. A publicação da obra pelo Instituto sulino se relaciona às relações existentes entre Varela e o PRR, o partido que estava no poder, uma vez que pouco provavelmente a publicação teria se dado pela agremiação se não fosse tal relação, em vista das despesas, dado o tamanho da obra e, sobretudo, em função da própria tese que o autor defendeu. Não demorou muito, porém, para que o mundo do texto encontrasse o mundo dos leitores (SILVA, 2010), ou seja, para que fosse percebido e criticado o descompasso entre a pro-

dução historiográfica da agremiação, marcadamente ligada à ideia de correlacionar Rio Grande e Brasil, e a de Varela, que proclamava o intuito de secessão do primeiro em relação ao segundo (no passado) e, ainda, uma possível nova empreitada separatista (no presente).

Uma crítica "oficial" à obra de Varela surgiu um ano após *História da Grande Revolução*, em 1934. A ata da reunião do IHGRGS, ocorrida em agosto do mesmo ano, fez menção a uma carta recebida pelo então secretário da agremiação e coordenador do setor de publicações, Eduardo Duarte[54] (SILVA, 2019). A carta, enviada por Castilhos de Goycochêa[55], aponta críticas ao fato de o Instituto sulino ter financiado e distribuído exemplares da obra vareliana entre seus membros:

> É uma grande pena que essa publicação tenha sido feita pelo Tesouro do Estado sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do que, creio, o senhor é membro, porque essas credenciais quase que oficializam as teses defendidas pelo autor, teses falsas de "separatismo" e "castelhanismo" (GOYCOCHÊA *apud* SILVA, 2019, p. 146).

[54] "Eduardo Duarte, talvez, represente com exatidão a ambiguidade entre os privilégios e as vicissitudes de ser intelectual no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. Ingressou no funcionalismo público estadual em 12 de maio de 1899. Foi responsável pela seção de História do Arquivo Público do Estado. Nesta condição, quando Florêncio de Abreu era diretor do Arquivo Público, Eduardo Duarte criou, em 1921, a *Revista do Arquivo Público*, encerrada em 1925, com 18 números. Quando Florêncio de Abreu deixou a direção do Arquivo Público, em 1924, Duarte empenhou-se para que a 2ª Secção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, da qual era diretor, fosse incorporada ao Museu Júlio de Castilhos, cujo diretor era o escritor Alcides Maia. Essa estratégia fez com que o Museu Júlio de Castilhos fosse atraído para a órbita do IHRGRS e da produção histórica, e tornou-se, então, o quartel general do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" (MARTINS, 2017, p. 207).

[55] Goycochêa nasceu em 1891, atuando como engenheiro civil de formação. Esteve envolvido no movimento positivista no Brasil, buscando aplicar tal escopo teórico à historiografia brasileira, sob a premissa de oferecer uma interpretação "científica" à formação histórica nacional.

Percebe-se a preocupação do autor da carta em relação à repercussão da obra de Varela, uma vez que, publicada pelo Instituto, a tese que abriga poderia vir a ser *oficializada*. Visivelmente contrário à tese de separatismo que Varela defendia, Goycochêa prossegue a correspondência indagando a respeito de uma possível aceitação da agremiação frente aos preceitos varelianos apresentados em *História da Grande Revolução*. Respondendo a própria questão, ele prossegue:

> Não, não creio. Não creio porque todos os documentos publicados sobre a epopeia dos Farrapos desmentem isso. Não creio porque nunca soube de fato ou de simples indício que na terra pampiana se houvesse cogitado, seriamente de separação. Um ou outro caso isolado de ideal separatista não pode servir para um argumento a ser tido em conta (GOYCOCHÊA *apud* SILVA, 2019, p. 146).

Deste modo, o autor da correspondência reconhece a existência de ideais que afirmam o intuito de secessão dos farroupilhas, mas argumenta que existiriam documentos supostamente capazes de provar o contrário. Ele afirma, ainda, que não acredita que a agremiação sulina viria a aceitar as teses varelianas, em função, justamente, da existência dos documentos supracitados.

Ao fim do documento, Goycochêa busca demonstrar *quem somos* e *como somos*, ou seja, indicar que teses similares à vareliana só ganham terreno na historiografia e na aceitação popular em função do desconhecimento acerca do Rio Grande e de seu povo. Assim, o autor afirma que

> Somos brasileiros de origem lusitana, com todas as qualidades do tipo resultante da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao

> guarani e ao mameluco paulista (GOYCOCHÊA *apud* SILVA, 2019, p. 146).

A conclusão da carta, assim, evidencia o posicionamento de seu autor, fortemente semelhante àquele que a escrita oficial do IHGRGS tomara. O Instituto, aliás, não recebeu a crítica sem responder devidamente. A resposta ficou a cargo de dois membros da agremiação, Darcy Azambuja[56] e Othelo Rosa[57], e foi divulgada na forma de um Parecer:

> A finalidade precípua do Instituto é promover e patrocinar a divulgação de estudos históricos; não é sequer admissível a hipótese de que o fizesse a todos eles enquadrando em uma orientação determinada e certa. Entre os seus sócios há correntes que divergem em derredor de alguns temas da história; e, não raro, opiniões isoladas, individuais, nem por isso menos dignas de acatamento e de apreço. A fundação do Instituto é precisamente essa: favorecer a divulgação de todas as opiniões, submetê-las à discussão e à crítica, afim de que a análise histórica se processe em um ambiente arejado, superior, extreme de preconceitos (AZAMBUJA e ROSA *apud* SILVA, 2010, p. 170-171).

A agremiação é afirmada, deste modo, como um espaço *aberto* à divulgação de estudos históricos, e, ainda, como um espaço social cuja função seria estimular o debate e a reflexão acerca dos temas e obras apresentados. É reconhecida, também, a existência de dissidências de interpretação entre

[56] Azambuja foi um escritor e jurista brasileiro nascido em 1901, no município de Encruzilhada do Sul (RS). Lecionou na UFRGS e na PUC-RS, atuando como membro do IHGRGS e da Academia Rio-grandense de Letras, além de ter sido redator do jornal *A Federação*.

[57] Othelo Rosa foi um jornalista e historiador nascido em Montenegro no ano de 1889. Atuou no IHGRGS e na Academia Rio-grandense de Letras, além de diretor do jornal *A Federação*. Seus ensaios históricos versaram a respeito da Farroupilha, sobretudo.

os agremiados, o que, conforme o parecer, não seria um problema. O documento trata, ainda, a respeito da presença de *opiniões isoladas*, que mesmo assim mereceriam atenção. É o caso da obra de Varela, aceita, mas concebida como uma opinião divergente das outras várias. Além disso, percebe-se o tom de "neutralidade" que o Instituto busca atribuir a si mesmo, afirmando respeito aos diversos temas e abordagens.

Deste modo, em meio aos pares do Instituto, Varela ocupava uma posição ambígua: se, por um lado, atuava como membro, e era respeitado por sua trajetória político-intelectual, por outro vira sua tese ser concebida como *exceção* frente às outras defendidas por membros do Instituto. A relação do autor com a agremiação, no entanto, era discreta e protocolar, não ativa e assídua, uma vez que a camada dirigente visava ao estabelecimento de uma posição institucional (SILVA, 2019), calcada nos preceitos de *brasilidade*, já referidos anteriormente.

Em 1935, um ano depois do envio da correspondência de Goycochêa a Duarte e, ainda, da emissão do Parecer do IHGRGS rebatendo as críticas, o mesmo Duarte emitira um relatório de gestão destinado ao presidente da agremiação, Francisco Simch. Uma das questões basilares do documento fora a publicação de *História da Grande Revolução*, cuja realização se deu por uma determinação do governo estadual, dada a estreiteza das relações entre seu presidente e o autor. O relatório afirma que a publicação foi entregue ao governo do Estado e distribuída gratuitamente entre os sócios do IHGRGS (DUARTE, 1934). Tal fato demonstra a importância que a obra tomara para a agremiação, uma vez que narrava a Farroupilha num momento em que se aproximava o seu primeiro centenário.

De maneira velada, houve uma réplica à *História da*

Grande Revolução. Othelo Rosa, o mesmo agremiado que participara da escrita do Parecer do IHGRGS frente às críticas de Goycochêa, lançou um manifesto intitulado *Separatismo entre os farrapos,* no ano de 1934, que fora lido na sessão em homenagem ao 20 de setembro (SILVA, 2019). Não houve nenhum tipo de menção direta a Varela, mas o texto deixa claro o intuito de refutar a tese separatista do autor, uma vez que a reunião na qual o comunicado fora lido foi definida, no texto, como "um ato de reparação". Falando em nome dos agremiados, ou buscando fazê-lo em meio ao manifesto individual, Rosa afirma que haveria recusa à tese separatista, uma vez que é "improcedente e injusta" e, portanto, se fez necessário "limpar dessa mácula a memória do farrapo". A Farroupilha, conforme coloca o autor, teria sido marcada pelas "profundas raízes na devoção, no amor ao incomparável patrimônio moral da raça brasileira" e, assim, os homens de 1835 não teriam sido "o filho pródigo, arredio da casa paterna", e muito menos os de 1935 (ano do centenário) o seriam. Na consolidação de uma nação una, assim, não teria sido o *gaúcho* "um elemento negativo", mas sim um "operário pontual e desprendido" (ROSA, 1934, p. 264).

Fora neste contexto, às vésperas do centenário farrapo, que os ânimos acerca da necessidade de evocar o não-separatismo do conflito se acirraram. Mesmo defendendo uma tese destoante, e assistindo ao "fechamento" do espaço historiográfico a ela, Varela não foi sumariamente excluído, permanecendo ativo na agenda de reuniões do IHGRGS, mas com menor participação em eventos historiográficos. Dali por diante, o autor conheceria críticos ferrenhos, como é o caso de Souza Docca, cuja escrita da história será analisada no capítulo seguinte.

Considerações finais

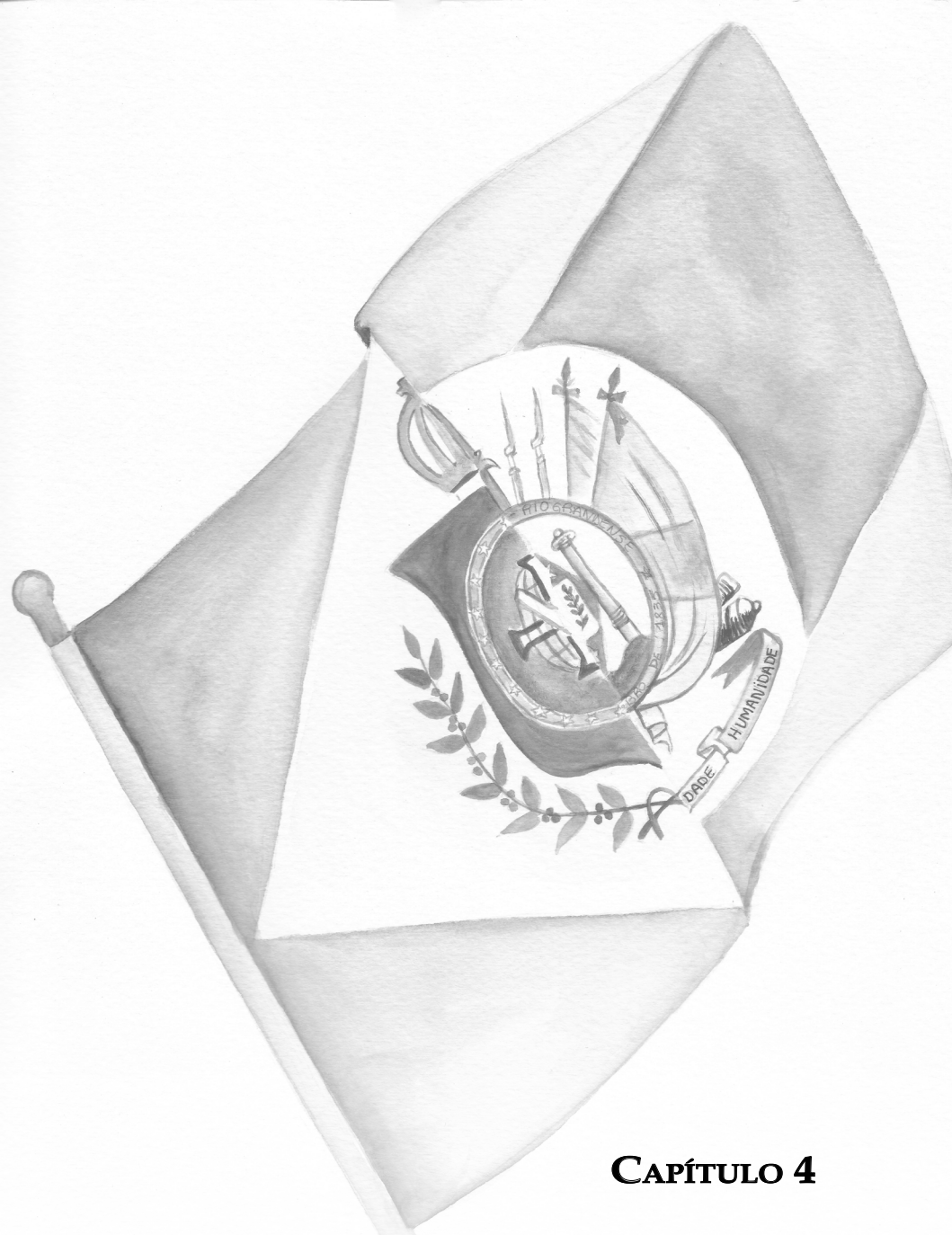
A atuação intelectual de Alfredo Varela esteve permeada por interesses provindos do campo político, característica quase geral do contexto de escrita do autor, ou seja, as três primeiras décadas do século passado. Estando desde cedo em contato com o território fronteiriço, dado seu nascimento nesse espaço, Varela percebeu desde cedo que os contatos entre a área sul-rio-grandense e a platina se davam num âmbito mais amplo do que apenas o bélico. Tal característica replicou em sua escrita da história, que, aliás, fora marcada por uma gama de aspectos que a tornaram única: da epopeia ao separatismo.

Um dos elementos mais notáveis na obra de Varela é a forma como o autor engrandece o Rio Grande, qualificando sua natureza, seus homens e, sobretudo, a relação entre a primeira e os segundos. A exaltação das características sul-rio-grandenses, tanto do território quanto da *gente*, serviria para justificar o caráter autônomo do estado, que estaria voltado a si mesmo, não para a nação. Além do mais, Varela destoou da historiografia predominante por relacionar a Farroupilha ao contexto das *Revoluções Cisplatinas*, dissociando-a do contexto brasileiro de levantes.

O autor, ao discorrer sobre a Farroupilha, suas batalhas e seus cenários, parece objetivar tornar a leitura aprazível e os feitos mais *heroicos* e marcantes do que realmente podem ter sido. A opção pelo tom épico na narrativa, assim, se constitui com uma estratégia para demonstrar o quão bravios teriam sido os sul-rio-grandenses do passado, uma vez que teriam enfrentado tempestuosas lutas em prol de seu *país*, ou seja, do Rio Grande. A comparação deste último a Troia, por exemplo, reforça tal imagem.

Com premissas destoantes e enredos poéticos, a escrita da história vareliana logo viria a ser criticada pelos pares li-

gados ao IHGRGS, sobretudo pelo fato de não concordarem com a tese de secessão, defendida pelo autor. Para tal quadro, colaborou o fato de a agremiação ter custeado as despesas para que se desse a publicação da obra. De manifestos a críticas veementes, Varela ganhou opositores, e sua escrita da história ficou cada vez mais à margem da historiografia produzida pelo IHGRGS. Quanto mais próximo do centenário, menos espaço a agremiação fornecia a quem discordava de suas premissas de *brasilidade farrapa*, num contexto onde a afirmação institucional lhe era cara.



Capítulo 4

Abrasileirando a Farroupilha:

o caso de Souza Docca

A Farroupilha abrigou em torno de si uma série de justificações, causas e legitimações. No que tange a sua intepretação, foram dois os vieses principais: o primeiro deles, conforme já visto, é o que afirma o intuito farrapo de secessão, cujo expoente fora Alfredo Varela; o segundo, predominante no IHGRGS e na historiografia em geral, afirma a ligação dos farroupilhas ao Brasil, e não a intenção de separar-se dele. Um dos expoentes no trato a tal questão, pelo segundo viés, é Emílio Fernandes de Souza Docca, cujos escritos serão analisados neste capítulo.

Como a Farroupilha fora *abrasileirada* na escrita da história do autor? Essa pergunta se torna nodal a este capítulo. Na busca por encontrar uma resposta coerente, abordarei os aspectos gerais da escrita da história de Docca, atentando à maneira como descreveu a Farroupilha e os traços que caracterizaram seu *historiar*.

Da fronteira para o Brasil

Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu em São Borja, no ano de 1884, vivendo a parte inicial de sua vida no contexto de fronteira. Em sua trajetória profissional, atuou como militar de carreira desde os quinze anos de idade, residindo em variadas cidades ao longo de sua vida, como Recife. Escrevera, portanto, tendo como horizonte múltiplos locais, contextos e conjunturas. Sua escrita da história, em meio a tal amplitude de horizontes, buscou apreender uma "essência

brasileira". O autor, porém, não se esqueceu de sua cidade natal: São Borja, por compor um espaço fronteiriço, teria conhecido uma fortificação em seu caráter nacional, uma vez que a constante ocorrência de episódios bélicos teria obrigado os conterrâneos do autor a se converterem em *sentinelas* da nacionalidade (ARMANI, 2002).

O ingresso de Souza Docca no campo das "humanidades" se deu desde cedo. Incialmente, a atuação do autor fora em escritos para jornais locais e, mais tarde, se deu sua iniciação nos escritos de caráter histórico. Sua formação nesse campo, contudo, não se deu em âmbito acadêmico, como fora o caso da maioria dos intelectuais do período. Em 1912, Docca publicou o ensaio *A Batalha de Tuiutí*, na *Revista dos Militares*. A publicação fora uma tentativa de "recuperar" a frágil imagem que as Forças Armadas haviam adquirido na campanha de Canudos e, ainda, corroborar na forja da ideia dos "soldados-cidadãos".

No que tange ao contexto político, Docca fora estritamente contrário à Revolução de 30, que consagrou Getúlio Vargas como presidente do Brasil, chegando inclusive a ser preso por um curto período de tempo (ARMANI, 2002). O curioso, nesse sentido, é que, mesmo em meio à oposição que o autor fazia ao novo governo, suas teses acabaram por corroborar com ele. Uma vez defendida a tese de "brasilidade do *gaúcho*", para atrelá-lo à identidade nacional e definir o caráter institucional da agremiação sulina, os pressupostos do autor acabaram por legitimar a competência de Vargas no poder.

O quadro de oposição de Docca a Vargas se alteraria a partir de 1937, quando da instauração do Estado Novo. Nesse período, atrelado ao plano político varguista, Docca não só apoiaria Vargas, como também utilizaria sua escrita da história para legitimá-lo. O autor publicou o ensaio *Um homem*

capaz, no qual afirma Getúlio Vargas como síntese do povo brasileiro: virtuoso, bravio, pujante e relacionado ao Brasil. Assim, o Estado Novo seria benéfico, constituindo-se como uma "verdadeira revolução", uma vez que unificava o todo em nome de uma só bandeira (DOCCA, 1942).

Quando se toma à análise aspectos que permeiam a escrita da história de Docca, é necessário perceber os lugares de onde o autor falou e, ainda, para quem falou (ARMANI, 2002). Além de ter pertencido ao Exército, também participara de muitas agremiações e espaços intelectuais ligados à sua vinculação com as *humanidades*. Entre os membros do IHGRGS, era muito bem-visto:

> Era membro-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto de Geografia e História Militar, do Rio, da Sociedade Brasileira de Filosofia, da Sociedade Capistrano de Abreu, correspondente da Junta de História de Montevidéu, e dos Institutos Históricos do Ceará, Paraíba, São Paulo e de Pernambuco, sócio fundador da Associação dos Homens de Letras. Possuía a medalha de ouro por serviços militares (DUARTE *apud* ARMANI, 2002, p. 36).

Os lugares *de onde* Docca *falava* eram espaços sociais e intelectuais respeitados, renomados e comprometidos com os ofícios que desempenhavam. As agremiações das quais o autor fez parte o tornaram respeitado e reconhecido no âmbito intelectual. Assim, era *para* os letrados das agremiações, ou seja, seus pares e colegas, que o autor *falava*. Tivera publicações em periódicos de circulação diária, o que proporcionou uma ampla difusão de seus escritos. Percebendo-se esses aspectos, podem-se tecer algumas considerações: a escrita da

história de Docca se relacionava de maneira veemente aos preceitos de *abrasileiramento* do Rio Grande defendidos tanto pelo IHGB quanto pelo IHGRGS. Sua escrita da história refletia tais aspectos, valorizando a colonização portuguesa e seus efeitos e, sobretudo, apelando à defesa do ideal federativo dos farrapos, negando a secessão a punhos de ferro.

A escrita da história de Emílio Fernandes de Souza Docca

Docca fora um intelectual de seu tempo (ARMANI, 2002). A compreensão de suas abordagens, das temáticas que estudou e do aporte teórico do qual se utilizou somente pode se dar se considerarmos que seu trabalho como historiador se deu num contexto onde história e política "andavam de mãos dadas". Além disso, o momento de maior efervescência de publicações do autor fora nas proximidades da comemoração do centenário farroupilha, o que fizera com que se dedicasse a defender sua tese "com unhas e dentes", tal como Varela havia feito em relação à sua alegação separatista.

O tempo, na escrita da história de Docca, aparece em, pelo menos, três modalidades diferentes, ambas indicadoras de seu intuito de tornar fixa uma versão do passado brasileiro, perenizando-a (ARMANI, 2012). O primeiro deles é o *tempo litúrgico da reprodutibilidade*, buscando celebrar a história e torná-la permanente em sua versão *oficial*. O segundo é o *tempo da ruptura com o passado*, onde o autor se dedica a "apagar" da história brasileira aspectos que possam torná-la imperfeita, como é o caso da busca pelo apagamento dos episódios beligerantes do país. O terceiro é o *tempo linear da irreversibilidade do passado e do futuro*, de carga fortemente determinista, que o autor considerava essencial para perpetuar a história do passado como herança às gerações vindouras (ARMANI, 2012).

Uma das principais preocupações do autor, que permeou seus escritos, fora a questão da identidade nacional, que abrigava também a questão da busca por uma "essência" sul-rio-grandense e brasileira[58]. Nesse sentido, Docca se debruçou sobre o intuito de aproximar o Rio Grande do Brasil, assim como fizeram seus colegas da agremiação sulina. Para o autor, o que estava em jogo, substancialmente, era definir o *ser* e o *não ser* do Brasil, ou seja, como eram os brasileiros, o *eu* e o *outro* (ARMANI, 2002). Nesse escopo, entrava em jogo a questão do regionalismo, bem como sua relação com o nacional. A importância atribuída à relação entre a parte e o todo fora comum à escrita de Docca e à vertente verde-amarela do movimento modernista:

> Não sabemos se o autor tinha algum contato com este grupo, mas o certo é que havia ao menos, uma atmosfera comum de sentimentos. Tal vertente preconizava que o regionalismo não deveria ser encarado como motivo de vergonha e de atraso. Para esse grupo, as diferenças existentes entre as várias regiões brasileiras eram vistas como partes de uma totalidade corporificada pela nação. Era comum por parte da intelectualidade brasileira reivindicar a primazia de seu estado no âmbito do patriotismo e do ensino cívico. Isso acontecia no Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e outros estados (ARMANI, 2002, p. 40).

Na escrita da história de Docca, as diferenças entre as várias regiões do Brasil não precisariam ser homogeneizadas, mas, ao contrário, conglomeradas no todo, constituindo

[58] "Nesse sentido, emergia o tempo perene, na medida em que o passado tinha exemplos permanentes a serem seguidos e imitados para levar o homem brasileiro ao progresso. O corte com o passado servia para identificar o não-ser, para suprimir dele resíduos daquilo que se chocava com a identidade brasileira e do Rio Grande do Sul como referencial de unidade nacional e bastião do torrão lusitano nas fronteiras sempre tensas do Sul" (ARMANI, 2012, p. 196).

a nação brasileira. Por esse motivo, o que se percebe em seus escritos é a valorização de características *próprias* dos sul-rio-grandenses, mas voltadas ao todo[59]. Assim, conforme referido acima, o autor atribuía aos fronteiros o caráter de sentinela, não apenas em prol de si, mas em benefício da proteção a toda a nação, impedindo que as invasões platinas se alastrassem ao restante do território. Os *gaúchos* teriam sido uma espécie de *cidadão-soldado*, apto tanto às lidas, quanto às lutas. O próprio Docca personificava esta visão: homem de letras e militar, simultaneamente.

Em termos de teoria, Docca fora adepto do que se denomina *ecletismo teórico* (ARMANI, 2002). O escopo teórico do autor fora desde o remonte à Antiguidade até a adesão a teorias modernistas. De Cícero e Tito Lívio, passando pelo evolucionismo e positivismo, Docca buscou tratar o *ser* e o *não ser* do Brasil. Tal aspecto se relacionava, ainda, à concepção de que apenas uma vertente teórica não daria conta de fazer refletir acerca da realidade, pressuposto caro ao autor, uma vez que buscava a produção de uma *história total*, pautada naquilo que compreendia como a totalidade da realidade, ou seja, todos os aspectos que era capaz de apreender (ARMANI, 2002). Note-se, neste ponto, a proximidade de suas reflexões com outras áreas do conhecimento, como a filosofia, por exemplo.

Os textos de Docca caracterizam-se como uma apologia à filosofia da história (ARMANI, 2002). Mesmo tratando e concebendo seus textos como uma história científica e preocupando-se com a prova documental das premissas que levantava (DOCCA, 1935), o autor estivera atrelado à construção de uma metanarrativa[60] que teria por objetivo a consolidação

[59] A abordagem de Docca, neste sentido, converge com a "reabilitação regionalista" da produção literária e historiográfica do Rio Grande do Sul (NEDEL, 2005).

[60] As metanarrativas se constituem enquanto explicações gerais com ampla

da identidade brasileira (ARMANI, 2002). O caráter teleológico, nesse sentido, se apresenta na expectativa de consolidar o Brasil enquanto Estado-Nação na agenda internacional. O ecletismo teórico de Docca, assim, fora influente, estando presentes nas concepções do autor

> Ideias como a de lei, progresso, processo, universalidade, individualidade, determinismo e liberdade, [...] Questões como a inserção de uma determinada nação na história universal, sua especificidade, o papel desempenhado por indivíduos – sujeito empírico –, classes e grupos na história, bem como seu sentido imanente [...] (ARMANI, 2002, p. 48)

As reflexões de Souza Docca podem ser percebidas no contexto mais amplo das correntes que compuseram seu repertório teórico, supracitadas. Assim, a escrita da história do autor é menos cognitiva e mais reflexiva, tomando por "objeto" o devir humano (ARMANI, 2002). Nesse sentido, sua historiografia fora tonalizada pelo intento de consolidar o Brasil num processo amplo, global.

> Souza Docca postulava uma filosofia da história predominantemente empirista. Nas suas ilações acerca do passado, o autor as aplicava a contextos espaciais e temporais delimitados. A pretensão de certeza ontológica servia para determinar o *ser* nacional e aquilo que se opunha a esse *ser*. Falamos do empírico no pensamento de Souza Docca num sentido de recorte espaço-temporal definido. Isso não significa que não tenha havido o predomínio de um pensamento especulativo. Tanto o compo-

abrangência de fenômenos. Seu conteúdo se pauta em narrativas totalizantes. No caso analisado, percebe-se que Docca optou por construir uma história *gaúcha* que estivesse atrelada à do Brasil, ambas permeadas por homogeneizações e explicações simplistas/simplificadas em detrimento à pluralidade de processos históricos e à complexidade histórica da formação sul-rio-grandense e brasileira.

> nente especulativo quanto o empírico eram partes de um mesmo jogo de mitificação do passado brasileiro, operado por uma higienização do passado a partir das definições do *não-ser* e do *ser* do Brasil (ARMANI, 2002, p. 51)

Os escritos de Docca, assim, deixam transparecer certa obsessão pelos temas que envolvem a nacionalidade, com vistas a demonstrar o caráter heroico do passado brasileiro e (sobretudo) fornecer exemplos à conduta humana, tanto em âmbito nacional, quanto continental, global. Dessa forma, percebe-se o caráter pedagógico de sua escrita da história, notadamente voltada ao civismo (ARMANI, 2002).

Um aspecto que se fez fortemente presente na produção intelectual do autor fora o determinismo. É como se a história acontecesse não somente atrelada à ação humana, mas também a outros fatores. O próprio homem, para o autor, estava condicionado a forças que fugiam de seu controle, intrínsecas à sua mente (ARMANI, 2002). Sendo assim, ao definir o *ser* e o *não-ser* do Brasil, Docca apelava a essas características que iam além do controle humano. O Brasil e os brasileiros seriam de tal modo pela colonização que tiveram, pelos princípios que conheceram, ou seja, de cepa lusitana. O *não-ser*, nesse caso, era oposto a tudo o que o brasileiro era. O caráter beligerante, por exemplo, fora atribuído pelo autor à área platina como uma manifestação de sua *barbárie*, enquanto que, ao Brasil, fora justificado como uma necessidade frente às invasões (ARMANI, 2002).

Os escritos de Souza Docca contemplam também os indígenas. O autor distingue dois *grupos* como mais influentes na identidade *gaúcha*: minuanos e charruas. Esses grupos, como provenientes dos pampas, condiziam com o estereótipo com o qual cria o autor, ou seja, a afinidade com o mundo ru-

ral, *tipicamente gaúcho*. Para Docca, os indígenas eram hábeis por terem mantido contato com os estancieiros e, além disso, serem considerados dignos de estar *lado a lado* com o patrão no trabalho e estavam acima do *elemento negro* por ter estado presente em um passado distante, trabalhando em prol do progresso sul-rio-grandense.

Faz-se necessária a observação de um último aspecto geral da escrita da história de Souza Docca: a busca por dissociar a imagem do Brasil de sua caricatura imperialista[61]. Em meio à campanha durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a pecha de imperialista recaiu sobre o país, desagradando políticos e intelectuais. Docca, no entanto, tomou para si a *missão* de desfazer o "equívoco". O autor passou a forjar um *sentido* para o imperialismo.

> O que Souza Docca tentava fazer, no entanto, era afastar a ideia de que o Brasil era uma país de natureza beligerante. A geografia não era um fator suficientemente plausível para negar o imperialismo como um estigma brasileiro. Nesse sentido, a ideia de um imperialismo em todos os tempos e lugares tornava a expansibilidade uma lei, uma necessidade que transcendia as fronteiras nacionais. O autor tratou de usar um conceito explicativo e aplicável a todos os acontecimentos do passado, de modo que o Brasil figurasse apenas como um agente entre outros de mesma natureza humana. Souza Docca, neste caso, pensava a história nos marcos de uma racionalidade instrumental operada por um conceito estruturante e homogeneizador da agência humana, ou seja, por um modelo que remetia aos fundamentos macro-sistêmicos de reconstituição do passado. A operação disjuntiva entre identida-

[61] Ao se envolver em uma guerra internacional, o Brasil foi acusado por muitos de estar intentando se apossar de territórios vizinhos, ou seja, de ser "imperialista", numa alusão aos processos similares ocorridos noutros espaços e tempos, ou que ainda se davam no contexto da mencionada guerra. Sobre o tema, ver SCHWARCZ; STARLING, 2015.

> de brasileira e imperialismo era uma forma de higienização do passado, de modo a dar lugar para a fundação do mito de pacificidade num futuro que para Souza Docca, já era passado enquanto evento, mas potencialmente aberto para um horizonte de esperanças no futuro que o próprio autor iria viver (ARMANI, 2019, p. 41).

A máxima defendida pelo autor, assim, era a de que a expansão imperialista brasileira, por vias bélicas, não era uma ação isolada ou pretensiosa, mas que se caracterizava como uma necessidade, uma *lei*. O Brasil, dessa maneira, não poderia ser visto como voraz em suas atitudes de expansão, uma vez que era apenas um caso em meio a tantos e, se o fazia, era por necessitar. Assim, o Docca intentava aniquilar a imagem beligerante do Brasil, forjando um mito de pacificidade.

O espírito democrático das estâncias

Docca, em sua escrita da história, concebia o *gaúcho* não só como afeito ao sentimento de nacionalidade, sentindo-se como parte formadora do Brasil, mas também o percebia como um defensor de fronteiras, alerta a possíveis invasões. Isso significa que o autor entendia o sul-rio-grandense como um sujeito *realmente* brasileiro, ou seja, como um povo que além de sentir-se parte do todo, também estaria disposto a enfrentar invasores externos como forma de garantir sua segurança e a de seu território. Ou seja, se o *gaúcho* estava a postos no intuito de defender-se de inimigos vindos da região de fronteira, não o fazia apenas por si mesmo, mas também pelo apreço à segurança das demais regiões do Império. Tal ação, portanto, esteve embasada em seu ideal de bravura, e, substancialmente, pelo seu sentimento de pertencimento em

relação ao todo. Cabe mencionar, ainda, que Docca concebia os platinos como um tipo social à parte do *gaúcho*, ou seja, em nada semelhante a ele. Os contatos entre ambos, para o autor, se davam apenas por vias de conflito, sendo a fronteira o espaço privilegiado desses embates. Os habitantes da área platina, desse modo, se convertiam no *não-ser* do Brasil na escrita da história do autor.

O caráter de "aportuguesamento" é uma constante nos escritos de Docca. O autor afirma um Brasil descendente da "raça portuguesa", característica essa que é atribuída também ao *gaúcho*, uma vez que ele teria sido fruto dos primeiros homens chegados à área meridional. Consequentemente, Docca cria certo caráter *cíclico:* o *gaúcho* teria sido afeito ao todo nacional e dele se sentido parte, em função de ter descendido do português (que também fora o elemento *essencial* e gerador dos demais brasileiros) e, também, por ter se mostrado como *sentinela* nas fronteiras, defendendo o Rio Grande em nome da coletividade e unidade, não apenas por ele mesmo (DOCCA, 1395; DOCCA, 1940). Cria-se, portanto, a imagem do *gaúcho* guerreiro, bravo e "patriota". Tal *constructo cíclico* reitera duas teses do autor: a) a impossibilidade de ter havido intuito separatista entre os farrapos e b) os caracteres essenciais do presidente Vargas: afeição à pátria e bravura.

Os escritos de *Gente Sul-rio-grandense* compuseram uma comunicação escrita, que Souza Docca enviou ao III Congresso de História e Geografia, IHGRGS, ocorrido em 1940 (SILVA, 2015). O texto foi dividido em cinco partes, cada qual tratando de um tema específico. A primeira parte, *O Habitat*, trata das condições do ambiente, ou seja, do pampa. É perceptível, porém, que o autor concebe o pampa não apenas com um território "onde tudo aconteceu", mas também como um território "participativo", quase que personificado. A segunda, *Primei-*

ras explorações: relações com o gentio, tange ao papel português de protagonismo frente às interações com os povos indígenas. De maneira muito *embelezada*, é demonstrado o papel português frente aos povos "bárbaros", com alto grau de preconceito no trato aos nativos.[62] A terceira, *Informações sobre a terra: povoamento sistemático*, refere-se às incursões bandeirantes, tido como o "contingente brasileiro" que povoou o Rio Grande. É importante destacar a concepção positiva que o autor apresentava em relação ao bandeirantismo, concebendo tal grupo como parte fundamental de "civilidade" em meio à "primitividade" indígena. Na quarta parte, é discutida a *Gente Sul-rio-grandense*, na qual aparecem os contingentes raciais que, para Docca, foram responsáveis pela *formação* étnica do Rio Grande (americano, amarelo, branco e negro). Reiteramos que, para o autor, o elemento de maior expressão fora o português. Na quinta (e última), discute-se *A sociedade sul-rio-grandense* em seus mais variados aspectos. Note-se que todo o documento faz referência a questões étnicas, sociais, geográficas e históricas, de certo modo.

Em meio aos temas abordados em tal documento, nos ateremos à análise do último deles, no qual Docca enfatiza o âmbito social rio-grandense. Logo se percebe que o autor elenca dois sistemas sociais, que juntos constituíram-se como *formadores* da sociedade *gaúcha*, são eles: a estância e o espírito militar. Na verdade, conforme veremos, ambos os *tipos* estiveram *associados*, relacionados entre si.

As estâncias, grandes dimensões territoriais sob propriedade de descendentes de *lusitanos* que viriam a desempenhar o papel de colonização do Rio Grande, formavam,

[62] O conceito de preconceito, mesmo sendo contemporâneo, pode ser aplicado aos escritos de Docca. Mesmo antes de ser cunhado um termo para representar a ação de discriminação e menosprezo, tal ação já existia. Sobre o tema, ver BARROS (2016).

para Docca, uma conformação de *células sociais*, em que chefes (estancieiros) e peões (empregados) relacionavam-se de maneira *amistosa*, regular. Mais do que isso, entre essas relações teria pairado um *espírito democrático*, o qual seria justificado pelas *lides* campeiras em meio à natureza dos lusitanos, que teria sido igualitária (DOCCA, 1940). Essas relações de trabalho entre estancieiros e peões, dadas no *habitat* do pampa, seriam mais amenas e brandas do que aquelas conhecidas no Sul do Rio Grande, cujo sistema protagonista teria sido o das charqueadas. Tais relações se constituíram como uma forma de *contraste* para Docca. Enquanto que na região da Campanha teriam vigorado as relações democráticas de trabalho em meio ao sistema de estâncias, conforme o autor, na região Sul do Rio Grande teriam prevalecido relações não-amistosas de trabalho, onde pairavam relações de hierarquia e hostilidades entre ambos (DOCCA, 1940). No caso de Docca, esse contraste vem a ser entre um sistema visto por ele como hostil, e outro concebido como democrático (no caso, as charqueadas e as estâncias, respectivamente).

Cabe reiterar o papel de *sentinela* que Docca atribui ao *gaúcho* na região de fronteira. Essa caraterística teria tornado este sujeito peculiar; mesmo em meio às lides campeiras, dentro do sistema de estâncias e em meio à "harmonia entre estancieiro e peão" (DOCCA, 1940), o autor enfatiza a importância do *espírito* militar. Teria sido essa a característica, conforme o autor, que formaria o tipo do *gaúcho*. Desde logo, este teria de adaptar-se às condições com as quais contava, seja em relação ao sistema de estâncias e produção, seja com o constante estado de tensão vindo da fronteira (DOCCA, 1940). Caberia ao *gaúcho*, portanto, garantir a subsistência por meio do trabalho junto ao estancieiro e, ainda, zelar pela manutenção da segurança em áreas de fronteira.

Em suma, ao aliar a função de peão e de guerreiro à figura do *gaúcho*, Docca busca construir e salientar a importância desse tipo social, tanto ao Rio Grande quanto ao todo nacional. Se esse protegia suas fronteiras e zelava por elas, em meio aos conflitos com platinos, o fazia por si e pela totalidade, demonstrando a existência de um sentimento de pertencimento e identidade em relação às outras regiões do então Império, que viria a ser o Brasil (DOCCA, 1935). Tal ideal teria composto o *espírito* militar do gaúcho. Além do mais, o sistema de estâncias é afirmado com um local de democracia, que Docca entende como a equidade nas relações entre sesmeiro e peão, em *contraste* ao sistema das vacarias, no qual teriam relações de hierarquia no trabalho (DOCCA, 1940). Assim, o gaúcho por excelência, para o autor, era o trabalhador das estâncias dotado de *espírito* militar.

Separar para unir: o protagonismo farrapo

O trato ao tema da Farroupilha, na historiografia produzida por Docca, fora permeado pela vinculação do autor às mais variadas instituições, dentre as quais o IHGB e o IHGRGS. Desse modo, suas teses e concepções acerca do conflito estiveram alinhadas aos ideais das agremiações, convergindo para a consolidação da identidade nacional e do Rio Grande como parte integrante dela.

A principal preocupação de Docca, nesse sentido, foi a busca pela comprovação do sentimento de nacionalidade dos sul-rio-grandenses. Houve, por parte do autor, a incessante tentativa de provar o não-separatismo e a *brasilidade* dos farrapos, evidenciada pela afirmação de que eles não teriam almejado a separação, mas sim a implementação do *federati-*

vismo (DOCCA, 1935), o que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro em meio ao tamanho do território e das diferenças entre as distintas regiões (SCHEIDT, 2006).

Para demonstrar como o autor concebeu e escrever a história do passado farroupilha, analisaremos seus escritos pelo viés da polêmica que travou com Alfredo Varela, cuja obra fora analisada no capítulo anterior. O embate entre os dois autores foi acirrado, com críticas de ambas as partes presentes em suas publicações. O início da troca de farpas entre os intelectuais se iniciou numa publicação do *Jornal do Comércio*, na qual Docca critica Varela em função da tese de separatismo farrapo que este apresenta em *História da Grande Revolução* (SILVA, 2010).

Reiterando a tese de não-separatismo que defendia e, sobretudo, criticando veementemente a escrita da história de Alfredo Varela, Souza Docca publicou em 1935 o ensaio *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Na introdução da obra, em que explica o porquê da publicação, Docca lança as premissas que embasariam sua escrita dali por diante, em especial o contraponto à obra de Varela, deixando claro que o lançamento da *História*, em 1933, o levou a "travar uma polêmica com aquele autor" (DOCCA, 1935, p. 3). Prosseguindo sua argumentação a respeito de sua oposição em relação às ideias de Varela, Docca argumenta que:

> Não as rebatemos antes, de público, porque elas corriam por sua conta e risco, em obras com outros títulos, as quais ele [Varela] agora rotulou com o nome de **História da Grande Revolução** e conseguiu que fosse a respectiva publicação financiada pelo governo rio-grandense, com o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (DOCCA, 1935, p. 3).

A preocupação do autor, como vimos acima, gira em torno do conteúdo da obra de Varela e, sobretudo, de a mesma ter sido patrocinada pelo IHGRGS. Como sócio fundador deste último, e reconhecendo o papel de *voz legítima* da instituição no que tange à escrita da história, a preocupação do autor se embasa no fato de a obra poder ter ampla circulação, a partir de sua vinculação ao Instituto[63]. Conforme o próprio Docca refere, o que o preocupa, em suma, é a

> oficialização aparente, em prejuízo da verdade histórica, [que] devia ser combatida, precisava ser esclarecida – daí o motivo de nosso alarme contra tais ideias depreciadoras dos sentimentos cívicos e desdenhosas da dignidade de nossos antepassados (DOCCA, 1935, p. 3).

Pelo fragmento acima, percebe-se que o autor se coloca numa posição de *responsabilidade* para com a história, na figura da memória e dos feitos dos "antepassados", ou seja, dos farrapos. Seu intuito é *esclarecer* os pontos principais que tangem à Farroupilha e, para tal, sua estratégia é a citação de trechos da obra de 1933, de Varela, de modo a refutá-los e apresentar a "verdade histórica".

Após ter justificado o motivo da publicação de 1935, Docca torna clara sua tese. Iniciando por uma vasta gama de exemplos de implantação do sistema federativo, o autor explana as premissas que viriam a nortear sua escrita da história a partir daquele momento: o ideal federativo dos farrapos, tomando como base o sistema implantado na Filadélfia[64] (DOC-

[63] Na década de 1930, frente a estas questões, o próprio IHGRGS emitiria um parecer confirmando o patrocínio à coleção publicada por Alfredo Varela, mas deixando claro sua não concordância com as premissas e teses nela levantadas (GUTFREIND, 1992).

[64] A analogia traçada pelo autor em sua argumentação diz respeito à realização dos chamados Congressos Continentais da Filadélfia, no final do século XVIII,

CA, 1935). Tal tese abarca, ao mesmo tempo, a justificação da fundação da República Piratini e, também, a premissa pela qual o separatismo que Varela defende viria a ser refutado, ou seja, a ideia de "separar para unir", que teria como objetivo principal a erradicação do sistema imperial. O levante dos farroupilhas, portanto, não representaria um intuito de secessão, mas sim a revolta contra o governo central.

O ensaio publicado por Docca em 1935, logo, se constituiu como uma *réplica* aos seis extensos tomos publicados por Varela dois anos antes (SILVA, 2019). Este último, no entanto, não se calou frente às críticas, lançando uma *tréplica* em 1935. Não fora um simples texto, ou ensaio, mas sim uma obra de mais de quinhentas páginas, intitulada *Res Avita*. No livro, Varela discorre acerca das críticas que recebeu de Docca, rebatendo-as e reafirmando sua tese. Uma das principais acusações do segundo, que o primeiro tenta refutar, é a de que o autor teria "sonegado" fontes em prol dos ideais que defendia. Acerca de tal apontamento, Varela afirma como "ousadia" a acusação de ter alterado as fontes, acusando Docca de tê-lo feito (VARELA, 1935). Não apenas a forma de *treplicar* a crítica é semelhante à de Docca, mas também a continuação do texto o é. Se, no *Sentido,* o autor enumera fontes que comprovariam sua tese de *brasilidade* da Farroupilha, em *Res avita,* Varela procede da mesma maneira, porém para provar o contrário. Citando inúmeras obras e autores, a crítica de Varela recai, sobretudo, à "diminuição" dos "heróis farroupilhas", que se daria pelo uso de "uma linguagem que não estivesse

que reuniram representantes das mais variadas regiões do atual Estados Unidos (KARNAL, 2007). O objetivo era dialogar e decidir qual seria o futuro daquele território, uma vez que os colonos estavam insatisfeitos com as taxações e com o controle inglês, dada sua condição de colônia frente à Inglaterra. Ao final dos Congressos, os Estados Unidos declararam-se como tal, proclamando sua independência e implantando o sistema federativo, o qual teria servido de "inspiração" ao Brasil (DOCCA, 1935)

à altura de sua grandeza moral e estética" (SILVA, 2019, p. 156), dada a importância que o estilo épico tomou na escrita da história do autor. Tal aspecto é evidente quando é criticado por Varela o "pouco talento" literário de Docca:

> O sr. Docca, repito, nem frui do mérito que embeleza nossos lavores, nem do que lhes garante uma sólida autoridade. A sua prestância [*sic.*] literária é-me lícito compará-la a uma charneca rasa, habitat da vegetação ericácea, arrepiada, cerdosa: da urze ou da urtiga, *exempli gratia* (VARELA *apud* SILVA, 2019, p. 159).

Varela, sendo assim, profere duas críticas principais a Docca. Em primeiro lugar, a maneira factual pela qual teria se dado a escrita da história desse último, que a tornaria carente de tons literários capazes de interagirem com o subjetivo do leitor e de *honrar* os feitos dos heróis farroupilhas (VARELA, 1935). Em segundo lugar, Varela acusa Docca de não conseguir garantir a seus textos uma "sólida autoridade", ou seja, um cunho científico para suas obras.

As críticas acima mencionadas se deram em contraponto à acusação de Docca de haver, nos escritos de Varela, "divagações constantes", fazendo com que se tornassem "um labirinto estonteante", em que "o assunto principal, como agulha em palheiro, se perde na torrente das citações eruditas" (DOCCA *apud* SILVA, 2010, p. 179). Docca, assim, aludia ao caráter poético com o qual Varela narrava a temática farroupilha, demonstrando-a como *prejudicial*, uma vez que gerava certo desprendimento do tema central. Se, para um, o aspecto literário da escrita da história era de suma importância, para outro se tornava dispensável.

A dissidência maior entre os autores, no entanto, se relacionou à divergência de intepretações que ambos apresen-

taram acerca da Farroupilha. Se, por um lado, Varela concebia sua *História* como uma obra que viria a ser nodal para a celebração do centenário farroupilha, Docca a percebia como um afronte, publicando o *Sentido,* em 1935, com a intenção de refutar seu antagonista. Esse último, aliás, aproveitou o momento tanto para desmerecer a tese de seu opositor, como para ratificar a sua como "verdadeira":

> O autor separatista não fez prosélitos entre os estudiosos de nosso passado, mas tem sido auxiliar magnífico dos interessados, por explorações políticas, em desprestigiar, aos olhos do grande público, os sentimentos de patriotismo dos rio-grandenses. Os historiadores sinceros, os historiadores sem disfarce, sem ideias preconcebidas que têm meditado sobre o assunto, afirmaram sempre e continuam afirmando o que o retovado procura negar. Estamos no limiar do primeiro centenário da cruzada portentosa e o grande público brasileiro deve ser honestamente informado do verdadeiro ideal dos farroupilhas (DOCCA, 1935, p. 26).

Por meio dessa argumentação, Docca alega a existência de um certo *desconhecimento* sobre o passado do Rio Grande e, ainda, acusa Varela de desprestigiar o caráter "patriota" dos sul-rio-grandenses, aspecto supostamente proveniente de tempos longínquos do passado do Rio Grande e, portanto, inerente aos farroupilhas e aos cidadãos do presente. O autor explica que a negação de Varela frente à tese de *brasilidade* da Farroupilha contraria uma gama de "historiadores sinceros", os quais buscariam informar os *gaúchos* acerca do verdadeiro ideal farrapo, que seria a secessão visando à união pelo sistema federativo. Ao fazer circular essa versão da história, este grupo de intelectuais, no qual Docca se auto incluía, estaria apresentando a *verdade*, oficializando a versão não-separatista do conflito.

Às críticas recebidas em função de sua tese acerca da

Farroupilha, Varela respondeu com um questionamento acerca da "verdade" que seu opositor alegava deter. Citando Protágoras[65], o autor afirma que não existiriam verdades absolutas, mas sim opiniões individuais, que seriam acreditadas como verdades. Por isso, seria um "desconcerto mental", nas palavras do autor, o empreendimento de impor uma versão da história como verdade (VARELA, 1950). Além disso, o Varela entende que as críticas a ele proferidas seriam uma consequência de sua forma de *historiar*, ou seja, de suas dissidências para com a escrita oficializada da história. Isto é, Varela aponta o fato de não ter escrito conforme convinha à historiografia predominante como razão do desapreço frente aos pares.

Embora estivessem constantemente entre rixas e embates, ambos os autores foram importantes à produção historiográfica sul-rio-grandense do século XX. A atuação dos intelectuais na fundação do IHGRGS, bem como os esforços dispendidos para escrever a história do Rio Grande, mesmo que permeada por interesses e constructos, deve ser reconhecida, sobretudo numa conjuntura em que a maioria dos profissionais das *humanidades* não tinha formação acadêmica para esse fim. À sua maneira, ambos os autores foram importantes para a constituição da disciplina histórica no Rio Grande do Sul.

O embate explicitado: as citações como instrumento de refutação

Conforme expusemos mais acima, é fato que houve um embate teórico entre Docca e Varela, no que tange, sobre-

[65] Protágoras foi um grego, nascido em 490 a.C., que ficou conhecido por sua atuação enquanto sofista e, sobretudo, pela frase: "O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são".

tudo, à tese de cada um dos autores. O antagonismo se fez presente, sobretudo, nos escritos publicados. Em *o Sentido*, de 1935, Docca demonstra seu "anti-Varelismo", com o perdão do neologismo, logo que explica *o porquê* de sua publicação, opondo-se à vinculação das lutas do Rio Grande com as do Prata. Deixando clara sua intenção de demonstrar a "verdade histórica" frente à tese de seu antagonista, Docca cita (direta e indiretamente) a *História da Grande Revolução*, de Varela (1933), tecendo comentários e críticas.

Um dos tópicos basilares, que viria a servir como elemento-chave da refutação a Varela que Docca propõe, é a questão do conceito de federação que os farrapos possuíam. Citando indiretamente seu antagonista, Docca argumenta que

> Para o Dr. Alfredo Varela os farroupilhas não faziam distinção entre federação e confederação e daí, conclui ele, os reiterados convites às demais províncias brasileiras para o estabelecimento de uma federação, não devem ser considerados como um desejo de união federativa, segundo o conceito atual dessa forma de governo e, sim, como manifestações em prol de uma confederação. O autor, induzido pelo seu pertinaz e nunca realizado anelo de platinizar o Rio Grande, apresenta os farroupilhas ora aspirando a entrada para a Confederação Argentina, ora procurando ligarem-se ao Uruguai pela federação (DOCCA, 1935, p. 10 – 11).

Pode-se extrair alguns aspectos importantes acerca do fragmento acima. Primeiramente, Docca deixa transparecer a ideia confusa que, segundo Varela, os farroupilhas teriam a respeito da ideia de federação, o que é mencionado diretamente em outro fragmento, no qual o autor afirma que Varela "empresta aos nossos antepassados o errôneo ou confuso conceito de federação, corrente nos países platinos" (DOCCA, 1935, p. 11). Em segundo lugar, Docca aponta Varela

como ativo no que se refere à "platinização" do Rio Grande, mas mostra tal intuito como malsucedido. Um terceiro ponto é a explicitação indireta da tese de Varela, na qual o autor busca vincular as guerras sul-rio-grandenses ao contexto platino, e não brasileiro (VARELA, 1915). Note-se que, conforme discorremos acima, Docca apresenta sua obra como fundamental à "verdade histórica", o que dá a entender que concebia a de Varela como errônea e equivocada.

No fragmento supracitado, Docca argumenta que o conceito de federação que os farrapos possuíam, conforme Varela, se confundia com o de confederação, não correspondendo ao "atual", ou seja, de 1935, ano da publicação de seu livro. O conceito "atual" e "correto" é mencionado pelo autor algumas páginas à frente. Para Docca, o que havia era um "conceito positivo e claro de federação entre os farroupilhas", cujo modelo era o "regime político dos Estados Unidos da América do Norte", sendo que "a propaganda do movimento farroupilha foi orientada pelo anseio brasileiro de federação" (DOCCA, 1935, p. 14).

A partir desses argumentos, o autor passa a citar inúmeros documentos de época, como falas, atas e registros de momentos e pessoas "célebres", como uma fala de Pedro José de Almeida, datada de 07 de abril de 1831, que proclamava que "só a federação poderá livrar esta Província [São Pedro] das harpias que a Corte nos manda" (ALMEIDA *apud* DOCCA, 1935, p. 15). Ora, esse era o argumento perfeito para refutar Varela, uma vez que nega as boas relações com o governo central, demonstrando a implantação do sistema federativo como solução aos abusos do imperador e sua corte. Assim, nas entrelinhas, e por meio do que ele mesmo chama de "prova documental", o autor reitera o Rio Grande do Sul como pujante, que teria preconizado a instauração do sistema federativo, dado posteriormente. Com base em documentos e fa-

las similares à de Almeida, Docca explicita sua contrariedade aos argumentos de Varela:

> Por este e por outros fatos, que serão relatados, é que asseveramos a comunidade de ideias entre os filhos do Rio Grande e os das demais províncias brasileiras e repelimos a pretensa filiação platina. [...] O movimento farroupilha gravitou sempre em torno da brasilidade, e não tem, por isso, fundamento, a pecha de platinismo que lhe é atribuída e nem foi, absolutamente um "reflexo das revoluções cisplatinas" como pretende o dr. Varela (DOCCA, 1935, p. 15 – 16).

Em síntese, cabe considerar alguns fatores: a) o intuito da publicação do *Sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, no que concerne à legitimação do sentimento de *brasilidade* entre os farrapos; b) as menções a Varela, que aparecem em meio às argumentações de Docca, como no exemplo supracitado, relacionado ao conceito de federação; c) a negação da filiação dos farrapos à *onda* de movimentos platina do século XIX; e d) a citação de discursos e documentos que trataram do "sentimento brasileiro", federativo e "nobre" dos farroupilhas, o que, por tabela, desclassifica a tese de Varela e refuta-o enquanto intelectual de orientação platinista. Todos esses fatores juntos contribuíram para o sucesso da publicação de Docca, uma vez que esta vinha a concordar com a produção historiográfica dominante no IHGRGS que, conforme argumentamos anteriormente, possuía raízes no modo de historiar do IHGB. Assim, nacional e regional se conectam em termos de aspectos do *historiar*.

Considerações finais

A escrita da história de Docca tornou evidente que os construtos ideológicos nela presentes conduziam a uma análise embasada mais na finalidade empregada a suas obras, que era a afirmação do nacionalismo, do que no compromisso com fato histórico, característica fundamental do *historiar* profissional. Evidenciamos em Docca o incipiente desejo de *aportuguesar* o Brasil e *abrasileirar* o Rio Grande do Sul, numa tentativa de mostrar que o *gaúcho* possuía sentimentos de *brasilidade* em relação ao país, com vistas a tornar implausível a ideia de separatismo dos participantes da Farroupilha. A ênfase ao caráter de bravura e coragem do *gaúcho* vai de encontro à justificação dos conflitos, nos quais a então *província de São Pedro* esteve envolvida, alegando que esse envolvimento se dava *em nome do país*, ou seja, com vistas a manter as fronteiras seguras e não a obter possessões nas áreas externas às fronteiras.

No que tange ao embate intelectual com Alfredo Varela, é perceptível a existência de dois pontos fundamentais de divergência entre a escrita da história dos dois autores: a intenção dos Farrapos – separatismo, para Varela, e federativismo, para Docca – e as relações entre Rio Grande do Sul e área platina – para Varela existentes, inclusive fluidas e com contatos culturais variados e, para Docca, admitidas apenas quando do contato por via belicosa, uma vez que tal área se constituiria como *não-ser* do Brasil nos escritos do autor.

Capítulo 5

Do beduíno ao gaúcho:

a escrita da história de Manoelito de Ornellas

O autor cuja escrita da história tomo por foco neste capítulo é Manoelito de Ornellas. Tendo iniciado sua produção acadêmica muito jovem e ingressado no IHGRGS no ano de 1935, seu contexto de escrita fora permeado por uma fase de "transição", ou seja, de mudanças na historiografia sul-rio-grandense. Conforme salientado no primeiro capítulo, a escrita da história produzida no Rio Grande estava em descompasso frente à de outras regiões, como o Nordeste, onde temas relacionados à *cultura popular*[66] e ao folclore estavam adquirindo terreno. Ornellas, portanto, se liga à escrita da história da agremiação num momento delicado, em que o conceito de regionalismo estava sendo dissociado do campo político e relacionado ao das tradições e da cultura.

Manoelito de Ornellas nasceu na cidade de Itaqui, no ano de 1903. A cidade, por sua vez, faz fronteira com a Argentina, o que evidencia que a vida do autor esteve conectada ao contexto de relações entre o Brasil e a região platina. O próprio Ornellas afirma que tinha muito mais contato com o lado argentino do que com o brasileiro, uma vez que "do litoral, ou centro do Brasil, nada ou quase nada chegava à faixa da fronteira, onde se situa Itaqui. Do outro lado, a Argentina contava com todos os meios de cultura, inclusive com uma estrada de ferro" (ORNELLAS, 1969, p. 24). Portanto, um dos aspectos da escrita da história do autor foi a admissão da existência de contatos entre um lado e outro da fronteira-sul. Para ele, "a zona de fronteira não é 'neutra', ou apenas marcada

por embates: o rio-grandense fronteiro não só duela em meio ao pampa, como também intercambia com ele culturalmente" (LIMA, 2019, p. 728).

Tomo para a análise uma das obras do autor, intitulada *Gaúchos e Beduínos*: *a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* (1948)[67]. Nela, Ornellas discorre acerca dos temas que envolvem a consolidação do território e do povo sul-rio-grandense, por um viés marcadamente cultural e folclórico. Discorrerei, a seguir, a respeito de seus principais aspectos.

Em busca da *essência gaúcha*

Um traço marcante de *Gaúchos e beduínos*[68] é o paralelo que o autor traça entre os dois tipos sociais. Escrevendo no intuito de enquadrar a *essência* sul-rio-grandense na memória coletiva, o autor evoca elementos atemporais, oriundos do desenrolar do processo histórico regional (THESING, 2015). Nesse sentido, o que o autor parece buscar é a evocação de

[67] A obra conta com outras duas edições posteriores, em 1956 e 1976: "Entre a primeira edição, de 1948, e a segunda, de 1956, a obra mais do que duplicou seu volume, recebendo ainda acréscimos também nas edições seguintes, de 1976 e 1999. Além do significativo aprofundamento de conteúdo, foi inserido um apêndice com transcrição de documentos históricos (cartas-régias, principalmente), acresceram-se mapas e ilustrações, visivelmente endereçadas a provar as dívidas da indumentária gaúcha, sejam brasileiros, argentinos e uruguaios, com maragatos e beduínos, além de fotos e gravuras do Algarve, em Portugal, para ilustrar a arquitetura de origem árabe. Há também um acréscimo do rigor na forma, passando a nomear todas as referências citadas no texto, algumas eram simplesmente incorporadas, entre aspas, sem referências" (THESING, 2015, p. 104). A versão utilizada neste capítulo é a de 1948.

[68] A escolha deste título para a obra, por parte de Ornellas, é sugestiva. Justamente no contexto no qual a abordagem histórica passava por um processo de dinamização, com novos métodos, abordagens e "objetos" (MARTINS, 2015), com ênfase à redefinição do *regional*, "capacitando-o" a estar inserido no nacional (NEDEL, 2005), o autor se utiliza de dois sujeitos coletivos (o beduíno e o *gaúcho*) para afirmar a pluralidade étnica do Rio Grande do Sul e a importância da cultura popular para seu estudo e compreensão. Assim, a obra pode ser "tomada como um exemplo das transformações e disputas ocorridas na matriz disciplinar em meados do século XX, no Rio Grande do Sul" (THESING, 2019, p. 197).

um "patrimônio moral", atrelado ao passado do Rio Grande do Sul (GUTFREIND, 1992). Em outras palavras, Manoelito de Ornellas remonta ao passado, o estuda e interpreta visando à *extração* dos princípios e da ética que teriam norteado os sul-rio-grandenses naquele contexto, atribuindo-lhe sentido e apresentando-a como permanente. Assim, o autor não indaga a respeito de "quem são os gaúchos", mas sim sobre "quem *sempre* foram os gaúchos". Na busca pela *essência*,

> [...] a tradição surge como um princípio estruturante: quer reuni-la, vista como expressão do gênio de um povo, uma categoria também eterna. À tradição pertencem os grandes escritores, mas também a cultura popular, as crendices, as lendas e superstições, os hábitos, indumentária e costumes (THESING, 2015, p. 67).

Pelo viés da tradição, portanto, seria possível aglutinar todos os aspectos entendidos como os que *sempre* fizeram parte da vida e da *psique* do gaúcho. A importância atribuída pelo autor à tradição é percebida por meio de sua filiação ao MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho[69] (THESING, 2014). Porém, ao objetivar ir tão fundo na história e no passado sul-rio-grandense, Ornellas acabou por ser criticado pelos pares.

> O próprio título do trabalho suscitava comentários e críticas. Agregar ao vocábulo gaúcho qualquer termo que fosse, platino, uruguaio ou argentino, era visto como traição, e o que dizer de buscar as origens remotas desse gaúcho na península ibérica

[69] O Movimento Tradicionalista Gaúcho é identificado pela sigla MTG, formando uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional. Os objetivos do MTG se relacionam com a fundação e manutenção de Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) e, por meio destes e de eventos, do que compreendem enquanto núcleo cultural gaúcho: danças, costumes, tradições, etc. Ver NEDEL (2005).

> e daí, recuando no tempo, chegar aos beduínos? Tal fato não foi considerado traição, mas deformação absoluta. Os ancestrais do gaúcho rio-grandense já tinham sido localizados e definidos pela historiografia sul-rio-grandense contemporânea da matriz lusitana: seu ponto inicial fora Portugal e as Ilhas [açorianas], daí, sua distribuição, seja através do concurso dos bandeirantes, de lagunistas ou mesmo através dos indígenas (GUTFREIND, 1992, p. 131-132).

Gaúchos e beduínos, assim, ia na contramão do que já estava cristalizado (pela cúpula do IHGRGS e sua "matriz dominante") acerca dos temas de formação étnico-social sul-rio-grandense, ou seja, da primazia pelo elemento português como colonizador e civilizador. Tal aspecto em muito se relaciona ao fato de o autor compor o "grupo folclorista" do IHGRGS, conforme afirmamos no primeiro capítulo, constituindo-se como oposição ao "grupo tradicional", que manteve a postura *historicista* mesmo após a reviravolta nos cânones da agremiação. Não aceitando a interpretação do passado *gaúcho* fornecida pelo segundo grupo, o autor alegava a impossibilidade de o preceito de unilateralidade étnica ser plausível (LIMA, 2019), ou seja, de admitir o contingente português como o único *formador* dos *gaúchos*.

Em sua escrita da história, sobretudo na obra que está sendo analisada, Ornellas buscou afirmar o Rio Grande como próximo à totalidade. Não se trata, porém, de afirmá-lo como similar às demais regiões, mas sim de demonstrar suas especificidades, tornando-o singular, valorizando seus traços no âmbito cultural. Ao invés de esforçar-se para demonstrar o quão *brasileiro* era o Rio Grande, o autor visou a estabelecer uma ancestralidade comum a todo o Brasil, o que fora alcançado em *Gaúchos e beduínos* por meio da evocação da influência moura na Península Ibérica.

> Visto como historicamente um "espaço neutro", zona de fronteira em todo seu processo de formação histórica, entre os limites espanhol e português, o estado mais austral emerge como um território semelhante àquele que lhe dera nascimento através da colonização europeia. A influência árabe, transmitida por ambos os tipos colonizadores, dá sentido tanto à necessidade de singularização do estado, quanto é fator de integração à nação brasileira. Não há razão em dividir o que já era afim desde a origem [...] (THESING, 2015, p. 68)

Por meio da apresentação de um Rio Grande descendente de ibéricos, e destes últimos como influídos pelos mouros e sua bagagem cultural, Ornellas busca resolver tanto o problema da inserção do Rio Grande no todo, quanto o da comprovação de sua afeição para com o Brasil. Afirmando uma ancestralidade comum a todos os povos do país, uma vez que os colonizadores ibéricos teriam estado presentes nas mais variadas regiões, o autor ratifica o *gaúcho* como condescendente dos demais brasileiros e, assim, a eles afeito.

Contudo, o aspecto cultural parece ser o mais importante à tese que Ornellas defende, seja em função da valorização do caráter regional, seja pelo aspecto de permanências culturais no decorrer do tempo. A cultura regional se tornou basilar à análise do autor, sendo valorizados aspectos como a arquitetura, as vestimentas, as superstições e os costumes. Porém, quando Ornellas tratou da análise desses aspectos, adotou o termo *cultura popular*, utilizando o termo *cultura* apenas no caso do trato a aspectos que tangem à erudição (THESING, 2015). Percebe-se, assim, a adoção de uma concepção tradicional de cultura na escrita da história do autor.

A experiência de tempo sentida por Ornellas também fora um fator influente em sua escrita da história (THESING,

2015). A sensação de que o tempo estava se acelerando e trazendo a *instabilidade* da modernidade, em que as mudanças se dariam avidamente, teria desencadeado em Ornellas o sentimento de estar se distanciando das origens. Nesse sentido, buscá-las seria quase uma tentativa de retorno, como se fosse a tomada da consciência a respeito da perda, conciliando-a com o *novo*. Para tal, o passado é visto por um viés genealógico, visando a interligar o Rio Grande ao todo. O presente, por sua vez, é o tempo de reviver as tradições, perenizando-as (THESING, 2015). O futuro tomaria a forma de um horizonte de perspectivas, sem perder de vista os outros dois tempos.

A configuração do sistema de propriedades

O capítulo inicial de *Gaúchos e Beduínos*, intitulado *O Gaúcho*, trata de alguns tópicos principais. Manoelito de Ornellas inicia descrevendo o processo de *formação* do Rio Grande do Sul, atentando aos contingentes étnicos envolvidos no processo: os jesuítas espanhóis, os descendentes de portugueses da região de São Paulo e os açorianos. Nesta parte inicial, o enfoque do autor se dá na questão da chegada desses contingentes e, ainda, das dificuldades de acesso pela área litorânea. O contingente negro é apontado como inexpressivo, uma vez que é alegado seu emprego apenas no pastoreio e, ainda, de maneira secundária. Em seguida, é iniciado o trato ao tema das fronteiras. As hostilidades entre portugueses e espanhóis acabam por ser ressaltadas, e ganha corpo uma descrição mais densa do que viria a ser o Rio Grande, sendo mencionados inúmeros tratados, acordos e sujeitos envolvidos nesse desenrolar dos fatos.

Ao meio do capítulo, inicia-se uma caracterização mais concisa do Rio Grande em *gestação*, a partir do ponto de vista

do autor. Começam a aparecer os aspectos de multiplicidade étnica que este defende, ou seja, a valorização da diversidade de etnias no processo de formação sociocultural sul-rio-grandense. Ornellas exemplifica tal preceito afirmando que fora "notabilíssima a efusão de sangue castelhano em São Paulo", uma vez que se encontravam nas documentações "nomes de bandeirantes paulistas de origem espanhola" (ORNELLAS, 1948, p. 36). Ao dar continuidade à sua argumentação, o autor lança as bases da construção da figura do *gaúcho*, relacionando-o ao cenário do pampa e à atividade pecuária:

> Conduziam, a gritos, a boiada para a volta acentuada de algum arroio forte e aí "desgarronavam" as rezes. Simões Lopes Netto informa que se chamavam *cortadores* aos que desempenhavam este ofício. Em seguida sangravam o animal, tirando-lhe apenas o couro, o sebo e a língua, e abandonavam o resto aos urubus e aos cachorros chimarrões (ORNELLAS, 1948, p. 43)

Adentrando mais o texto, em suas páginas finais, pode-se perceber como o autor inicia a "construção" do tipo social do *gaúcho*, agora de maneira mais concisa. São introduzidas argumentações que conduzem à ideia de miscigenação, ao passo que as semelhanças com o Prata são afirmadas, desde os caracteres do *gaúcho* até seu modo de vida, hábitos e costumes. É pontuado o "nascimento" deste tipo social (habitante da área de campanha, conhecedor do modo de vida livre e abundante proporcionado pelo pampa) como resultado do processo de miscigenação entre europeu e indígena, tendo sido prevalente a primeira ascendência (ORNELLAS, 1948). Cronologicamente, segundo o autor, esse processo teria se dado no século XVIII, no atual Uruguai, uma vez que havia muitos homens no "deserto" (pampa), "gente comumente escapada aos cárceres e à perseguição das tropas de linha da Es-

panha e do Brasil, a que se chamava de 'gauchos' ou 'gaudérios'" (ORNELLAS, 1948, p. 45). Nesse ponto, Ornellas inicia uma descrição do "tipo" do *gaúcho*, privilegiando a apresentação de suas vestimentas (lenço, camisas, palas e botas). Mais à frente, o descreve em seus caracteres, definindo-o como quieto, melancólico, corajoso, etc. (ORNELLAS, 1948). Esse gaúcho, originado em área platina, aos poucos teria se estabelecido em área "brasileira", entenda-se sul-rio-grandense.

A escrita da história de Ornellas fora tão destoante daquela produzida no IHGRGS (THESING, 2019) que o autor afirma o *surgimento* do *gaúcho* como ocorrido em solo platino, ambiente este tornado o *outro* do Brasil pela historiografia oficial. Ornellas não via problemas ao fazer tal afirmação, uma vez que sua tese afirmava o pampa como território comum entre o Rio Grande e o Prata, sendo *indiviso*.

Porém, em meio a tantos aspectos abordados pelo autor no capítulo, a fase final é a que será utilizada de maneira mais precisa para a análise. A apresentação dos que, para Ornellas, teriam sido os elementos étnicos *formadores* do Rio Grande, das relações entre as potências ibéricas no que tange à partilha do território e, ainda, da admissão de semelhanças entre *platinos* e *gaúchos* teve caráter de introdução para o tema abordado mais densamente ao fim do capítulo: a questão da propriedade. O que o autor promove no capítulo é a contextualização social, cultural, econômica e política do Rio Grande, fechando o tema com a questão da propriedade, sobretudo ao tratar da distribuição de lotes de terra: as sesmarias, que viriam a originar o sistema de estâncias. Deve-se atentar ao caráter de *transição* do que é narrado: conforme será pontuado no decorrer da argumentação, há uma ruptura – na concepção ornelliana e no cerne de sua argumentação, se passaria de uma organização coletiva para a introdução do sistema de propriedades.

O nascimento do Rio Grande a partir do "impulso desbravador"

Antes de adentrar especificamente na questão das estâncias e da *transição* tratada pelo autor, analisar-se-ão brevemente alguns aspectos que dizem respeito a temas de *formação*. Ornellas introduz o processo de fixação jesuíta no atual Uruguai, onde teria ocorrido a fundação de Missões Jesuíticas, cujas reduções seriam mais tarde retiradas do poderio espanhol por bandeirantes a serviço da Coroa portuguesa (ORNELLAS, 1948). Seguindo seu rumo, os *desbravadores* teriam se deparado com os paredões de pedra do atual Nordeste do Rio Grande. Assim, "o passo arrojado, que a ambição alimentara, fora violentamente impedido pelo traço contínuo das montanhas. O espírito do bandeirante não se deixou, porém, abater diante da primeira tentativa frustrada" (ORNELLAS, 1948, p. 11). Ou seja, a "conquista" e o "desbravamento", para Ornellas, teriam seguido por meio da tentativa de superação das dificuldades encontradas pelos bandeirantes. O Rio Grande do Sul, conforme caracteriza o autor, não teria sido um território fácil de ser explorado, mas sim um empreendimento que exigiria esforços por parte de seus *desbravadores*. Assim sendo,

> O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferençadas nos seus propósitos, mas semelhantes nas suas origens raciais. Pelo Oeste e Sul ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos Jesuítas. Pelo Nordeste, os mamalucos de Piratininga e Laguna, impelidos, não mais pelo sonho do ouro e das esmeraldas, mas à procura dos rebanhos espanhóis e do índio traficável. Pelo litoral, os ilheus, simples arroteadores de terras (ORNELLAS, 1948, p. 13).

No capítulo, Ornellas afirma que portugueses e espa-

nhóis teriam conhecido rivalidades entre si, desde os Tratados estabelecidos entre as duas potências ibéricas até as hostilidades em relação aos territórios, resolvidas com uso de armas. Se a Espanha, para o autor, sentia-se senhora das terras, Portugal tinha uma *política absorvente*, na qual buscava manter cada vez mais territórios sob seu domínio. Assim, para Ornellas, "o Rio Grande constituiu *uma zona neutra* entre as irradiações da esfera portuguesa ao norte e da castelhana ao sul, – ocorrência que se refletiu em toda a história de sua formação" (ORNELLAS, 1948, p. 14)[70] .

Em sua argumentação, Ornellas buscou consolidar os *tipos étnicos* que teriam participado da *formação* do Rio Grande. Além de apresentar tais elementos e contingentes como "formadores", o autor também demonstra como os traços por eles "deixados" teriam se convertido em caracteres definitivos, exemplificando com a figura do porto-alegrense:

> É curioso notar como o porto-alegrense, apesar do contato crescente que vem tendo com as mais variadas culturas do mundo, conserva no fundo a marca iniludível de seu passado. Ele se adapta, não há dúvida, às novas condições que lhe possam ser impostas, mas resiste, na essência, ao poder transformador das novidades. Olhando para trás, vemos como somos parecidos com os nossos antepassados. Parecidos em tudo. Por dentro e por fora. Da fachada ao caráter (ORNELLAS, 1948, p. 15).

Dessa maneira, Ornellas não apenas delimita o número de "contingentes formadores", em detrimento a outros, como

[70] Ao analisar o discurso de Ornellas, percebe-se que o Rio Grande é caracterizado ora como elemento ativo, ora como *neutro*. Em simultâneo à afirmação de passividade do Rio Grande frente aos conflitos ibéricos, é construída a ideia de sua atividade por meio do sujeito coletivo: o *gaúcho*, cuja pujança poderia ser explicada pela heterogeneidade de sua formação social e, ainda, pelas interações que teria com o meio.

também introduz a ideia de parecença entre o colonizador, *antepassado*, e população *atual*, na figura dos moradores de Porto Alegre. O constructo aqui presente é a ideia de essência, de "não perder" os elementos *originais* provindos dos "pioneiros" do Rio Grande. Mesmo com as mudanças ocorridas e a convivência com outras culturas, as semelhanças teriam continuado, tanto física quanto psicologicamente (ORNELLAS, 1948). Sendo assim, o *gaúcho* não distaria de seu antepassado; ao contrário, viria a ser a "imagem e semelhança" deste. Por isso, em GEB[71], há a preocupação em evocar um ancestral comum, que vem seria o beduíno. Independentemente de qual dos contingentes (português, espanhol, açoriano) o *gaúcho* descende, sua origem é apresentada pelo autor como sendo a mesma[72].

Após abordado o tema da formação social sul-rio-grandense, Ornellas passa a dissertar sobre a questão territorial. As novas terras, tanto platinas quanto *gaúchas*, teriam sido alvo de disputa entre os contingentes luso e hispânico (ORNELLAS, 1948). Por muitos anos, conforme defende o autor, a instabilidade entre as duas Coroas pairou sobre a fronteira sul-rio-grandense. São mencionados inúmeros Tratados acordados entre Portugal e Espanha, para demonstrar o quão instável teria sido a situação relativa às disputas territoriais[73].

---

[71] Será utilizada esta sigla para referir a *Gaúchos e beduínos*, obra analisada neste capítulo.

[72] Em GEB, Ornellas remonta à origem de Portugal e Espanha como forma de demonstrar a afirmada influência árabe-beduína na Península Ibérica. É traçado um paralelo entre o modo de vida que o *gaúcho* teria passado a levar e o modo de organização supostamente vivido pelos beduínos. Assim, mais uma vez, antepassado e *nova geração* são tratados como semelhantes. Seria, assim, a *manutenção* da *essência* (ORNELLAS, 1948).

[73] É citado o Tratado de Paz de 1715, no qual as duas Coroas, lusa e hispânica, teriam estabelecido a Colônia do Sacramento como posse portuguesa; o Tratado de Madrid, de 1750, onde Portugal *devolveria* à Espanha a Colônia do Sacramento e, assim, receberia o território das Missões como seu domínio. Em 1777, registrar-se-ia o Tratado de Santo Ildefonso, que restituía as Missões à Espanha. É reiterada, também, a argumentação sobre a "origem ibérica" das disputas: "Partindo

Todos os exemplos trazidos pelo autor serviriam para argumentar que ambas as potências ibéricas,

> Enquanto desbravavam as regiões virgens do Novo Mundo tratando de povoá-las, empenhavam-se entre si numa guerra de rudes embates, procurando cada qual apossar-se da maior e da mais rica extensão. Em defesa das ambições usavam de toda sagacidade política e da força das armas (ORNELLAS, 1948, p. 26).

As terras em disputa teriam sido fortemente ambicionadas. Segundo Ornellas, a natureza dos pampas oferecia a seus habitantes recursos em abundância e, em função destes recursos, Portugal e Espanha teriam empreendido grandes esforços para conquistar e manter tais terras sob seus domínios (ORNELLAS, 1948). Por meio da reiteração da existência constante de embates pelas terras entre as duas coroas ibéricas, Ornellas busca demonstrar a sagacidade de ambas nos ideais de ocupação e colonização, uma vez que as possessões territoriais teriam significado poder e riquezas às metrópoles (ORNELLAS, 1948).

No que diz respeito aos Tratados assinados entre Portugal e Espanha, o autor afirma que teria existido uma disputa territorial complexa entre ambos. Por meio de sua descrição, Ornellas busca afirmar as idas e voltas que eles teriam proporcionado à geopolítica sul-rio-grandense e, ainda, os embates que teriam ocorrido até que se chegasse à resolução de conflitos por via diplomática. Além do mais, essa tensão constante entre as duas coroas, na visão de Ornellas, teria sido resultante de outras tensões, já deflagradas em solo europeu e

---

de uma extremidade do Atlântico europeu, as nações rivais da Península vieram reencontrar-se na extremidade oposta, na América, donas de imensos territórios cuja vizinhança serviria de estímulo ao recrudescimento desses velhos ódios" (ORNELLAS, 1948, p. 26).

continuadas em solo colonial (ORNELLAS, 1948).

É frisado que, em meio às inúmeras tentativas de diplomacia entre as potências, teria pairado um estado de tensão (ORNELLAS, 1948). Nesse processo, apenas o recurso às armas e à guerra teria sido eficiente. O autor pontua o ocorrido como uma espécie de "façanha", atribuindo contornos heroicos ao fato de, pela guerra, serem delimitadas as fronteiras após anos de embate entre as potências ibéricas. O maior obstáculo referente à manutenção das possessões viria a ser o reduzido número de colonizadores. Devido a isso, a Coroa Portuguesa teria lançado mão de "aventureiros", pessoas contratadas para atuar na manutenção dos domínios conquistados pelas armas (ORNELLAS, 1948). O autor afirma que, em razão dessa medida de Portugal, a Companhia de Jesus[74] teria manifestado insatisfação.

A *ausência de toda propriedade*

Conforme mencionamos acima, Ornellas argumenta que os recursos existentes no pampa teriam sido de todo atrativos aos lusos e hispânicos. Mas, quais foram esses recursos? Como se dava o uso destes e das terras? Abordarei essas questões a seguir, observando como Ornellas argumentou a respeito delas.

Segundo Ornellas, o *gaúcho* teria vivido sem esforços no ambiente do pampa. Dois teriam sido os fatores que permitiriam tal modo de vida: 1) a abundância de rebanhos e 2) a

[74] A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa criada no ano de 1534 pelo espanhol Inácio de Loyola. O ensino religioso foi o principal instrumental de tal organização, seja em solo europeu, seja em solo americano: no primeiro, se dava a tentativa de conter o protestantismo, que "ameaçava" a soberania da Igreja Católica; no segundo, era empreendida a catequização e aldeamento de grupos indígenas, de modo a convertê-los ao catolicismo e ensinar os "bons modos" da "civilização". Sobre os missionários e sua atuação, ver HERNANDES (2010).

ausência de propriedade (ORNELLAS, 1948). Seria este meio que *formaria* o homem[75] do pampa:

> Era, pois, uma necessidade adestrar-se no *manejo da adaga de gaúcho* ou aguçar os sentidos, para fazer-se vaqueano nas travessias dos campos sem estradas e na luta constante com a polícia do Reino. A vida equestre, a alimentação carnívora, a rude intempérie, os ventos tônicos do Oceano e do Pampa, fizeram o homem magro, duro, ágil e de contextura biliosa (ORNELLAS, 1948, p. 44).

O autor segue atribuindo ao meio a "responsabilidade" por *formar* o *gaúcho*. Ao comparar os campos do pampa com um "deserto" onde teria pairado a solidão, Ornellas condiciona as características do *gaúcho* (taciturno e silencioso, conforme o autor) às características do meio. Este, no qual o principal trabalho desempenhado teria sido o pastoreio, exigiria do *gaúcho* certo caráter belicoso ao lidar com *rebanhos bravios*. Se o habitante do Rio Grande seria, em sua essência, como o antepassado, em sua *formação,* ele viria a ser o *espelho* do cenário onde vive: o "deserto" do pampa, suas atividades e seus recursos (ORNELLAS, 1948). Além do mais, podemos dizer que Ornellas estabelece um determinismo entre homem e ambiente, onde o fato de o pampa *ser* de tal forma teria determinado a forma de *ser* do *gaúcho*[76].

---

[75] Faço uso do termo "homem" em função de considerar a maneira como Ornellas se referia aos sujeitos do pampa em sua escrita da história. No trato ao *gaúcho*, enquanto sujeito coletivo ou indivíduo, o autor mantém sua linguagem alicerçada em substantivos masculinos. Não se trata, portanto, de concordar com Ornellas; ao contrário, destaca-se essa característica de sua escrita da história como um constructo discursivo que evidencia a valorização da figura masculina em detrimento à feminina.

[76] Na argumentação ornelliana, "o espaço unia sul-rio-grandenses e platinos. O meio é o fator de explicação para a fisionomia comum entre rio-grandenses típicos e platinos. Antes de ser demarcado, o pampa acolheu o homem e deu-lhe o modo de vida comum aos indivíduos que vivem do gado em ambientes desérticos: gaúchos, sertanejo, caborés, caipiras, beduínos – pastores descendentes

> O gaúcho apareceu em condições sociais que nele determinaram a ausência de um conceito inerente à vida civil: o conceito de propriedade. Para ele a terra era de todos, como o ar e como a luz. O gado que pastava sobre os campos indivisos, também a todos pertencia. Adjudicar-se uma extensão de campo ou considerar-se dono de uma parte do gado xucro, era, para o gaúcho, um crime de apropriação indébita, só tolerável sob a força militar, mas, assim mesmo, contrário às suas prerrogativas naturais (ORNELLAS, 1948 , p, 50).

Para Ornellas, as condições de "surgimento" do *gaúcho* determinaram como seriam seus hábitos e até mesmo suas concepções, a exemplo da não conceberem como correta a ideia de haver propriedade privada. Todos os recursos, tal como o gado bovino, seriam para usufruto de todos, e qualquer tentativa de apropriação seria tida como indevida (ORNELLAS, 1948). O meio social e físico fora *determinante*, segundo o autor, para esse elemento da psicologia do *gaúcho*[77].

> Criado na liberdade absoluta da natureza, [o gaúcho] não concebia a propriedade senão como um atentado a seus foros e direitos. Mesmo porque as terras e os gados nunca foram adjudicados aos homens nativos, mas, sim, aos senhores do Reino que vinham tentar, na terra selvagem, a fortuna fácil (ORNELLAS, 1948, p. 50).

---

de uma raça habituada à vida nômade em regiões inóspitas, composta de areia, pastagens ou aridez" (THESING, 2015, p. 68).

[77] As discussões em torno da identidade do *gaúcho* e dos interesses que compõem sua construção pelos diferentes sujeitos e entidades são latentes. Um dos posicionamentos de maior destaque sobre o tema é do professor Luiz Carlos Golin (1983), que percebe o "gauchismo" como uma ideologia, no sentido em que parece tomar a tradição como sujeito da história, não as pessoas. Um contraponto a esta visão é o trabalho de Misoczky *et. al.* (2010), que aponta a existência de limitações na análise de Golin, direcionando a análise menos para o campo da ideologia institucionalizada, como é o caso do Movimento Tradicionalista Gaúcho (GOLIN, 1983), e mais para a "ideologia do cotidiano", ou seja, as representações do dia a dia (MISOCZKY *et. al.*, 2010).

A ideia de não ter havido propriedade sobre os recursos não seria somente uma característica psicológica do *gaúcho*, como também faria parte de uma espécie de "direito" que teria se estabelecido. Algumas páginas antes de referir à apropriação dos recursos como um *abuso* de direitos, Ornellas (1948, p. 47) afirma a não-existência de uma lei concisa, mas sim de algo mais informal do que propriamente jurídico: "Como não havia existência nem de lei nem juízes, a justiça era feita por suas próprias mãos. Todas as questões pessoais se resolviam à faca". A justiça que teria existido, para Ornellas, era aquela das *próprias mãos*, e os *direitos* que a apropriação de terras e recursos acabava ferindo se relacionavam justamente a esse "sistema informal".

Prosseguindo sua argumentação, o autor afirma que teria havido certas concessões a membros da metrópole, tentados pelas riquezas e recursos existentes nas *terras selvagens* do território do Rio Grande (ORNELLAS, 1948). Essa cessão de direitos sobre terras e rebanhos, que teria sido concedida para metropolitanos ibéricos, acabaria por esfacelar, de certa maneira, as terras e recursos comunais tão prezados pelos *gaúchos* do pampa, conforme discorre o autor.

O estabelecimento de estâncias e a *carência de liberdade*

Já no início do capítulo *O gaúcho*, Ornellas introduz sua argumentação sobre o tema do estabelecimento de estâncias, ou seja, da fixação de propriedades no que ele denomina *deserto* do pampa, numa analogia entre o verde das pastagens sulinas com o solo arenoso da Península Arábica, na qual teriam habitado grupos beduínos. O autor cita o Ofício do Vice-Rei ao seu sucessor, do ano de 1842: "só depois da suspensão das armas e das hostilidades que experimentaram, é que os estan-

cieiros – impelidos da fértil e numerosa criação de animais, se foram estendendo e povoando novas fazendas" (SOUSA *apud* ORNELLAS, 1948, p. 19). Ou seja, o estabelecimento de propriedades de criação de gado teria se dado em um momento de maior *tranquilidade*, quando as disputas por território não eram mais tão ferrenhas ao ver do autor. O empreendimento pecuário teria avançado a partir da distribuição de lotes de terra delimitados, contando com um donatário: o estancieiro. Parece se dar uma "acusação" à metrópole, por esta última supostamente utilizar-se da propriedade em prol de seus interesses expansionistas, contrariando o preceito de *uso-comum*, tão caro aos *gaúchos* (ORNELLAS, 1948).

> As *encomendas* ou concessões de sesmarias transformaram-se em instrumentos da política imperialista da Metrópole, pois, além de incluírem o trabalho servil do índio, eram, também, motivo de um contrato feudal entre o agraciado e o benfeitor ou a subordinação tácita, deste ao Rei (ORNELLAS, 1948, p. 51).

Com o estabelecimento de propriedades e a cessão de lotes pela Coroa, Ornellas traça um paralelo com o sistema feudal (séculos X – XIII), ocorrido na Europa da Idade Média[78]. Nesse caso, o trabalho servil teria se dado pela mão de obra indígena, conforme o autor. A questão destacada por Ornellas tange ao sistema de estâncias: o proprietário do lote ficaria sob circunscrição da Coroa, sem autonomia em seu empreendimento. Mais uma vez, é reforçada a visão de que o

[78] Comparar o processo das estâncias com o sistema feudal europeu trata-se de um equívoco. Primeiramente, esse sistema se deu na Europa em razão da ruralização romana, causada primordialmente pela insegurança urbana em função dos saques e invasões germânicas. Em segundo lugar, o senhor feudal europeu adquiriu uma autonomia considerável, a ponto de taxar produtos, definir pesos e medidas, enquanto que o estancieiro esteve legalmente submisso aos auspícios da Coroa e, mais tarde, do Império.

sistema de propriedades teria se dado em favor dos interesses metropolitanos (ORNELLAS, 1948).

> A carência de liberdade na fase da estrutura econômica da América, acompanhava-se, logicamente, da carência de liberdade na ordem jurídica. Daí esse sistema, em que o Monarca regulamentava, em seu benefício, as relações de produção e propriedade, e a razão consequente do entorpecimento econômico da América Colonial (ORNELLAS, 1948, p. 52).

Conforme o autor, após ser estabelecido o sistema de propriedades na forma de estâncias, com a afirmada predominância da atividade pecuária, teria sido percebida, pelo *gaúcho*, uma dupla "carência de liberdade": no âmbito econômico, as propriedades produziam em favor da Coroa portuguesa, à qual estavam submetidas; igualmente, no âmbito jurídico, a regulamentação das atividades e das relações de produção se dava sob os auspícios da Coroa (ORNELLAS, 1948). Por tais razões, conforme o autor, a América Colonial teria sido *entorpecida* em sua economia, ou seja, fadada a certo *atraso*, em função de não ter havido autonomia nem mesmo nas propriedades privadas.

Com tais afirmações, Ornellas parece reforçar a relação fundamental e determinista que traçou entre o homem e o meio: ao perder a autonomia em relação ao trato do território e dos recursos, o primeiro teria se sentido injustiçado (ORNELLAS, 1948). A grande perda não teria comportado apenas prejuízos físicos, mas sobretudo simbólicos: era a relação entre homem e meio e a ligação íntima que esta implicava que teriam estado em jogo, na argumentação de Ornellas. Seria, para o *gaúcho*, a perda de parte de si e de sua formação.

Os homens do campo e a *alternativa fatal*

Vimos, mais acima, a forma como a vida do *gaúcho* foi apresentada por Ornellas. O meio em que o primeiro vivia, o pampa, teria propiciado terras vastas e rebanhos fartos, ou seja, uma combinação de recursos em abundância que proporcionaria o desenvolvimento da pecuária no seu *deserto verde*. Tais recursos, no entanto, não eram apropriados por homem algum, visto que qualquer apropriação por parte de nativos feriria os "direitos" dos *gaúchos*, sendo estes pautados numa "justiça informal", que não teria um código jurídico propriamente registrado. O que vigoraria seriam as "armas em mãos" na resolução de conflitos (ORNELLAS, 1948).

O modo de vida levado pelo *gaúcho* do pampa teria sido, também, influenciado pelo meio. A abundância de recursos não tornaria o homem do pampa um sujeito sagaz e egoísta, mas sim um tipo social pautado na ideia de *bem comum*, por assim dizer. A demasiada existência de recursos, ao ver de Ornellas, criara no *gaúcho* o sentimento de hospitalidade e gentileza.

> Esta abundância mais tarde [quando da fixação definitiva de propriedades] fez do proprietário rural um homem aberto à mais franca hospitalidade. Nas cozinhas, havia sempre a "manta" de carne gorda à disposição de quem chegasse e pedisse. Caldcleugh[79] em sua viagem de 1821 acentua que a quantidade de gado e o pouco preço da carne era um assombro a todos os estrangeiros e que esta abundância devia influir no caráter

[79] Alexander Caldcleugh (1795-1858) foi um londrino que esteve em vários países da América do Sul, dentre os quais o Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Em seus diários, detalhava muitos dos fenômenos cotidianos com os quais entrava em contato no decorrer de suas viagens. Além de histórias pessoais e familiares, o viajante registrou muitos aspectos relacionados à história e geografia dos locais que visitou, por exemplo.

> e nos hábitos da gente de campo (ORNELLAS, 1948, p. 42)[80].

Citando os relatos de um estrangeiro para corroborar sua afirmação, Ornellas reafirma a relação estreita entre o homem do pampa e o meio. Este último não teria moldado apenas o homem do campo imerso em um estado de liberdade e compartilhamento de recursos, ou seja, de uso sem a noção de propriedade ou apropriação de bens, como também teria influído nas características que o proprietário viria a *carregar*. Os hábitos da "gente do campo" teriam sido moldados pelo pampa (ORNELLAS, 1948), grande personagem da narrativa[81].

Os homens do campo, nessa conjuntura, teriam vivido um *drama* (ORNELLAS, 1948), que teria implicado a perda daquele estado de liberdade do qual teriam usufruído anteriormente, uma vez que os territórios *comunais*, por assim dizer, teriam dividido espaço com as propriedades dos estancieiros. Aliás, o sistema de propriedades teria sido uma imposição aos *gaúchos* do campo, constituindo uma *fatalidade*.

> Os homens do campo foram forçados a renunciar à existência socialista a que se haviam afeiçoado, para trabalharem de peões nos fogões dos senhores europeus, na própria estância que havia sido deles, pelo uso e a vida em comum. Chegou, dessa forma, o gaúcho a uma alternativa fatal, em face da autoridade que lhe era excêntrica e hostil; ou trabalhar para o patrão ou

[80] Neste ponto, o autor traça um *contraste* entre dois povos: o campeiro sulino e o tropical. O primeiro teria aproveitado a abundância existente em suas terras, tornando-se viril e rude, enquanto que o segundo conheceria um estado de ociosidade sedentária.

[81] "Ornellas [...] liga territorialmente seu pensamento aos limites contemporâneos do estado, incluindo as áreas "incorporadas" no princípio do século XIX. Depreende-se daí e das ideias telúricas do autor a noção de que o cenário no qual se desenrolou o drama histórico gerador do gaúcho também é protagonista da narrativa – senão o verdadeiro protagonista" (THESING, 2015, p. 70).

converter-se em *matreiro* (ORNELLAS, 1948, p. 52 – 53)[82].

A *existência socialista* referida pelo autor se relaciona àquele tipo de sistema em que os recursos teriam sido de usufruto comunal, cujas características teriam sido diretamente influentes na *formação* das características do *gaúcho.* A "alternativa fatal" deste último, apresentada pelo autor, tem no mínimo duas conotações: a primeira adquire o sentido de garantir seu *status* de homem livre, mais precisamente sem incidentes que o comprometessem frente à justiça metropolitana; o segundo ganha um tom mais subjetivo, uma vez que deixavam de trabalhar num "sistema comunal" ao qual eram afeitos, atuando como peões onde antes extraíam seu sustento livremente[83] (ORNELLAS, 1948).

O que Ornellas faz, neste primeiro capítulo de GEB, é demonstrar um Rio Grande pré e pós estâncias. Alicerçado na afirmação da existência de um meio comum, no qual teria imperado um estado de "liberdade absoluta", o autor busca demonstrar como o cenário do pampa fora transformado, incluindo seu habitante, que passou de livre a submisso, no que compete à sua forma de trabalho (ORNELLAS, 1948). Mesmo não sendo o tema central de *Gaúchos e beduínos*, cabe perceber que o tema da formação de propriedades é importante em função de propiciar o entendimento acerca da concepção do autor sobre o processo de transição que narra.

---

[82] No decorrer do parágrafo, o autor explica o significado do termo *matreiro*: "[...] o gaúcho que tinha contas pendentes com a Justiça [da metrópole], cousa frequente no século passado [à obra, ou seja, o XIX], e que fugia às penas do castigo, particularmente ao serviço obrigatório das 'tropas de linha' que guarneciam os fortins; [...]" (ORNELLAS, 1948, p. 53).

[83] O autor, ao narrar o processo de "perda territorial" dos *gaúchos*, traça uma diferenciação destes em relação aos beduínos: se o *gaúcho* teria estado submisso ao sistema de propriedades, o beduíno teria se mantido "dono" do seu deserto (ORNELLAS, 1948).

Considerando o discurso autoral, pode-se afirmar que a apresentação do processo de constituição das propriedades no pampa é construída como algo prejudicial a seu habitante, que teria sido acometido por uma série de injustiças. Ornellas parece apontar para o "esquecimento" do *gaúcho*, após tanto tempo de *uso* em prol dos interesses da pátria (THESING, 2015). Ao construir seu discurso sobre a história do Rio Grande do Sul, o autor o articula a seus *interesses* e *ideias* (RÜSEN, 2001): se os *gaúchos* foram "impedidos" de se desenvolverem à luz do progresso da intelectualidade, durante muito tempo, foi em função de estarem "ocupados" defendendo o país (ORNELLAS, 1948).

O beduíno e as bases do *paralelo psicológico* com o gaúcho

Ao iniciar o capítulo que trata das questões relativas ao beduíno, Ornellas demonstra as vias que viria a percorrer ao longo do mesmo e, ainda, qual seria o tema que se tornaria transversal no decorrer de seu texto: por meio do paralelo traçado entre o beduíno, nômade do deserto arábico, e o *gaúcho*, habitante do Rio Grande do Sul, o autor passa a trabalhar a ideia do segundo como "resultado" de *remotas influências* do primeiro. A partir de então o que se percebe são afirmações e justificativas que redundam em torno deste paralelo, demonstrando ambos os *tipos* sociais como substancialmente interligados, relacionados, no sentido de que um (o *gaúcho*) teria traços marcadamente pertencentes a outro (o beduíno)[84]. Assim, Ornellas introduz a ideia do gaúcho como relacionado ao beduíno, tese que viria a ter papel norteador em sua escrita

[84] Em artigo intitulado *As origens remotas do gaúcho* (1964), Manoelito de Ornellas aprofundou o paralelo traçado em *Gaúchos e beduínos* (1948). Todas as parecenças já afirmadas são reiteradas e aprofundadas. Metaforicamente, Ornellas apelida o beduíno de "avô oriental" do *gaúcho*, que teria os ibéricos como "pais".

da história. Essa importância atribuída ao beduíno, no entanto, não teria sido preconizada pelo autor, conforme o mesmo argumenta:

> Intuitivamente ou por meros efeitos expletivos, sociólogos e estudiosos do pampa e do campeiro aludiram à semelhança do gaúcho com o homem do deserto. Vamos encontrá-la, agora, mais próxima da verdade, pela investigação da história e o amparo da ciência (ORNELLAS, 1948, p. 61)[85].

Assim, em meio a outros intelectuais que já teriam referido ao tema, Ornellas "se propõe" uma maior aproximação à *verdade* no trato do assunto, ou seja, das relações entre *gaúchos* e beduínos. O autor prossegue sua argumentação desenvolvendo uma espécie de "explicação sintética" acerca do beduíno. Nela, Ornellas traz os principais elementos beduínos, em sua concepção, que se referem a aspectos de seu modo de vida, sobretudo. Tal estratégia "expositiva", digamos assim, adquire função de demonstrar um tipo social adaptado. O autor se preocupa com a caracterização do beduíno, tornando explícito seu modo de vida nômade, diferençando-o de alguém que esteja *ao léu*, migrando sem sentido.

> O *Beduíno* não é um cigano que vague, sem sentido, pelo simples prazer de vagar. Ao contrário, representa a melhor adaptação da vida humana às condições do deserto. Onde quer que brotem as pastagens, no oásis, que é o fluir da água apri-

[85] Dentre os vários intelectuais que Ornellas cita, que assim como ele estudaram as possíveis relações entre *gaúchos* e beduínos, está Euclides da Cunha, escritor e jornalista brasileiro, cuja obra citada por Ornellas foi *Os sertões* (1940). O ponto ao qual Cunha se atém, neste caso, está relacionado à menção que faz às *festas de cavalhadas e mouramas*, que Ornellas interpreta como um relato da preservação de hábitos culturais mouros em território brasileiro. Tal premissa é usada como uma das justificativas que demonstram a presença da cultura moura em solo brasileiro. A teoria de "iberismo", defendida por Gilberto Freyre, também surtira efeitos na escrita da história do autor (THESING, 2015).

> sionada ao seio da montanha, ali vai o beduíno à procura de pousada. O seu nomadismo é uma maneira de viver tão natural quanto o é o industrialismo em Manchester. É a forma razoável e estoica de adaptar-se a um ambiente inóspito [...] (ORNELLAS, 1948, p. 61).

O beduíno seria o povo do deserto por excelência, uma vez que teria adquirido a capacidade de se adaptar mesmo em meio ao ambiente inóspito que teria predominado em seu local de origem (a Península Arábica). Percebemos, nesse trecho, uma primeira analogia do autor no que tange ao *gaúcho* e ao beduíno: onde houvesse pastagens e recursos hídricos, o beduíno seria capaz de adaptar-se. Logo, Ornellas lança as bases de uma "facilidade de adaptação" que este teria em solo rio-grandense, dotado de pastagens (o pampa, "deserto verde") e água (os rios e lagoas). Além disso, a capacidade de adaptação do beduíno é "transversalizada" no nomadismo, uma vez que essa era a maneira de vida desse tipo social, sendo *tão natural* quanto uma grande cidade ser industrializada[86].

O nomadismo também é tratado como uma maneira *razoável e estoica* de conseguir se adaptar em um ambiente, permanecendo fiel a seus princípios. Ornellas, desse modo, lança um segundo ponto de analogia: a adaptação a um novo local, sem, no entanto, deixar de lado suas crenças e valores. Assim, estão lançadas as bases da permanência da cultura beduína junto ao *gaúcho*: os primeiros, ao migrarem para a região meridional da atual América do Sul, o teriam feito de maneira *estoica*, preservando sua moral e princípios, conforme a interpretação do autor.

[86] A idealização do modo de vida dos beduínos ocorre de maneira recorrente na escrita de Ornellas, tanto em termos de sua adaptabilidade, quanto de sua organização. Para o autor, o "beduíno representa a melhor adaptação humana às condições de vida do deserto. É livre, guiado por uma espécie de instinto, igualitário e fraterno" (THESING, 2015, p. 79).

Ornellas prossegue seu texto enumerando as mais variadas características do beduíno, dentro do que convém à sua argumentação. O autor ressalta muitos aspectos da mentalidade e psicologia desse povo nômade, como a questão de não terem sido admitidas relações de desigualdade em sua sociedade (ORNELLAS, 1948). Ele menciona que nem os detentores das maiores riquezas se sentiriam, por isso, com um maior *status* público, uma vez que o fato de possuir bens não seria de tamanha importância, ou seja, não seria concebido como um *objetivo*. Ornellas cita, ainda, certo sentimento de superioridade: "se julgam superiores não só aos seus escravos e aos artesãos [elementos exteriores a sua tribo] senão a todos os homens de outras raças". Dessa forma, aparece uma terceira analogia: se, mais adiante, é narrado por Ornellas um *gaúcho* corajoso e bravio, orgulhoso de si, muito desse sentimento teria origem com a cultura beduína, que assim se sentiria em relação a si mesma, à sua *raça*. Tal "caráter de bravura", que se refere ao beduíno, é introduzido de maneira explícita:

> O árabe [beduíno] coloca acima da própria vida a prosperidade, a glória e a honra da comunidade que o viu nascer e que o verá morrer. Não é um sentimento semelhante ao nosso patriotismo que ao beduíno pareceria frio e inexpressivo. É uma paixão violenta e terrível e ao mesmo tempo o primeiro e o mais sagrado dos deveres – a verdadeira religião do deserto. Por sua tribo, o árabe está sempre pronto a todos os sacrifícios. Comprometerá sua vida nessas empresas arriscadas em que somente a fé e o entusiasmo são capazes de realizar portentos (ORNELLAS, 1948, p. 62-63).

Portanto, na interpretação do autor, o sentimento de nacionalismo que o *gaúcho* teria desenvolvido no decorrer do tempo era menos ávido do que o sentimento de *pertencer* que

o beduíno teria nutrido em relação à sua gente. Ele seria, assim, aquele que estava sempre pronto à defesa de seu grupo, mobilizando todas as suas forças em prol do "bem comum", assinalado por Ornellas como *prosperidade, glória e honra*. Por meio dessa maneira de agir, teriam buscado efetivar seus *portentos*, ou seja, prodígios, coisas extraordinárias pelo grupo e frente a este. Qualquer relação estabelecida entre estas características e as do *gaúcho* não são mera coincidência, embora o "grau" de pertencimento e engajamento deste último lhe pareça mais modesto (ORNELLAS, 1948).

A inserção do beduíno em área ibérica e a *formação* do *maragato*

A chegada dos beduínos à região ibérica constituiu um processo, conforme Ornellas. A tese lançada e desenvolvida é a de que contingentes beduínos teriam ingressado junto aos exércitos muçulmanos, de *Mahomet*, quando do período de ocupação da Península Ibérica pelos árabes[87]. O autor argumenta que, às margens do Nilo, teria se desenvolvido há muito uma localidade chamada Maraghat. Desta tribo, teriam vindo os povos nômades beduínos que chegaram à Península Ibérica quando do momento de expansão islâmica.

A conclusão é lógica e irrefutável. Das hostes aguerridas do Islã, das mais variadas origens da Arábia que penetraram a Espanha sob os estandartes de Maomé, também partiram contingentes dessa pequena província [Maraghat] nascida às

[87] Para contextualizar, frisamos que a ocupação árabe teve início em 711, quando o exército berbere obteve vitória frente a Portugal e Espanha, instaurando um califado conhecido com El-Andaluz. A ocupação foi longa na duração e rápida na conquista. Os mouros precisaram de menos de uma década para dominar a região, cujo controle permaneceria durante quase oito séculos. A invasão começou em 711 e terminou definitivamente apenas em 1492, quando se deu a chamada "Reconquista".

margens fecundas do rio sagrado que é toda a história do Egito (ORNELLAS, 1948, p. 66).

É importante perceber que Maraghat, conforme o autor discorre, teria estado às margens do Nilo, "berço" da civilização egípcia. Esse meio, para Ornellas, teria influído na formação das *raças* ali estabelecidas. A título de exemplo, citamos as referências feitas aos egípcios, nas quais o local onde estiveram teria sido importante. As margens do Nilo, com solo e clima peculiares, teriam propiciado ao povo egípcio a aquisição de caracteres de individualidade, ou seja, peculiaridades, sendo *fiel a si mesmo*. Lembramos que essa "fidelidade" a seu povo fora exaltada, também, no beduíno, provindo de Maraghat, conforme mencionado anteriormente. Portanto, percebemos uma analogia entre o local de desenvolvimento (margens do Nilo) e caracteres psicológicos do povo que ali habitava (beduínos e egípcios)[88].

As influências culturais beduínas, na visão de Ornellas, teriam sido percebidas na Península Ibérica. O autor narra um processo de *arabinização* da linguagem e *islamização* da religião, ou seja, da inserção de aspectos culturais beduínos em solo europeu. A partir dessa afirmativa, o autor dá início à ênfase de características dos beduínos, que vão do âmbito científico (álgebra, por exemplo) ao cultural, sobretudo (mosaicos, arabescos, religião, mesquitas, livros sagrados...). No decorrer do texto, o autor cita estudiosos que teriam se debruçado sobre o tema do beduíno, chegando à conclusão de uma parecença acentuada com os berberes. Garrote[89], por exemplo, é citado em função de seus estudos, que teriam chegado

[88] A relação determinante não é traçada por Ornellas apenas entre o *gaúcho* e o pampa, mas também entre Maraghat e o beduíno, entre a Península e os ibéricos. O constructo discursivo que alia homem e meio, assim, contempla diferentes tempos e espaços na historiografia ornelliana.

[89] Apesar das várias citações a este letrado, não há referência de sua obra por parte de Ornellas.

à conclusão de afinidades entre o berbere e o beduíno, pautadas, sobretudo, na forma de suas habitações e no seu vestuário. Além disso, Maraghat adquire *status* apenas de "berço" dos povos beduínos, mas a etimologia do vocábulo maragato teria outra origem: a Maragateria, região pertencente à Província de León. É importante considerarmos essa conclusão uma vez que, para Ornellas (1948, p. 71)

> As velhas raízes cristãs dos berberes fizeram-nos rebeldes, diante do poder do Emirado de Córdoba [local independente na Península Ibérica quando da conquista muçulmana]. E daí, talvez, suas lutas consequentes com outros povos da Arábia, disseminados pelo sul da Espanha. Escaparam, dessa forma, às vindictas armas de Castela e Aragão contra os Mouros [...] foram eles que salvaram o cristianismo ocidental, com suas rebeldias civis e que reduziram à impotência os conquistadores mouros da Península.

Ainda citando Garrote, Ornellas apresenta o maragato como *avoengo* do berbere, ou seja, como herdeiro, no sentido de este último ter sido seu "elemento formador". Portanto, a procedência maragata seria berbere (logo, beduína), tese esta "confirmada" pelo "exame antropométrico", que teria elencado dados de indivíduos berberes e maragatos (ou seja, da região da Maragateria, em León), demonstrando por meio de dados físicos (como o "diâmetro anteposterior máximo") as semelhanças. Ou seja, por meio de dados "científicos", dentro das condições do período, se atestou o maragato como provindo dos povos berberes.

Passados os conflitos, o maragato teria se estabelecido em solo peninsular, mais precisamente em área espanhola. Assentados em áreas pouco férteis, foi-lhes exigida, por meio das circunstâncias, a busca por novas atividades (ORNELLAS, 1948). Sua *velha índole nômade,* provinda dos beduínos (seu

elemento "formador"), teria feito com que se dedicassem a atividades não sedentárias, como a de mensageiros. A isto é atribuído um papel de grande importância, uma vez que por meio desse ofício os maragatos teriam propiciado a ligação de distintas cidades por via comercial e social. É mencionado o uso das tropas de mulas, o que é uma forma de remonte à vida que os antepassados desse grupo levavam em meio ao deserto. Assim, Ornellas retoma a ideia de estoicidade desenvolvida anteriormente: mesmo sendo um novo tipo social, o maragato teria conservado parte da cultura de seu povo. O maragato, desse modo, teria constituído "um nódulo distinto no meio da população leonesa" (ORNELLAS, 1948, p. 78).

Portanto, sinteticamente, é possível perceber no discurso de Ornellas um beduíno cujas origens remontam ao Nilo, berço dos egípcios. A importância dessa analogia está no fato de o autor demonstrar o território, o meio, como influente. Outro ponto de destaque tange à inserção dos beduínos na Península Ibérica, como participantes ativos da expansão islâmica. Um terceiro ponto é o paralelo entre o beduíno e o berbere, demonstrando seus traços de parecença por meio de elementos culturais, a exemplo da vestimenta. Ao traçar esse paralelo, o autor demonstra um *maragato* que provinha do berbere (beduíno). Além disso, dado o período de estabelecimento dos *maragatos*, este teria demonstrado sua capacidade de adaptação e, para Ornellas, teria marcado suas influências em solo ibérico.

As influências *maragatas* na Península Ibérica: viés cultural

Depois de já caracterizados os traços psicológicos do beduíno, sua atuação na conquista muçulmana e, ainda, sua

contribuição fundamental à constituição do maragato, partindo em ambos os casos da escrita da história de Ornellas, atenta-se agora às questões culturais, que concernem às "marcas" deixadas pela cultura beduíno-maragata em solo ibérico. É importante reiterar que o conceito transversal da escrita de Ornellas foi a cultura, mas, nesse caso específico, a forma como os traços culturais teriam permanecido, no sentido de tradição. Esse viés é perceptível pela valorização que o autor confere às permanências culturais: "são ainda os berberes antigos; usam a cabeça raspada, com uma mecha de cabelo na parte posterior, falam uma linguagem que não é bem castelhana, têm uma pronúncia dura, lenta e arrastada, e são geralmente arrieiros-nômades" (MARTINS *apud* ORNELLAS, 1948, p. 78). Citando outro letrado com opiniões similares às suas, Ornellas parece buscar confirmar e legitimar seus posicionamentos (PROST, 2008).

É citada, também, a importante influência beduína nos ambientes urbanos, do ponto de vista de Ornellas. O autor menciona os casos de Silves e Algarve. A primeira teria sido notável na época de domínio muçulmano; a segunda, teria conhecido predomínio beduíno. Ambas, por isso, viviam de certa "magia", ou seja, dos áureos tempos de predominância muçulmana, de seu *velho esplendor*.

> Silves foi, sobretudo, notada no tempo dos árabes. Como todo o Algarve ela vive dessa magia que apresenta sempre novos fulgores. E de tal maneira Silves e Algarve vivem de seu velho esplendor que é quase impossível invocá-los senão dentro da época de fausto e grandeza muçulmânicas [*sic*.]. A indumentária do algarvio, tão semelhante às vestimentas das velhas tribos berberes, a forma de selar o cavalo e o uso preferido da *cordeona* lembram as maneiras árabes que são, ainda, as maneiras do espanhol. Como o árabe, troca, facilmente,

> o *b* pelo *v*. Para as populações de Silves e Algarve tudo quanto tenha a marca do tempo é mourisco (ORNELLAS, 1948, p. 79).

Assim, sobretudo por meio de elementos culturais de influência beduína, Ornellas demonstra profundas marcas deixadas pelos muçulmanos. Ainda tangendo a Silves, é enfatizada a fala de uma *língua árabe pura*. Por ter sido marcadamente influenciada pelos beduínos, de acordo com o autor, essa cidade teria conhecido habitantes eloquentes, poéticos e hospitaleiros, bem como generosos. Por todas estas influências, importantes e decisivas ao ver do autor, é afirmado que "a história da Espanha sarracena é a própria história do Algarve, o que significa dizer que Portugal, como a Espanha, sofreu, identicamente, as profundas irradiações da cultura islâmica" (ORNELLAS, 1948, p. 81). Ou seja, se a Espanha sofreu influência direta pelo fato de a Maragateria estar em seu território, Portugal a recebe em função de, mais tarde, ter o Algarve como possessão, tendo esse fato incidido diretamente por meio dos contatos entre ibéricos e algarvios[90].

Ainda tratando o tema das influências, mas direcionando a escala de análise para Portugal, Ornellas recorre a Gilberto Freyre como forma de demonstrar a importância do beduíno e do maragato, em Portugal, como força de trabalho. Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1946, *apud* ORNELLAS, 1948), destaca o uso do verbo *mourejar*, provindo etimologicamente do vocábulo *mouro*, como sinônimo de trabalho *duro*. Então, além da contribuição cultural, que remonta a tradições, astronomia, arquitetura, linguagem e religião, se conhece também

[90] Por conta da influência beduína em Portugal e Espanha, os ibéricos chegados ao atual Brasil a partir do século XV já seriam um contingente miscigenado e portador dos caracteres beduínos caros à argumentação ornelliana, mencionados anteriormente.

um lado *prático*: a contribuição do beduíno como lavrador e técnico, segundo o autor, incrementando a produção e, inclusive, atuando diretamente no desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, posteriormente transposta para colônias portuguesas, constituindo-se como produto principal por séculos. Ornellas pontua que

> Portugal estava na zona de influência direta do berbere. E os povos maragatos, por longo tempo, mantiveram exclusivo comércio com a Galícia [área ao noroeste da Espanha]. E tão íntimo foi este entrelaçamento, dos maragatos com os povos portugueses, desde o domínio árabe, que os maragatos, em seu dialeto, conservam uma inumerável quantidade de palavras que são comuns aos galegos e aos demais povos lusitanos da Península (ORNELLAS, 1948, p. 85).

Seguindo essa "linha linguística" de influências mouras em Portugal, Ornellas elenca muitos vocábulos de origem beduína que teriam sido transpostos da região peninsular ao Rio Grande do Sul, como é o caso do vocábulo de exclamação *diacho*, "diájule" em língua maragata.

O "ponto chave" de toda a argumentação ornelliana ao longo do capítulo em que trata das questões que se referem ao beduíno volta a ser delineado. Se, conforme mencionado mais acima, Ornellas traça paralelos de cunho psicológico entre o *gaúcho* e o beduíno, agora o autor reitera tal ponto de sua escrita por meio da explicitação de sua intencionalidade: "nossa intenção, porém, foi a de salientar certas semelhanças de termos usados na Maragateria como nas campanhas do Rio Grande do Sul" (ORNELLAS, 1948, p. 88). Dessa forma, inicia-se a parte final do capítulo a respeito dos beduínos, cujo elemento transversal passa a ser o paralelo por meio de analogias entre estes e o *gaúcho*, tendo como elemento balizador

as ideias de cultura e tradição e, arraigada a estas, a noção de permanências de hábitos, costumes e valores.

Eis que o beduíno chega à América

Todas as menções e caracterizações que Ornellas traçou a respeito do beduíno, mencionadas acima, se deram em solo peninsular. A partir de então, o autor se dedica a demonstrar como foi a vinda do contingente de *maragatos* para a América e, sobretudo, como foi sua adaptação, principalmente na região Sul do continente. Se, até então, a escrita da história do autor fora usada para demonstrar a formação da influência beduína na Península Ibérica e a consolidação do tipo social do maragato, na parte final do capítulo Ornellas passa a discorrer sobre como se deu a fixação desse povo em solo americano.

Em tom poético, Ornellas apresenta o *desejo* maragato de estar em solo americano como "o sonho da América", ao qual os maragatos teriam se lançado em função de "promessas tentadoras de fortuna fácil, a vastidão sem limites da terra, fecunda e virgem, e as possibilidades de grandes aventuras". Tais aspectos teriam estimulado o "espírito inquieto dos homens que traziam no sangue o nomadismo de séculos" (ORNELLAS, 1948, p. 90). Esses homens aguerridos e desejosos por aventuras eram os peninsulares, chegados ao continente americano em busca de riqueza e terras. Note-se que o autor, mais uma vez, evoca a *essência* desses homens, que seria atemporal e acompanharia inclusive as futuras gerações, apresentando-os como portadores de um *espírito inquieto*, que seria fruto da vida nômade que as gerações anteriores haviam levado. Portugueses e espanhóis, portanto, seriam um reflexo da influência beduína, nômade, que vivia pelos desertos.

Chegando à área meridional do continente americano, o ambiente encontrado pelos imigrantes não teria sido de todo estranho; ao contrário, seria semelhante ao meio já conhecido pelos peninsulares.

> Desceram estes às terras da Cisplatina e às planuras eternas, o grande deserto verde que só as tribos ferozes haviam percorrido, encheu-lhes os olhos de luz e distâncias. Nas savanas de pasto lustroso e baixo, onde vinga o trevo e onde a flechilha desabotoa flores lilases, encontraram os berberes-maragatos o seu novo *habitat*. A mesma extensão solitária, os mesmos horizontes sem paredes, daqueles desertos áridos que seus avós haviam perdido, porém, aqui, o verde cambiante do pampa, a monotonia das ondulações se arrojou, de longe quebrada pelo relevo mais alto de uma coxilha ou pelo boleio sensual de uma canhada (ORNELLAS, 1948, p. 90-91).

Evocando o meio de maneira poética e descrevendo-o em suas características mais peculiares, o autor traça uma equiparação entre os desertos no qual viviam os beduínos e a área pampiana. Seria o *deserto verde* o ambiente no qual viveriam os imigrantes dali por diante, cenário ao qual já estariam acostumados, e cuja adaptação se daria facilmente. A adaptabilidade proporcionada pelo meio viria a ser completada pelo uso dos cavalos, que auxiliariam nas tarefas que viriam a desempenhar em prol de sua sobrevivência nas novas terras, uma vez que estariam sujeitos "à inclemência do tempo e à aspereza das estradas de montanha" em meio à "natureza agressiva e ainda inviolada da América" (ORNELLAS, 1948, p. 91).

Após ater-se à descrição do ambiente que os maragatos teriam encontrado e, inclusive, alegando sua participação nas expedições marítimas espanholas, como no caso da de Hernán Cortéz, Ornellas passa a descrever a indumentária dos

maragatos estabelecidos na área meridional americana. Antes, porém, o autor pontua a existência desse contingente em toda a área sul-rio-grandense e platina que, para ele, era *indivisa* em função do pampa. Em solo americano, os maragatos não teriam contado com os recursos necessários para manter a indumentária que usavam em suas terras originais, tendo que fazer uso dos recursos dos quais dispunham.

> Socorreu-se, então, do seu próprio engenho. E foi assim que as maragas ciganas deram lugar aos panos soltos e às ceroulas de crivo, facilmente acomodáveis à montaria e que se chamou o *chiripá* – que o mameluco do pampa recebeu e divulgou (ORNELLAS, 1948, p. 98).

O chiripá seria, assim, a peça antecessora da bombacha, utilizada em larga escala pelos *gaúchos*. Desse modo, Ornellas afirma que, se o sul-rio-grandense possuiu esta peça em sua vestimenta, é graças à engenhosidade do maragato. A valorização da indumentária na historiografia ornelliana apresenta relações com a participação do autor no Movimento Tradicionalista Gaúcho (NEDEL, 2005) e, ainda, com o viés cultural de sua escrita da história (THESING, 2015), em muito pautado na afirmação de permanências do passado sul-rio-grandense, ancorando-se na construção de parecenças entre o *gaúcho* e o beduíno, em função das afirmadas "heranças" que teriam sido legadas por este último.

A herança cultural beduína

No último capítulo de *Gaúchos e beduínos*, de mesmo nome do título da obra, Manoelito de Ornellas dispende esforços no sentido de consolidar as premissas de parecença

entre os dois "tipos", já lançadas no decorrer dos capítulos anteriores. Nesse sentido, o autor evoca uma série de fatores ligados à cultura árabe-beduína, relacionando-os a manifestações culturais do Rio Grande. É o caso, por exemplo, da lenda da Salamanca do Jarau, componente do aporte folclórico sul-rio-grandense. Antes de discorrer propriamente sobre lenda em solo americano, Ornellas afirma que ela teria sido proveniente da tradição hispano-arábica e seu nome remeteria à cidade espanhola de Salamanca, marcada pela influência beduína.

> A lenda, em todas as terras da América, é a mesma, com as variantes e tonalidades que lhe imprimiu o temperamento de cada povo. No Rio Grande, como em nenhuma outra unidade americana, a lenda conservou, irretocável, o raro e pitoresco colorido da imaginação oriental. Lembra as fantasias de Mil e Uma Noites, toda a extravagante policromia dos contos e dos poemas que embalaram a preguiça dos poderosos príncipes do deserto, em suas redes de damasco e sob a fumaça azul de seus cachimbos de porcelana (ORNELLAS, 1948, p. 109-110).

A lenda, assim, estaria presente na cultura popular de toda a América, demonstrando a permanência dos aspectos provenientes da influência beduína, que teriam chegado em solo americano por meio dos ibéricos que se lançaram às navegações. O caso do Rio Grande do Sul, nesse sentido, fora apresentado por Ornellas como diferente: se no restante do continente as influências teriam sido notáveis, no Rio Grande a lenda havia sido conservada em sua versão original, *puramente* mourisca (ORNELLAS, 1948). Tal aspecto reforça o paralelo que o autor traça entre o *gaúcho* e o beduíno, apresentando o primeiro como influenciado pelo segundo e, ainda, *fiel* às heranças que dele recebera.

A evocação da semelhança entre os dois contingentes, porém, não teria se dado apenas por meio do viés folclórico-cultural. Ornellas argumenta a respeito das dificuldades que teriam sido enfrentadas pelos beduínos em seu *habitat*, ou seja, nas áreas desérticas. O autor afirma que estes atravessavam "os vastos campos movediços no lombo dos camelos", em caravanas. Nesse cenário, os grupos beduínos acabariam por vivenciar um "duplo" sentimento de solidariedade, voltada a diferentes fins: "para enfrentar a solidão" e "para a defesa comum"(ORNELLAS, 1948, p. 125). Ornellas prossegue o texto afirmando que o *habitat* no qual o *gaúcho* estava inserido era "mais feliz", uma vez que possuíam recursos em maior abundância. Esse, em caravanas de carretas, "segue pelas estradas do pampa, estradas que serpenteiam terras cobertas de verdura" (ORNELLAS, 1948, p. 125). Além disso, esse *gaúcho*

> É, como o beduíno, um homem melancólico, nostálgico, ladeado sobre os pelegos do *lombilho* ou *serigote*, no lombo de um cavalo que acompanha, sonolento, a marcha tarda dos bois. À noite, pousa em acampamentos, como o árabe, sob a colcha das estrelas. E, como o árabe, canta suas cantigas nostálgicas ao som dos mesmos instrumentos comuns – a *cordeona*, a *viola* e a *guitarra* (ORNELLAS, 1948, p. 125-126).

Desse ponto do texto em diante, Ornellas dedica-se a demonstrar as várias parecenças culturais entre os *gaúchos* e os beduínos, como seus cantos, poesias e instrumentos. No decorrer da argumentação, o autor evoca um dos elementos comumente encontrados em área pampiana: o galpão, que, para ele, pode ser definido como "uma tenda que se fixou", onde "sua vida interior é a vida de uma tenda do deserto". Nesse processo, teriam sido trocados "os panos ondulantes pelas paredes de barro" (ORNELLAS, 1948, p. 150). É a permanência

em meio à ruptura: a arquitetura fora mudada, propiciando maior segurança e, até mesmo, conforto, mas a função básica de abrigo teria permanecido, de beduínos para *gaúchos*.

Do galpão, Ornellas parte para o âmbito privado, tratando da casa e do casamento, entre outras temáticas. Em relação à habitação, o autor argumenta que era inviolável, em meio ao isolamento, fazendo lembrar o harém dos árabes. O casamento, por sua vez, é equiparado ao realizado pelos beduínos:

> Nos campos e nas pequenas cidades da Arábia, a noiva vem montada num jumento, num cavalo ou num camelo, precedida de cavaleiros que ostentam suas melhores vestes e se exibem em suas melhores habilidades equestres. Em certa altura, quando o cortejo nupcial já se encontra distante do local de onde saiu, apercebe-se outro bando de cavaleiros, que vem reclamar a jovem, no simulacro do rapto. Os da escolta põem-se em guarda, todos galopam e realizam prodigiosas evoluções enquanto disparam suas armas às alturas. Depois, confundem-se no mesmo séquito, estrepitosos e turbulentos. É esse, com pequenas diferenças, o ritual do casamento no pampa. A fuzilaria – às vezes – se faz à saída ou a chegada da noiva, em casa. O velho simbolismo do rapto muçulmano permanece no fundo, irrevelado (ORNELLAS, 1948, p. 150).

Para além da enumeração de similitudes de hábitos e de modos de vida, como é o caso do casamento e da locomoção do *gaúcho* pelo pampa, a herança beduína também é invocada no hábito de andar à cavalo. Afirma Ornellas que "beduíno significa, em árabe, o homem que vive do gado"[91] (ORNELLAS, 1948, p. 153). Pois bem, o *gaúcho*, conforme o

[91] Há controvérsias quanto ao significado do termo: "O nome beduíno vem da língua árabe *bedaui* ou *badawi*, que significa morador do deserto de *bedu* ou *badw* em linguagem vulgar: onde não há população fixa, isto é, o deserto. (*Educalingo*, dicionário online. Pode ser acessado em: https://educalingo.com/pt/dic-es/beduino).

próprio autor afirma, teria uma relação íntima com a atividade pecuária, utilizando-se tanto do gado *vacum* quanto do cavalar em suas lides rotineiras. Ornellas chega a afirmar inclusive, que "às vezes, o cavalo supera a mulher na estima e no apego do gaúcho" (ORNELLAS, 1948, p. 156).

Adentrando nos temas que tangem à *psique* do *gaúcho*, o paralelo traçado entre este e o beduíno se torna ainda mais consistente na argumentação do autor. Ornellas menciona uma característica que seria um "traço pessoal" fundante em ambos os tipos sociais: a hospitalidade. É afirmada pelo autor a existência de um sino na porta da entrada das charqueadas/estâncias, cuja utilidade seria soar quando chegassem as "horas de comida", servindo como um aviso ao viajante que estivesse nas redondezas (ORNELLAS, 1948). Assim teria sido nas tendas árabe-beduínas do deserto *arenoso*; assim teria se dado, também, nas propriedades do deserto *verde*. Ao achegar-se aos *ranchos* dos *gaúchos*,

> o hóspede desconhecido encontra neles a confiança e a estima que se dispensam aos velhos amigos. Essa virtude deu fama ao gaúcho, emprestando-lhe uma auréola de bondade congênita que para os panegiristas tornou perdoáveis certas fraquezas (ORNELLAS, 1948, p. 157).

Ornellas reforça a imagem de um *gaúcho* afeito aos contatos amistosos para com os demais indivíduos, até mesmo se esses fossem forasteiros famintos e carecidos de um teto. É essa imagem de solidariedade, gentileza e hospitalidade que o autor busca cristalizar, demonstrando a permanência de traços de *civilização* herdados dos beduínos, mesmo em meio ao estado de isolamento que a vida no pampa representava. Assim, torna *paralelos* o gaúcho e o beduíno, em sua cultura, *psique* e atividades rotineiras.

Considerações finais

Conforme explicitado no início do capítulo, tanto o ingresso de Manoelito de Ornellas, quanto sua produção intelectual dentro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul se deram em meio a um contexto de "transição", do qual o autor fora expoente. Recorde-se que na década de 1940 a escrita da história feita no IHGRGS conheceu um viés cultural em detrimento àquele primordialmente político, preconizado pela elite de letrados da agremiação. Assim, em linhas gerais, passou-se a escrever a história por meio do remonte às questões de cunho cultural, sobretudo popular. Tal movimento de ressignificação da escrita da história adquiriu contornos tradicionalistas, influenciados, sobretudo pela escrita da história da região Nordeste do Brasil, que tomara para si as características acima citadas. Ou seja, a ideia de cultura popular passou a compor o repertório de muitos intelectuais sul-rio-grandenses a partir dos anos 1940.

Nesse contexto, o paralelo traçado entre *gaúchos* e beduínos se tornaria o ponto chave da escrita de Ornellas. É a partir desta ideia que o autor dá prosseguimento a seu texto, trabalhando com as "particularidades" beduínas e conferindo sentido a estas por meio de *analogias*, conforme já visto. Tais analogias, em síntese, corroboram para o apontamento de pontos de semelhança entre ambas as culturas, nos mais variados aspectos.

Ornellas foi um letrado que buscou contribuir à reabilitação da imagem de seus pares e de seu estado num nível mais amplo, considerando o considerável engajamento político-partidário que por muito tempo compôs de maneira assídua o repertório de grande parte dos *homens de letras* sul-rio-grandenses. Além disso, fez parte de um contexto histórico e historiográfico no qual a História tendeu a incorporar em seu

aparato teórico contribuições de outras ciências "humanísticas", ponto que deve ser considerado ao compreender a importância que a abordagem cultural tomou para seus escritos.

Uma das características mais notáveis da historiografia ornelliana é a apresentação do *gaúcho* como sujeito coletivo e masculino. O protagonismo é atribuído ao boleador, ao estancieiro, ao peão, ao caudilho ou ao europeu, para mencionar apenas alguns exemplos. Os atores principais são homens, cujas ações são assistidas pelas personagens secundárias, mulheres, silenciadas em suas ações, pensamentos e interesses.

Ornellas escreve sobre o passado pincelando cenas das quais fazem parte as casas do pampa, as bombachas volumosas, a hospitalidade do *gaúcho* e as lides diárias. Convida à cena, também, os diálogos, os ditos e as diversas linguagens que argumenta terem sido herdadas dos beduínos. A partir disto, constrói uma escrita da história alicerçada sobre a ideia de permanência, versando a respeito *do que teria ficado* do beduíno ao longo das gerações. Constrói, ainda, uma argumentação recheada por constructos e tonalizada pelo "deserto verde", igualmente personagem da narrativa.

Muitos elementos destas cenas vêm sendo revisitados pelos historiadores, como é o caso da análise proposta no presente capítulo. Ao estudar a escrita da história de Ornellas, deve-se levar em conta suas contribuições para com o campo da história, do qual fazemos parte e somos herdeiros. É preciso, por outro lado, considerar os interesses e constructos que estiveram em jogo quando da elaboração de sua historiografia, percebendo as maneiras como o autor idealizou, arquitetou e forjou certos aspectos do passado sul-rio-grandense. Eis uma cena em composição, cujos personagens vêm sendo estudados a partir de diferentes abordagens e cujas matizes recebem luz por meio da pesquisa histórica.

Capítulo 6

Entre polêmicas e contrastes:

Capitania d'El Rey, de Moysés Vellinho

Moysés de Morais Vellinho nasceu em Santa Maria, no ano de 1902 (faleceu em 1980). Sua atuação profissional foi diversa, uma vez que o intelectual fora escritor, jornalista e político. Em sua carreira como crítico literário, que antecede seu ofício de historiador, utilizara o pseudônimo *Paulo Arinos*, escrevendo para vários jornais, como *A Federação* e o *Correio do Povo*, ambos de Porto Alegre. Seus estudos dizem respeito a questões que englobam, principalmente, temas de fronteira e de formação, abordando distinções entre o *gaúcho* platino e o sulino, por exemplo (SALVARO, 1990). Em sua carreira política, atuou pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e Partido Republicano Liberal (PRL) (DELFOS, 2017).

O autor estivera entre os agremiados do IHGRGS, sendo consideravelmente atuante dentro do Instituto. A obra que será analisada neste capítulo fora publicada pelo autor em 1964, com o título de *Capitania d'El Rey*: *aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Publicada num contexto em que estiveram em voga as abordagens sociológico-históricas, em muito relacionadas às influências de Gilberto Freyre[92], a obra de Vellinho abrange temas delicados, que envolvem a formação do Rio Grande. Nesse escopo, o autor prima pelo elemento português enquanto colonizador, enfatiza a atuação bandeirante e atribui pouca ou nenhuma eficácia aos missionários

[92] Sobre os letrados e a leitura de Freyre no ambiente intelectual do Rio Grande do Sul, ver NEDEL (2007).

jesuítas espanhóis, acusando-os de serem interesseiros e vorazes. Vejamos como a exposição de tais aspectos, entre outros, se deu em sua escrita da história.

A *Província de São Pedro*: do Sul para o mundo

Um dos empreendimentos de destaque de Vellinho foi a criação da revista *Província de São Pedro*[93], em 1945, que funcionou como um meio importante de circulação de textos de intelectuais sul-rio-grandenses às demais regiões brasileiras (NEDEL, 2005). De sua data de criação, até o ano de 1957, Vellinho atuou como editor do periódico. O surgimento desse está fortemente atrelado à demanda de difusão do conhecimento produzido pelos intelectuais do Rio Grande. Desse modo,

> a *Província* nasce com a intenção expressa de transmutar o acervo disponível de elementos distintivos da cultura gaúcha em um campo de reflexão, cujos contornos de particularidade interessassem a intelectuais de renome nacional e internacional. Seu objetivo era funcionar como canal de comunicação assídua com as elites intelectuais de outros pontos do país, revertendo as pechas de desintegração ("enclave de estrangeirismos", "estado castelhano", "regionalismo tradicional" "literatura passadista") e integrando a produção local ao panorama literário brasileiro e por que não dizer, mundial (NEDEL, 2005, p. 292).

Demonstrar a produção cultural do estado como pujante e buscar seu reconhecimento frente aos pares nacionais se constituíram como dois dos objetivos basilares da *Província.* O

[93] A *Revista* foi um periódico editado e idealizado por Moysés Vellinho, cujo principal objetivo teria sido a disseminação dos estudos sobre temas da história sul-rio-grandense aos meios intelectuais de outras regiões do Brasil, objetivo este que foi alcançado com êxito (NEDEL, 2005; RODRIGUES, 2006).

editorial do primeiro volume do periódico, escrito por Vellinho, torna claras as concepções de seu idealizador:

> Quanto mais difundidos forem os centros de elaboração mental, quanto mais vinculados à terra na sua condição de novo ponto de referência aos velhos problemas do homem, tanto mais se firmará a nacionalidade na consciência de si mesma. Sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas que se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência entregue às suas próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem (VELLINHO, 1945, p. 6).

Vellinho parece fazer um apelo de cunho coletivo, para que as demais regiões do Brasil também difundam suas produções intelectuais. Se, anteriormente, teria sido necessário homogeneizar as variadas regiões para que *coubessem* no todo, no contexto de escrita do autor era valorizada a "definição das partes", ou seja, o entendimento de cada uma em seus aspectos particulares[94]. É apelando ao ideal do "provincianismo cultural" que Vellinho argumenta sobre a necessidade das demais "províncias" também atuarem no sentido de evitar a *anulação* de suas diversidades culturais.

[94] Dentro do pressuposto de valorização da região, Vellinho parecia apontar no sentido dos traços que definiriam a humanidade: *ser* humano exigia conhecer as peculiaridades regionais e entendê-las em relação ao todo (RORIGUES, 2006). Tal questão nortearia o programa cultural/social empreendido pela *Revista*, quase que num "papel missionário" que empreenderia produções intelectuais nos mais variados campos, do ensaio crítico à poesia (CORADINI, 2003).

> Com esse objetivo, *Província de São Pedro* procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os temas e motivos da formação rio-grandense e de sua evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade. A discussão e o livre debate em torno da nossa integração histórica e da nossa sedimentação social conduzem, forçosamente, ao adensamento cultural do meio e ao enriquecimento espiritual do brasileiro que aqui se fixou para aqui construir a sua querência que, como os demais patrícios, ainda em busca de si mesmo na escassez humana da paisagem (VELLINHO *apud* RODRIGUES, 2006, p. 96).

Vellinho, dessa maneira, deixa claros os objetivos do periódico, demonstrando-o como um veículo de difusão da produção intelectual sul-rio-grandense, que, por sua vez, viria a abordar temas relacionados ao estado, tanto a nível local, quanto aos reflexos destes a nível nacional. A *Província de São Pedro*, portanto, viria a atuar como um espaço privilegiado de escrita e circulação de textos que tangiam a assuntos inerentes ao Rio Grande (RORIGUES, 2006), numa tentativa de difundir a cultura do estado para raias mais amplas.

Polêmicas da obra de Vellinho – algumas considerações

Polemizar significa, em termos de intelectualidade, causar controvérsias. No caso de Vellinho, as controvérsias e os antagonismos foram constantes em seus escritos, uma vez que o autor abrangeu assuntos da *formação* do Rio Grande. Ao falar sobre como se formou o elemento étnico-social do estado sulino, Vellinho elencou os contingentes que dele fizeram parte e, consequentemente, trabalhou com aspectos que excluíram outros. Quando discorre sobre a importância

do bandeirantismo, por exemplo, o autor exalta o contingente empenhado em apresar indígenas e, mesmo reconhecendo seus *rasgos de violência*, lhes atribui destaque devido à suposta *missão* que teriam desempenhado, ou seja, à afirmação de que, por meio de sua cultura e de sua *raça*, pela assimilação ou contato sexual, estariam sendo "agentes de civilização" em um território descrito por Vellinho como fadado ao insucesso, supostamente por sua incapacidade de desenvolvimento e *barbaridade* de seu povo.

Um segundo ponto relevante, no quesito *polêmica*, é a forma como o negro é descrito na obra de Vellinho. Não há o reconhecimento da importância de sua cultura e conhecimentos, uma vez que, para o autor, teria sido apenas o trabalhador em regime de escravidão nas Missões de Castela, que teria realizado as tarefas mais duras, com vistas a manter o sustento do *empreendimento espanhol*. Portanto, além de pouco referido nos escritos de Vellinho, o negro é visto apenas como *o que trabalha* (VELLINHO, 2005)[95].

Outro ponto a ser destacado é a exploração sexual das indígenas. Mais à frente veremos que estiveram presentes justificações que atenuaram tal prática. É mencionado, na argumentação do autor, o quão hostil e isolado teria sido o ambiente ao qual estavam adentrando os bandeirantes, e que esse isolamento seria compensado pelo amor das nativas: um *amor submisso*. O "amor submisso", na escrita de Vellinho, se tratava não apenas de um aspecto de obediência, como também aludia à exploração sexual como "forma de civilizar" e,

[95] A visão do autor é equivocada, uma vez que os africanos vindos para o Brasil, bem como os afrodescendentes, em muito contribuíram com a formação cultural do Rio Grande do Sul. Além disso, a concepção que Vellinho denota a respeito do trabalho desempenhado por estes contingentes parece menosprezá-los ao invés de reconhecer a severidade do regime ao qual estiveram submetidos. Atualmente, um dos traços marcantes em relação a permanências culturais africanas são as religiões afro-brasileiras, fortemente atuantes no estado. Sobre o tema, ver ORO (2002).

ainda, como "recompensa" pelo isolamento ao qual os homens estariam fadados desde o início da exploração territorial do interior.

Um elemento-ação importante para *Capitania* foi a "atenuação". Os "rasgos de violência" do bandeirantismo, expressão usada pelo próprio autor, foram *atenuados* e justificados pela suposta ação de bravura e coragem desse grupo, afirmada por Vellinho, que teria levado a *civilidade* a um Brasil fadado a ser índio-cretino caso não tivesse havido a incursão portuguesa e, junto a esta, a introdução de costumes e hábitos *civilizados* (VELLINHO, 2005). A exploração sexual das indígenas foi *atenuada*, uma vez que, para Vellinho, a miscigenação fora uma das maneiras de introduzir os *bons modos* entre os nativos:

> A miscigenação como um dos fundamentos do processo sociohistórico da formação do Rio Grande do Sul foi explicitamente inspirada nas teses freirianas a respeito das origens da sociedade híbrida brasileira. Primeiramente, essa noção permite, mais uma vez, justificar as relações íntimas entre o processo formativo sul-rio-grandense e o brasileiro. Similarmente ao restante do país, aqui se deu o processo de exploração, expansão e *coito civilizatório* protagonizado pelo português e os nativos. As peculiaridades da população local estavam garantidas pela suposta menor proporção do negro em sua composição étnica e pelas contingências específicas da fronteira de uma "área cobiçada" por dois impérios (RODRIGUES, 2006, p. 172).

Considerando as concepções das quais partimos na atualidade, sobretudo relacionadas aos direitos humanos e a valores como o respeito e a tolerância, percebe-se que muito do que Vellinho denomina como *polêmicas* acaba se convertendo, por fim, em preconceitos, discriminações e brutalidades. Não

se trata de uma visão anacrônica, mas da consideração dos fatores elencados e atenuados pelo autor. Quando do momento de escrita de *Capitania* (anos 1940-50), o espaço de experiência do autor (KOSELLECK, 2006) estava marcado por um contexto de movimentos genocidas, discriminatórios e eugênicos (DIETRICH, 2005; SOUZA, 2016). Por outro lado, estavam em voga os processos de diálogo visando à elaboração de uma Declaração de Direitos Humanos, justamente em função dos eventos traumáticos imediatamente anteriores. Estes pontos devem ser considerados quando se pensa o termo *polêmicas*, as atenuações de Vellinho e o tom preconceituoso de certas argumentações.

Para além dos "aspectos polêmicos" que o próprio Vellinho reconhece existir em sua escrita da história, sobretudo em *Capitania*, há outro elemento que merece destaque: as fontes empregadas (ou não) pelo autor em seus "estudos de formação" do Rio Grande. Vellinho menciona autores que convém à tese que defende e critica outros que, intelectualmente, tomam posição diferente da sua, como é o caso das críticas que profere a Alfredo Varela, que, ao contrário do primeiro, considerou importantes as relações do Rio Grande com o Prata (VARELA, 1933). Além de autores do Rio Grande, Vellinho faz referência a outros que estavam em voga no período, como é o caso de Gilberto Freyre. Este fora um dos intelectuais que escrevera em meio à influência do *determinismo mesológico*, que "enquanto estabelecimento de relações de causalidade entre os fenômenos geográficos e as sociedades humanas" (GOUVEIA, 2017), fora notável em obras que relacionavam meio geográfico e indivíduo. A influência freyriana na tese que Vellinho defende (NEDEL, 2007) em *Capitania*, portanto, se dá na relação que este traça entre o *gaúcho* e o meio, seja o pampa e as estâncias, seja o meio simbólico que o nacionalis-

mo configura em sua escrita, ou seja, a ideia de pertencimento do Rio Grande ao Brasil que o autor reforça em sua escrita da história. Assim, em *Capitania*, Vellinho traça uma relação de sentimento e apego entre o sujeito e o território, tanto a nível local (*gaúcho* e pampa), quanto a nível nacional (Rio Grande e Brasil).

Rio Grande do Sul – de "corpo estranho" a "pedaço do Brasil"

A introdução de *Capitania* é, por si só, reveladora. Vellinho inicia a parte introdutória da obra trazendo ao leitor um caso do ano de 1948, no qual ocorrera o V Congresso Eucarístico, em Porto Alegre. É relatada a experiência de uma senhora baiana, "excelente senhora", nas palavras do autor, que viera ao Rio Grande do Sul pensando encontrar pessoas estranhas, diferentes das quais estava acostumada, que seriam portadoras de hábitos e costumes que não os seus. Assustada e amedrontada, teria vindo apenas em razão do Congresso, desejosa de participar. Mas

> tivera uma surpresa tranquilizadora: via que se achava entre um povo que era afinal o seu próprio povo, a mostrar, no fundo, o mesmo jeito de ser e de sentir dos demais brasileiros. Confessava agora, num constrangido desabafo, que ficara mesmo desoprimida, pois – palavras suas! – viera ao Rio Grande com certo medo!... vencida pelo desejo de participar do Congresso, acabara vindo, mas aqui chegou apalpando o terreno, como quem entrasse pela primeira vez num mundo que não era o seu, estranho como a gente, talvez hostil... só depois dos primeiros contatos se livraria do impalpável temor que vinha cozendo por dentro (VELLINHO, 2005, p. 7).

Vellinho busca demonstrar o quão estereotipado e malvisto pelo restante do Brasil teria sido o Rio Grande. O autor enfatiza o fato de que a referida senhora sentia medo de vir ao estado, e que se tranquilizou apenas quando chegou e percebeu que o local, as pessoas e os hábitos não lhe eram estranhos. Percebemos, assim, uma estratégia de Vellinho: ao apresentar uma pessoa "de fora" que reconhecia seus próprios hábitos em *nossas terras*, o autor legitima a premissa de que o Rio Grande não é diferente dos demais e, ainda, que os *gaúchos* possuíam os mesmos *modos* dos "demais brasileiros". Ao usar essa expressão, o autor afirma o Rio Grande como brasileiro: se a baiana e seu povo eram "um dos demais", significa que os *gaúchos* faziam parte dessa totalidade.

Apontar a ideia de estranhamento que as pessoas *de fora* tinham sobre o Rio Grande ancoraria as críticas feitas por Vellinho. O autor elenca alguns intelectuais do período e, de maneira subsequente, suas "falhas" para com o Estado. São nomes de destaque a nível nacional, mas também "gente da casa"[96]. Seriam, portanto, "infratores da historiografia", que prejudicariam a imagem do Rio Grande. Vellinho aborda os "pontos falhos" desses intelectuais. Analisaremos as críticas a Oliveira Viana[97]. Vellinho ataca o sociólogo por traçar uma espécie de "paralelo" entre as *revoluções* de 1835 (Farroupilha) e 1893 (Federalista)[98], fundindo-as como se fossem um

[96] É criticado o P. Balduíno Rambo, que na visão de Vellinho foi negligente, uma vez que "[...] impressionado, além da medida, pela incidência do fator econômico, ignorou de todo a ação absorvente, decisiva, que os fatores culturais, e entre estes particularmente os de natureza política, desempenharam da elaboração histórica do Rio Grande" (VELLINHO, 2005, p. 12).

[97] Oliveira Viana foi um sociólogo, historiador, professor e jurista brasileiro, nascido em 1883 e falecido em 1951. Entre suas obras, destacam-se *O ocaso do Império*, escrito em 1925, que narra sobre o movimento abolicionista, a gênese do ideal republicano e seu êxito, com a queda do Império, entre outros temas.

[98] Nos anos imediatamente posteriores à Proclamação da República brasileira, um período de crise política foi desencadeado no Rio Grande do Sul, em muito motivada pelas "mãos de ferro" do regime castilhista, cujo nome evidencia a pes-

só movimento. Além do mais, a crítica mais ferrenha vem na direção da comparação que Viana faz entre os episódios de guerra acima mencionados e as "instituições do banditismo" por ele estudadas. Vellinho aponta que Viana trata do Rio Grande do Sul como um "mundo luso-brasileiro", o qual se põe frente a outro, adverso: o hispano-americano. Mesmo que Viana tenha apresentado esse caráter de oposição entre os "dois mundos", Vellinho o acusa de ser ambíguo, uma vez que teria tornado ambíguo o próprio Rio Grande.

> Depois, como se o autor [Oliveira Viana] voltasse de chofre contra os argumentos por ele próprio mobilizados, contra as conclusões por ele mesmo propostas, sem se julgar sequer no dever de dar ao leitor a menor explicação, eis que no prefácio, como se até ali nada fosse para valer, se chama ao esquecimento de tudo, para acabar metendo o Rio Grande em posição ambígua, entre duas amarras, a representar, de um lado, as forças da cultura lusitana, mas "dominado", de outro, pela cultura espanhola e pelo cenário platino (VELLINHO, 2005, p. 17).

Vellinho vai além. Não só critica Oliveira Viana e outros intelectuais do período[99], como também evoca o "testemunho" de um estrangeiro, Saint-Hilaire[100], o qual teria referi-

soalidade do governo de Júlio de Castilhos. Republicanos e Federalistas (membros do Partido Federalista do Rio Grande do Sul), estes últimos em grande parte exilados no Uruguai em função da perseguição que sofriam, duelaram de 1893-95, marcando um capítulo sangrento e violento da história sul-rio-grandense. Sobre o tema, ver RECKZIEGEL (2007).

[99] Vellinho faz referência, ainda, a Alfredo Varella, Humberto de Campos, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, entre outros. Um dos autores com os quais Vellinho teve dissidências fora Manoelito de Ornellas, uma vez que a escrita da história de ambos esteve pautada em teses divergentes entre si. Sobre a polêmica travada entre os dois autores, ver SANTOS (2007).

[100] Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, francês nascido em Órleans no ano de 1779, foi um estudioso de botânica, bem como naturalista. Em pesquisas no território brasileiro, o estudioso reuniu milhares de amostras, com as quais desenvolveu pesquisas. A estada no Brasil se deu de 1816 – 1822, durante o período no qual a Coroa Portuguesa reinava em solo brasileiro.

do, em 1820, que "essa capitania tinha sido, em certo sentido, uma escola para as pessoas de atividade, um espírito militar e um espírito nacional que não existe lá, e que a guerra sempre dá à luz" (SAINT-HILAIRE *apud* VELLINHO, 2005, p. 11). A citação de Saint-Hilaire, feita por Vellinho em *Capitania*, introduz o próximo tema a ser tratado: as guerras. Para o autor, o Rio Grande do Sul possuía uma herança guerreira, por isso o *gaúcho* era vigilante; seria esse seu dever para com o todo, e fazer parte do todo seria sua vocação (VELLINHO, 2005). O Rio Grande não teria sido uma unidade dissociada. Pelo contrário; conforme já "afirmado" pela senhora baiana, o Estado sulino lhe era familiar e sua gente também. Conforme salientara Saint-Hilaire, haveria um espírito nacional entre os gaúchos, um sentimento de pertencimento ao Brasil[101].

Vellinho chega ao ponto culminante da introdução de *Capitania* clarificando que o Rio Grande era parte do todo. O autor reitera que haveria um "jogo de incompreensões" sobre o estado sulino, revertido quando pessoas de fora do estado adentram o Rio Grande, percebendo a existência de elementos comuns com o todo (VELLINHO, 2005). O elemento principal citado por Vellinho é a lingua, afirmada como a mesma dos demais estados brasileiros, sem que nela soassem elementos castelhanos. No entanto, o autor disfere uma crítica aos "patrícios" vindos de outras regiões.

> Sim, envolvidos, silenciosamente contaminados pelas teorias discriminatórias, teorias que não puderam, por mesquinhas, assimilar nem apreender a realidade brasileira em sua magnífica pluralidade, esses bons patrícios como que ignoram que o Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço

[101] As várias menções, tanto a viajantes estrangeiros quanto a indivíduos em geral, busca reforçar a tese que Vellinho defende ao longo de *Capitania*, apresentando seu discurso como pertencente a uma coletividade (PROST, 2008), sob o compromisso de *verdade* ao qual o IHGRGS se afirmava filiado (SILVEIRA, 2008).

> do Brasil, o Brasil que cresceu de si mesmo. Quem sabe, porém, se tudo isso não corresponde, de algum modo, às contingências vitais de um país como o nosso, tão grande, tão vário na sua esplêndida unidade? (VELLINHO, 2005, p. 17-18).

Assim, ao fim da introdução de *Capitania*, Vellinho deixa perceber nas entrelinhas as concepções que nortearão sua escrita da História nos capítulos subsequentes da obra. O drama de fronteira, abordado pelo autor e definido como a tensão dos pampas e do contigente *gaúcho* e *platino*, viria a ser consequência de dois fatores, na escrita de Vellinho. Em primeiro lugar, da herança guerreira do *gaúcho*, que o teria tornado protagonista das tensões entre os *dois lados*; em segundo, o antagonismo e contrastes entre portugueses e espanhóis, seja nas formas de colonização, seja no empreendimento jesuíta. Estes são os aspectos viriam a permear seus escritos e mostrar claramente seu viés *luso-brasileiro*.

Missões de Castela: gentio para o Reino de Deus, quinhão no Reino de César

Vellinho narra o processo histórico das Missões, especificamente dos Sete Povos, como um *duplo empreendimento* dos jesuítas de Castela: ao fundar as primeiras missões, teriam o intuito de aldear os indígenas em nome da fé, em comunhão nas reduções por meio do "cristianismo feliz"; porém, para o autor, esse ideal religioso escondia um segundo objetivo: a Companhia de Jesus, cuja bandeira estaria hasteada em nome de Castela, teria ambições que saíam do plano espiritual e chegavam ao político. Em outras palavras, a acusação de Vellinho às Missões é a de que pairava sobre elas o interesse de construir uma espécie de "império teocrático", que se ini-

ciaria pelo processo de evangelização e chegaria a uma possível emancipação. Afirmando isso sobre os jesuítas espanhóis, o autor indaga sobre os jesuítas lusitanos: "contentar-se-iam os jesuítas lusitanos só com a dilatação da fé e a conquista espiritual do gentio, ou, como os de Castela, perseguiam ao mesmo tempo objetivos de natureza menos evangélica?" (VELLINHO, 2005, p. 49).

A questão que permeia os escritos de Vellinho vem a ser o contraste, a contraposição entre portugueses e espanhóis. A partir da indagação sobre os propósitos dos jesuítas lusitanos, o autor inicia a descrição de diferenças entre religiosos espanhóis e portugueses, seja enquanto jesuítas, seja pelo viés de interesses. O autor reconhece a atuação jesuítica na educação das crianças, porém critica os interesses de Castela sobre o empreendimento jesuíta; para Vellinho, portanto, a atuação dos Reis Católicos viria a ser muito mais com objetivos econômicos do que propriamente religiosos ou espirituais. O projeto de aldear os indígenas, portanto, teria ambicionado riquezas terrenas.

Ao tratar do contingente indígena, Vellinho destaca a condição de segregação econômica e social à qual tal grupo teria sido exposto, dado seu aldeamento em área missioneira. Tal premissa serviria de base à colocação posterior, onde o autor afirma que as reduções portuguesas se encontravam sob jurisdição de Lisboa, uma vez que os jesuítas portugueses seriam patriotas. O caso espanhol, porém, era diferente: as reduções de Castela seriam uma espécie de "viveiro guarani", contando com poderio militar próprio. Há, por parte de Vellinho, acusação clara aos interesses de Castela.

> Tudo era possível esperar da supersticiosa complacência de Castela. Dispostos a todos os rasgos em defesa da integridade da fé ameaçada pela Reforma, os Reis Católicos iriam até o sacrifício de

> parte de seus domínios para que fosse possível à Companhia de Jesus instituir um suporte geográfico e econômico que lhe propiciasse os recursos tensamente reclamados pelos compromissos de sua cruzada na Europa (VELLINHO, 2005, p. 50).

Assim, justificando o empreendimento jesuíta como uma tentativa de diminuir o impacto do protestantismo, alcançando "novas almas" (objetivo religioso) e de prover rendimentos à Coroa de Castela (objetivo material), Vellinho buscou demonstrar o quanto teria havido de preocupação econômica por trás do viés religioso de evangelização, tão disseminado quando da implantação das Missões. Afirmou o autor que "Os planos temporais dos jesuítas espanhóis descobriram-se logo, tornaram-se mesmo agressivos, chegando a alarmar, no seu desenvolvimento ulterior, a própria Corte de Madri" (VELLINHO, 2005, p. 55). Aqui percebemos mais uma contraposição: se os jesuítas portugueses teriam se encontrado sob jurisdição de Lisboa, era devido a seu patriotismo; se os jesuítas espanhóis teriam alarmado a Corte à qual estavam relacionados, é porque sua organização militar e anseio de "independência" frente a ela eram características significativas e consideráveis.

A rejeição de Vellinho ao insulamento dos indígenas nas reduções se dá em função da suposta anulação do contato com os brancos *civilizados*. "Mas, como visto, não era qualquer branco, nem qualquer tipo de contato estabelecido com os autóctones que resultaria em uma construção social e histórica bem-sucedida" (RODRIGUES, 2006, p. 185). Caso as "contingências históricas" não tivessem se dado, a *civilização* também não se daria: o contato com o português, assim, teria sido determinante para a conformação social do Rio Grande do Sul (VELLINHO, 2005). Assim, era conclamado que as Missões espanholas teriam sido um empreendimento "não apenas estranho, mas hostil à formação histórica do Rio Grande do

Sul" (VELLINHO, 2005, p. 130). O insucesso missioneiro, no discurso do autor, fora apresentado como resultante do insulamento (RODRIGUES, 2006).

Bandeirantismo: dos "rasgos de violência e sangue" à "dívida" dos *brasileiros*

Vellinho desenvolve a ideia de que poderia ter havido uma espécie de "enlace" entre os missioneiros espanhóis e portugueses. Pois bem, a área então ocupada pelas Missões teria sido uma "área natural", "sem dono", ao ver do autor. Para a Companhia de Jesus, tal *união* seria proveitosa, uma vez que ambos os lados (missões lusitanas e espanholas) teriam o bandeirante como inimigo comum.

> Mas se porventura sobreviessem conflitos de jurisdição entre uns e outros [lusitanos e espanhóis], a pendência seria fatalmente resolvida em favor dos regulares de Castela, mais próximos que estavam de seus focos de irradiação e cobertura, além de que pareciam tocados por determinação mais animosa no sentido da conquista de um amplo suporte geográfico para a Companhia (VELLINHO, 2005, p. 55-56).

É reiterada a tese de que os espanhóis estariam comprometidos com um duplo empreendimento, enxergando nas Missões uma forma de ampliar a zona territorial e política de Castela a partir de sua capacidade de prover recursos à Coroa (VELLINHO, 2005).

Vellinho menciona, de maneira sintética, alguns aspectos da resistência missioneira sob as incursões bandeirantes[102]

[102] Os bandeirantes foram exploradores, sobretudo paulistas, incumbidos de adentrar o "sertão" brasileiro na busca de metais e pedras preciosas, por exemplo.

e, ainda, sobre a venda dos indígenas no "mercado". Ele argumenta que durante muito tempo se pensou que os indígenas aldeados, e as Missões, se deixavam dominar. O autor aponta que teria havido resistência, inclusive levantes armados liderados pelos padres, que faziam vistas a não permitir a invasão dos bandeirantes. Porém, mesmo em meio a reveses, estes últimos teriam conseguido adentrar nos aldeamentos e conduzir "levas de bugres" ao local de venda. Esses indígenas, usados no trabalho compulsório dali por diante, foram chamados por Vellinho de *peças de serviço*. Em outras palavras, percebe-se que a concepção que o autor tem sobre os indígenas levados a São Paulo é a de que seriam objetos cuja função era trabalhar. O autor denota que, em sua concepção, os indígenas apresados deixam de ser *humanos* para se tornar *objetos de trabalho*.

Ao apresentar o grupo bandeirante, Vellinho o define como parte de um movimento de expansão. Por meio da violência, admite o autor, se deu a conquista (VELLINHO, 2005). Porém, destaca-se o instinto de criação política e, junto a isso, uma *missão histórica*, que seria a de integrar a América Portuguesa (RODRIGUES, 2006). Para Vellinho, os bandeirantes estavam "acima do bem e do mal", devido ao meio e à época onde se deu o bandeirantismo: o meio teria sido inóspito, barbarizado e marcado pela ação jesuíta, bem como pelo *duplo interesse* espanhol; a época teria demandado avanço e integração territorial, e o trabalho indígena era *essencial* ao desenvolvimento. Por meio de tais premissas e constructos, o autor lança sua conclusão: a ação bandeirante não teria se consti-

A historiografia, durante muito tempo, justificou e *heroicizou* a ação destes sujeitos, sobretudo em termos da construção de um passado homogeneizante para São Paulo. A historiografia recente sobre o tema busca estudar questões mais profundas e significativas, não atribuindo tons heroicos aos sujeitos envolvidos no processo. Sobre o tema, ver SOUZA (2007) e SCHWARCZ; STARLING (2015).

tuído como um simples apresamento indígena, ou como uma forma de adquirir recursos por meio da venda dos *gentios*, mas sim como resultado do aguçado instinto político, que visava à integração das porções territoriais portuguesas.

> Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirantismo. Além da descoberta das minas, além da disseminação de roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das raias de um império [...]. Não sabemos se dentro do relativismo da história a causa da civilização não se deve mais ao bandeirantismo, com todas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais (VELLINHO, 2005, p. 59).

Assim, justificando a ação bandeirante pelo viés da expansão política e, ainda, atribuindo a este contingente o papel principal de "civilizador" do Rio Grande, com suma importância para o Brasil como um todo, Vellinho dá o primeiro passo do que viria a ser uma série de justificativas para uma gama de elementos que envolvem o bandeirantismo. Destacamos dois deles. Em primeiro lugar, a justificação para a invasão das Missões. Se o indígena era útil no trabalho missioneiro, o seria ainda mais para os bandeirantes[103]. Vellinho chama

[103] O autor explica que se punha em dúvida a humanidade do índio, "se era gente mesmo ou se era bicho" (VELLINHO, 2005, p. 63). O regime de escravidão não era discutido no quesito legitimidade. Nesse âmbito, as missões seriam claros sistemas de servidão, dos quais os jesuítas se serviam e a eles eram vitais. O uso de trabalho de negros também é mencionado. Para o autor, sem o trabalho negro

atenção para o fato de ter havido certa sensibilidade sobre o apresamento indígena, porque nós, leitores contemporâneos, seríamos "sentimentais". Porém, a prática bandeirante teria se dado em uma época marcada pela *barbaridade*[104], o que é exemplificado pelo autor por meio da prática da antropofagia. Além disso, o autor argumenta sobre como os próprios jesuítas teriam percebido o trabalho indígena como necessário. Sobre tais questões, Vellinho indaga:

> Se os missionários reconheceram que o cativeiro era imanente às condições de vida da Colônia, e se dele se serviram em escala notória, sem exclusão da gente da terra, por que bradaram tanto contra os escravizadores leigos? A resposta não estará, por certo, no impalpável terreno das coisas espirituais (VELLINHO, 2005, p. 64).

Portanto, para o autor, aldear os indígenas se constituiu numa estratégia missioneira para obter mão de obra numerosa, por meio da justificativa da evangelização e cristianização dos nativos. Assim, os bandeirantes, ao invadir tais aldeamentos, teriam o mesmo ideal dos missioneiros jesuítas: usar os *gentios* para o trabalho. Se os jesuítas uniram grupos indígenas pela fé, os bandeirantes o teriam feito pela luta, mas ambos com uma mesma finalidade, dada a importância do trabalho para a manutenção da "estabilidade colonial". A "escravidão laica" fora conceituada por Vellinho como mais desumana do que a "escravidão religiosa", mas o autor reitera que ambas as formas suprimiam a liberdade do indígena, seja pela violência, seja pela imposição de costumes e religiosidade (VELLINHO, 2005).

---

nas missões, a alma seria sustentada, mas o corpo estaria suscetível a perecer.

[104] O termo *barbaridade* remete a estado de barbárie, a um "estágio primitivo".

Em segundo, destacamos a justificação da *exploração sexual* das indígenas[105]. Vellinho sugere que as "tentações do demônio" persuadiam até mesmo os padres. A mulher nua, indígena, "provocava", "tentava" os homens. O que dizer então dos bandeirantes, que estavam "fadados" ao isolamento da região? Buscar o "amor das nativas" seria compensar tal isolamento e, além disso, teria propiciado a miscigenação daquele povo *bárbaro*, o indígena, com o bandeirante, *civilizado*. A miscigenação, dada pelo *coito civilizatório* (RODRIGUES, 2006), propiciaria um "melhoramento racial"; o mestiço saído desta "combinação de raças" seria um dos formadores do elemento *gaúcho*.

> Se naquela confusão primitiva os próprios padres seculares comprometiam tantas vezes a austeridade da batina, se mesmo os jesuítas eram os primeiros a confessar, em sua correspondência, o arquejante esforço a que os obrigavam as tentações do demônio, era natural que os pioneiros – portugueses ou filhos de portugueses – afrouxados de todos os freios e impedimentos, buscassem no amor versátil e submisso das nativas uma compensação às durezas do isolamento (VELLINHO, 2005, p. 60).

A figura da mulher, assim, *tentava* o padre e o bandeirante. Este último não teria "freios", nem limites. O isolamento que sua atividade demandava seria compensado pelo "amor" das índias guarani. Essa ação é descrita por Vellinho como algo natural, e o "amor das nativas" é referido como algo submisso. Denota-se, assim, que a *exploração sexual* do bandeirante sobre a mulher indígena fora algo naturalizado e justificado pelo autor. Para o indígena, uma submissão ao trabalho e

[105] Embora seja um termo contemporâneo, *exploração sexual* condiz com o que ocorria. Juntamente com a exploração do trabalho indígena, o bandeirante explorou a mulher indígena em termos sexuais.

ao apresamento; para a indígena, uma submissão ao trabalho, ao apresamento e aos "desejos" dos bandeirantes e religiosos.

Sete Povos: um capítulo da história fora da História

Vellinho remonta, em *Capitania,* ao fim do século XVII, especificamente 1687. Nessa época, segundo o autor, não haveria mais atividade bandeirante de maneira concisa, o que teria favorecido a expansão dos Sete Povos sob o domínio de Castela, com território patrulhado pelos próprios indígenas missioneiros. A área litorânea, no entanto, teria estado fora do domínio espanhol, servindo como um "corredor de tropeiros"; foi pelo litoral, portanto, que os portugueses tiveram espaço para transitar rumo ao restante do território brasileiro (VELLINHO, 2005).

As terras que pertenciam à Castela compõem a geografia do Rio Grande do Sul e, no período de possessão espanhola, teriam figurado como uma "cortina de isolamento". Os guarani, para Vellinho, eram vassalos dos Reis Católicos, o que demonstraria o modo hostil como se davam as relações entre jesuítas e aldeados (VELLINHO, 2005). É referida, inclusive, a possibilidade de se constituir um império teocrático, conforme mencionado anteriormente. O que se daria, no período, seria a expansão dos interesses ao âmbito social, político e econômico.

> A organização missioneira constituía um poderoso sistema de postos inimigos estrategicamente encravados num território que a fatalidade histórica pusera ao alcance do surto expansionista dos luso-brasileiros, pois a contar do sonho vertiginoso dos mais remotos desbravadores as chaves naturais da América Portuguesa eram a bacia do Amazonas e o Prata (VELLINHO, 2005, p. 68).

Percebe-se, assim, que o autor enfatiza o antagonismo e a rivalidade entre as Missões de Castela e de Portugal. Em se tratando dos Sete Povos, Vellinho afirma que foram aos poucos sendo convertidos em núcleos de preparação militar, onde haveria necessidade de defesa e, ainda, treinamento para uma possível ofensiva. Além do mais, é afirmada a existência de uma espécie de "cooperação ininterrupta" dos Sete Povos com Castela. Sobre a questão da militarização dos indígenas, Vellinho argumenta que

> Os guaranis, além das lides do pastoreio e do serviço das lavouras, eram submetidos a intensos exercícios militares sob a direção de irmãos adestrados na arte da guerra, antigos oficiais europeus admitidos na Ordem [de Santo Inácio]. Paralelamente às cerimônias religiosas, [...] os curas não se descuidavam de trazer em constante prontidão seu exército numeroso e aguerrido (VELLINHO, 2005, p. 68).

Vellinho prossegue afirmando que a Província Jesuítica do Paraguai, numerosa em homens e armas, teria se tornado uma potência militarizada, que causava temor e teria gerado certa inquietação em Castela: com o avançado aparato econômico-militar, até quando a Província manteria a fidelidade à Coroa? (VELLINHO, 2005). Seguindo sua análise, o autor desqualifica o elemento indígena, uma das razões pelas quais os Sete Povos não "mereceriam" entrar na História do Rio Grande. O indígena é descrito por Vellinho como obscuro em sua tradição cultural, vivendo como os "bichos" da floresta e, ainda, sendo um "material humano" pouco aproveitado no quesito civilização. É apresentado certo "descrédito".

> Dificilmente se poderia, com efeito, construir qualquer coisa de estável e duradouro sobre o cas-

> co indígena, pobre gente que talvez nem se pudesse considerar como padrão de raça primitiva, mas já em estado de franca regressão. Sabe-se que sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até aos doze anos (VELLINHO, 2005, p. 70).

Assim, percebemos as razões pelas quais Vellinho não considera os Sete Povos como parte da História do Rio Grande. Além de ter sido parte do empreendimento espanhol, teria corroborado com os interesses de Castela (VELLINHO, 2005). A quantidade de indígenas nas Missões teria inviabilizado um maior desenvolvimento por parte dos nativos, uma vez que estariam "enclausurados", não suscetíveis aos *avanços* proporcionados pela miscigenação (já que o sistema missioneiro teria buscado impedir o ingresso português, contingente que teria condições de levar *civilidade* à região e a seu povo). A região das Missões de Castela, além do mais, tenderia a formar um Império independente, não estando mais sob os auspícios da Coroa, o que seria perceptível na quantidade de indígenas preparados militarmente[106], além do grande aparato bélico e, ainda, no quão "tendenciosos" teriam sido os jesuítas espanhóis.

Mesmo desqualificando o contingente indígena, é notório que Vellinho o inclui dentre os grupos étnicos que teriam formado a *gente* sul-rio-grandense. Embora busque construir em seu discurso um Rio Grande cujo passado não teria sido marcado pela influência indígena, sob a premissa de ter sido um grupo presente em menor quantidade, este contingente é admitido enquanto *formador*, ao passo que Vellinho defen-

[106] Vellinho cita a correspondência do P. Antônio Sepp, na qual ele afirma que a Província do Paraguai contava com cerca de 30 mil indígenas, todos sobre cavalos, sabendo como manejar a espada e reunindo-se em esquadrões, participando tanto de defensivas quanto de ofensivas.

de a tese de miscigenação, já mencionada anteriormente. Os elementos que o autor tanto desqualifica e menospreza são os mesmos que se conformam em sua tese enquanto um dos elementos a partir dos quais se formaria o *gaúcho*. São os mesmos, ainda, que viriam a ser definidos como *peças de serviço* e criticados por seu "obscurantismo cultural".

Pensando contrastes

Por meio da argumentação e justificações de Vellinho, expostas acima, todas presentes em *Capitania d'El Rey*, percebe-se claramente que o autor escreveu tendo como âncora a ideia de *contraste*. Em nossa análise, o conceito de contraste se faz presente com um significado que remete à oposição, à hierarquização. Mas não só isso: o autor não só compara os *tipos* português e espanhol, como também diminui o segundo em relação ao primeiro. Ou seja, glorifica a ação do contingente português enquanto deteriora a imagem espanhola, não admitindo tal etnia como formadora étnica e social do Rio Grande do Sul[107].

Mas, por que tal glorificação da ação portuguesa e menosprezo à espanhola? Conforme referimos acima, a historiografia não era neutra. Aliás, nunca foi, embora já tenha sido pensada como tal[108]. A historiografia vintista *exalava* lusitani-

[107] O contraste entre espanhóis e portugueses não se deu exclusivamente na obra de Moysés Vellinho, mas também nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo. Este último autor defende a tese do "legado cultural" português no Brasil, além de discorrer acerca da dinâmica de adaptações de Portugal em sua colônia americana. Vellinho aproxima-se de Holanda, também, no sentido de destacar o "espírito aventureiro", que teria sido *móvel político* da expansão e sucesso dos portugueses frente aos "povos estranhos" encontrados nos territórios que atualmente compõem o Brasil. Ver HOLANDA (1936).

[108] O historiador, sendo neutro ao escrever, seria científico. Esta afirmação cabe sobretudo à escrita da história do século XIX. Aos poucos, a partir de novas maneiras de se pensar o *historiar*, tal ideia de neutralidade acabou suprimida por

dade, mas não oferecia espaço para *fragrâncias* étnicas que não fossem as portuguesas. Utilizando a metáfora dos perfumes, podemos dizer que a historiografia do século XX, até pelo menos os anos 1980, viria a ser um frasco de perfume *sólido*, em que apenas a fragrância da *luso-brasilidade* tinha espaço e da qual outra essência étnica poderia tirar a "originalidade" da primeira fragrância. Em outras palavras (não-metafóricas), agregar elementos étnicos variados tiraria a peculiaridade da *formação brasileira*: o elemento português e seu protagonismo na figura do bandeirante[109].

Sim, uma historiografia escrita com propósito. Mas, como foi construída por Vellinho? O autor, ancorado ao IHGB e ao IHGRGS, não só manteve seus escritos voltados à unicidade étnica, como também buscou elementos que tornassem sua análise plausível, enaltecendo os portugueses em simultâneo à depreciação de elementos vindos de Castela. O meio encontrado pelo autor para opor os dois *tipos sociais* veio a ser o contraste, a oposição, o antagonismo. Quando Vellinho destaca o tema das Missões e, por meio dele, diferencia as formas de funcionamento delas quando portuguesas ou espanholas, está *contrastando* vários elementos: as formas de trabalho, de aldeamento, de relação entre colonizadores e colonizados, de exploração, de intencionalidade... ou seja, *contrastar* vem a representar a oposição entre portugueses e espanhóis, com vistas a enaltecer os primeiros e desconsiderar os segundos, no âmbito da *formação* sul-rio-grandense.

---

outra, a da subjetividade do historiador em seus escritos, bem como sua possibilidade de interpretação pela hermenêutica. Sobre o tema, ver HEINSFELD (2013).

[109] Conforme já pontuamos, o IHGB e o IHGRGS participaram ativamente na construção da história brasileira, pautada no protagonismo português.

O Prata "à sombra de violências e rancores"

Nas setenta e uma páginas dedicadas ao trato dos *contrastes* entre o Rio Grande e o Prata, Vellinho desenvolve argumentações e justificativas que, entrelaçadas, acabam por constituir um abismo entre os dois *tipos de gaúcho*: o rio-grandense e o platino. O autor começa tratando das *deformações* no entendimento acerca da formação do *gaúcho* brasileiro e afunila a análise ao *tipo platino* que, para ele, veio a formar-se da "fusão" entre o nativo e o europeu. Este último, quando da chegada à região do Prata, teria encontrado povos *barbarizados*, vivendo de maneira anárquica pelos campos, logo formando oposição a seus intentos de desenvolver cidades na região. Para elucidar, Vellinho cita o episódio do estabelecimento da cidade de Buenos Aires.

> A primeira tentativa de fundação de Buenos Aires, em 1535, fora desbaratada pelos nativos, sendo esse o lance inicial de um drama que iria arrastar-se entre ações de guerra e pausas de surdo esmorecimento – nunca de paz efetiva – até assumir espantosas proporções em pleno século XIX. [...] A luta, portanto, ora latente, ora viva e implacável, iria convulsionar quase todos os passos da formação argentina (VELLINHO, 2005, p. 125-126).

O autor prossegue afirmando que nativos e espanhóis teriam se relacionado com a presença de embates entre si, e que estes teriam sido agravados quando a região platina se tornou *comercial*, ou seja, quando o fator econômico adentraria nas relações: quando os rebanhos disponíveis no pampa platino serviam apenas como fonte de alimento, o embate tomara forma de uma disputa entre gentio e conquistador; mas ao envolver fatores econômicos (a posse dos rebanhos disponíveis na área) os dois povos vieram a se tornar inimigos (VELLINHO,

2005). A oposição entre nativo e castelhano estava centrada, para o autor, nas intenções futuras sobre aquele território, que figurava como área de disputa.

> Entre os avanços dos castelhanos em torno dos nódulos iniciais de civilização e a oposição dos aborígenes estabeleceu-se, ao longo da frente de conquista, uma espécie de fronteira de sangue, e sobre essa fronteira as duas forças – a dos europeus e a dos naturais – mediram-se com áspera determinação. De um lado, os constantes assaltos e irrupções dos índios. Do outro, a resistência ou a sortida com que lhes respondiam, acobertadas pelos fortins espanhóis, as milícias dos capitães gerais e governadores (VELLINHO, 2005, p. 126).

Percebe-se, no fragmento anterior, que Vellinho argumenta sobre a existência *clara* de um antagonismo de intenções entre nativos e europeus. Se estes últimos, ao chegar ao Prata, o teriam encontrado em meio a povos *bárbaros*, buscavam tornar o local *civilizado*, avançando rumo à introdução de cidades e povoados, que figurariam como "pontos de fomento" à *civilização* (VELLINHO, 2005). Porém, os nativos teriam resistido, buscando manter seu modo de vida anterior, que Vellinho descreve como imerso na desordem e anarquia. Além do mais, teria havido uma *opressão do campo* sobre os *nódulos de civilização*, opressão que aumentaria de maneira proporcional ao número de mestiços e se multiplicaria. Esses, às margens, viviam "como bandoleiros, longe da alçada policial e fora da lei" (VELLINHO, 2005, p. 127). Pois bem, mesmo em meio a esse processo de embates, discordâncias e oposições entre as duas partes, teria havido o contato sexual com as indígenas, e o consequente nascimento de um grupo vasto de mestiços.

> À sombra de violências e rancores surdiria das ervas esse elemento de raivosa pugnacidade: o mestiço. Os conquistadores espanhóis, vindos, como os primeiros portugueses do Brasil, desacompanhados de mulheres, também como estes serviam-se a fartar das nativas submissas, e foram misturando seu sangue com o sangue indígena, e multiplicando-se à toa. Gerava-se desse modo a perigosa população híbrida do país, - *los parias de los llanos* – que seria reforçada [...] com afluxo de sangue negro, verificado em proporção maior do que vulgarmente se supõe (VELLINHO, 2006, p. 127).

O mestiço platino, portanto, viria a ser gerado em meio às discórdias e aos embates. Viriam a ser os *párias*, em uma alusão ao sistema de castas indiano[110], constituindo o grupo marginal da sociedade, fadado ao bandoleirismo. Mesmo tendo sangue espanhol, o mestiço teria sido *renegado* e, consequentemente, alimentava dissabores em relação ao europeu, reservando seu ódio e ressentimento a este último. A saída encontrada pelos mestiços era, na maioria das vezes, a fuga do ambiente urbano, *civilizado*, e a ida para o campo, uma vez que o *deserto* (entenda-se o cenário do pampa) era refúgio aos menosprezados (VELLINHO, 2005). Em meio a esse estado de *caos social*, Vellinho traça um remonte à "arrogância espanhola", o que teria papel decisivo nas relações dissidentes entre nativos e europeus, desde o início. A forma arrogante e hierárquica de Castela havia *transposto* o oceano e agora surtiria reflexos nas relações coloniais. A oposição rígida entre a *civilidade* europeia e a *barbaridade* nativa viria a gerar uma divisão rígida entre o campo, tido como o local de propaga-

[110] No sistema de castas indiano, os párias constituem a casta de mais baixo prestígio, conhecida como a dos *intocáveis.* A alusão aos mestiços é feita no sentido de mostrar o desprestígio que pairava sobre sua figura, bem como sua condição de "marginalidade" perante os *castelhanos*.

ção de atos de bandoleirismo, e as cidades, concebidas pelo autor como espaços privilegiados de civilização (VELLINHO, 2005). A oposição entre as *formas* tomadas por campo e cidade, para Vellinho, é o fenômeno platino por excelência[111].

Na região do Prata, o caudilhismo teria tonalizado a vida política. Em meio ao caos e à desordem no campo, o caudilho seria uma figura de aglutinação de bandoleiros em torno da rebelião contra as cidades (VELLINHO, 2005). O *gaúcho* argentino e uruguaio, o *tipo platino*, teria sido ressentido e odioso em relação a seu colonizador e, na visão de Vellinho, à própria *civilização*, encontrando no caudilho um líder em meio ao estado de anarquia do território "barbarizado". Argumenta o autor que

> o que vemos é o território em estado de rebelião contra a cidade, são as populações rústicas aglutinando-se obscuramente em torno do caudilho, que se erige assim em eixo de gravitação social da ralé campeira. [...] O clima social e político era realmente o mesmo nas províncias banhadas pelas águas do Prata e nas demais partes do Vice-Reinado. Pelo seu primarismo sanguinário, o fenômeno do caudilhismo, que parecia carregar em si a fatalidade dos acidentes naturais, foi, sem dúvida, a trágica solução em que havia de desfechar a fermentação de ódios que desde séculos rondava a cidade. O caudilho é produto do estado de anarquia e dispersão do território. Sem a atmosfera que o gerou e da qual se nutre, ele perde sua autenticidade: é expressão sem nenhum sentido social (VELLINHO, 2005, p. 134).

Nesse ponto, Vellinho aponta que o pampa platino teria mantido seu estado de *barbaridade*: antes do europeu, haveria

[111] "O corolário desse processo no lado platino teria sido a divisão da sociedade em grupos raciais e sociais, o cultivo de um ressentimento entre estes, o conflito entre campo e cidade e a presença singular do banditismo na área rural" (RODRIGUES, 2006, p. 181).

as levas de nativos em torno dos rebanhos e assaltos; quando da chegada dos espanhóis, se estabeleceria uma acirrada oposição entre os intuitos *civilizatórios* destes, na figura das cidades, e o bandoleirismo dos nativos, na figura do campo. Em meio à desordem, surgiria a liderança *caudilhesca*, que proporcionaria coesão às intenções dos *bandoleiros* e daria um desfecho *trágico* e violento aos antagonismos vigentes. O caudilho é, para Vellinho, um personagem que gravita sobre as intenções dos *campesinos*. O autor lança as bases do entendimento do caudilhismo no contexto platino de *anarquia*: o caudilho é produto do Prata, e adquire sentido somente em área platina, em meio ao ambiente de dissidências e ódio, cujo palco teria sido a região *do outro lado* da fronteira sulina (VELLINHO, 2005). Para Vellinho, o Rio Grande do Sul não conheceria o caudilhismo em seu território[112].

Relações entre nativo e colonizador no "Rio Grande de São Pedro"

O Presídio de Rio Grande, fundado em 1737, é concebido por Vellinho como a materialização de uma iniciativa que fazia vistas a estimular o povoamento da região[113]. O primeiro dos contrastes é traçado: se, nas planícies platinas, os nativos teriam apresentado resistência ao colonizador e haviam sido

[112] Vellinho cita Getúlio Vargas, um *gaúcho* que teria exercido o poder em meio a um cenário de exaltação política. O autor admite que houve traços de autoritarismo no governo de Vargas, sendo este último assemelhado à forma de *gerir* de um caudilho. Contudo, é feita uma ressalva: se Getúlio fora caudilho, o fez fora das fronteiras sulinas. Dentro do Rio Grande, porém, não houvera sequer traço desse sistema (VELLINHO, 2005).

[113] O empreendimento que Vellinho denomina como "Presídio" é o Forte Jesus, Maria, José, localizado em Rio Grande. Foi uma colônia militar localizada em uma região estratégica, permitindo apoio às comunicações entre o Rio Grande do Sul e a cidade de Laguna, bem como com a Colônia do Sacramento.

um contingente maior em número e mais *arisco* em comportamento, no Rio Grande os nativos teriam sido pouco expressivos numericamente. Por essa razão, a oposição do indígena nunca teria se convertido em um problema sério.

O número restrito de indígenas existentes em território *gaúcho* teria a ver com os aldeamentos, com as baixas provocadas pelo bandeirismo e, também, se relacionaria com outros elementos.

> Outros fatores além desses [incursões paulistas de apresamento] iriam contribuir, em diferentes períodos, para deprimir ainda mais os coeficientes da população autóctone: as constantes guerras entre as tribos, a dispersão voluntária, a fome, as frequentes epidemias (VELLINHO, 2005, p. 135).

Teria havido, ainda, outro fator agravante: a submissão do grupo guarani aldeado nos Sete Povos, enquanto essa redução era administrada pelos jesuítas de Castela, teria forçado os nativos às mais variadas tarefas, conforme o autor, desde o empenho nas obras e no trabalho missioneiro até a formação de frentes de combate ao avanço português (VELLINHO, 2005). Aliás, o empreendimento missioneiro é descrito pelo autor como *extraordinário*, mas falho em termos de alcance da "civilidade", uma vez que teria *subtraído* os indígenas aldeados do processo de miscigenação. Era este um dos motivos pelos quais seria necessário o contato com os bandeirantes[114].

O indígena, no Rio Grande do Sul, teria vivido uma relação amistosa com o colonizador, segundo Vellinho. Tendo participação na formação étnica e moral do *gaúcho brasileiro*, os nativos teriam sido um elemento diferenciador em rela-

[114] Seja em razão da assimilação cultural do indígena pelo bandeirante, seja em função da "necessidade" da miscigenação como fator de *melhoramento racial*, ambas afirmadas por Vellinho, este justifica a ação bandeirante apresadora de *gentios* nas Missões, apresentando-a como benéfica.

ção ao mestiço do Prata: no Rio Grande não teria imperado o ressentimento e o ódio do *gentio* para com o europeu, além de supostamente ter havido um contingente indígena menor do que no Prata, conforme o autor, o que influiria na formação do mestiço *rio-grandense*. O indígena não era hostil, e isso teria refletido em como se constituiu o mestiço. Tornara-se "imperiosa a aliança e amizade com o gentio" (VELLINHO, 2005, p. 141).

Contrastes entre *gaúcho* platino e *gaúcho* brasileiro

Estava estabelecido o *contraste* entre as relações de gentio e colonizador no Rio Grande e no Prata: neste último território, teria vigorado a hostilidade e os ressentimentos; *do lado de cá*, o espírito igualitário teria prevalecido. Vellinho passa, então, a *contrastar* a forma como se deram as relações entre campo e cidade *aqui* e *lá*. Se, no Prata, o campo teria sido marcado pelo bandoleirismo, violência e assaltos, a cidade era o marco de *civilidade*. No Rio Grande, a situação entre o rural e o urbano tomaria contornos de igualdade, sem a arrogância presente *do outro lado* da fronteira (VELLINHO, 2005). Ora, por que o *gaúcho brasileiro* se oporia ao colonizador, ou seja, por que o campo se oporia à cidade se, no Rio Grande, prevaleciam relações amistosas entre ambos? Para Vellinho,

> A nossa formação simplesmente ignora o antagonismo que se resolveria nessa tragédia [oposição ferrenha entre campo e cidade, no Prata, que levaria à condensação de massas na figura dos caudilhos] porque as condições que o geraram nos foram de todo estranhas. Entre as populações do campo e dos centros urbanos nem sombra de barreira ou ruptura. [...] Os sentimentos de gente do campo e das populações citadinas, alimen-

> tados por laços de parentesco ou amizade, eram em geral os mesmos, por diversas que fossem as atividades de cada grupo. [...] As diferenças de ambiente e de classe nunca perturbaram esse estado de congraçamento, de quietação social, que era, fronteira adentro, a nossa condição habitual de vida (VELLINHO, 2005, p. 142-143).

Vellinho destaca a suposta quietude da "condição habitual" do Rio Grande, marcada pela boa convivência entre campo e cidade. O autor ressalta que a intranquilidade seria proveniente de fora da fronteira, ou seja, da região platina. É esse aspecto de tensão, justamente esse *drama de fronteira*, que o autor ressalta, ou seja, a suposta exigência de vigilância constante às fronteiras por parte dos *gaúchos brasileiros*. Porém, mesmo ao destacar o antagonismo e afirmar a inimizade entre um lado e outro da fronteira, nem tudo são discrepâncias: haveria uma tênue semelhança, mas com ressalvas. Para ele,

> Pontos de parecença entre os tipos sociais do gaúcho rio-grandense e do gaúcho platino existem, sem dúvida, mas se restringem às peculiaridades decorrentes do mesmo sistema básico de atividades – o pastoreio – desenvolvido num cenário físico semelhante, e parcialmente fundado, em ambos os lados, na experiência e nas práticas do campeador nativo. Fora disso, porém, fora desses fatores circunstanciais, suscitadores de ações e reações equivalentes, tudo o mais são traços que caracterizam tipos autônomos, ativamente extremados um do outro, e chamados a desempenhar um drama de fronteira no qual haviam de atuar como inimigos (VELLINHO, 2005, p. 125).

Assim, conforme Vellinho, o Prata e o Rio Grande teriam protagonizado um cenário de tensão e desassossego, que teria exigido dos habitantes desse último o papel de *sentinela*, ou

seja, de resguardo das fronteiras frente ao inimigo. Os platinos, por sua vez, teriam pontos de tênue semelhança com os *gaúchos brasileiros*, desempenhando um papel de antagonismo frente a esses. Se o cenário teria sido o mesmo no Prata e o Rio Grande, a *formação* de ambos fora diferente: no primeiro, ocorreria através de ódio e ressentimentos; no segundo, se daria pelas boas relações entre *gentio* e colonizador. Assim, a região platina figuraria como ameaça à *paz habitual* que vigorava internamente no Rio Grande e obrigava os habitantes deste a manter-se vigilantes e alertas aos perigos vindos de áreas externas às suas fronteiras (VELLINHO, 2005).

Mas, por que seria preciso resguardar as fronteiras *gaúchas*? Os *platinos* não teriam conhecido as mesmas regras de disciplina e bem-estar social, como os *gaúchos* de extração lusitana. O bandoleirismo, agravado com o surgimento da figura do caudilho, seria exemplo disso (VELLINHO, 2005). Os avanços em busca de novas áreas e novos rebanhos, os assaltos e a rebeldia teriam feito parte da vida daqueles que estavam *do outro lado*. Aliás, para o autor, qualquer tentativa de organizar a sociedade acabaria de encontro aos interesses anárquicos e promíscuos das *turbas rurais*. Justamente por esse estado de *barbaridade* das relações sociais é que os *platinos* figurariam como um "inimigo de fronteira", e isso seria justificado por seus hábitos e formação diferentes do que ocorrera no Rio Grande do Sul. Em terras platinas, o *gaúcho platino* punha-se como avesso à civilização e conturbava toda e qualquer tentativa de desenvolvê-la (VELLINHO, 2005)[115].

A expansão territorial *gaúcha*, por sua vez, se daria de

[115] O tom de estabilidade fronteiriça apontado por Vellinho é perceptível em estudos mais recentes sobre a temática (GOLIN, 2015). O não-plausível da escrita de Vellinho é sua tentativa de apontar os *bons* e os *maus* da história, ou seja, o platino que invadiria e o *gaúcho* à postos para defender seus interesses. O conflito não era unilateral, sendo tal afirmação um constructo do autor. Isso se relaciona aos *contrastes* traçados por ele.

maneira diferente da *platina*: no Rio Grande ela teria ocorrido como forma de afirmar a soberania, e proporcionar outro tipo de vida, de todo diferente daquele instaurado no Prata. A disseminação das estâncias, por meio da distribuição de sesmarias, teria promovido a fixação de grandes contingentes nos *novos territórios*.

> As sesmarias eram de verdade latifúndios. Emendadas uma às outras, formavam aqueles desertos de gente que tanto impressionaram o governador Soares de Andréia. Mas já não era como antes. [...] As campanhas não serviam mais para cenário de simples correrias ou valhacouto de gaudérios, desertores ou criminosos. As práticas da campeiragem continuavam sob a mesma tensão e os mesmos rasgos de projeção individual, mas agora condicionadas pelos limites da propriedade, disciplinadas pelos interesses econômicos de uma incipiente organização pastoril. Passara o tempo do assalto impune aos rebanhos. Os antigos bandoleiros da região, rechaçados, constituíam agora uma ameaça que vinha do outro lado da fronteira. Eram tratados como inimigos externos ou indesejáveis. *Peste de gente...* (VELLINHO, 2005, p. 156)[116].

É notável, pelo fragmento anterior, o estabelecimento de outro *contraste* entre Rio Grande e Prata: a organização da área rural. Se, nesse último, teria figurado o bandoleirismo em massa em torno do caudilho, no primeiro teria se dado a organização pelo sistema de estâncias que, segundo Vellinho, funcionaria como fixador do *espírito de vizinhança* e aglutinador, uma vez que centralizaria as atividades e reuniria, ao mesmo tempo e no mesmo povo, o campeador e o guerreiro, sempre alerta aos *perigos* da fronteira (VELLINHO, 2005). O

[116] O governador Soares de Andréia, ao qual Vellinho se refere, foi um fidalgo português vindo ao Brasil com a família real portuguesa, em 1808.

bandoleiro não teria lugar neste sistema: suas práticas desorganizadas e "à toa" não possuíam vez em meio à organização estancieira, que se daria em torno de interesses econômicos e de *civilidade*.

Os *contrastes* que Vellinho propôs foram aplicados mesmo ao território. A semelhança entre a topografia rio-grandense e a platina seria percebida pela predominância do pampa em ambas as paisagens. No *lado* platino, porém

> O pampa, que tudo absorvia e escondia na sua intensidade – a obstinação da resistência dos nativos, a rebeldia dos mestiços, o ressentimento dos desajustados, e os aventureiros, e os desertos, e os criminosos – foi o grande aliado, o cúmplice das turbas gauchescas que tanto tumultuaram as províncias do Prata. Fora da lei, infensos ao "godo", inimigos dos núcleos de civilização representados pela cidade, incompatíveis com quaisquer formas de organização social, [...] se açoitavam no deserto, e ali, à prova de surpresas, livres de repressão policial, tornavam-se invioláveis na sua agressividade (VELLINHO, 2005, p. 173).

O *lado gaúcho* teria representado um *contraste* à situação do pampa platino. No Rio Grande, portanto,

> foi justamente no campo, cenário das nossas lides guerreiras e pastoris, que se ergueu o tipo social cuja idealização se projetou no tempo, carreando consigo os estímulos morais e emocionais de que se nutre o Rio Grande como unidade histórico-sociológica e que, através das gerações, o confirmam na identidade de si mesmo (VELLINHO, 2005, p. 174).

O pampa serviria como um ponto decisivo de contraste para Vellinho: teria sido na área rural platina que se daria o surgimento do caudilhismo, ao qual o Rio Grande seria

avesso, que teria aglutinado as massas pela rebeldia; teria sido no campo, também, que se daria a ação disciplinadora da estância, em *solo gaúcho,* aglutinando contingentes pelo trabalho e defesa territorial (VELLINHO, 2005). Logo, essas diferenças refletem no *povo* de um lado e outro da fronteira: se um (o *platino*) teria se formado a partir de lastros de ódio e ressentimento e vivia à toa pelo *deserto*, assaltando e causando agitações na fronteira, o outro (*gaúcho*) o teria feito em meio a relações amistosas, estando cerceado por laços de vizinhança e trabalho nas estâncias. Eis outro *contraste*: opor as atividades dos *dois pampas* (Prata e Rio Grande) e, assim, opor o *povo* de cada um.

Em se tratando da estância, Vellinho apresenta a importância de seu papel no *lado gaúcho,* enfatizando a atuação do estancieiro nesse processo.

> Em oposição à tendência das populações campeiras para a dispersão e o bandoleirismo [no Prata], sob o estímulo das arreadas, já destacamos a ação disciplinadora da estância como fator de aglutinação social. Essa mesma ação se tornava ainda mais eficiente em momentos de perigo, quando o estancieiro, a serviço do rei ou da guarda de suas terras e rebanhos, reunia sua gente e improvisava-se em chefes de milícias, pronto para o que desse e viesse (VELLINHO, 2005, p. 117).

Para Vellinho, ao estancieiro caberia uma função dupla: ao mesmo tempo em que zelaria pelo desenvolvimento econômico do Rio Grande (uma vez que a estância figurava como núcleo de produção), também se poria no papel de chefe militar, liderando seus campeadores em caso de conflito com os *inimigos externos*. A esse ponto percebemos outro *contraste rural*: o caudilho, de todo estranho ao Rio Grande, vigoraria no Prata reunindo massas campeiras em torno de assaltos; o

estancieiro, figura decisiva à produção e à segurança do Rio Grande, reuniria em torno de si seus campeadores para lavrar e, em momentos de embate com os *platinos*, não só se tornaria líder de seu grupo, como também converteria seus trabalhadores em guerreiros a favor da soberania rio-grandense, ou até mesmo em defesa de sua produção e rebanhos (VELLINHO, 2005).

Cabe demonstrar outro contraste: o dos mestiços. Analisou-se acima a *formação* do mestiço *platino* a partir das concepções de Vellinho, verificando-se que para este autor o primeiro teria sua origem em meio aos rasgos de ódio entre colonizador e gentio, formando uma "turba campeira" de bandoleiros, erguendo-se contra as tentativas *civilizatórias* do europeu espanhol (VELLINHO, 2005). No Rio Grande, porém, os laços de amizade entre *gentio* e colonizador teriam formado um mestiço não-odioso em relação ao europeu. Assim, esse mestiço não teria se sublevado, nem representado oposição/ameaça ao colonizador. Além disso, o mestiço *gaúcho* teria se ligado à vida pastoril, participando das lides campeiras e guerreiras. Portanto, o *mestiço platino* teria sido contra os princípios de civilização, dentro daquela oposição campo *versus* cidade que Vellinho cita como habitual à área platina; o *mestiço gaúcho*, por sua vez, teria figurado tanto como elemento *neutro*, sem oposição ou sublevação ao colonizador, quanto participado do processo de *formação* rio-grandense por meio do trabalho.

No discurso de Vellinho, parece haver uma "harmonização do mestiço": determinando geograficamente as atitudes e a *psique* deste, o autor o converte em uma espécie de "sujeito coletivo" cujas ações parecem confluir para um mesmo fim. Em outros termos: na argumentação de Vellinho, os mestiços são condicionados a serem de *tal forma* em função do local onde vivem, sem que se abra espaço às peculiaridades

individuais e à consideração de suas especificidades. Lhes é imposto um "rótulo" de *platino* ou *gaúcho*, pensando-os enquanto grupo homogêneo, o que também é um constructo de Vellinho.

O *gaúcho brasileiro*: descendente da *massa de pioneiros*

Já se pontuou anteriormente o contraste que Vellinho estabelece entre a formação dos dois *tipos sociais,* ou seja, dos *gaúchos* do Prata e do Rio Grande. Viu-se também, como o autor caracteriza negativamente o *tipo platino*, mostrando-o como fruto de um ambiente de hostilidades e rancor com o colonizador, em *contraste* ao *gaúcho*, afirmado como originado em meio às boas relações entre nativo e europeu. Vellinho, porém, se atém a uma descrição mais detalhada do tipo rio-grandense, elencando aspectos variados. Analisar-se-ão esses aspectos.

O *gaúcho brasileiro* descenderia da *massa de pioneiros*, formada pelos paulistas de Piratininga (bandeirantes que, por sua vez, descendiam dos portugueses), famílias açorianas e reinóis (portugueses). Esses teriam sido, para Vellinho, os *troncos iniciais* do *gaúcho*, que viria a se tornar campeador e soldado. Mais uma vez, é destacado o papel da estância neste processo: como unidade de aglutinação, teria fornecido um *destino social* aos sul-rio-grandenses, por meio da disciplina e do trabalho nela existentes (VELLINHO, 2005)[117].

Um fator que merece destaque é o trato de Vellinho à questão dos contingentes negro e indígena na formação do

[117] É ignorado pelo autor o grau de hierarquização do poder local existente nas estâncias, bem como o severo regime de trabalho e dominação que muitas vezes se impunha sobre trabalhadores e trabalhadoras. Ver BOEIRA; GOLIN (2006; 2006b).

gaúcho brasileiro. Quanto ao primeiro, o autor salienta que teria havido "incidência do sangue africano", no âmbito doméstico e no trabalho do campo, "embora em proporção discreta", sendo "bom campeiro e bom soldado"[118]. No caso do indígena, o autor afirma que o gentio não teria desempenhado *papel decisivo* na formação do *gaúcho* e salienta que o "elemento indígena que nos sobrou era escasso e, sobre isto, apagado e dispersivo" (VELLINHO, p. 176-177)[119]. Vellinho argumenta, ainda, que o gentio não tinha outro uso senão nos trabalhos campeiros.

Por último, no tocante ao *gaúcho rio-grandense*, destacamos a função de vigilância que a ele caberia, uma vez que, segundo Vellinho, este *tipo social* tinha consciência da "dura tarefa" a ele designada.

> Mal ou bem, politicamente ele [gaúcho sul-rio-grandense] sabia de onde vinha, e o papel que lhe cumpria nestas fronteiras lhe era lembrado a cada momento pela constância dos incidentes com os castelhanos. Os riscos a que se achavam expostas as divisas do Brasil no extremo sul obrigavam cada homem válido, desde o adolescente até o velho, as próprias mulheres, a uma vigília tensa e contínua. E por cem anos a fio, a contar dos primeiros vagidos da Capitania, os continentinos, sempre sob as armas, não teriam descanso na dura tarefa de velar pela conquista. Nem mesmo

[118] Vellinho ignora/atenua as relações escravistas existentes nas estâncias e charqueadas, cujo cotidiano foi marcado por inúmeros tipos de violências e privações em vários âmbitos. Ver BOEIRA; GOLIN (2006; 2006b).

119 Citações como essa, extraídas de *Capitania*, permitem entrever as manifestações preconceituosas de Vellinho para com os indígenas, homogeneizando-os e apresentando sua "escassa presença", sem questionar a veracidade ou possíveis motivos disto. Assim, o autor acaba por negligenciar grande parte do processo de formação sul-rio-grandense, retirando de sua historiografia os traços de violência que se fizeram presentes a partir do ingresso europeu na atual América, ou atenuando-os como "rasgos de violência" em prol da "civilização". Ver RODRIGUES (2006) e SCHWARCZ; STARLING (2015).

> as crianças eram postas ao abrigo das vicissitudes (VELLINHO, 2005, p. 177).

Desse modo, Vellinho reitera o *drama de fronteira* protagonizado por *gaúchos brasileiros* e *platinos*, em que os primeiros estariam submetidos à tensão das recorrentes invasões dos segundos. O "drama" é demonstrado por meio da afirmada necessidade de constante vigilância, na qual não se poderiam medir esforços para manter seguros os domínios sul-rio-grandenses e assim, conforme o autor, proteger o país como um todo[120]. Além disso, para manter as fronteiras a salvo, teria sido necessário ser *aguerrido e bravo*, virtudes herdadas dos pioneiros, que teriam adentrado e "desbravado" o território, uma vez que o *gaúcho brasileiro* deles descenderia.

Está completo, assim, o constructo cíclico de Vellinho: a inimizade do Rio Grande com o Prata demonstrada nos diferentes tipos de seu povo e uso de seu território, bem como por meio de um *drama* que atravessaria as mais variadas faixas etárias durante anos, em função da inimizade com os *vizinhos* (VELLINHO, 2005). O Rio Grande, em função dos embates constantes com o Prata, viria a constituir, segundo o autor, uma espécie de *legenda guerreira*, que fundiria as gerações e serviria como ponto de encontro e reconhecimento. Assim, o estado seria detentor de uma *substância histórica*, responsável por torná-lo vinculado ao todo, ao nacional. Quanto ao elemento social, teria sido pelo sangue de indígenas, negros e portugueses sobretudo destes últimos, e, após cessar as invasões, de outros contingentes (imigrantes europeus, por exemplo), que se daria a formação do *gaúcho brasileiro*. Assim, estaria completo e enriquecido o "casco antropológico" sul-rio-grandense.

---

[120] Uma das questões que o autor levanta é o fato de que a função de sentinela do Rio Grande não era dada por ele mesmo, apenas, mas também pela manutenção da harmonia e ordem no Brasil como um todo (VELLINHO, 2005).

O Rio Grande e a escrita pelos *padrões tradicionais* do idioma

No último capítulo de *Capitania d'El Rey*, intitulado *A fronteira e a língua*, Vellinho prossegue suas estratégias de *contraste,* anteriormente referidas. Dessa vez, as trabalha em relação a integrantes do meio intelectual sul-rio-grandense e brasileiro. Se, no que tangia à questão de *formação* social, o autor diferençava os contingentes colonizados por portugueses e espanhóis, neste momento de sua escrita passa a demonstrar um Rio Grande conservador na elaboração das obras literárias, cujos escritores se diferenciariam dos demais por se manterem *fiéis* diante da língua, ou seja, do idioma português, mesmo imersos em um "mar" de influências linguístico-culturais variadas (VELLINHO, 2005).

É preciso frisar que, nesse momento da produção historiográfica sul-rio-grandense, já estava "consolidada", de certo modo, a ideia de pertencimento do Rio Grande ao Brasil, dada a massiva produção intelectual desencadeada sobre o tema nas décadas de 1920 e 1930, dentro do próprio IHGRGS (SILVEIRA, 2008; MARTINS, 2015). A abordagem *aportuguesadora* de Vellinho não se caracterizou como pioneira, mas sim ratificou as já existentes (GUTFREIND, 1992). Assim, já havendo o constructo de um Rio Grande brasileiro e que assim se sentia, o "próximo passo" de Vellinho seria demonstrar como os *gaúchos* do meio intelectual teriam se mantido fiéis ao idioma, diferentemente dos intelectuais do restante do país, o que viria a lançar o estado sulino como "o mais brasileiro dos brasileiros", por conservar a língua portuguesa supostamente *intacta*.

Vellinho não afirma por si mesmo, inicialmente, o conservadorismo do idioma no Rio Grande do Sul. Para tal em-

preitada, utiliza o autor Afonso Arinos[121]. A utilização das ideias de Arinos se dá em contraponto ao que escreve outro intelectual do período. Para Vellinho,

> o poeta Humberto de Campos, ainda que especificamente mal informado sobre a realidade histórica e social do Rio Grande do Sul, nem por isso teve o menor constrangimento em avançar que a língua que se fala aqui não é bem o português... anos depois, Afonso Arinos iria dizer exatamente o contrário. Escrevendo, com efeito, sobre um livro rio-grandense, frisou que somos hoje, em matéria de linguagem, os escritores mais conservadores do Brasil. Em seu arguto comentário, o ensaísta mineiro [...] põe em contraste os escritores nordestinos e do extremo sul (VELLINHO, 2005, p. 196).

O fato de se estar contrastando especificamente sul e nordeste brasileiros tem suas raízes no destaque que a historiografia nordestina, pelo viés da cultura popular, teve em relação à sul-rio-grandense na década de 1940. O estabelecimento de uma "rivalidade" entre uma forma de escrita e outra, ou seja, a sulina e a nordestina, é visível quando Vellinho inicia uma caracterização da segunda, apresentando-a de modo depreciativo:

> a literatura dos primeiros [nordestinos], insurgindo-se contra os moldes convencionais da língua, busca nas forças naturais da terra suas novas medidas, entregue de todo ao domínio das influências telúricas. Na sua virgem comunhão com as coisas, o escritor como que se encontra de novo

[121] Afonso Arinos foi um político e intelectual brasileiro nascido em Belo Horizonte no ano de 1905 e falecido em 1990. Sua família esteve ligada tanto à arena política mineira, quanto nacional. Em termos "intelectuais", teve vínculo com muitos letrados, como Gilberto Freyre. Seu discurso "anti-Vargas" nos anos 1950 teria sido uma das causas da renúncia e suicídio do então presidente brasileiro, embora Arinos tivesse apoiado a chegada deste ao poder nacional, em 1930. Sobre isto, ver REIS (2006).

> com as fontes do próprio instinto, cujas nascentes borbulham junto às obscuras camadas onde se movem as potências elementares. Daí, desse mundo empapado em grosso caldo cósmico, não podem emergir senão formas rudemente barrocas, anticlássicas. Tudo revolto, por enquanto, mas naquela fermentação germinativa em que levedam grandes fenômenos (VELLINHO, 2005, p. 196).

Desse modo, Vellinho caracteriza a escrita nordestina como fugida dos *moldes convencionais da língua*, o que para o autor se apresenta como um problema, uma vez que os regionalismos e dialetos locais teriam imperado sobre o idioma português. O ambiente de produção do Nordeste, assim, é definido pelo autor como um mundo empapado com *caldo cósmico*, cujas formas de escrita não se correspondem com a língua portuguesa, tão cara como símbolo da *brasilidade* (VELLINHO, 2005). A escrita nordestina, pautada em aspectos locais (inclusive os diferentes sotaques), é apresentada pelo autor como uma insurgência contra o idioma e, por tabela, contra o Brasil e sua história de colonização portuguesa, uma vez que a língua teria sido uma das heranças deixadas pelos lusitanos.

A partir dessa leitura sobre a produção letrada nordestina, Vellinho parte para a análise da sulina, descrita por ele pelo viés do *conservadorismo linguístico*, considerando ainda os aspectos da análise de Arinos:

> Ao passo que lá [Nordeste] as coisas se apresentam desse modo, segundo as vê Afonso Arinos, bem o contrário é o que ele observa em relação aos escritores que dão o tom à atual literatura rio-grandense: fiéis aos padrões tradicionais do idioma, eles se acomodam dentro de um estilo que chega a ser, pela sua expressão citadina e conservadora, a negação mesma do regional. Reconhece o crítico

> [Arinos] que são ainda os assuntos crioulos que ocupam o maior lugar em nossas elaborações literárias, mas adverte que tratamos os termos locais com mais inteligência que emoção criadora. O material que o meio nos oferece é dominado, absorvido por uma arte vigilante, animada de uma força de concentração que se opõe ao livre influxo das potências telúricas (VELLINHO, 2005, p. 196-197).

A "fidelidade" dos escritores sul-rio-grandenses, conforme apresenta Vellinho, toma contornos de conservadorismo. Mesmo que se mantivessem temas *crioulos*, que penderiam para a temática (e não *estilo*) regional, era sabido dar o trato a estes temas sem deixar predominar a *emoção criadora* (VELLINHO, 2005). Ou seja, a preocupação dos intelectuais, conforme coloca o autor, seria a de permanecer com o mesmo *estilo* de escrita, mantendo a originalidade do idioma português em meio às demais influências que surgiam. Ao contrário do caso nordestino supracitado, os dialetos e significações locais não teriam ganhado espaço na escrita sul-rio-grandense. A escrita sulina seria, portanto, *vigilante* quanto a seus padrões idiomáticos, uma *força de concentração* que se teria sido oposta às influências dos sotaques e demais aspectos "não-puros" do idioma[122].

Anteriormente, mencionou-se a estratégia de contraste, que se tornou uma constante na obra do autor. Vellinho também estabelece contrastes entre a literatura nordestina e sulina, justificando o uso dessa estratégia, uma vez que "são sempre fascinantes os jogos de contraste. Parece mesmo que seduzem pelos próprios perigos que nos armam" (VELLINHO, 2005, p. 197). Dessa maneira, o próprio autor reconhece

[122] Neste ponto do texto, Vellinho propõe uma exceção: o escritor Graciliano Ramos. Ramos, para Vellinho, representou uma literatura típica nordestina, não podendo ser ignorada sua "ossatura vigorosamente clássica" (VELLINHO, 2005, p. 197).

que não está apenas caracterizando um e outro tipo, mas sim *contrastando*. Nesse exercício de comparação, a literatura nordestina acaba em segundo plano frente à sulina, pois, para Vellinho, o conservadorismo seria um aspecto positivo, que manifestaria a manutenção de uma herança do *aportuguesamento* que o autor tanto defenderia no decorrer de sua trajetória intelectual.

É interessante perceber como a produção letrada nordestina foi "duplamente" apropriada por Vellinho, mas em sentidos diferentes: primeiramente, a apreciação: o autor adotou abordagens de letrados nordestinos (NEDEL, 2007), como Gilberto Freyre – valorização de traços regionais, o determinismo geográfico e a elaboração discursiva de contrastes entre tipos sociais tomados como diferentes –, em sua escrita da história. Em segundo, o distanciamento: a produção letrada sul-rio-grandense seria valorizada em função do que Vellinho denomina conservadorismo linguístico; a nordestina, por sua vez, seria depreciada por ter incorporado traços locais da fala/escrita. Ironicamente, Vellinho critica a fonte da qual bebeu. O *contraste* é então traçado entre as produções intelectuais de duas regiões: Sul e Nordeste, Rio Grande e Bahia, "conservadorismo" e "vulgarização". O *contraste* parece ter se virado contra o *contrastador*.

Com base nas ideias de Vellinho sobre o idioma e o referido *contraste* que o autor traça entre a escrita sulina e nordestina, no que tange a seu *conservadorismo idiomático*, far-se-ão algumas considerações. Quando se emprega o termo *conservadorismo*, busca-se demonstrar como o autor caracteriza a manutenção da língua portuguesa "padrão" nos textos literários dos autores sul-rio-grandenses. Ou seja, o caráter conservador da escrita sulina se relaciona ao emprego do idioma português nas obras, *mantendo* a língua do contingente colo-

nizador por excelência (os lusitanos) e demonstrando na prática o ideal de aportuguesamento, conforme defendido pelo autor.

O contraste que Vellinho estabelece com a produção literária do Nordeste se dá pela questão do idioma, uma vez que na escrita nordestina teriam sido incorporados elementos que fogem à norma culta do português, ou seja, os sotaques e dialetos. Para além dessa questão da língua, é possível perceber que o contraste tem origens mais profundas do que apenas a comparação de obras literárias e modos de escrever. Vellinho não busca apenas diferençar os dois tipos de produção literária, mas, sobretudo, lançar o sul-rio-grandense como o mais brasileiro entre todos os brasileiros, e o idioma se torna o objeto para alcançar tal objetivo. Tendo já "consolidado" o *gaúcho* como pertencente e coeso ao todo nacional, o autor passa a dedicar esforços para constituir o sul-rio-grandense, por meio de seus intelectuais, como diferente dos demais brasileiros. O "conservadorismo" em relação ao idioma, dessa maneira, evidenciaria a manutenção das heranças portuguesas como pano de fundo.

Cabe, ainda, uma última consideração: o tom de justificação que o conservadorismo idiomático proposto por Vellinho comporta em suas entrelinhas. Fora afirmado, anteriormente, que a produção historiográfica do IHGRGS conheceu uma "virada", ou seja, um redimensionamento de abordagens na década de 1940, a partir das influências nordestinas, que adquiriram espaço nos meios intelectuais nacionais e valorizaram uma abordagem cultural regionalista e popular, o que relegou a escrita sulina às margens desses meios (NEDEL, 2005; MARTINS, 2015). Dentro do IHGRGS, nesse momento de "virada", formaram-se duas vertentes: a conservadora, composta por Vellinho e outros autores que viam a necessidade de

manter os temas de escrita sob o viés da unicidade étnica, e a "inovadora", cujo expoente fora Ornellas, valorizando temas folclóricos, assim como no Nordeste (MARTINS, 2015). Esta premissa explica dois fatores importantes: 1) o contraste feito especificamente com a produção literária nordestina, desclassificando-a frente à sulina, que fora a que influenciou diretamente as mudanças de abordagem dentro do IHGRGS, a contragosto de Vellinho, e 2) a manutenção do idioma em seu caráter "original" como forma de manter as *raízes* portuguesas da colonização e legitimar a produção historiográfica que mantinha temas políticos e de unicidade étnica, vertente que permaneceu no Instituto sulino mesmo após o redimensionamento da década de 1940. Desse modo, *contraste*, idioma e *rusgas* intelectuais dentro do IHGRGS auxiliam na compreensão do porquê de ter havido crítica justamente à produção literária nordestina.

O *zelo formal da língua*

Vellinho prossegue o capítulo final de *Capitania* concebendo como pedra basilar as afirmações de Arinos anteriormente explicitadas, que tangem à questão do conservadorismo na língua. A questão sobre a qual o autor se debruça, daqui por diante, é a de demonstrar que não apenas os escritores do Rio Grande teriam mantido a "linha lusitana" na escrita, mas também outros contingentes chegados ao estado sulino em período posterior.

> Como quer que seja, é incontestável que entre os autores rio-grandenses, contemporâneos ou antigos, prevalece, quanto à linguagem, a feição conservadora apontada por Afonso Arinos. A literatura que aqui se faz – ficção, poesia ou ensaio

> – sejam os autores de origem lusa ou de outras extrações raciais, firma-se, quase que invariavelmente, na estrutura fundamental do idioma [...] (VELLINHO, 2005, p. 197).

Se, em relação aos nordestinos, a afirmação do *conservadorismo idiomático* sul-rio-grandense teria sido efetivada em função de um *jogo de contraste* motivado por razões que iam além da literatura, conforme vimos anteriormente, a partir desse ponto de sua escrita, Vellinho o utiliza como mecanismo para demonstrar como o pano de fundo português teria estado presente, mesmo em meio às mais diversas *levas* de pessoas que teriam chegado ao Rio Grande. Assim, o idioma serviria novamente como forma de legitimar o *aportuguesamento* defendido pelo autor. Porém, ao idioma português, Vellinho atribui outra "função", demonstrando-a na prática como exitosa, mas não um processo acabado:

> Curioso é que o zelo formal da língua, entre os descendentes dos antigos imigrantes, é ainda maior, se possível, que entre os de pura cepa lusitana. [...] Por aí se vê que as operações de conquista dos construtores do Rio Grande prosseguem através da ação assimiladora de seus descendentes e continuam produzindo bons frutos (VELLINHO, 2005, p. 197 – 198).

Por meio do fragmento acima, percebe-se que o idioma e o *zelo formal* por ele se dariam tanto por descendentes de lusitanos quanto por descendentes de imigrados posteriores[123].

[123] O postulado de um *zelo linguístico* contido na historiografia de Vellinho fornece uma explicação simplificadora. O autor não menciona, por exemplo, as campanhas varguistas de *nacionalização*, ou seja, a busca por diminuir a "influência" das comunidades de imigrantes existentes no Brasil. O ensino foi "nacionalizado", ensinando-se a Língua Portuguesa aos estudantes e obrigando as escolas a adotarem nomes neste idioma. A partir de 1939, se deu a proibição da fala de idiomas "estrangeiros", bem como da vinculação de programas e letreiros

Assim, é lançada a premissa do idioma como algo vivo, pois teria sido por meio de sua permanência que se evidenciaria de maneira clara o êxito da conquista lusitana. Por meio do *conservadorismo idiomático* se manteria um Rio Grande legitimado como de origem lusitana, ou seja, *aportuguesado*.

Vellinho prossegue sua argumentação citando vários autores que mantiveram o idioma português em sua escrita e produção literária. Assim como exalta a manutenção do *sabor clássico* na obra do regionalista Simões Lopes Neto, critica Alcides Maya em função de incorporar à sua escrita as "vozes locais", sendo "palpável o constrangimento" (VELLINHO, 2005, p. 198). O ápice das citações se dá quando Vellinho evoca o caso de Gumercindo Saraiva, nascido no Rio Grande e criado no Uruguai. Mesmo falando o *castelhano*, quando indagado sobre o porquê de não falar o português, respondeu: "se é para estropiar a minha língua, prefiro estropiar a dos outros" (SARAIVA *apud* VELLINHO, 2005, p. 199). A interpretação de Vellinho sobre tal afirmação é a de que, mesmo tendo esquecido a língua materna, Saraiva manteve por ela notável respeito. O idioma português, assim, era importante em função de ser uma herança lusitana, ao qual se *devia* respeito.

O Português como "arma" frente à *corrupção linguística*

Pelo caso supracitado do respeito que Gumercindo Saraiva teria nutrido em relação ao idioma português, na interpretação de Vellinho, o autor dá continuidade à sua argumentação. À questão da valorização do idioma é agregada outra, a da formação-sul-rio-grandense. Para nortear sua análise, Vellinho lança uma questão complexa:

---

na imprensa, por exemplo. Vellinho, assim, silenciou e negligenciou todos estes aspectos de repressão cultural aos imigrantes. Ver LIA (2010).

> Já que as contingências da história da pátria como que insularam nesta estremadura os velhos grupos luso-brasileiros que para cá vieram como povoadores e soldados, durante as fases decisivas para a caracterização do tipo social que aqui se elaborou, não era de esperar, com efeito, que desgarrássemos das nossas heranças de cultura e as matrizes da língua acabassem se desmanchando no caldo do mais remoto subdialeto regional? (VELLINHO, 2005, p. 199).

A resposta para tal questionamento proposto pelo autor se daria com base na relação de três fatores: 1) insulamento físico, 2) fronteira e 3) o idioma como *nova arma* frente à "corrupção linguística". A questão do insulamento físico, conforme Vellinho, teria feito com que se buscasse a integração com o Brasil, o que se daria por meio de "uma vinculação constante com o resto do Vice-Reinado" (VELLINHO, 2005, p. 199). O autor reitera sua tese, afirmando que tal vínculo não teria chegado a sofrer ruptura, tendo resistido mesmo durante a Farroupilha, reafirmando a ideia de não-separatismo (VELLINHO, 2005). Em prosseguimento, Vellinho cita a questão do papel de *guarda* do Rio Grande frente à fronteira com o Prata, que representaria perigo em termos geográficos (ocupação) e civilizacionais, no sentido de que o tipo social lá formado se constituía como ameaça ao do Rio Grande, ao *gaúcho*. Era preciso defender o tipo de civilização desse último, uma vez que "era integrado, entre outros valores, pela língua que os nossos maiores trouxeram juntamente com seus petrechos de guerra e trabalho" (VELLINHO, 2005, p. 200). Desse modo, reitera-se a língua como uma das heranças essenciais de coesão.

Lançadas tais premissas, Vellinho justifica a importância do que afirmava Afonso Arinos em relação ao *conservadorismo idiomático*, demonstrando a posição político-geográfica do Rio Grande como chave do problema. Para Vellinho, é neste pon-

to que se encontra "a razão profunda, menos deliberada que involuntária, das tendências conservadoras, talvez digamos melhor orgânicas, dos nossos escritores" (VELLINHO, 2005, p. 200). O Rio Grande não estaria situado apenas numa região de fronteira física, mas também em *fronteiras corruptíveis do idioma*. Assim, o conservadorismo linguístico poderia ser entendido apenas nesse contexto de vigilância, tanto em termos geopolíticos quanto culturais.

> Em arte, como no mais, não é fácil nos explicarmos fora da posição de vigilância e disciplina que as contingências históricas dura e longamente nos impuseram. As tensões, os conflitos em cadeia que nos coube viver e enfrentar, mercê de nossas condições de fronteiros, não nos permitiram entrar em transações mais demoradas com as forças naturais. Somos, por isso, bem pouco telúricos. Desde o começo, fomos envolvidos e solicitados menos pelas condições físicas do meio que pela presença ativa do próprio homem – amigo ou inimigo – constantemente exacerbada pelas intempéries da guerra (VELLINHO, 2005, p. 200).

O instinto de defesa do *gaúcho*, assim, se manifestaria por meio da incessante necessidade de defender seu território. Os escritores *gaúchos*, portanto, partilhariam de tal instinto, mas sua *arma* seria outra: o idioma português, utilizado como *munição* frente às mais diversas influências existentes, sobretudo provindas da região platina – e seu tipo social não civilizado (VELLINHO, 2005). Seria necessária uma preservação contra os influxos platinos, mas não só em relação a eles, conforme indica Vellinho em relação à imigração europeia, vista por dois ângulos: se serviam como *enriquecimento à economia* (mão de obra), também configurariam *novas* fronteiras corruptíveis do idioma, por meio de seus dialetos.

Em relação ao idioma, Vellinho estabelece dois momen-

tos principais de tensão: o primeiro, no momento pós-divisão territorial; o segundo, após o ingresso dos imigrantes europeus, conforme explicitado acima. Sobre o primeiro momento, o autor discorre que

> Estabelecidos e consolidados os nossos marcos divisórios, que resguardavam, além de uma soberania política, um complexo cultural perfeitamente definido em face do mundo hispano-americano, justamente onde esse mundo apresentava, em relação ao Brasil, seu grau mais elevado de condensação, era preciso defender, não só o território eternamente sob ameaça, mas também as instituições culturais da nacionalidade, entre cujas expressões mais nobres, mais definidoras, há que destacar o idioma que herdamos (VELLINHO, 2005, p. 199-200).

Assim, é reiterada a ideia do idioma como instrumento de coesão, como pertencente à nacionalidade e, sobretudo, como algo que necessitaria ser defendido. Os escritores sul-rio-grandenses, assim, estariam cumprindo seus papéis de "bons *gaúchos*", ao manter o idioma português distanciado dos dialetos e, num plano mais geral, o Rio Grande cumpriria seu papel ao zelar pelo idioma, assim como teria feito pelo território, em nome do sentimento de *brasilidade* e da consolidação do *aportuguesamento,* tão caro à escrita da história de Vellinho.

O conservadorismo como *zelo*

Na parte final do capítulo que trata das relações entre idioma e fronteira, Moysés Vellinho se dedica à tentativa de justificar a ideia de *conservadorismo* que lança em *Capitania*. O autor destaca que, no Rio Grande, seria inviável pensar em

uma experiência literária que *amoleça a ossatura* tradicional do idioma, ou seja, que pusesse em xeque a produção escrita que *conserva* a norma culta do idioma português como alicerce. A imutabilidade do idioma, conforme Vellinho, é uma questão que tange ao zelo pela cultura, fazendo parte do instinto de fronteiros que os *gaúchos* teriam desenvolvido no decorrer de sua história.

> Não é que anime o escritor rio-grandense o intuito pragmático de fugir a experiências de renovação. O que o move é a necessidade subjacente, estimulada por tensões de caráter histórico e sociológico, de zelar pelo legado cultural da língua, guardando-lhe os flancos contra infiltrações comprometedoras. Para nós, para o nosso instinto de fronteiros, os cânones tradicionais do idioma que falamos, os quais nada têm a ver como os melindres acadêmicos, estão, como os fatores que inspiraram e conduziram as antigas lutas, visceralmente ligados aos apelos e exigências da comunidade nacional (VELLINHO, 2005, p. 203).

Dessa forma, conforme prossegue o autor, a *força da história vivida* no Rio Grande, sua intensidade e aspereza teriam feito com que o *gaúcho* aprendesse que a língua fora um dos elementos de integração ao todo nacional, por isso sua importância (VELLINHO, 2005). Sobre ela, inclusive, teria se formado o que Vellinho chama de *senso de propriedade*, uma vez que teria sido um instrumento "poderoso, decisivo, de convivência e aglutinação" (VELLINHO, 2005, p. 203). Concluindo sua argumentação, o autor explica que

> o nosso *classicismo* tem suas raízes na história. A unidade da língua, à base de uma estrutura fundamental e comum, eis o que realizamos, primeiro por instinto de defesa e afirmação cultural, depois por hábito. Como condição e instrumento de coe-

> são nacional, o idioma, na forma em que todos os brasileiros podem entender-se entre si, [...] ainda não perdeu, para nós, o velho sentido lusíada de império e determinação que, junto com as outras armas que os antigos lidadores empunhavam, tanto nos ajudou nas lutas de outrora (VELLINHO, 2005, p. 204).

Em vista disso, o *conservadorismo* na literatura teria se manifestado como mais uma forma de vigilância. Se antes seria necessária a constante vigilância territorial, agora ela se daria no plano das artes, da cultura, tendo como expoente o idioma português, sendo preciso *conservá-lo*. O idioma, assim, foi instrumentalizado pelo autor como forma de: a) fomentar a ideia de unidade nacional, b) afirmar o Rio Grande como pertencente ao todo e c) lutar contra influências que poderiam *deteriorar* a cultura e o tipo social sul-rio-grandense, o *gaúcho*.

Considerações finais

Se Vellinho iniciou *Capitania* partindo da visão de uma "excelente senhora", que teria estado amedrontada e receosa em relação ao que encontraria em sua vinda ao Rio Grande do Sul, ao final da introdução de *Capitania* já se percebe o quão integrado ao restante do território o Estado sulino parecia. Mas não apenas ao território: se o *povo daqui* parecia semelhante ao *povo de lá*, conterrâneo da *excelente senhora*, seria porque *nossa* cultura, *nossos* hábitos e *nossa* língua se assemelhavam à cultura, hábitos e língua *deles*, ou seja, das outras partes integrantes do Brasil. Assim seria porque a mão lusitana teria tocado nos mais variados territórios, ali deixando suas marcas e seus costumes às gerações vindouras. Assim seria porque os rasgos do bandeirantismo teriam estado presentes e, consequentemente, a *civilidade* lusitana teria adentrado a barbárie

nativa, dissolvendo modos rudes fadados ao insucesso. Assim seria, enfim, porque o colonizador português teria sido o verdadeiro introdutor da civilização, *aqui* ou *lá*.

Contrastar *gaúchos brasileiros* e *gaúchos platinos* viria a ser uma estratégia de demonstrar o quão importante teria sido a atuação portuguesa para o país e, além disso, como os lusitanos teriam se importado com o bem do indígena, em relações de boa convivência. Tal quadro era *contrastado* com o *lado espanhol*, a parte platina onde haveria relações de hostilidade, ressentimentos e constante tensão entre colonizadores e colonizados. O *gaúcho brasileiro*, portanto, seria apresentado por Vellinho como fruto da vocação política bandeirante em meio à barbárie; o *gaúcho platino*, por sua vez, teria nascido em meio à tensão e conflito.

Se houve um aspecto presente em toda a obra *Capitania*, de Vellinho, fora a busca e a construção de *contrastes*. Isso é percebido até mesmo pelos movimentos antecedentes à escrita de *Capitania:* ao ter participação efetiva no IHGRGS como membro e tomar como bandeira os ideais de *lusitanidade* deste último, Vellinho incitava a projeção do que viria a ser uma obra tangente a temas *polêmicos* e marcada principalmente pela ferrenha oposição traçada entre o Rio Grande e o Prata, seja entre suas formas de vida, seja entre sua *formação*.

Em suma, é perceptível que o *contraste* fora a principal estratégia de construção historiográfica de diferenciação entre o *gaúcho* e o *platino*. Seja pela *formação*, pelos *modos* ou pela *vida habitual*, é fato que as interpretações de Moysés Vellinho convergiram para a constituição de um Rio Grande de todo avesso ao Prata, que teria estado em constante estado de guerra com este e, primordialmente, que não conhecia as práticas lá corriqueiras, como o caudilhismo. Construiu-se, em *Capitania*, um Rio Grande cujo habitante, o *gaúcho,* fora bravo e

aguerrido, agindo ciente de sua missão de *sentinela*, de *protetor* das fronteiras. Esse *drama* constante figurou como personagem do *contraste* estabelecido, uma vez que além de *opor*, Vellinho também *rivaliza* os dois lados. Em outras palavras, o Rio Grande e o Prata não seriam apenas diversos entre si, mas também tomados como rivais, em razão de seus diferentes propósitos e formas de organização, refletidos em sua *gente* e em seus hábitos, conforme o autor.

Conclui-se o presente capítulo indicando os papéis que, na escrita da história de Vellinho, foram atribuídos ao idioma. Em primeiro lugar, o *caráter diferenciador*, que serviu para demonstrar as diferenças entre a produção intelectual sulina e nordestina. Tal diferenciação se pautou na ideia de *conservadorismo idiomático* dos escritos e escritores gaúchos, que teriam mantido a forma tradicional do idioma em sua escrita, diferentemente do que teria ocorrido no Nordeste, onde foram incorporados aos textos sotaques e dialetos, conforme o autor. É preciso lembrar que essa comparação da produção sulina especificamente com a nordestina tem raízes dentro do IHGRGS, uma vez que foi visto que a dinamização das abordagens dentro do Instituto figurou como reflexo do que se fazia no Nordeste, ou seja, a dedicação de maior atenção aos aspectos populares e regionais.

O *caráter instrumental* do idioma é perceptível quando Vellinho o evoca como continuador dos ideais civilizadores e colonizadores dos portugueses. Se, no passado, teria ocorrido a atuação portuguesa no intuito de *civilizar* os nativos, no presente do autor, o idioma se manifestaria como legado português, desempenhando ainda funções de *civilidade* que, conforme Vellinho, rendiam *bons frutos*. Além disso, o idioma português teria figurado como instrumento de coesão nacional e de diferenciação frente aos contingentes e cultura platinos.

O último dos caracteres que fora atribuído ao idioma foi o *bélico*. Citando a instabilidade da fronteira entre sul-rio-grandenses e platinos, sobretudo, o idioma é apresentado como uma das *armas* utilizadas no passado e no presente como forma de manutenção de sua cultura e de seus valores. Em um segundo momento, se teria lutado contra novas levas por meio do idioma, como é o caso da imigração europeia. Assim, se no passado os instrumentos teriam sido a foice e as armas, a partir de então seria o português, sua *conservação* e os respectivos traços culturais lusitanos que deveriam ser mantidos, inicialmente por instinto, posteriormente por hábito.

Vellinho pôs-se como o narrador de uma história do Rio Grande do Sul calcada na percepção e afirmação deste estado como brasileiro *de fato*, e não um corpo estranho à nação. Incluiu, defendeu ou criticou em sua escrita da história aqueles sujeitos e episódios que lhe convieram, a partir de abordagens que visaram enfatizar os efeitos supostamente duradouros da influência portuguesa, mesmo que para tal empreitada tenha sido necessário atenuar muitos aspectos: explorações, apresamentos, objetificações. Seus esforços de escrita em muito contribuíram para o entendimento do passado sul-rio-grandense, bem como para nossa ciência rumar ao caminho que trilhamos hoje, dada a abrangência e importância dos estudos realizados pelos membros do IHGRGS, bem como da própria instituição no período analisado. Por outro lado, cabem questionamentos, exclamações e reflexões acerca de quem foi Moysés Vellinho, o que escreveu e por que escreveu, por exemplo. Que possamos apreciar seus esforços ao *historiar,* tendo em vista o estatuto atual de nossa ciência e nos distanciando de possíveis interpretações anacrônicas.

Uma escrita da história

Considerações finais

Ao encerrar este livro, gostaria de dedicar alguns agradecimentos a pessoas especiais. Agradeço a vocês, leitores queridos, pelo interesse na obra. À atual orientadora (Profa. Dra. Gizele Zanotto), ao meu então orientador (Prof. Dr. Fabrício A. A. Soares), à revisora deste texto (professora Ana Valéria de Carli Müller), à ilustradora (Alessandra da Silva) e à Acervus Editora, pela dedicação e auxílio, deixo meu muito obrigada. Com muito amor e carinho, agradeço a meus pais, Ivete e Clóvis, pessoas que admiro com todo meu coração e que são fundamentais em minha vida. Agradeço aos demais familiares e amigos, aos colegas da Caixa Econômica Federal – Agência Sarandi, do Colégio Universos e também aos colegas e professores do curso de História-UPF, que estiveram sempre presentes em cada degrau rumo a este sonho.

Analisar a escrita da história do século XX, em seus diferentes momentos, pressupõe a verificação de seu vínculo com outros campos, sobretudo o político e o cultural, que foram os mais evidentes na historiografia dos autores estudados. Cada qual, por meio do lugar social de onde escreveu, manifestou seus interesses, suas vinculações e seus vieses de interpretação sobre um mesmo passado, tão disputado entre diferentes instituições, e cobiçado por seu poder de tornar coeso um todo recortado por dissidências e disparidades. Nesse sentido, o que busquei foi a compreensão desses aspectos, verificando suas simultaneidades e seus processos de permanências e rupturas. Analisando as instituições históricas, seus inte-

lectuais e a escrita da história destes, busquei compreender como se deu a interpretação sobre o passado sul-rio-grandense, numa conjuntura onde os historiadores não se formavam em academias e universidades.

Ao findar este livro, percebo que o que se finda são os textos escritos, apenas. A complexidade dos temas e a variada gama de aspectos que ainda precisam ser analisados, revistos e (re)estudados é muito ampla. Reitero, por fim, que, assim como cada intelectual cuja escrita da história analisei, minha interpretação é apenas *mais uma*, ou seja, é uma dentre as *n* possibilidades acerca da percepção do passado e da escrita sobre ele. Minha pretensão, ao publicar este livro, é colaborar na compreensão de como a história foi escrita e concebida no século passado, mas, certamente, constitui apenas um dos esforços para fazê-lo.

O que lhes apresentei nestas páginas, queridos leitores, foi *uma* interpretação da historiografia sul-rio-grandense. É justamente esta pluralidade que enriquece, renova e dinamiza nossa ciência: somos plurais e subjetivos, mas estritamente pautados em métodos e teorias que nos auxiliam em nosso ofício. Este livro se insere numa gama de vários outros trabalhos. Assim como as obras analisadas, este também é um "produto histórico": autora, história e obra estão inseridos num contexto, em *lugares sociais*, em instituições... é a partir disto que se escreveu esta história, e que tantas outras poderiam ser escritas.

Falei de farrapos, de bandeirantes e de beduínos. Tratei de outros grupos também: dos excluídos, dos marginalizados, dos explorados, dos discriminados. Dentro das seleções necessárias à concretização desta obra, penso que estes são os sujeitos coletivos que compuseram o cerne da caracterização do *gaúcho* pelos autores analisados. Idealizados, construídos e

homogeneizados? Sim, mas igualmente importantes à formação histórica sul-rio-grandense, se pensados historicamente a partir dos pressupostos epistemológicos atuais da ciência histórica. Dentre tantos objetivos, acredito que o principal tenha sido efetivado, ao menos satisfatoriamente: demonstrar que, ao escrever a história, esta autora que vos escreve não é neutra, assim como não o são Vellinho e Docca, por exemplo. Somos, antes de tudo, seres humanos com interesses e angústias, com ideias e opiniões, em contextos, tempos e espaços diferentes.

Uma de minhas maiores felicidades é perceber que muitas colegas mulheres estão junto a mim nesta empreitada, ou seja, estão atuando num cenário onde, até então, havia pouco espaço para nós. Muitas foram as que preconizaram o ingresso feminino em meios acadêmicos e, ainda, no trato a temas da historiografia-sul-rio-grandense. A elas, o meu muito obrigada. Às futuras colegas, minhas boas-vindas. Que possamos estar cada vez mais presentes, estudando e publicando em prol do amor pelo *historiar*, que nos une enquanto pesquisadoras e pesquisadores.

Com estas breves palavras, encerro o último capítulo da realização deste sonho. Sinto-me imensamente feliz. Que essas palavras sirvam como incentivo e que nossa ciência seja a cada dia mais valorizada e entendida em sua complexidade e importância.

Aos leitores, um forte abraço!

Pâmela Cristina de Lima

Primavera de 2020
Tempos de isolamento social.

Referências bibliográficas

ABREU E SILVA, Florêncio de. Discurso. **Revista do IHGRGS,** 1921, v. 1, n. 1, p. 125.

ALMEIDA, Carina Santos de. O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. **Sapartacus - Revista Eletrônica dos Discentes de História da UNISC**, Santa Cruz do Sul, 2007. Disponível em: http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/almeida_carina_santos.pdf. Acesso em: 1/mai/2019.

ARCE, Ana Inés. **"Jóias para os museus da História":** o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1920-1940). Dissertação de Mestrado – História (UPF). Passo Fundo, 2015.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad. Mario W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2002. (**Debates política**, n. 64).

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARMANI, Carlos Henrique. **Identidade nacional e fragmentação no brasil dos anos 20-40**: o caso de Emílio de Souza Docca. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

ARMANI, Carlos Henrique. A História da historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso. **Oficina do Historiador**. Edipucrs: Porto Alegre, 2012, p. 193-207.

ARMANI, Carlos Henrique. **Identidade Nacional e Escrita da História no Rio Grande do Sul nos anos 20-40** – um estudo de caso. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40049590/Identidade_nacional_e_escrita_da_hist%C3%B3ria_no_Rio_Grande_do_Sul_Carlos_Henri-

que_Armani. Acesso em: 14/10/2020.

BARROS, José D'Assunção. Historicismo. In: **Teoria da história**: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original: 1949].

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Colônia** – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império** – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006b.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre história e literatura:** a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17662. Acesso em: 10/dez./2020.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Uma província de peso*:* a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX. In*:* SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In _____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [original: 1975], p. 64-122.

CORADINI, Odaci Luís. As missões da cultura e da política – confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2199/1338. Acesso em: 17/10/2020.

DELFOS: Espaço de documentação e memória, 2017. Disponível em: http://www.pucrs.br/delfos/?p=vellinho. Acesso em: 15 jan. 2020.

DIETRICH, Ana Maria. Organização política e propaganda nazista no Brasil (1930-1945): o Nazismo tropicalizado. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Londrina,

2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_85bf485aed640511329043673e-4d3b5f.pdf. Acesso: 17/10/2020.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. **O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha**. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XV – II Trimestre. Porto Alegre: Globo, 1935.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Gente Sul-rio-grandense: contribuição para o bicentenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia. **Anais do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia**: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. **Um homem capaz**. Rio de Janeiro: [s.n], 1942.

DUARTE, Eduardo. Relatório. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, II trimestre, 1935.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. Alfredo Varella. In: FUÃO, Juarez José Rodrigues. **A construção da memória**: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas. 2009. Tese (Doutorado em História) - UNISINOS, São Leopoldo, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2178?show=full. Acesso em: 29/jan/2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOLIN, Luiz Carlos. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOLIN, Luiz Carlos. **A Fronteira 1763-1778** - História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional. Passo Fundo: Editora Méritos, volume 3, 2015.

GOUVEIA, Jaime Ricardo. Para uma nova epistéme do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750). **Revista de História da Unisinos**, v. 21, n. 3, 2017, p. 303-322. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.02. Acesso em: 04/dez/2020.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **O horizonte da província**: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese (Doutorado em História) – PPGH da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074. Acesso em: 04/dez/2019.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

GUY, Bourdé; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil. **Revista HISTEDBR**, v. 10, nº. 40, 2010, p. 222-244. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639816. Acesso em: 14/10/2020.

HEINSFELD, Adelar. **Sob a inspiração de Clio**: uma introdução ao estudo da História. Passo Fundo: Editora UPF, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.

KARNAL, Leandro [*et. al.*]. **História dos Estados Unidos** – das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LIA, Cristine Fortes. Imigrantes judeus e italianos: as relações interétnicas e a campanha de nacionalização. **Métis: História e Cultura**, v. 9, n. 17, 2010. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1024/690. Acesso em: 19/10/2020.

LIMA, Alcides. **História Popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LIMA, Pâmela Cristina de. O gaúcho – da liberdade absoluta da natureza à renúncia da existência socialista: a configuração do

sistema de propriedades na obra de Manoelito de Ornellas. **Temporalidades:** Minas Gerais, v. 11, n. 2, 2019, p. 723-738. Acesso em: 13/dez/2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/14863

LUCÁKS, Georg. **A teoria do romance**. Tradução: José Marcos de Macedo. São Paulo: Ed. 42, 2000.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. O Separatismo no Rio Grande do Sul. In: LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Etnicidade e separatismo no Rio Grande do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Paulista, Marília, 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88834/luvizotto_ck_me_mar.pdf?sequence=1. Acesso em: 31 mar. 2019.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais:** trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). 2015. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302. Acesso em: 22 ago. 2019.

MARTINS, Jefferson Teles. Eduardo Duarte - figura-chave na construção da rede de cooperação institucional de apoio à História no Rio Grande do Sul (séc. XX). **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, nº 153, 2017, p. 207-211. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/viewFile/78798/45407. Acesso em: 13/10/2020.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. **Varia hist**., Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pág. 121-139, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 de setembro de 2020.

MENEGAT, Carla. Farroupilha – a revolta de uma elite que embranquece os heróis e romantiza as mulheres. **IHU Online,** 2020 (website). Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/602970-farroupilha-a-revolta-de-uma-elite-que-embranquece-os-herois-e-romantiza-as-mulheres-entrevista-especial-com-carla-menegat. Acesso em: 22/10/2020.

MISOCZKY, Maria Ceci [*et. al.*]. A Construção Cotidiana e Contraditória da Ideologia do Gauchismo. **XXXIV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2010, p. 1-16. Disponível em: http://

www.anpad.org.br/diversos/down_zips/53/eor1836.pdf. Acesso em: 14/10/2020.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise:** regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História), PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294. Acesso em: 07/fev/2020.

NEDEL, Letícia Borges. **A Recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul**. **Maná**, 2007, p. 85-118.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos**: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

ORNELLAS, Manoelito de. As origens remotas do gaúcho. *In:* PRADO, Áurea [*et. al.*]. **Rio Grande do Sul** – terra e povo. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

ORNELLAS, Manoelito de. **Terra xucra**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, pág. 345-384, 2002. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n2/a06v24n2.pdf. Acesso em 04/dez/2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Farroupilha. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 13, ed. 1, p. 101-102, 1985. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37804/24388. Acesso em: 28 jan. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma ideologia em farrapos**. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 75-83, 1985. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/faenfi/ojs/index.php/fale/article/view/17499/11232. Acesso em: 31/jan/2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além fronteira. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Luiz Carlos. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, tomo 1, p. 23-56.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2 – de Calmon a Bonfim**: a favor do Brasil – direita ou esquerda? Rio de Janeiro – Editora FGV, 2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, v.1, n.1. Porto Alegre: 1860. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/55170/33552. Acesso em: 30/nov/2019.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, v. 1, n. 1. Porto Alegre: 1921. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/57880/34645. Acesso em: 03/dez/2019.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos; NEDEL, Letícia Borges. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. Ágora, Santa Cruz do Sul, p. 161-186, 2003.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Da crítica à história**: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8082. Acesso em: 07/fev/2020.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Regionalismo, modernidade e legitimidade intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930-1964). **História, ciências, saúde –** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, out-dez., 2010.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Entre a geração crítica e o giro linguístico: contribuição à história da historiografia sul-rio-grandense.In*:* SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

RODRIGUEZ, Ricardo. O Castilhismo e as outras ideologias. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, tomo 1, pp. 57-87.

ROSA, Othelo. Separatismo entre os Farrapos. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, IV trimestre, p. 253-266, 1934.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SALVARO, Gesi Panizzon. A Revista Província de São Pedro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, p. 35-50, 1990. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16134/10595. Acesso em: 8 jan. 2020.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:** um periódico na cidade letrada bra-

sileira do século XX. Dissertação de Mestrado (História**)** – Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270124. Acesso em: 21/10/2020.

SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. **Revista Eletrônica da Anphlac**, 2006. Disponível em: http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1369. Acesso em: 22 fev. 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Jaisson Oliveira da. O particular: Alfredo Varella, historiador da "Grande Revolução". In: SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopeia dos titãs do pampa:** historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varella. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - UFGRS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26722. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, Jaisson Oliveira da. O escrutínio dos pares: Alfredo Varella e a História da Grande Revolução. *In*: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Revolução, história e tempo. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, 2015, p.251 – 267. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es. Acesso em: 23/10/2019.

SILVA, Sarah Amaral. Da civilização dos pampas à raça de gigantes: relações raciais e regionalismos na construção do gaúcho e do bandeirante na historiografia brasileira dos anos 1940. **Caderno de Letras**, 2015.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **"O passado está prenhe de futuro"**: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17526. Acesso em: 17/10/2020.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **Farrapos de estórias**: romance e historiografia da Farroupilha (1841 – 1999). Pontifícia Universidade Católica (PUC – RS): tese de doutorado. Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/browse?type=author&value=Soares%2C+Fabr%C3%ADcio+Ant%-

C3%B4nio+Antunes. Acesso em: 15/07/2019.

SOARES Fabrício Antônio Antunes. História das narrativas da Farroupilha. In*:* SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. A escrita da história da Farroupilha: entre a construção da ordem monárquica e a historia magistra vitae. **Métis: História e Cultura**, v. 19, n. 37, 2020, p. 410-431. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9326/4389. Acesso em: 30/out/2020.

SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. **Análise Social**, vol. XXXVII (165), 2003, p. 1093-1126.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **Revista História Social**: Campinas, n. 13, p. 151-171, 2007. Disponível em: www.ifch.unicamp.br›ojs›rhs›article›-download. Acesso em: 19/10/2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 23, p. 93-110, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900093&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 out. 2020.

THESING, Neandro. Gaúchos e beduínos, de Manoelito de Ornellas, e as disputas em torno do passado sul-rio-grandense. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/download/18990/12050. Acesso em: 6/mai/2019

THESING, Neandro Vieira. **Fronteira, identidade, essência:** a busca das origens do Rio Grande do Sul em Gaúchos e beduínos, de Manoelito de Ornellas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

THESING, Neandro Vieira. A tradição presente: o Rio Grande do Sul de Manoelito de Ornellas. In*:* SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

VARELA, Alfredo. **Rio Grande do Sul**: descrição física, histórica e econômica. Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

VARELA, Alfredo. **Revoluções cisplatinas**; a república rio-grandense. Porto: Chardron, 1915.

VARELA, Alfredo. **Política brasileira***:* interna e externa. (Documentos Inéditos). Porto: Chardron, 1929.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**: o cyclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933.

VARELA, Alfredo. **Res Avita**. Lisboa: Tipografia Maurício e Monteiro, 1935.

VARELA, Alfredo. **O solar brasílico**: remate nos muros austrinos. Rio de Janeiro: Instituto América, 1950.

VELLINHO, Moysés. "Editorial". **Revista Província de São Pedro**, 1945, v.1, n.1, 1945, p. 5-7.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d´El-Rei**; aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005 [original 1964].

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, nº 62, p. 49-70, 2011. Acesso em: 27/jan/2020. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf

Pâmela Cristina de Lima

Ao debruçar-nos no livro *Farrapos, bandeirantes e beduínos: Uma interpretação da historiografia sul-rio-grandense do século XX*, que ora chega ao leitor, retorna à minha mente a sentença de Paul Veyne, "O perigo com a história é que ela parece fácil e não o é". Pâmela consegue deixar esta sentença evidente ao "plainar do alto" para ver com mais amplitude as idiossincrasias, tensões, interesses, silenciamentos e discursos dissonantes que foram sendo historicamente forjados para pensar esta cultura tão singular, conformada nas plagas sulinas do Brasil.

Adentrando as narrativas de autores como Alfredo Varela, Emílio Fernandes de Souza Docca, Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho, Pâmela trilha, via história intelectual, a produção desses produtores de discursos fundadores acerca do Rio Grande do Sul que ainda reverberam, ora mais, ora menos, entre memorialistas, tradicionalistas e defensores de uma saga heroica do homem do extremo sul, forjada entre penas e tintas muito mais do que na realidade empírica. Nesse sentido, Pâmela materializa a sentença de que a História parece aos incautos uma disciplina simples, mas definitivamente não o é.

Pâmela cursa História na Universidade de Passo Fundo (UPF) e há anos tem se dedicado a pensar a construção dos discursos fundadores sobre a história do Rio Grande do Sul. Atenta, curiosa, exigente, disciplinada e qualificada para dar conta da proposta a que se lança nesta publicação, Pâmela revela pela obra outra característica que lhe é marcante, o altruísmo. Para além dos estudos que realiza e da necessária socialização em âmbito acadêmico, a autora visa sua divulgação ao grande público, marca que fica evidente na forma narrativa apresentada ao leitor e no compromisso social de historiadora que lhe é tão caro.

Gizele Zanotto

Profª. Drª. do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Nos seis capítulos apresentados pela autora, desvela-se o trabalho historiográfico apurado que, aos poucos, vai nos evidenciando as bases da construção da historiografia sul-rio-grandense forjada por diversos autores e que teve como evento marco de interpretação a Farroupilha (1835-1845). Vetor de compreensões conflitantes, a Farroupilha ainda em nossos dias é mobilizada para a defesa de posturas que vincularam os eventos a narrativas da brasilidade ou da platinidade, do ímpeto guerreiro do homem da então Província e posteriormente, Estado do Rio Grande do Sul.

Gizele Zanotto

Profª. Drª. do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

ISBN 9786586000481